



Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

André Malverdes
Departamento de Arquivologia - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Bruno César Nascimento
Jória Scolforo
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Katiane Dutra de Meireles
Michel Caldeira de Souza
Sergio Oliveira Dias

Revisão de estrutura e linguagem

Stefano Favarato - língua inglesa
Jória Scolforo

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 2, n. 4, (jul./dez.2018).
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

Semestral
ISSN 2527-2136

1. Documentos históricos do Espírito Santo - Periódico. 2. Arquivos do CBTU – Periódico. 3. Estrada de ferro Vitória a Minas – Periódico. 4. Cafeeiro no Espírito Santo – Periódico. 5. Vitória como polo comercial – Periódico. 6. Imprensa no Espírito Santo I. Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo. II. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Tyago Hoffmann, Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Adriana Campos (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Eliane Lordello, Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Helena Molloy (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Luiz Carlos de Almeida Lima (SEGER), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Maria Cristina Dadalto (UFES), Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Ricardo Savacini Pandolfi (UFES - SECULT), Rodrigo da Silva Coularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESCO), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Sonia M. Mattos (UFES), Vânia Maria Losada Moreira (UFRJ) e Vitor Ângelo de Amorim (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL

- | | |
|-----|--|
| 6 | <i>Cilmar Cesconetto Franceschetto</i> |
| 9 | <i>O fundo DEIP-ES - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Espírito Santo e o projeto de descrição arquivística para a formação de um legado documental - André Malverdes e Margarete Farias de Moraes</i> |
| 23 | <i>Sobre a importância dos arquivos cartoriais e eclesiásticos para os estudos sobre família escrava: o caso de Itapemirim-ES</i>
Laryssa da Silva Machado |
| 37 | <i>Os livros Ata do poder legislativo de Cariacica do século XIX: importante fonte documental histórica do município</i>
Evelyn Reis Bergamim e Marcos Prado Rabelo |
| 53 | <i>Gênero documental na arquivística: revisitando o conceito</i>
Vanderlei Batista dos Santos |
| 69 | <i>Um estudo de caso sobre o uso da gestão do conhecimento no Arquivo Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)</i>
Nathália Teixeira Gaspar Neto |
| 81 | <i>A Estrada de Ferro Vitória a Minas: Entre os dilemas do Minério de Ferro e a internalização do complexo cafeeiro capixaba</i>
Rogério Naques Faleiros |
| 107 | <i>A formação social do Espírito Santo: a concretização da hegemonia das elites cafeeiras?</i>
Jefferson Ferreira Alvarenga |

123 | *Formação e consolidação de Vitória como principal polo comercial do Espírito Santo*
Heldo Siqueira da Silva Jr

141 | *A imprensa no processo de medicalização da sociedade*
Luciene carla corrêa francelino

DOCUMENTO

153 | *Eleições no início do século XIX: lista de votação da segunda eleição de juiz de paz de Itapemirim (1832)*
Kátia Sausen da Motta

RESENHA

161 | *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*
Andre Malverdes

REPORTAGEM

168 | *Arquivo Público recebe coleção documental do médico Jayme Santos Neves*
Jória Scolforo
Relatório de Gestão referente ao ano de 2018

Editorial

Caros leitores,

Chegamos ao quarto número da nossa revista e agradecemos ao apoio e colaboração dos pesquisadores que nos encaminham seus estudos, em forma de artigo, para compor essa importante publicação. Temos a grata satisfação de poder contar com a ação voluntária de todos. Nosso muito obrigado!

Nesta oportunidade, não poderíamos deixar de registrar o impacto da tragédia que afetou a todos nós brasileiros e porque não, à humanidade, que foi o incêndio que consumiu por completo o acervo do Museu Nacional, no último 2 de setembro.

Como responsáveis pela guarda e preservação do acervo arquivístico do Poder Executivo Estadual, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo se sensibiliza com tamanha perda, de profundo impacto à nossa memória. Foram milhares de objetos e documentos reunidos em seus 200 anos de História, exemplares únicos, que se perderam para sempre. Também o imóvel, um patrimônio arquitetônico que testemunhou grandes momentos da História brasileira, sofreu danos irreparáveis. Naquele espaço, por exemplo, na mesma data de 2 de setembro, em 1822, foi assinada a declaração de independência do país. Uma infeliz coincidência.

O incêndio no Museu Nacional nos revela a dura realidade vivida pelas instituições públicas que cuidam da preservação de acervos de interesse histórico para o país. Museus, arquivos, centros de memória sofrem com a falta

de recursos para a sua manutenção. Vez por outra, contam com uma legião de voluntários, de amigos, de pesquisadores sempre dispostos a colaborar, a despeito do desinteresse das autoridades públicas, mas que, infelizmente, não conseguem suprir as demandas, diárias, pelos investimentos necessários a sua manutenção.

No Espírito Santo, conseguimos sensibilizar o poder público e o APEES conquistou uma nova sede há 13 anos. O imóvel tem mais espaço, foi reformado e adaptado para acomodar o acervo arquivístico, para melhor atender aos consulentes e um ambiente com boas condições de trabalho aos servidores. Novos e modernos sistemas anti-incêndios vêm sendo instalados, tanto no âmbito da prevenção, o que é de extrema importância, quanto no combate a incêndios e outros sinistros, numa parceria constante que envolve o Corpo de Bombeiros e a Casa Militar do Governo do Estado, que ocupa algumas salas no mesmo edifício.

O imóvel antigo, localizado na Cidade Alta, é um patrimônio histórico tombado pelo Conselho Estadual de Cultura e tem as mesmas características estruturais do Museu Nacional: paredes de tijolos, mas com piso e forro de madeira, que, aliados às precárias instalações elétricas e hidráulicas, se transformam num barril de pólvora, prestes a explodir. São patrimônios de inestimável valor histórico, mas que, por conta da falta de manutenção, comprometem a preservação dos documentos. Por sua vez, o tratamento especial que se deve para com estes, em muitos casos, não

contribui para com a manutenção dos imóveis. A nação carece ainda de políticas sérias voltadas à preservação da nossa memória.

Neste quarto número da Revista publicamos nove artigos científicos, inéditos. Os primeiros cinco artigos versam sobre acervos arquivísticos, gestão de documentos e experiências desenvolvidas em acervos documentais. Os outros quatro artigos têm as seguintes temáticas: a importância da Estrada de Ferro Vitória a Minas; a formação social do Espírito Santo e o papel das elites cafeeiras; a formação e consolidação de Vitória como principal polo comercial do Espírito Santo e a imprensa no processo de medicalização da sociedade, que se baseia em periódicos, incluindo-se o jornal Correio do Sul, de Cachoeiro de Itapemirim, como fonte de pesquisa.

Na seção Documentos apresentamos um registro das eleições no início do século XIX que é a lista de votação da segunda eleição de Juiz de Paz de Itapemirim, de 1832. Na sessão Resenha temos a apresentação do professor André Malverdes sobre a obra: O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária, de autoria de Rosely Curi Rondinelli. Em Reportagem, matérias sobre as atividades do APEES e o Relatório de Gestão referente ao ano de 2018, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo





DEPARTAMENTO DE

E PROPAGANDA

(Serviço)

1. São esperados hoje
vg Conselheiro da Embaixada B
tar vg Consul W.F. Rhodes pt
presentantes ingleses consta
et outras dependencias da Com
melhoramentos et instituicoes

ARTIGO

**O FUNDO DEIP-ES
- DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE IMPRENSA
E PROPAGANDA DO
ESPÍRITO SANTO E O
PROJETO DE DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA PARA
A FORMAÇÃO DE UM
LEGADO DOCUMENTAL**

André Malverdes

Doutor em Ciência da Informação. Arquivista e Historiador. Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Margarete Farias de Moraes

Doutora em Educação. Arquivista e Historiadora. Professora do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

Apresenta o projeto de descrição arquivística do fundo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Demonstra como a descrição arquivística é fundamental para o acesso, declaração de direitos e História. O fundo contém documentos relativos ao controle dos periódicos, radiodifusão, cinema, turismo, teatro e atividades passíveis de controle pelo Estado Novo.

Palavras-chave: DEIP; Descrição Arquivística; Estado Novo

Abstract

It presents the project of archival description of the fund of the Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - DEIP, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Demonstrates how the archival description is critical for access, bill of rights and history. The fund contains documents related to the control of periodicals, broadcasting, cinema, tourism, theater and activities that can be controlled by Estado Novo.

Keywords: DEIP; Archival Description; Estado Novo.

Introdução

Diante da importância dos arquivos na sociedade contemporânea, é indiscutível o triplo papel cultural, administrativo e científico das instituições custodadoras de acervos, para com o patrimônio arquivístico comum. Os arquivos funcionam, de forma geral, como memória dos produtores de documentos e da sociedade. O grande compromisso dessas instituições com a sociedade, como mediadoras culturais que são, é dar a conhecer a memória e fazer que ganhe vida, através de produtos culturais de resultado atraente, de ampla divulgação e de acesso universal.

Nessa perspectiva, o acervo documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é de importante valor para a reconstituição da história e da memória do Estado do Espírito Santo. Portanto, de grande valor para o patrimônio cultural brasileiro, pois resgata as transformações e permanências que caracterizam a evolução do Estado e da sociedade capixaba no tempo e no espaço. O acervo é composto por coleções de fotografias, de material sonoro, de plantas arquitetônicas, mapas, microfilmes, filmes, fitas magnéticas, anuários, boletins, jornais, legislação avulsa do Espírito Santo, publicações oficiais, relatórios e mensagens de governo produzidas pela administração pública, que, no decorrer dos anos, também incorporou documentos particulares.

É fundamental, para que a sociedade e indivíduos tenham acesso a esses registros de valores culturais e históricos, que eles sejam preservados através do tempo e estejam devidamente organizados para sua plena utilização. Os arquivos são criações sociais e um produto da sociedade humana, dessa forma, dar nomes aos documentos, identificando-os a partir da espécie ou do tipo, constitui uma das operações mais importantes da Arquivologia e tornar os arquivos acessíveis, a partir de visões subjetivas e observações, decide como seu acervo será divulgado e o que será visibilizado dentro de cada fundo.

Nosso trabalho objetiva apresentar a organização do Fundo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP-ES), órgão estadual do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), braço censor do período do Estado Novo, da Era Vargas. Estaremos apresentando, também, o trabalho de descrição arquivística para a elaboração do *Inventário Analítico do Fundo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP/ES*, resultado de pesquisa de um conjunto de aproximadamente 4.000 documentos fundamentais para a compreensão da história das políticas culturais no Brasil e seus impactos em território capixaba, no que diz respeito à imprensa, cinema, teatro, ou qualquer outro tipo de manifestação pública que promovesse a atenção do olhar censor

do DEIP-ES, no período compreendido da documentação, entre 1939 e 1946.

A descrição arquivística

A descrição é essencial para garantir o acesso das pessoas interessadas, cidadãos, pesquisadores, governo, entre outros, aos centros de documentação e seus acervos. É o processo de análise dos documentos ou seus grupos, para obter informações específicas, que depois de sistematizadas são capazes de selecionar, identificar e localizar documentos para acesso. Corroboramos com Oliveira (2012, p.41), ao percebermos que as duas principais finalidades da descrição arquivística são o controle e o acesso. A autora salienta que:

[...] a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso. Como todo trabalho de pesquisa, seus resultados podem e devem ser divulgados, e nesse caso por meio da publicação de inventário, catálogos, glossários, biografias, base de dados. Porém, não só os produtos devem ser divulgados, mas também as decisões metodológicas e os processos de pesquisa, uma vez que integram a produção de conhecimento sobre o arquivo (Oliveira, 2012, p.60).

A descrição arquivística, sem dúvida, é uma das intervenções mais complexas do processo arquivístico e funciona, ao mesmo tempo, como operação e como produto. Apesar dessa importância, Heredia Herrera (1991, p. 299) constata, referindo-se à descrição, que “[...] es curiosa la falta de definiciones en los Manuales más divulgados (Francia, Canadá, Italia)”. Nas palavras da autora, a descrição arquivística “[...] es el medio utilizado por el archivero para obtener la información contenida en los documentos y

ofrecerla a los interesados en ella. [...] La descripción persigue dos objetivos: dar información a los demás y facilitar el control al archivero” (1991, p.300).

Sem a descrição não é possível o acesso aos documentos históricos. Lopez acrescenta que sem a descrição, “[...] corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo, por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação” (LOPEZ, 2002, p.12). O fato de um arquivo se encontrar bem classificado e organizado não é garantia da possibilidade de se consultar de maneira eficaz a informação que contém. Na década de 1960, Schellenberg define em sua obra, *Public and Privad Records: their arragement and description*, o conceito de descrição como sendo “[...] todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca” (SCHELLENBERG, 1963, p.199).

No Brasil, muitas vezes de forma equivocada, tem-se a atividade de descrição arquivística como mero produtor de instrumento de pesquisa. De acordo com Oliveira (2012, p.51), é imprescindível compreender a descrição como um processo de pesquisa, cujo objetivo é o de produzir conhecimento sobre o acervo, e que redimensiona a atividade arquivística e o seu lugar na própria Arquivologia. Para a autora, a descrição arquivística tem sido apresentada na literatura de forma redutora, em relação a sua verdadeira função no fazer arquivístico, sendo que a atividade é considerada como peculiar do arquivo permanente e identificada como cumprimento de elaboração de instrumentos de pesquisa.

A descrição arquivística é uma representação do conteúdo e contexto do documento, na qual as formulações envolvem processos e métodos de pesquisa complexos e particulares, que convergem para a compreensão de um arquivo como um todo. Em 1986, os membros do Bureau Canadien des Archivistes expuseram um conceito de descrição baseado mais na atividade (a representação das características dos documentos) que no resultado final (os instrumentos de pesquisa), considerando a descrição

como a representação mais exata e mais concisa possível, de qualquer unidade da arquivística, elaborada sempre a partir do princípio da proveniência. (BONALZAZO, 2001, p.159).

Esse conceito foi adotado pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, através da ISAD(G), norma que, no Brasil, foi traduzida no ano de 2000, como Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística:

Descrição arquivística (archival description) - A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo (CONSELHO, 2000, p.14).

A concepção adotada pelo CIA dissocia completamente os conceitos de descrição arquivística e instrumentos de pesquisa. Os instrumentos de pesquisa podem ser um dos diferentes resultados possíveis, porém não é o objeto da atividade, como consideram as definições anteriores, mas sim a elaboração de representações precisas de unidades de descrição. Essas representações podem ter diferentes formatos de saída e dar lugar, portanto, a diferentes instrumentos de pesquisa.

Na sua clássica obra *Archivística general: teoría y práctica*, Heredia Herrera define que a palavra descrição, em termos amplos, é a numeração das qualidades fundamentais de uma pessoa ou de um objeto, de tal forma que a pessoa que a efetua apresenta, para conhecimento de outros, as características determinantes que identificam o que se descreve. A autora assim define descrição:

La descripción es el análisis realizado por el archivero sobre los fondos y los documentos de archivo agrupados natural o artificialmente, a fin de sintetizar y condensar la información en ellos contenida

para ofrecerla a los interesados. Equivale a dar al documento de archivo o sus agrupaciones sus señas de identidad, aquellos rasgos que los definen con precisión (eligiendo los elementos que mejor los identifiquen) y que permitirán y facilitarán la comunicación (consulta y recuperación) (HEREDIA HERRERA, 1991, p.299).

Bellotto (1991, p. 173), ao fazer considerações sobre a descrição, ressalta que é uma tarefa típica dos arquivos permanentes, não cabendo ser feita no arquivo corrente, tampouco faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula. Entretanto, essa visão coloca os arquivos secundários como objetos menores e sem maior significado, separados do problema informacional.

A atividade de descrição arquivística realizada pelo arquivista tem como resultado os instrumentos de pesquisa, possibilitando a mediação entre o usuário e a informação, o controle e o acesso. Bellotto (1991, p.179) destaca que, como os depósitos de arquivos não são e nem devem ser de livre acesso, seu potencial de informação só chega ao usuário via instrumento de pesquisa. “A massa de informações contidas em um arquivo só tem utilidade quando instrumentos de pesquisa que permitam o acesso a ela são difundidos entre usuários”.

José Ramón Cruz Mundet (1999, p.255), ao se referir à utilidade da descrição arquivística, destaca que o objeto do trabalho é fazer acessível eficazmente os fundos documentais. Para ele, a descrição dos documentos constitui a parte culminante do fazer arquivístico e vem de acordo exatamente com a finalidade da própria documentação descrita: informar.

Para Cruz Mundet (1999, p.255), a normalização é possível e necessária por diversas razões, como custo, cooperação, compreensão e comunicação. As normas são um canal de comunicação entre os criadores dos documentos, gestores de informação e usuários, cujo desenvolvimento facilitará a compreensão dos instrumentos de pesquisa, a natureza dos documen-

tos e seu conteúdo. Os benefícios econômicos que se derivam da normalização em outros âmbitos da atividade humana, favorecem o desenvolvimento arquivístico; e, por último, agiliza a cooperação entre arquivistas, assim como os demais profissionais da informação.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) criou a NOBRADE, baseada na ISAD-G e na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), adaptada à realidade brasileira. Para Lopez, a importância de um instrumental como a ISAD(G) para a comunidade arquivística é mais evidente quando pensamos nas possibilidades dos avanços na tecnologia da informação, em nível mundial.

Para que a troca eletrônica de informações entre os acervos seja satisfatória é necessário que, cada vez mais, os arquivistas comecem a falar a mesma língua. Nesse sentido, é fundamental o estabelecimento de diretrizes básicas para todas as atividades relacionadas à organização arquivística, inclusive a descrição. A normalização da descrição arquivística também facilita o acesso às informações do acervo por parte dos mais diversos consulentes. Assim, um pesquisador especializado pode localizar com facilidade a informação que deseja em diversos arquivos. A normalização contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral (LOPEZ, 2002, p.16).

Cabe destacar aqui que a adoção da NOBRADE vem atender à resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, tendo em vista que o APEES é parte integrante do sistema. Além disso, a instituição vem trabalhando para em breve adotar o ICA-AtoM (Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória), aplicativo para web destinado a apoiar as atividades de descrição arquivística, em conformidade com os

padrões do Conselho Internacional de Arquivos e as normas de descrição arquivística, como a ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH.

A utilização da NOBRADE no projeto visou atender as diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, e também facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

O fundo DEIP-ES: um microcosmo a desvendar

Para Fernando Achiamé (2010), autor da obra *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)*, a ditadura é um sistema complexo, que tudo quer abranger e disciplinar: a economia, a sociedade, a política, o pensamento das pessoas. O Estado Novo, que existiu de novembro de 1937 a outubro de 1945, era um sistema ditatorial de cunho civil, embora sustentado por esquemas e “condestáveis” de extração militar. A fim de que funcionasse, as instâncias político-ideológicas, então no poder, tinham interesse direto em assegurar a hegemonia do aparelho estatal sobre a sociedade civil em geral, e ainda sobre as ideias, crenças, tradições, mitos e princípios sociais em particular.

Para alcançar esse objetivo, foi criado, em âmbito federal, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, algum tempo depois, em diversos estados se organizaram estruturas burocráticas equivalentes, com a denominação de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). O fato da documentação ora descrita ir até 1946, quando o Estado Novo já estava extinto formalmente, prova que sistemas ditatoriais não surgem do nada, evidentemente, mas passam por significativos processos históricos para sua criação e desmantelamento.

De todo material produzido a partir do funcionamento do DEIP, restaram somente dez caixas tipo box, com cerca de quatro mil documentos, que foram “salvos” quase que por um descuido administrativo

dos governos, nas sucessivas iniciativas de destruição e pela passagem implacável do tempo. Esse acervo estava “esquecido” em alguma lacuna do Palácio Anchieta (atual sede do governo estadual e antigo espaço do Arquivo Público), e deu entrada no APEES junto com fundos documentais da Governadoria e do Interior e Justiça, nos grandes recolhimentos procedidos nas décadas de 1970 e 1980. Como na grande maioria dos casos, os documentos estavam acondicionados em pastas A-Z, com trilhos metálicos enferrujados e com informações existentes nas antigas capas, sem maiores históricos disponíveis sobre o acervo.

Segundo Achiamé, o projeto de descrever e reproduzir o acervo do DEIP-ES baseou-se em critérios técnicos precisos e corretos, porque: a) o conjunto documental possui valores arquivísticos permanentes (de prova, de informação, etc.) de importância tal que justificam plenamente sua descrição de forma detalhada, o que possibilitou o detalhamento do nível 5 (item documental) de todo o acervo; b) o acervo tem dimensões reduzidas, possibilitando sua descrição minuciosa, feita por um instrumento de pesquisa adequado, ou seja, o inventário analítico; c) as imagens dos documentos foram reproduzidas a custo baixo em outros suportes (microfilme, arquivo digital), contribuindo para preservar os originais e facilitar o acesso, a partir do momento em que as informações arquivísticas estarão acessíveis a um público muito maior do que aquele obrigado a consultá-las pessoalmente no APEES.

Criado em 27 de Dezembro de 1939 pelo Decreto-Lei nº 1.915, o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, além de órgão de controle, também foi responsável pela difusão da imagem do governo de Getúlio Vargas. Com o objetivo de promover politicamente a figura do chefe de Estado, o DIP se tornou o porta-voz do regime vigente. Assim, a organização de todo o aparato propagandista do Estado-Novo, passou a ser de responsabilidade desse órgão. Divulgar a imagem do Presidente Vargas, de sua família e dos seus atos constituíam uma das ferramentas primordiais para a construção da imagem de um governante

paternalista. Entre outras atividades, como a censura do teatro e do cinema, a organização de eventos cívicos, a propaganda de eventos políticos, o DIP tinha sob a sua responsabilidade a centralização, coordenação e orientação de toda a propaganda nacional.

Em terras capixabas, o DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, que era a extensão do DIP nos Estados da Federação, teve intensa atuação, marcando presença em diversos eventos sociais e políticos, sempre com o objetivo de promover a imagem de um Estado atuante. Consequentemente, a partir dessas atividades, o DEIP gerou inúmeras páginas de documentos, que por sua vez ficaram sob a responsabilidade do APEES. Esse acervo, constituído de dez caixas tipo box, contendo no total 8.533 páginas de documentos, finalmente recebeu o devido tratamento arquivístico, permitindo o acesso por historiadores e demais interessados em obter um panorama geral das ações desse órgão, que atuou no estado entre os anos de 1941 a 1947.

O fundo DEIP-ES e seu legado de ações e documentos

Nosso trabalho de descrição não tinha a pretensão de analisar a história do DEIP-ES. O objetivo não era produzir conhecimento histórico sobre a ditadura de Vargas no Espírito Santo, apesar de sabermos das lacunas historiográficas existentes sobre esse período no estado. O foco de produzir um inventário analítico sobre o acervo era o de seduzir e motivar. Na verdade, ao iniciarmos o manuseio de milhares de documentos do Fundo DEIP para descrição arquivística, nos deparamos com um mundo de possibilidades de pesquisa. Nossos instintos de pesquisadores arquivistas e historiadores foram iluminados com um universo de possibilidades, que em pouco tempo influenciou toda a equipe do projeto.

Nossa maior motivação era apresentar ao público em geral essa riqueza e motivar pesquisadores e interessados na história do Espírito Santo, duran-

te o período do Estado Novo. Muitas pesquisas nos vieram à mente, a partir do acervo: História da Imprensa, da radiodifusão, do cinema, da cultura, do turismo, da administração pública, da música, do carnaval, entre outras. O método para mostrar as possibilidades é que foi o inventário histórico. O Inventário em si não era o fim e sim o meio.

Pinçar e organizar as informações mais relevantes sobre os acontecimentos, de forma a mostrar o quanto de registros estão disponíveis para muitas análises de qualquer linha e matiz historiográficos, foi um processo instigante para toda a equipe. Para melhor visibilizar essa fonte, identificamos lógicas administrativas e políticas que pudessem despertar o interesse das mais variadas linhas investigativas. Olhar o todo de uma massa documental é uma experiência ímpar. Manuseá-la, relacioná-la entre si e descrevê-la como um conjunto, nos possibilita mergulhar com muito mais profundidade no tempo e no ambiente registrado por ela. Poder criar um instrumento de acesso a estes documentos privilegiando (tentando) a lógica orgânica original, é oferecer este todo ao pesquisador.

A instauração do Estado Novo teve como consequência o fortalecimento do Estado e a expansão de sua influência em praticamente todos os setores da sociedade brasileira. Foi constituído a partir do golpe perpetrado por Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, a 10 de novembro de 1937. O golpe representava o ápice de um período marcado por grande turbulência social e política. Articulava-se, ao mesmo tempo, com o surgimento de um amplo espectro de regimes autoritários que se espalhavam pelo mundo naqueles anos imediatamente anteriores à eclosão da 2ª Guerra Mundial. O congresso foi dissolvido e, logo depois, a dois de dezembro do mesmo ano, todos os partidos políticos extintos. Assim, nas palavras de Getúlio Vargas, não havia mais a necessidade de se recorrer a intermediários para chegar ao chefe do estado.

Sem a estrutura de um partido político organizado a servir-lhe de apoio (ao contrário, por exemplo,

do que ocorria na Itália e na Alemanha fascistas), Getúlio Vargas criou um poderoso órgão de comunicação social, o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, que se encarregou de centralizar, coordenar e controlar a propaganda nacional. O DIP foi criado em 1939 pelo decreto lei 1915, de 27 de dezembro de 1939. Ligado diretamente à Presidência da República, de acordo com seu regimento, tinha por finalidade (Decreto nº 5077, de 29 de dezembro de 1939): “Art. 1º - a elucidação da opinião nacional sobre diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento”.

O Estado-Novo foi também o primeiro momento em que se tentou dar sentido lendário ao Estado, personalizado não só no que se denomina Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes e chefes. Este processo foi desenvolvido através da imprensa, do rádio, do cinema, pela promoção de festas populares e cerimônias cívicas, exaltando datas nacionais e feitos do novo governo. A música popular teve importância destacada nesse processo como veículo para imagem de Getúlio Vargas junto às camadas populares. É significativa a quantidade de músicas compostas no período exaltando a pessoa de Getúlio Vargas, contribuindo para identificar sua figura a “Pai dos Pobres”, a “Homem do Sorriso”, a “Amigo das Crianças”, etc. O DIP, neste sentido, teve papel fundamental.

Através do Decreto Lei 2.557, de 04 de setembro de 1940, o governo “[...] disciplina os serviços de informações oficiais em todo o país com o objetivo de assegurar a distribuição de notícias e ensinamentos exatos e úteis sobre administração, política externa, comércio, indústria, educação e saúde”, ou seja, regulamenta a atuação do DIP nos estados. Assim, são criados os DEIPs.

As funções do DIP, a partir de então, passam a ser executadas com a parceria entre governo estadual e federal. Os governos estaduais tiveram que organizar em um só órgão, a ser denominado Depar-

tamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, todos os serviços responsáveis pelo controle e deliberação da imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo. De acordo com o referido decreto, os DEIPs deveriam estar subordinados ao DIP, pelo menos “[...] do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária” (DECRETO LEI 2.557, 1940).

O DEIP do Espírito Santo estava estruturado basicamente em três diretorias: a Diretoria Geral, a Diretoria de Diversão e Turismo e a Direção de Imprensa e Radiodifusão. Sendo que a Diretoria Geral estava acima das outras duas, tendo ascensão como aprovadora final de seus atos. O DEIP funcionou inicialmente na Rua Pedro Palácios, no centro de Vitória (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIG.0593).

Os registros apontam para uma precária estrutura, visto a constante troca de correspondência entre o diretor e o interventor ou com a contadoria do estado sobre pedidos de adiantamento de recursos para aquisição de material básico de escritório e outras necessidades. Há registros de agradecimento do DEIP à Escola Normal Pedro II pelo empréstimo de uma máquina de escrever (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIG.0038), além de registros de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos e outros fornecedores de serviço.

O Decreto-lei 1949, de dezembro de 1939, regulamentou o controle da imprensa com as atividades da imprensa e da propaganda. A fiscalização dessas atividades era de responsabilidade do DIP e, conseqüentemente, dos DEIPs nos estados. Todas as empresas jornalísticas de publicidade, assim como oficinas gráficas e/ou tipografias deveriam ser registradas no DIP para exercício de suas atividades.

O DEIP organizava eventos, como o desfile de aniversário do interventor federal, com a presença de artistas consagrados da época (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0008). O DEIP organizou a exposição sobre a história da imprensa capixaba no ano de 1943, em homenagem ao “Dia da imprensa”, em que solicitou exemplares de antigos jornais à biblio-

teca, ao arquivo público, às prefeituras e às escolas. O DEIP-ES pretendeu expor o desenvolvimento dos meios de comunicação escrita no Espírito Santo (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0002; BR.APEES.DEIP.DIR.0003; BR.APEES.DEIP.DIR.0004).

O DEIP-ES também administrava a Rádio Clube Espírito Santo, mesmo antes de ser encampada pelo governo do estado, tendo este assumido suas antigas dívidas e adquirido suas ações entre 1943 e 1944 (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIG.0044; BR.APEES.DEIP.DIR.0018). A PRI 9, em 1943, podia irradiar seus programas em ondas largas e possuía pick-up com 33 ½ rotação, com capacidade para discos com 16 polegadas (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0010).

O DEIP-ES, através da Rádio Clube do Espírito Santo, fazia programações comemorativas periodicamente, como a do “Dia do Marinheiro” e “Semanas de Caxias”, em 1943 (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0009; BR.APEES.DEIP.DTD.0213), e do “Dia do soldado”, em 1944 (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DTD.0021). Em 1944, as orientações para a programação especial pelo aniversário de Getúlio Vargas vieram em forma de instrução por escrito, direto do DIP (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0048). Veio do DIP também a ordem de transmitir o programa comemorativo do aniversário do Brasil na guerra, em 1943 (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DIR.0130).

A Diretoria de Turismo e Diversões (ou Divisão de Turismo e Diversões Públicas) atuava no controle e fiscalização da vida cultural e diversão pública capixaba. Basicamente, atuava na censura de músicas, emissão de certificados de aprovação de filmes e espetáculos (peças teatrais e shows) produzidos no estado, pois comumente filmes e espetáculos de exibição nacional já estavam certificados diretamente pelo DIP, cabendo ao DEIP-ES sua verificação e controle na exibição, conforme previsto no Decreto Lei 1.949, de dezembro de 1939.

Os espetáculos em circos também necessitavam de autorização do DEIP-ES para exibição. Os shows de Ataulfo Alves e Vicente Celestino foram autorizados pelo DEIP, ambos em 1944 (Fundo DEIP,

BR.APEES.DEIP.DTD.0391; BR.APEES.DEIP.DTD.0452). Há registros, também, de algumas autorizações para jogos de futebol, principalmente finais de campeonato e amistosos entre grandes times nacionais.

O DEIP-ES não só registrava e censurava as músicas, como também controlava o pagamento de direitos autorais. Os pagamentos dos direitos autorais deveriam ser efetuados à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, no caso de peças teatrais, e à União Brasileira de Compositores, no caso de músicas. A constatação do não pagamento era motivo de solicitação de interdição de execução das músicas e peças. Muitos estabelecimentos foram proibidos de executarem as músicas por falta de pagamento, como “Clube Tupi”, “Clube Vitória”, “Clube Saldanha da Gama” e “Clube Álvares Cabral” (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DTD.0570; BR.APEES.DEIP.DTD.0571; BR.APEES.DEIP.DTD.0572. BR.APEES.DEIP.DTD.0573).

O DEIP-ES registrava as músicas e as avaliava, portanto, era necessário encaminhar música e letra para aprovação do departamento. Músicas não aprovadas não poderiam ser executadas em rádios ou em espetáculos. As músicas poderiam também ser alteradas a pedido do departamento. As músicas dos blocos de carnaval também deveriam ser aprovadas pelo DEIP, como foi o caso dos blocos “Piratas”, “Iankees”, “Cancioneiros da Lua”, “Curió”, “Com ou sem babado”, que tiveram suas músicas registradas e aprovadas pelo DEIP (Fundo DEIP, BR.APEES.DEIP.DTD. vários).

O fundo DEIP e o projeto de descrição

Nosso primeiro contato com o acervo se deu com a aplicação de aulas da disciplina Prática de Arquivo, do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, através de convênio assinado com a administração pública estadual. Os trabalhos foram coordenados pela professora do Departamento de Arquivologia, Margarete Farias de Moraes, coautora deste artigo, e resultaram em um

levantamento preliminar e tratamento de higienização elementar, através de remoção de peças metálicas e excesso de sujidade.

No estado do Espírito Santo, a partir de 2009, a área de cultura passou a contar com uma nova forma de apoio para financiamento da atividade cultural, o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo - FUNCULTURA (Lei Complementar nº 458 de 21/10/2008), cujos recursos visam incentivar a formação, a criação, a produção e a distribuição de produtos e serviços que usem o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos. Um dos propósitos é tornar a atividade cultural uma importante estratégia nos programas de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Em 2010, foi lançado, entre 24 editais, o de número 22, que promoveu seleção de projetos culturais e concessão de apoio financeiro para inventário, conservação e reprodução de acervos no estado.

Através de uma parceria com o APEES foi elaborado e aprovado pelo edital, o projeto para a organização de um inventário analítico, higienização, microfilmagem e digitalização do acervo. Com a equipe do projeto ficou a responsabilidade da descrição analítica do acervo, coordenação e trabalho técnico. Em contrapartida, o APEES prestou apoio no processo de higienização, microfilmagem e apoio técnico ao longo do trabalho. O empenho da equipe da instituição para com o projeto gerou uma troca de conhecimentos e um trabalho interdisciplinar importante para a realização do projeto.

Através da coordenação do professor do Departamento de Arquivologia da UFES, André Malverdes e da supervisão da professora do mesmo departamento, Margarete Farias de Moraes foi realizada uma seleção entre os estudantes do curso de Arquivologia da UFES, para o trabalho de descrição. Cabe destacar aqui que a utilização dos futuros profissionais de Arquivologia do Espírito Santo objetivou preparar as equipes para o trabalho tão necessário no tratamento do patrimônio documental capixaba. A responsabilidade, o compromisso e a dedicação desses

estudantes foram essenciais para o sucesso dos resultados do projeto.

O DEIP/APEES é composto por 10 caixas tipo box, contendo 3997 documentos em um total de 8533 páginas, todos de tamanho A4, documentos estes que vão desde memorandos, ofícios e correspondências, até autorizações e licenças para exibição de espetáculos culturais, relações das associações culturais existentes no estado, decretos e portarias da interventoria, certificados de censura e biografias de pessoas importantes do Espírito Santo. O fundo também apresenta três brochuras contendo recortes de jornais de todas as notícias e reportagens, que o DEIP encomendou (e também recebeu), tanto nos jornais locais como na imprensa oficial. O cunho dessas reportagens e notícias eram sempre o de divulgar estatísticas, eventos e aspectos positivos da economia e cultura do Espírito Santo.

No que diz respeito à organização do acervo, optamos por manter a ordem original, de acordo com o segundo grau do princípio de proveniência (Rousseau, 1998, p.83), que determina que os documentos ocupem um determinado lugar, que precisem ser respeitados ou restabelecidos, no caso dos documentos, onde a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão.

Nesse caso, ainda segundo o autor, na ausência de um quadro de classificação para o arquivo corrente, o arquivista deve escolher entre as seguintes possibilidades: conservar a ordem existente, tentar reconstituir a ordem primitiva ou aplicar outra ordem. Rousseau completa destacando que o realismo é a melhor orientação nessa matéria, sendo assim, o profissional deve escolher entre a reconstituição da ordem primitiva ou uma organização que responda a outros imperativos, como os da investigação.

Baseados nessas reflexões, optamos por manter a ordem original do acervo, mesmo que tenha sido posteriormente modificado pela entidade custodiadora, e que, posteriormente, tenhamos que realizar o arranjo da documentação de forma digital. Entendemos que essa opção garantiria o contexto

do acervo, ao mesmo tempo em que não comprometeria em nenhum momento a investigação, considerando que o inventário analítico propicia a identificação de interesse na pesquisa.

Cabe lembrarmos que, no arquivo, as operações de classificação e de disposição física dos documentos são perfeitamente dissociáveis. Dessa forma, optamos por realizar a classificação dos documentos dentro de sua configuração lógica, ou seja, determinamos a maneira como os documentos seriam classificados virtualmente, visando garantir e preservar sua organicidade e a permitir ampla consulta a partir de seus critérios de acessos coerentes.

O tempo para execução do projeto não permitiu que os documentos pudessem ser arranjados como suas cópias digitalizadas. Entendemos que essa opção garantiria o contexto do acervo, ao mesmo tempo em que não comprometeria em nenhum momento a investigação, considerando que o acervo analítico propicia a identificação de interesse na pesquisa. Desta forma, a classificação do fundo em 3 séries principais, se deu apenas na descrição e na organização do fundo digitalizado.

Os documentos foram divididos em três séries, com base na nomenclatura utilizada na estrutura organizacional do DEIP. São elas: Diretoria Geral (DIG), Diretoria de Propaganda, Turismo e Diversões Públicas (DTD) e Diretoria de Imprensa, Radiodifusão e Divulgação (DIR).

A codificação foi elaborada de acordo com a metodologia de organização do APEES e das orientações das Normas Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE, que também serviu de base para o estabelecimento dos procedimentos operacionais do projeto. A utilização da NOBRADE no projeto visou atendermos as diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, e também facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Cada documento recebeu um código, com uma estruturação padrão que se iniciava com BR.APEES.

DEIP referente ao país, à entidade custodiadora e ao fundo. A partir dessa estrutura básica, acrescentamos mais um elemento do código, de acordo com a série a que o documento pertence, a saber:

BR.APEES.DEIP.DG – Diretoria Geral

BR.APEES.DEIP.DTD – Diretoria de Propaganda, Turismo e Diversões Públicas

BR.APEES.DEIP.DIR – Diretoria de Imprensa, Radiodifusão e Divulgação.

Os documentos de cada série foram numerados sequencialmente, formando o seguinte código:

BR.APEES.DEIP.DG.0001...9999 ou BR.APEES.DEIP.DTD.0001...9999 ou BR.APEES.DEIP.DIR.0001...9999

Após a codificação, foi descrito o conteúdo do documento, seguido do local de sua produção, da data, do seu número e do número de folhas que o compõe. Ao final, acrescentaram-se as observações que se fizeram necessárias, como as remissivas ou outra informação relevante.

Um inventário é um instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou de parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que pode refletir ou não a disposição física dos documentos (Arquivo Nacional, 2005). Ao final do material, optamos por inserir um índice onomástico, que é constituído por nomes de pessoas e instituições.

Um arquivo ou mesmo um único acervo, sem um instrumento de pesquisa, não permite aos interessados um pleno acesso, na medida em que seu conteúdo se esconde por trás de uma frágil organização física, que, mesmo que exista, não possibilita o entendimento total do funcionamento, muito menos suas ligações com os interesses sociais atuais.

Para construção de instrumento de pesquisa de fontes documentais históricas, é de fundamental importância a aplicação da técnica de descrição, que, de acordo com o dicionário arquivístico (ARQUIVO NACIO-

NAL, 2005, p.67), é entendido como “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. A descrição arquivística dos documentos possibilita a criação de instrumentos de pesquisa. Para o fundo DEIP/APEES, pelo seu valor cultural e histórico, foi escolhido o instrumento de pesquisa do tipo “inventário analítico”, que possibilita aos interessados uma visão mais aprofundada dos conteúdos dos documentos.

A metodologia usada para a descrição do fundo DEIP/APEES foi baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, cujas diretrizes se baseiam na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G). Essas diretrizes garantem o intercâmbio e facilitam o acesso de informações em âmbito nacional e internacional.

A NOBRADE (CONARQ, 2006:11) possui 6 níveis de descrição:

- Nível 0 – Acervo da entidade custodiadora
- Nível 1 – Fundo ou coleção
- Nível 2 – Seção
- Nível 3 – Série
- Nível 4 – Dossiê ou processo
- Nível 5 – Item documental

Para o projeto de descrição do fundo DEIP/APEES, foi utilizado o nível 1, com a finalidade de descrever o montante informacional do fundo como um todo; o nível 3, que descreveu cada uma das três séries que classificaram o fundo e o nível 5, na medida em que todos os documentos foram descritos. Apesar de a NOBRADE sugerir que “[...] o nível de descrição 5 tem como requisito a existência do nível 4” (Brasil, 2006, p.11), a equipe não encontrou justificativas pertinentes para a criação artificial desse nível, apenas para cumprir a sugestão da norma em questão.

Como as séries não estavam explícitas na organização física do acervo, foi necessário atribuí-las no momento da análise do documento e de sua descri-

ção. Os códigos foram escritos no próprio documento com lápis 6b, no canto superior direito da página frontal. No caso de documentos com mais de uma página, os códigos foram colocados em todas as páginas frontais do documento. As capas e contracapas das pastas, quando apresentaram alguma informação original, foram consideradas como documento, portanto foram descritas e numeradas.

Cada documento foi analisado e foram registradas, no instrumento de descrição, as seguintes informações:

- Código de referência: Código com o qual o documento deverá ser identificado.
- Título: Título original do documento e sua tipologia. Caso o documento não tivesse um título, devia-se atribuir, a partir de elementos de informação presentes no documento.
- Indicação de responsabilidades (autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado) e assunto.
- Datas: Datas da produção do documento. Poderiam ser registradas outras datas importantes constantes no documento, como datas de requerimentos, eventos, entre outros, mas estas datas deveriam ser identificadas como tal.
- Local: Local de produção do documento.
- Dimensão: Número de páginas e folhas do documento.
- Conservação: Estado de conservação do documento.
- Pontos de acesso: Palavras chaves e/ou termos que auxiliassem na recuperação do documento.
- Documentos relacionados: Outros documentos (apenas seus códigos) do mesmo fundo, que mantinham relação com o documento.
- Número da caixa: Número original da caixa no fundo.
- Número da pasta: Número da pasta ou maço original.
- N° de página: Número da página na sequência crescente por pasta.

- Data da descrição: Data da descrição do documento.
- Descrito por: Nome do responsável pela descrição do documento.

Após o trabalho de análise e descrição, todo o fundo passou por um processo de higienização para ser microfilmado. A microfilmagem gerou 10 rolos de filme, que possibilitaram o processo de digitalização mais eficiente e rápido. Cada documento gerou uma imagem, que foi classificada e indexada com o seu código específico.

Com a finalização do projeto de descrição do fundo DEIP, e também concluídas as descrições dos itens documentais, tornou-se possível organizar, produzir e editar um inventário analítico do fundo, impresso e digital. O inventário foi cadastrado no ISBN 978-85-908057-1-7 e atualmente é ferramenta de trabalho fundamental de acesso e consulta ao fundo DEIP.

Considerações finais

O projeto de Descrição do fundo DEIP-ES proporcionou à comunidade interessada nas ações e políticas de censura do Estado Novo, um novo horizonte de possibilidades de pesquisa, na medida em que a descrição minuciosa e de fácil acesso aos itens documentais deste acervo revelou fatos e dados nunca antes visitados sobre esse período de nossa história. A riqueza dos conteúdos destes documentos, apesar da pequena quantidade, pode auxiliar investigações nas mais diversas temáticas no âmbito da história cultural, social e política do Espírito Santo e do Brasil.

Os produtos resultantes do projeto, o inventário analítico, o banco de dados e as imagens dos documentos digitalizados, agora incorporados ao dia a dia do APEES, estão facilitando sobremaneira o árduo trabalho dos profissionais no atendimento às mais variadas consultas ao acervo, uma vez que antes, praticamente não era acessado por falta de um instrumento de pesquisa qualificado e que pudesse

subsidiar o trabalho, tanto do arquivista, como do pesquisador.

A partir disso, conclui-se que a descrição arquivística, dentro das regras estabelecidas pela NOBRADE e conjugada com o uso adequado dos conceitos de avaliação, preservação e classificação de documentos, é de fundamental importância para tratamento, análise e divulgação de acervos arquivísticos de caráter permanente.

Acervos arquivísticos preservados, tanto por instituições produtoras, como por instituições específicas de custódia de documentos permanentes, necessitam receber tratamento arquivístico adequado, para que possam ser perfeitamente acessados e atender as diversas demandas da sociedade, seja para prova de direitos, como para pesquisas históricas sobre fatos e acontecimentos de interesse geral.

O acesso é o objetivo de todo tratamento arquivístico de acervos documentais. Não faz sentido preservá-los sem a possibilidade de franquear o acesso fácil, inteligente e rápido às informações contidas em seus documentos. Arquivos são criados para serem consultados, analisados, usados como prova. São mediadores culturais e educacionais. Neste sentido, tanto arquivistas como outros profissionais devem se esmerar em dar a eles tratamento adequado, de qualidade, dentro das técnicas corretas e das normas vigentes.

Sendo assim, consideramos que o projeto de descrição arquivística de todos os itens documentais do fundo DEIP-ES foi uma contribuição importante no sentido de aumentar e melhorar o acesso a um importante acervo que registrou um período tão peculiar da história brasileira, sendo com isso possível o preenchimento de lacunas e revelação de novos panoramas de nossa história.

Referências bibliográficas:

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia ar-*

quivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BONAL ZAZO, José Luis. *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Trea, 2001. *Biblioteconomía y Administración Cultural*; 55.

BRASIL. *Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009*. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, suplemento ao n. 35, p. 9, 19 de fevereiro de 2009, seção 1.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca*. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA*. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de Archivística*. Madrid, Fundación Sánchez Ruipérez, 1999.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 27, n. 3, Mai. 1999. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/312/278>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5.ª edición actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de Pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SCELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

Recebido em: 24/09/2018

Aprovado em: 04/12/2018

Dix Arvelina es crava
em Machado, e hoje liberta
de V. S. pro indifferença
para cujo fim depro
da, com licença de V.
juros de 5 p^{to} e ma
ber os juros que reme
ate o dia de sua li
por a V. S. que depro
se digna providencia
de Taxenda, se lhe co
o principal para
foi. Pelo que //

ARTIGO

SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS CARTORIAIS E ECLESIAÍSTICOS PARA OS ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA ES CRAVA: O CASO DE ITAPEMIRIM-ES

Laryssa da Silva Machado

Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFES. Docente da Rede Municipal de Ensino de Maratáizes-ES.

Resumo

Este trabalho pretende analisar a importância dos documentos cartoriais e eclesiásticos para os estudos dentro da História Social, com destaque para a região de Itapemirim-ES. Fontes como inventários post mortem, testamentos e registros eclesiásticos compreendem importantes corpus documentais na tentativa de recompor a demografia de regiões brasileiras no período colonial e imperial. Isso porque, muitas localidades carecem de levantamentos oficiais sobre a população. No caso específico de Itapemirim, os documentos acima citados encontram-se no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que recebeu os inventários e testamentos itapemerinenses para preservação e o Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, localizado na Vila de Itapemirim, que possui a guarda de livros de batismo, casamento e óbito de livres e escravos referentes aos séculos XIX, XX e XXI. Esses documentos constituem fontes para inúmeras pesquisas historiográficas e a preservação dos mesmos é a garantia que a páginas da história estão sendo preservadas.

Palavras-chaves: História de Itapemirim, Documentos Cartoriais, Documentos Eclesiásticos.

Abstract

This paper intends to analyze the importance of the documentary and ecclesiastical documents for studies within Social History, with emphasis on the region of Itapemirim-ES. Sources such as Post-Mortem Inventories, Testaments and Ecclesiastical Records, comprise important documentary corpus in the attempt to recompose the demography of Brazilian regions in the colonial and imperial period. This is because, many localities need official surveys on the population. In the specific case of Itapemirim, the aforementioned documents can be found in the Public Archive of the State of Espírito Santo, which received the inventories and wills from Itaparim for preservation, and the Archive of the Parish of Nossa Senhora do Amparo located in Vila de Itapemirim, and keeps books of baptism, marriage and death of free and slaves, referring to the 19th, 20th and 21st centuries. These documents are sources for numerous historiographical researches and the preservation of them is the guarantee that the pages of history are being preserved.

Keywords: History of Itapemirim, Cartoriaal Documents, Ecclesiastical Documents.

Introdução

O trabalho do historiador não se faz sem fontes. Documentos escritos, objetos, monumentos ou fontes orais são fundamentais para a pesquisa, pois através dessas fontes é que se caminha e, ainda que em partes, se reconstrói o passado. Os arquivos públicos, privados ou ligados a instituições são os locais onde muitas dessas fontes estão guardadas. “Ao consultar um arquivo, o pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionados como relevantes por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica e disponibilizado de acordo com alguns critérios” (CASTRO, 2008, p.8). A partir daí esse conjunto documental torna-se patrimônio de interesse público.

Desde sempre, arquivos constituem a memória das pessoas e das instituições e existem desde que o ser humano fixou suas relações sociais por escrito. Segundo Reis (2006, p.2) os arquivos contaram com vários suportes, dentre os quais as placas de argila, papiros ou papéis. O autor defende ainda que a História dos Arquivos não pode ser desassociada da História Geral e sua evolução se desenvolve paralelamente ao desenvolvimento das sociedades.

Reis (2006) faz um passeio pelos períodos históricos, desde a Antiguidade até o século xx, destacando como cada período via e cuidava dos seus documentos e, conseqüentemente, organizava seus arquivos. Esse último século aparece como marco para a organização dos mesmos (REIS, 2006, p. 9). A partir desse

período, os arquivos se abirão aos cidadãos e pesquisadores, e por conta disso, a presença de profissionais faz-se necessária (CALDERON, 2004, p. 98).

Como “arquivos” pode-se entender que são um conjunto de documentos que, independente da natureza ou do suporte, são reunidos ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Uma conceituação mais moderna classifica os arquivos como acervos compostos por informações orgânicas originais, presentes em documentos registrados ou em suportes de gravação eletrônica, produzidos ou recebidos por pessoas física ou jurídica (CALDERON, 2004, p. 98-99). Estes podem ser públicos ou privados.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Arquivos de 1991 instituem que arquivos privados são de interesse público, o que não tira do proprietário seus direitos, mas lhe faculta o direito de controle, uma vez que haja interesse público. Já quanto aos arquivos públicos,

a mentalidade do sigilo ainda é um problema, possibilitando a fragmentação ou a perda total ou parcial dos fundos documentais. Outro problema foi a demora na instituição das leis específicas sobre arquivos. Com isso, muitas instituições destruíram documentos, pois não havia legislação que as impedisse (COSTA, 1998, p. 196).

Além disso, as instituições arquivísticas contam com grandes massas documentais, maioria delas em papel, que chegam aos arquivos sem o tratamento adequado. Junto às informações históricas de pessoas e instituições, vêm documentos que não possuem valor. Por conta disso a gestão documental é importante, para se classificar os mesmos. É preciso que essa equipe conheça a instituição ou a pessoa a qual pertenciam os documentos, além de possuir conhecimentos históricos e sociológicos (CALDERON, 2004, p. 100).

Nos arquivos estão depositadas as pistas do passado. Cuidar desses documentos é possibilitar que a história seja preservada. Esse trabalho destaca

a importância dos arquivos cartoriais e eclesiásticos, dois conjuntos documentais que podem ser utilizados para uma série de pesquisas. A pesquisadora que vos escreve desenvolve estudos sobre famílias, especificamente sobre famílias escravas no século XIX, na região de Itapemirim-ES¹. Sendo assim, o uso de inventários post mortem, testamentos e registros eclesiásticos são fontes riquíssimas na reconstrução desses laços familiares.

O artigo irá relatar a importância dos documentos acima citados, com destaque para os arquivos que contêm os documentos de Itapemirim-ES. Essa região, localizada ao sul da província do Espírito Santo, foi uma das mais prósperas dentro da província, durante o século XIX. Por ser região agroexportadora de açúcar e café, e por ser o porto capixaba mais próximo da Corte, contava com muitas famílias prósperas, e um quantitativo de cativos muito grande, muitos dos quais eram africanos (MACHADO, 2017, p.60-64). Por conta disso, estudar a região é fundamental na tentativa de reconstruir o passado capixaba, que ainda apresenta inúmeras lacunas.

Com isso, pretende-se destacar neste trabalho, primeiramente, a importância que cada conjunto documental possui e em seguida, avaliar a relevância dos documentos específicos da região estudada. Vale lembrar, que dentro dos estudos em História Social e Demográfica, documentos cartoriais e eclesiásticos constituem peças fundamentais na reconstrução populacional de regiões brasileiras, uma vez que a ausência de levantamentos demográficos oficiais se constitui um problema. Assim, ainda que tais documentos não apresentem o todo, parte de uma sociedade pode ser analisada a partir dos mesmos e, conseqüentemente, parte do quebra-cabeças histórico brasileiro é remontado.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, desenvolve a pesquisa “SOBRE AS ÁGUAS BATISMAIS: A FAMÍLIA ESCRAVA E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO EM ITAPEMIRIM-ES (1850-1888)”, tendo como orientadora a Professora Doutora Adriana Pereira Campos.

Sobre a importância dos documentos cartoriais: inventários *post-mortem* e testamentos

Dentre os documentos inseridos nos estudos de História Social estão os Inventários *post-mortem* e os Testamentos. Em trabalhos que se dispõem a estudar famílias, como realizado por esta pesquisadora, o uso de tais fontes é bastante oportuno, sendo preciosas para estudos de sociedade. São documentos seriados, porém, diversificados. Cada inventário e testamento é único e apresenta uma gama variada da população (MAGALHÃES, 1989, p. 31). “Trazem-nos informações quantitativas e qualitativas – de ordem social, cultural, econômica, administrativa e política – sobre os indivíduos no período colonial e imperial do Brasil” (MIRANDA, 2016, p.72).

Inicialmente, esses documentos apareceram em estudos franceses sobre a História da Morte, mas alastraram-se para outros países, sendo utilizados em pesquisas portuguesas (SILVA, 2014, p. 1-10) sobre o mesmo assunto. No Brasil, além das pesquisas sobre História da Morte, inventários e testamentos passaram a ser utilizados em pesquisas no campo da História Social, já que tais documentos permitem ao historiador reconstruir parte da identidade do sujeito, pois descrevem “a composição das casas de morada, o vestuário, os padrões de estado civil, o número de filhos, os agregados, as relações creditícias em que estes se envolveram, a religiosidade, o compadrio, a composição de riqueza” (MIRANDA, 2016, p.72). É como se o pesquisador voltasse no tempo e adentrasse na vida dos sujeitos cujos bens estão descritos nos documentos.

Tem-se, pois, uma gama variadíssima da população (sobretudo das camadas médias) que vai dos artesãos aos profissionais liberais, de funcionários públicos a alguns poucos religiosos. Os relatos são minuciosos. É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de mineração, e, sobretudo, a mão de obra (MAGALHÃES, 1989, p. 31-32).

Testamentos são produzidos antes da morte, onde se registra a última vontade do testador, atestada e testemunhada. O testador precisa estar dotado de suas faculdades mentais. Além dos testadores, compõem um testamento a testamentária, que é a execução do testamento e o testamentário, que é a coisa do testamento e o testamenteiro, que é a pessoa encarregada de executar a vontade do testador. Devia ser escrito na presença de um tabelião acompanhado de cinco testemunhas (FURTADO, 2011, p. 93-95).

Já o inventário é feito após a morte, por isso chamado de *post-mortem*. Através desse documento, os bens do morto são arrolados para serem partilhados pelos herdeiros (FURTADO, 2011, p. 102). Geralmente era composto pelas seguintes partes: termo de abertura, que informa dados como o local, a data, o juiz responsável e a data do óbito; a transcrição do testamento, quando há; designação de tutor, quando existem herdeiros menores e o cônjuge sobrevivente é mulher; inventariação e avaliação de bens por avaliadores designados; e partilha (FURTADO, 2011, p.105). Sendo assim, um inventário foi e ainda é “documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores” (TEIXEIRA, 2012, p. 64).

Historicamente, testamentos são produzidos desde a Antiguidade. Porém, a Igreja Católica influenciou de grande maneira essa documentação, ao ensinar seus fiéis sobre a boa morte. Testamentos passaram a ter uma estrutura complexa, contendo como partes importantes as disposições espirituais, ou o bem da alma e as disposições materiais ou herança. Também tinha a função de organizar a vida social da família após a morte do testador². “Até o século XIX, a Igreja considerou-se guardiã dos testamentos, em vista disso, muitos deles foram trasladados no livro de registro de óbitos. A documentação eclesiástica man-

2 Os Testamentos e a História da Família. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

teve-se nos arquivos das diversas Cúrias do Brasil”.

Na perspectiva de estudos, pode-se realizar pesquisas com esses documentos em diversas áreas, tais como mentalidades, comportamentos, morte, doutrina e religiosidade, crenças e devoções, dentre outros assuntos. Outro campo em que inventários e testamentos são muito utilizados é o demográfico, uma vez que preenchem lacunas deixadas pelos documentos eclesiásticos⁴. Também são fontes riquíssimas para estudos sobre famílias patriarcais, família colonial, estratégias familiares, dentre outras pesquisas⁵, uma vez que “oferecem, entre outras, informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes e outros antepassados, [...] podem revelar informações sobre a dinâmica da vida familiar nos anos pregressos à morte” (FURTADO, 2011, p. 112).

Paiva (2009, p.43) salienta que testamentos são relatos individuais e expressam os modos de viver coletivos, além de informar sobre comportamentos, grupos sociais e até mesmo os elementos definidores da esfera mental e também são fontes de estudos da cultura material, pois descrevem mobiliário, louça, utensílios, objetos de prata e ouro, oratórios e imagens, ferramentas de trabalho (PAIVA, 2009, p. 113), e assim, pode-se identificar a economia da região.

A partir da análise dos bens deixados, do que era inventariado, da forma como se procedia a partilha, entre outras características, vislumbramos os valores econômicos, sociais e até culturais de uma sociedade. Apesar de ser único, ou seja, cada documento se referir a uma única pessoa e família, o conjunto dos inventários de todo um período nos possibilita uma análise social mais ampla (TEIXEIRA, 2012, p. 65).

Rodrigues (2015, p.17-50), em trabalho sobre usos de testamento, observou que tais documentos são fontes excelentes, uma vez que, as análises possíveis, vão além das questões jurídicas e dos aspectos sociais e econômicos. Ela alerta que, nas últimas vontades declaradas, instituições como a Igreja, o clero e associações religiosas recebiam bens, doações e esmolas, que por muito tempo sustentaram as mesmas. Além disso, tanto a prática de testar como o conteúdo do documento são passíveis de estudos, dado a riqueza documental (RODRIGUES, 2015, p. 17-18). O medo da morte e a precaução com o que ocorria após ela, que permeiam os testamentos, são outros pontos passíveis de estudo. São documentos que trazem relatos pessoais, portanto, revelam costumes e a maneira como as pessoas viviam e sentiam no passado (PAIVA, 2015, p. 75-106).

Também existiam testamentos conjuntos, como o caso de Martim Afonso de Sousa e Dona Ana Pimentel, sua esposa (FURTADO, 2015). Ele, navegador português citado por Camões, foi o primeiro capitão donatário brasileiro e viveu entre Portugal, Brasil e Índia. Como eram meeiros de seus bens, redigiram o documento juntos, mas fizeram ressalvas pessoais. Os desejos do casal diziam respeito aos ritos fúnebres, destino dos principais bens, incluindo casa e escravos, e direitos à sucessão, ou seja, à geração ou família (FURTADO, 2015, p. 129-131).

Dentro da temática da escravidão, esses documentos ajudam a reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e libertos (SILVA, 2014, p. 6). Além disso, era comum nos testamentos pessoas alforriarem escravos como ato de benevolência e demonstração de gratidão. A liberdade aos cativos conduzia a uma situação de imprecisão que a própria situação de escravo e de forro restava fluida. Alguns senhores concediam a liberdade, mas obrigavam os cativos a trabalharem por determinado período (MATHIAS, FIORAVANTE, 2015, p. 151-183). De maneira geral, a liberdade dada nos momentos de morte representava um misto de sentimentos.

3 ARAÚJO, M. L. V. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

4 Os Testamentos e a História da Família. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

5 ARAÚJO, Op. Cit.

Não havia amor romântico, mas vigorava amor paternal, maternal, estimação com a cria e apenas boa harmonia e união entre o homem e a mulher, alforria paga para satisfazer também a legados pios, dádivas materiais e simbólicas, saldar dívidas e morrer em paz com a consciência (GUEDES, SOARES, 2015, p. 107-150).

Quanto aos inventários, revelam o plantel escravista do falecido, nomeando-o, listando-o e avaliando-o entre seus bens. É possível acompanhar as transformações e dinâmicas da sociedade escravista através desses estudos (FURTADO, 2011, p. 111-112). Documentos cartoriais mostram-se oportunos para uma série de pesquisas, seja no campo social, no estudo sobre bens e fortunas, na reconstrução de famílias e nos trabalhos desenvolvidos sobre escravidão. Ainda que apresentem lacunas, revelam aspectos importantes das sociedades estudadas, reconstruindo partes do passado.

Sobre a importância dos arquivos eclesiásticos – livros de batismo

A pia batismal foi cenário de muitos momentos protagonizados pela família cativa no Brasil e, desde algumas décadas, tem sido utilizada como fonte para muitas pesquisas. De maneira geral, os registros eclesiásticos oferecem detalhes do cotidiano das famílias cativas, sendo um excelente campo de estudo, pois cabia à Igreja Católica o registro da vida das pessoas, livres ou escravas. “Batizar, casar e morrer são procedimentos tomados pela Igreja Católica como de sua alçada” (FARIA, 1998, p. 305). A união entre Coroa e Igreja favorecia a ambas, pois ajudava a espalhar o catolicismo pelo Brasil e evitava que o Estado português, no período colonial, e brasileiro, no período imperial, se preocupasse com registros civis. “Dessa maneira, manteve-se a prática dos livros eclesiásticos em que, desde o período colonial, assinalavam-se nascimentos, casamentos e óbitos em

volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos [...]” (CASTRO, 1997, p. 339).

Estes registros trazem aspectos do cotidiano nos períodos colonial e imperial, tanto dos livres quanto dos escravos, pois demarcava as etapas da vida dos mesmos. Também demonstram o domínio católico sobre a população, uma vez que os principais eventos da vida das pessoas estavam relacionados à Igreja. Através dos registros de nascimentos, casamentos e mortes o catolicismo perpetuava seu domínio social. Era o catolicismo, portanto, que tornava aquele indivíduo cidadão e parte da sociedade. A ausência de material censitário em quase toda a América Portuguesa até o fim do século XIX torna os documentos eclesiásticos fontes valiosíssimas para os estudos historiográficos, uma vez que permitem que variáveis sociodemográficas da sociedade colonial e também imperial sejam analisadas (FILHO, LIBBY, 2016, p. 11-37).

O registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo. O batismo significava a comprovação de ser a pessoa filha dos pais e da terra alegados. A união matrimonial só existia se o casal tivesse recebido as bênçãos do padre, com testemunhas e assentos em livros próprios. O registro de óbito paroquial representava a morte social. Forneciam-se atestados de viuvez, por párocos que transcreviam o registro de óbito de um dos cônjuges. Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passavam pelo olhar e controle da Igreja. Pode-se até mesmo considerar que a cidadania se exercia pela aceitação, mesmo que estratégica, dos rituais católicos (FARIA, 1998, p. 307).

Através do batismo, principal rito do cristianismo, o sujeito era inserido na sociedade católica. “No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar qualquer indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade cristã” (SCHWARTZ, 2001, p. 267). Para os cativos, especificamente, o batismo era ministrado a adultos e crianças, sendo obrigação do senhor tal prática.

O batismo, para a Igreja, é o momento mais expressivo em termos de significado ritual. Também era assim entendido por muitos homens coloniais, embora com outras conotações, algumas até mesmo mágicas. Amplamente disseminado por toda a população, na prática cotidiana ultrapassava o limite religioso, firmando-se como um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais, através do compadrio (FARIA, 1998, p. 304).

A integração para o cativo, especificamente, era importante, pois representava um quesito básico para sobrevivência, uma vez que, negar o domínio do senhor e de suas instituições representava um confronto, o que causaria mais dano que benefício (FARIA, 1998, p. 306). Tanto os escravos que chegavam aos portos brasileiros quanto os que nasciam nessas terras, se tornavam parte da sociedade através do sacramento batismal. Aos senhores cabia a obrigação de batizar seus cativos, adultos ou crianças, correndo o risco de sofrerem com as maldições do mundo espiritual. “Considera-se responsabilidade de todos os senhores o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas” (SCHWARTZ, 2001, p. 268).

Os sacramentos eclesiásticos no Brasil foram organizados após a aprovação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁶, documento do período colonial que foi mantido até 1889. Estas ordenações davam instruções sobre todo o procedimento cristão que livres e escravos deveriam obedecer. Sobre o batismo, as Constituições instruem que se batizem os “escravos brutos e boçais” e também os filhos dos “infieis”. Porém, os menores de sete anos não devem ser batizados sem a autorização dos pais (CAMPOS, MERLO, 2005, p. 20-21).

Aos cativos, o direito ao batismo era garantido, mesmo se o senhor fosse contrário. Porém, ao proprietário do escravo, que era cristão, cabia a obrigação dos ensinamentos da Doutrina Cristã. Era sua obrigação batizar, em no máximo seis meses, os africanos com mais de dez anos. Os com idade menor que essa, deveriam ser batizados com um mês. Aos filhos das cativas, o batismo deveria ser o mesmo dado as outras crianças (SCHWARTZ, 2001, p. 268). As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia garantiam muitos benefícios para aqueles que eram batizados.

34. Causa o Sacramento do Batismo efeitos maravilhosos, porque por ele se perdoam os pecados, assim original, como atuais, ainda que sejam muitos, e mui graves. E o batizado adotado em filho de Deos, e feito herdeiro da Gloria, e do reino do Ceo. Pelo Batismo professa o batizado a Fé Católica, a qual se obriga a guardar; e pode, e deve a isso ser constrangido pelos Ministros da Igreja. E por este Sacramento de tal maneira se abre o Ceo aos batizados, que depois do Batismo recebido morrerem, certamente se salvam, não tendo antes da morte algum pecado mortal (DA VIDE, 1707, Livro I, Título X, p. 13).

A Igreja era a instituição que conseguia se infiltrar em assuntos considerados privados, estabelecendo como deveriam ocorrer as relações entre senhores e escravos. Um desses documentos era o discurso jurídico-teológico escrito pelo padre Manoel Ribeiro da Rocha, em 1758, intitulado de *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*⁷. Tinha como objetivo educar os senhores sobre os tratos que deveriam ser dados aos mesmos. “Os escravos de nosso Arcebispado, e de todo o Brasil são os mais necessitados da Doutrina Cristã, [...] devemos buscar-lhes todos os meios para serem instruídos na Fé” (ROCHA, 1758, p. 244).

6 CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra. 1720. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

7 ROCHA, M; R. Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil (1758). Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

Sendo um dos pensadores da escravidão lusitana, Rocha defende a suavização do cativo sem, portanto, propor sua extinção, uma vez que a escravidão era a mão de obra da colônia. Propõem também a libertação tardia dos cativos após um período pedagógico e evangelizador de cativo, onde o escravo aprenderia sobre as doutrinas cristãs. Para o padre Rocha, os senhores deveriam cuidar de seus escravos como se fossem seus filhos.

Na sexta parte de seu discurso, intitulada “Do que se respeita à instrução na Doutrina Cristã”, o teólogo descreve os benefícios do batismo para a vida do cativo, que deixaria de ser escravo do demônio e se tornaria um servo de Deus. Sendo os pais responsáveis por ensinar seus filhos sobre a Doutrina Cristã, cabia igualmente aos senhores ensinar seus cativos com perseverança e paciência, instrução presente também nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O batismo deveria ser ministrado aos mesmos, que se tornariam membros do Corpo de Cristo e da Igreja Católica, desfrutando de bênçãos na terra e posteriormente no céu (ROCHA, 1758, p. 259).

O batismo ao escravo, tanto adultos, como meninos, he privar estas criaturas de muitos bens espirituais; porque em quanto não são regeneradas para Cristo nas vitas, e falutíferas aguas deste Sacramento, estão prisioneiras em poder do demônio, o qual realmente mora, e assiste nelas; tanto assim, que esta causa, o Sacerdote primeiro que batize, faz os exorcismos à porta da Igreja, mandando imperiosamente ao demônio que saye, e despeje aquela casa. E depois, tanto que a criatura he batizada, entra nela o Espírito Santo, e toda a Santissima Trindade, e a santifica com a sua graça, e lhes infunde os dons, e virtudes concomitantes da mesma graça, e fica filha de Deos, herdeira do Ceo, membro vivo de Christo e da Santa Igreja Catholica esposa sua (ROCHA, 1758, p. 257-258).

Os benefícios do batismo cristão são inúmeros, além de ser um caminho para a inserção do cativo na

sociedade. “A pia batismal é um dos espaços mais loquazes que se possa citar na formação de solidariedade” (ENGEMANN, 2002, p. 133). Apesar disso, a documentação eclesiástica também pode apresentar hipóteses inseguras, uma vez que, em muitos casos, a mesma é extremamente lacunar (AGUIAR, GUEDES, 2016, p. 87-120).

A vida cotidiana colonial e imperial perpassava pela Igreja Católica. Esta extrapolava seus poderes, norteando relações privadas entre senhores e escravos. Controlando os registros civis até 1889. Encontram-se nesses livros inúmeros aspectos da vida cotidiana de livres e cativos. Nos estudos sobre família escrava, oferecem dados sobre a composição das mesmas e de seus laços de solidariedade, através das relações de compadrio, remontando, em certos aspectos, a comunidade cativa. Assim, os estudos com fontes eclesiásticas se apresentam como outra parte importante na reconstrução histórica do passado de livres e cativos e ajudam na reconstrução das teias sociais existentes nas inúmeras comunidades brasileiras.

A saga por documentos espalhados: o caso de Itapemirim-ES

A história do Espírito Santo, de maneira geral, apresenta inúmeras lacunas. A ausência de fontes, principalmente nos primeiros séculos de colonização, impossibilitam que trabalhos sejam desenvolvidos (MACHADO, 2017, p. 59). Mesmo sendo uma das primeiras capitanias brasileiras, colonizada por Vasco Fernandes Coutinho em 1535, e considerada a melhor e mais abastada capitania brasileira pelo Governador Geral Tomé de Souza (RIBEIRO, 2012, p.183), a história capixaba é marcada por altos e baixos, e existem períodos inteiros que ainda não foram desbravados por historiadores por falta de fontes.

Assim, instituições como o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo desempenham papel fundamental na reconstrução da história capixaba, uma

vez que representa um dos principais meios de pesquisa para o Espírito Santo. Fundado em 1908, a instituição tem a seguinte missão:

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) tem a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados. Dentre as principais atividades, previstas em lei, destacam-se: planejar, coordenar e controlar as ações e projetos nas áreas de documentos escritos, audiovisuais e cartográficos; preservar e reproduzir documentos; permitir o acesso rápido e eficaz à informação; prestar atendimento aos consulentes e realizar atividades para a divulgação do acervo por meio da mediação cultural e ações educativas⁸.

Além disso, o Arquivo Público Capixaba recebe documentos de várias instituições para que os mesmos não sejam descartados. Foi o que aconteceu com os inventários, testamentos e outros documentos cartoriais de Itapemirim. O Fórum local recolheu esses documentos dos cartórios e decidiu doá-los para o APEES. Geralmente, documentos cartoriais ficam de posse dos cartórios locais ou dos arquivos judiciários, mas no caso itapemerinense trata-se de uma exceção.

Encontrar tais documentos para pesquisa foi uma verdadeira saga, uma vez que não estavam nos cartórios locais. Os mesmos diziam que o Fórum local havia recolhido. Ao entrar em contato com o Fórum, diziam que os documentos foram enviados a Vitória, e por fim consegui localizá-los no Arquivo Estadual. Ao todo são 15 caixas de documentos cartoriais, cujo mais antigo é datado de 1836 e os últimos remetem à década de 1920⁹.

Como já discutido, inventários *post mortem* e testamentos são fontes riquíssimas para reconstrução da história familiar e também são importantes documentos nos estudos sobre demografia escrava. Principalmente devido à inexistência de documentos oficiais que contem a população capixaba. Itapemirim pode-se considerar privilegiado, pois em 1833 foi realizada a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim¹⁰. Esse documento traz todos os “fogos” (casas) existentes na Vila, enumerando seus moradores, agregados e escravos.

Infelizmente, essa é a única Lista Nominal encontrada para Itapemirim, o que dificulta comparações e evoluções da população. Outro documento que traz dados demográficos da província capixaba e de Itapemirim são os relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo¹¹. Em muitos relatórios os presidentes provinciais trazem dados referentes à população capixaba, com números gerais. Geralmente, divide-se a população entre livres e cativos e assim pode-se ter uma ideia de como se encontrava a população capixaba no século XIX. Porém, os relatórios não são nominais e trazem a contagem geral dos habitantes da província.

Outra fonte utilizada para coletar dados demográficos são as eclesiásticas. Como já discutido, cabia à Igreja Católica registrar esses momentos. Assim, muitas Paróquias e Cúrias Metropolitanas guardam esses documentos. E a Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim, enquadra-se nesse perfil. Ao contrário de outros documentos da região, que se perderam ou estão sem paradeiro, a Paróquia conservou seu arquivo e serve como referência histórica na região.

Não se pode afirmar que todos os livros eclesiásticos do século XIX encontram-se lá. Os registros mais antigos encontrados datam de 1840, porém a Vila foi fundada em 1815, ou seja, existe uma lacuna

8 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Missão. Disponível em <https://ape.es.gov.br/missao>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

9 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

10 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

11 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório dos Presidentes da Província. Disponível em <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

de 25 anos nos registros. Mas ainda assim, os mesmos suprem a ausência de outras fontes. São 19 livros que trazem registros do período imperial e foram divididos entre registros de livres e escravos, sendo três livros de batismo e um de óbito destinado exclusivamente para os escravos; três livros de casamento, possivelmente com registros de livres e cativos; dez livros de batismo e dois livros de óbito de pessoas livres¹². Até agora foram catalogados apenas os livros referentes ao batismo de cativos.

O conjunto de documentos descritos aqui constituem fontes fundamentais para recompor a sociedade itapemerinense no século XIX. Apesar das inúmeras lacunas, as fontes até aqui encontradas e catalogadas revelam detalhes de uma sociedade importante para a província capixaba. Itapemirim, durante o Oitocentos, foi responsável por grande parte da produção e exportação de açúcar e café da província (MACHADO, 2017, p. 63).

Oliveira (2008, p. 354), importante historiador capixaba, classifica a economia cafeeira, consolidada a partir de 1850, como o “início de uma nova era”, e a sociedade de Itapemirim está diretamente ligada a essa economia, seja como produtora, até 1856¹³, e como principal porto exportador durante todo o Oitocentos (MORENO, 2016, p. 86). Além disso, o litoral itapemerinense recebeu quantitativo de escravos oriundos do tráfico internacional. Segundo Pereira (2013, p. 2), na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850.

Fontes relatam, que após a data oficial do fim do tráfico, entraram no Brasil cerca de 8.812 africanos no litoral¹⁴, e boa parte desses cativos podem ter

chegado pelo sul do Espírito Santo. Muitas correspondências entre autoridades provinciais e da Corte trazem denúncias sobre a permanência do litoral sul no tráfico ilegal de almas¹⁵.

Assim, os documentos e arquivos citados nesse trabalho são de fundamental importância para a história provincial, uma vez que trazem informações políticas, econômicas e sociais sobre regiões capixabas, destaque aqui para Itapemirim. Muitos documentos presentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e no Arquivo da Paróquia de Itapemirim ainda não foram analisados, portanto, alguns detalhes sobre a história dessa região podem surgir. É importante destacar que esses arquivos são de fundamental importância para os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por esta que vos escreve e por outros pesquisadores.

Considerações finais

O presente artigo quis demonstrar a importância dos documentos cartoriais e eclesiásticos para pesquisas desenvolvidas no campo da História Social. Destaque aqui para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que recebeu um conjunto de inventários *post mortem* e testamentos oriundos de Itapemirim referentes ao século XIX e início do século XX. Apesar de não se tratar de documentos de sua competência, a instituição decidiu recolher os mesmos para que fossem preservados e servissem de fonte de pesquisa para historiadores e outros profissionais.

No APEES também estão outros documentos importantes para estudos demográficos sobre Itapemirim, com destaque para a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833. Além disso, os Relatórios dos Presidentes da Província, outra fonte importante de pesquisa, encontram-se digitalizados e disponíveis no site da instituição. Outros documen-

12 PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. Arquivo Eclesiástico, Itapemirim, 1840-1889.

13 O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

14 Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 24 de no-

vembro de 2017.

15 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

tos como as denúncias referentes à permanência no tráfico ilegal de escravos também estão em posse desta instituição. Muitas outras fontes sobre Itapemirim encontram-se no APEES, mas ainda não foram devidamente analisadas.

Outro arquivo fundamental para a reconstrução da sociedade itapemerinense é o da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, que guarda livros de batismo, casamento e óbito, de livres e escravos, desde a década de 1840. Como discutido, os documentos paroquiais são fontes riquíssimas de informações sobre o Brasil, tanto no período colonial quanto no imperial. Por conta disso, a preservação dos livros pela Paróquia de Itapemirim demonstra a importância que essa igreja dá aos seus registros históricos, entendendo seu papel de destaque nessa sociedade.

Esse trabalho baseou-se na pesquisa de mestrado realizada pela autora que, como já descrito, tem se debruçado a encontrar fontes que remetam a famílias cativas em Itapemirim. A saga para ter acesso aos documentos foi árdua. Portanto, reservo esse espaço para agradecer ao historiador do Arquivo Público, Tiago Alves, que localizou os inventários e os disponibilizou à pesquisa, além dos outros funcionários da instituição que sempre foram solícitos em atender as necessidades da pesquisadora. Também agradeço a minha tia, Ana Maura do Rosário Machado, que fez a ponte entre mim e o Padre responsável pela Paróquia Nossa Senhora do Amparo, José Carlos Ferreira da Silva, que não só me autorizou o estudo como abriu o arquivo para que eu pudesse identificar os livros que poderiam ser úteis.

Portanto, ressaltar a importância das intuições que preservam documentos, sejam elas públicas, particulares ou eclesásticas, é fundamental para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas históricas. Infelizmente, muitos documentos foram perdidos ao longo dos séculos e lacunas existem em muitos campos historiográficos, seja no Brasil ou em outros países. Ainda assim, as fontes que existem precisam ser preservadas para que, no futuro, outras gerações encontrem nelas as informações necessárias para se entender melhor o passado.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M. L. V. *Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias*. 15 caixas.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria*. Livro 54.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Missão*. Disponível em <https://ape.es.gov.br/missao>. Acesso em 24 de setembro de 2018.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. *Relatório dos Presidentes da Província*. Disponível em <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em 24 de setembro de 2018.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Série Accioli*, livro 66. (manuscritos).
- CALDERON, W. R. et al. *O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário*. In.: *Ci. Inf. Brasília*, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.
- CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.
- CASTRO, C. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- CASTRO, H. M. M. *Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão*. IN: NOVAIS, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra. 1720. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.
- COSTA, C. L. Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos. In.: *Estudos Históricos*, 1998, n. 21.
- ENGEMANN, C. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador: Demografia e Relações Sociais entre a Escravidão da Fazenda Real de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.
- FURTADO, J. F. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118. FURTADO, J. F. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 24, jan/01, p. 33-74.

FURTADO, J. F. (org.) *O Testamento de Martim Afonso Pimentel e de Dona Ana Pimentel no Acervo do Setor de Obras Raras da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUEDES, R.; RODRIGUES, C.; WANDERLEY, M. R. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

MACHADO, L. S. *A Formação em História do Espírito Santo e História Local: Desafios e Carências da Formação Acadêmica e Continuada*. In.: GOBBO, A. BIEGING, P. BUSARELLO, R. I. (org.) *Novas narrativas para o ensino-aprendizagem*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017.

MACHADO, L. S. *O Contrabando de escravos em Itapemirim após 1850: resistência ao cumprimento da lei*. In.: *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017. Ano. 1, n. 2, (jul./dez. 2017).

MAGALHÃES, B. R. Inventários e Sequestros: Fontes para a História Social. In: *Revista do Departamento de História*. 9, 1989, p.31. Disponível em (https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae83cb97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf). Acesso em 21 de julho de 2018.

MIRANDA, A. C. C. As últimas vontades: considerações sobre o testamento de Maria Machado Pereira, preta forra - Vila de Pitangui (1777). In.: *Fontes*. n. 4. 2016/1. p. 71-78. Disponível em: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/wp-content/uploads/2017/04/fonteso4de71a78.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Os Testamentos e a História da Família. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGH-UFMG, 2009.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. *Arquivo Eclesiástico*, Itapemirim, 1840-1889.

PEREIRA, W. L. C. M. *Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850*. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. In.: *Biblios*. Ano 7, n. 24, abri-jun-2006.

RIBEIRO, L. C. M. *Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua/ primeira centúria*. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

SCHWARTZ, S. B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SILVA, A. F. da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. 2014, p.1-10. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163550_ARQUIVO_TextoCompleto-AryanneFaustinadaSilva.pdf. Acesso em 21 de julho de 2018

ROCHA, M; R. *Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil (1758). Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

TEIXEIRA, A. B. Inventários *post-mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In: *Mal Estar e Sociedade*. Ano V, n. 8. Barbacena: jan/jun. 2012, p. 63-83. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acesso em 21 de julho de 2018.

Recebido em: 24/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019



00
das sedes das novas
e das das bases
mandarlas porem
de 11 de corrente
Pitanga, Pernambuco
das seguintes

Município de
de Garibaldi
João de Garibaldi

ARTIGO

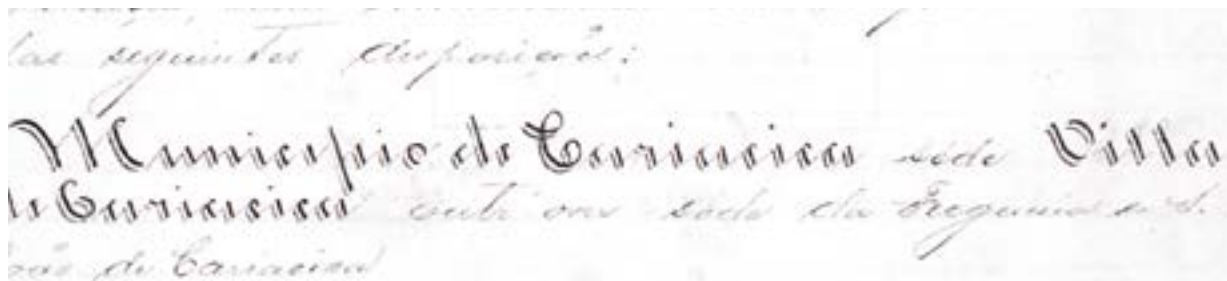
OS LIVROS ATA DO PODER LEGISLATIVO DE CARIACICA DO SÉCULO XIX: IMPORTANTE FONTE DOCUMENTAL HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

Evelyn Reis Bergamim

Coordenadora da Lei Municipal de Incentivo Financeiro à Cultura João Bananeira – Secretaria Municipal de Cultura de Cariacica-ES. Graduada em História/UFES/2016 e Mestranda em Geografia/UFES.

Marcos Prado Rabelo

Gerente de Fomento à Produção Cultural – Secretaria Municipal de Cultura de Cariacica-ES. Graduado em Arquivologia/UFES/2007 e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos/UNIRIO/2017.



Resumo

Esta pesquisa investigou os primeiros livros ata da Câmara Municipal de Cariacica produzidos no período entre 1890 e 1900, com importantes informações sobre a emancipação política do município. Esses documentos também revelam que Cariacica foi o único município da Grande Vitória que foi território de Vitória, capital do Espírito Santo, explicitando sua trajetória de desenvolvimento social, populacional, territorial, político e econômico, a partir do século XIX. Assim, esta pesquisa demonstra, primeiramente, a importância das Câmaras Municipais na história dos municípios e, principalmente, de seus acervos que contêm livros ata com registros históricos que fazem parte da memória destes municípios. Utilizando-se de método de investigação qualitativa, esta pesquisa realizou análise das técnicas arquivísticas aplicadas neste acervo histórico, apresentando por fim uma proposta de tombamento deste acervo patrimonial, com referências à formação e trajetória histórica do município. Essas demandas possibilitarão a realização de oficinas, palestras e capacitações que envolvam educação patrimonial, trazendo pertencimento referente à identidade, à ação e à memória, através da dimensão cronológica e histórica construída como um processo evolutivo de transformações e manifestações, como algo a ser apreendido e preservado e como forma de ensinar as gerações futuras a reprodução e disseminação do seu valor cultural e também da importância de sua memória.

Palavras-chave: Câmara, Municipal, Cariacica, Livros, Ata.

Abstract

This work investigated the first records from Cariacica's City Council meetings handwritten between the years of 1890 and 1900. They have been considered important reports about its political emancipation. Such documents may reveal the fact that Cariacica was the only district from "Grande Vitória" region considered integrated part of Espírito Santo's capital, the city of Vitória, until its actual emancipation in 1890(?); and also they provide public awareness about Cariacica's social trajectory concerned to its population, geographical area, political and economical development since XIX century. In addition, the present study highlights the valuable role City Councils play to the municipalities' establishment and the preservation of collections that contain books with historical records, a vital part of these communities. The collections, object of this study, were approached by a qualitative method of research and their analysis were carried out through archival techniques appliance, which resulted to the present proposal of registering this patrimonial heritage. This action may be justified by the references these documents hold to the historical formation and trajectory of the municipality. Such measure might make it possible the creation of workshops, lectures and trainings related to heritage education, aiming action, memory and identity awareness under the chronological and historical dimension of evolution and manifestations. That's something to be conquered and kept as a tool to teach future generations about acknowledging and dissemination of their own culture value, so the importance of their memory.

Keywords: House, Municipal, Cariacica, Books, Minutes.

Introdução

Depositados em um canto do Arquivo Público da Câmara Municipal de Cariacica, lá estavam eles, seis livros ata do final do século XIX, (1890 a 1900), esquecidos pelo tempo, ou talvez esquecidos pelas pessoas, pois encontravam-se em condições precárias, alguns em estado inicial de deterioração. Estes importantes manuscritos, registrados por cidadãos que se preocuparam, naquela época, em escrever os primeiros passos do município, contêm informações históricas que foram relegadas por muito tempo, como exemplo a própria data de emancipação de Cariacica, que durante anos foi comemorada de forma equivocada em 24 de junho, dia do Padroeiro São João Batista, sendo que o primeiro livro ata comprova que a mudança política da Villa de São João de Cariacica para município de Cariacica ocorreu oficialmente em 30 de dezembro de 1890.

Visando à preservação e acesso ao acervo histórico da Câmara Municipal de Cariacica, a partir de 2011, por iniciativa de pesquisadores moradores do município, iniciaram-se alguns projetos culturais com aplicação de técnicas arquivísticas em diversas etapas, dentre as quais, em primeiro lugar, a escolha e execução de um inventário, como instrumento de pesquisa e como ferramenta mais apropriada para realizar a descrição arquivística do acervo documental.

Em seguida, efetivou-se um processo de restauro de parte do acervo deteriorado, como forma de preservação dos documentos. A partir deste momento, houve a necessidade de realização de um projeto de reprodução em formato digital do acervo documental, através da digitalização do mesmo, de forma a garantir a proteção do suporte original de frequente manuseio e facilitar o acesso às informações em novos suportes, inclusive em plataformas da internet. Finalmente, visando proporcionar aos pesquisadores e usuários uma leitura mais fácil, além de uma pesquisa mais apropriada, realizou-se a transcrição da escrita paleográfica¹ para o português formal.

Assim, após a aplicação das técnicas arquivísticas supracitadas, constatou-se a produção de um material histórico que permitiu a visualização do acervo de forma mais clara para estudos e pesquisas, demonstrando a importância destes documentos em nível de qualidade patrimonial para Cariacica, gerando, por consequência, o início de um processo de análise, para fins de tombamento dos primeiros livros ata do poder legislativo municipal, através da Secretaria de Cultura do município.

Essas ações trouxeram à tona diversas informações identitárias do município, que serão relatadas ao longo deste artigo, corroborando para que o passado seja materializado na paisagem atual. Assim, LE COFF (2003, p.113) lembra os meios de se conservar a memória através dos tempos,

[...] 1. pela transmissão oral ou inscrições na pedra; 2. pela escrita com tabuas, objetos, desenhos, inscrições; 3. pela escrita, em papéis soltos, documentos, pelo livro – registros de todo tipo, como se vê nos estudos de antropólogos, etnólogos, cronistas, historiadores; 4. já em nossos dias, o registro com ajuda mecanográfica, a seriação eletrônica, com o computador e nos bancos de dados.

Inicialmente, observa-se que, no Brasil, as câmaras municipais, que foram implantadas a partir de 1532, quando São Vicente foi elevada à categoria de vila, têm origem nas tradicionais câmaras municipais portuguesas, existentes desde a Idade Média. Apesar de possuírem as mesmas origens, as câmaras portuguesas possuem atribuições de poder executivo, sendo que as câmaras brasileiras atuam como órgãos do legislativo municipal, sendo equivalentes à atual assembleia municipal portuguesa.

Deste modo, devido à sua antiguidade institucional, percebe-se claramente a importância histórica dos registros em livros ata destes órgãos legislativos da administração dos municípios, os quais muito

1 A paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos e tem por

objetivo capacitar a leitura e transcrição de documentos e livros.

dizem sobre a construção de uma sociedade em seu tempo e espaço, com relatos das modificações que o município perpassou antes do hoje e no caminhar das decisões que levaram ao presente e ao futuro.

Portanto, os documentos institucionais produzidos nesta casa de leis, em especial os livros ata, devem ser reconhecidos como acervo histórico de grande relevância para o município, para serem conservados como documentação permanente, com valor probatório e informacional, merecendo serem tratados através de técnicas adequadas e apropriadamente aplicadas, elucidadas pela arquivologia, visando sempre sua preservação e disponibilização de acesso aos pesquisadores e demais interessados.

A importância das câmaras municipais na história dos municípios

Na ocasião de colonização do Brasil, a partir de 1530, a “carta de doação” entregue ao donatário recomendava e autorizava a criação de vilas, cujas povoações, porventura elevadas à condição de vila, teriam termo e jurisdição, liberdades e insígnias, o que implicava a criação de uma Câmara Municipal, composta por seus principais moradores, os chamados homens bons².

As Câmaras desempenhavam funções de importância política, administrativa, fiscal, além de atribuições de natureza jurídica, atuando para além do previsto nas “ordenações do reino”³, exercendo seus poderes de acordo com os costumes e de forma a garantir a defesa dos interesses dos colonos.

2 Homem bom era aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos. Na América Portuguesa, associava-se em particular àqueles que podiam participar da governança municipal, elegendo e sendo eleitos para os cargos públicos que estavam reunidos nas câmaras, principal instância de representação local da monarquia.

3 Ordenações significa ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas ou as coletâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português.

Segundo ZENHA (1948, p. 171), a atuação e decisões eram tidas como sendo de plena autonomia e a grandeza de quem deseja a força do estado, considerando-se o poder supremo da colônia; as demais autoridades não tinham, para nossos oficiais, legitimidade para decidir o destino dos colonos.

Por advento da exploração aurífera e de pedras preciosas no século XVIII, a coroa portuguesa, visando obter arrecadação máxima dos impostos cobrados para impedir o contrabando, passou a centralizar ainda mais o poder e os setores administrativos, por meio da imposição de leis. Porém, essas câmaras tornaram-se alvo para os salteadores e, paulatinamente, passaram a ser desconsideradas no exercício do poder. Findado o ciclo do ouro, as câmaras coloniais adentraram o século XIX frágeis e desprovidas das importantes funções que desempenharam com a centralização da coroa portuguesa.

Mesmo enfraquecidas, segundo PRADO JÚNIOR (2000, p.326), as Câmaras tiveram papel participativo, interventor e, por vezes, decisório, nos acontecimentos que culminaram na declaração de independência do Brasil, pois, sendo o único órgão da administração colonial, com certa organização ao final da colônia, recebia todas as reclamações populares, efetivando sua participação social neste período.

A partir de 1889, com a proclamação da República, ocorrem mudanças na organização político-administrativa obedientes aos princípios do federalismo, momento em que a esfera municipal ganhou força para gerir, com significativa autonomia, questões atinentes ao município⁴. Consideradas heranças do período monárquico, as Câmaras Municipais, como até então funcionavam, governadas pelos homens bons, leais ao Império, não poderiam ter mais espaço no regime implantado.

4 Esse princípio de autonomia municipal apresentava-se na Constituição Federal de 1891, cujo Título III, Art. 68, estabeleceu que “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

Sob esta ótica, em dezembro de 1889, corriam notícias de que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, até então a capital do Brasil, havia sido substituída pelo Conselho de Intendência Municipal, através do Decreto nº. 107, de 30 de dezembro de 1889, autorizando os outros estados a procederem da mesma forma. Assim, em 16 de janeiro de 1890, a Câmara Municipal de Vitória, no Espírito Santo, foi dissolvida e, no seu lugar, foi criado o Conselho de Intendência Municipal⁵. Naquela época, Cariacica pertencia a Vitória, não havendo limites políticos e nem sociais entre os atuais municípios.

Assim, na efervescência da autonomia político administrativa que assolava as principais regiões do país naquela época, a Villa de São João de Cariacica emancipou-se de Vitória, capital do Espírito Santo, através do decreto nº. 57, de 25 de novembro, e foi instalada em 30 de dezembro de 1890, como consta em ata de formação da Intendência Municipal de Cariacica, ocasião que contou com a presença do Presidente da Intendência de Vitória, Eugenio Pinto Netto⁶.

Observada a importância das Câmaras Municipais no transcorrer da história do Brasil e seu protagonismo nas diversas fases político-administrativas, essas respeitáveis instituições públicas revelam, como suas documentações produzidas, principalmente as atas das sessões solenes, ordinárias e extraordinárias, são fontes primárias fundamentais para a pesquisa histórica, as quais permitem o preenchimento de muitas lacunas, sendo sua preservação e garantia de acesso fundamentais.

Os Livros Ata da câmara de Cariacica Como Guardiões Da Memória Do Município

O município de Cariacica não possui vasta literatura sobre sua história, contando com algumas pesquisas fundamentais, mas não aprofundadas, sobre sua fundação, desenvolvimento, alguns aspectos sociais e de suas manifestações culturais. Entretanto, há alguns espaços a serem preenchidos, principalmente quando esbarra-se na falta de informações no atual processo a que se propõe a Secretaria de Cultura do município, acerca da elaboração de dossiês, para fins de tombamento e registro dos bens culturais de Cariacica.

Possuindo 128 anos de história, a partir de sua emancipação, o município de Cariacica conta com o acervo das atas das sessões ordinárias e extraordinárias da então Intendência Municipal, as quais revelam aspectos basilares para se compreender mais sobre o seu passado e informações ainda pouco pesquisadas.

Dentro do cenário arquivístico, o ciclo vital dos documentos abrange os arquivos correntes, intermediários e permanentes, sendo eles de uso primordial na gestão dos documentos de uma instituição pública. Esta teoria afirma que o documento não é algo morto ou inativo, mas que tem uma vida própria, pois esse ciclo vital informa que, depois do nascimento, vem o crescimento, o decréscimo e a morte (HEREDIA HERRERA, 1986, p.173).

Assim, o arquivo intermediário, também conhecido como arquivo central, exerce um importante papel na guarda de toda documentação institucional e trabalha como órgão mediador dos arquivos correntes e permanentes, na transferência e recolhimento dos documentos arquivísticos. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, as representações de poder são exercidas pelo executivo, legislativo e judiciário e de forma autônoma nas esferas federal, estadual e municipal.

No caso dos municípios, normalmente entende-se a existência de apenas um arquivo central provindo do poder executivo, o qual atua como receptor

5 A Câmara voltaria às suas atividades em 1892 com o nome de Conselho Municipal, com seus integrantes chamados de Governadores.

6 Eugenio Pinto Netto, político da região de Vitória e Vice-Presidente do Estado na gestão Florentino. Participou em 1893, durante a gestão Moniz Freire, do Conselho Municipal, que tinha como função trabalhar pelo desenvolvimento da capital, dentro do projeto maior de formar uma centralidade em Vitória.

dos diversos tipos de documentações produzidas pelas secretarias de governo. Comumente, os documentos que estão sob a guarda dos arquivos das Câmaras Municipais, muitas vezes, são encaminhados para o arquivo do executivo de maneira equivocada, visto que, devido à autonomia dos poderes já explicitada, o poder legislativo deve possuir um arquivo central (intermediário) independente.

Em análise, se o arquivo central do executivo receber documentos do legislativo, ao tentar-se organizar o arquivo, através dos instrumentos arquivísticos que são construídos visando organizar as massas documentais acumuladas, encontrar-se-á impossibilitado de realizá-las, pois, devido à produção de documentação de tipologias diferentes, os instrumentos arquivísticos também são considerados diferentes. A partir dessa impossibilidade de tratamento dos documentos do poder legislativo no arquivo central do poder executivo, os documentos dos arquivos permanentes, ou seja, de valor histórico, acabam ficando esquecidos e alheios a pesquisas.

Portanto, mesmo possuindo um arquivo central, a Câmara Municipal de Cariacica, não o reconhece como tal, pois, ao enviar alguns documentos para a guarda do arquivo do poder executivo municipal, a mesma se isenta da responsabilidade de gestão do seu acervo.

Em visita ao local e a partir do conhecimento da existência desta documentação histórica, após breve pesquisa, sentiu-se a necessidade urgente do trato desses documentos, que foram logo identificados como permanentes, assim sendo fonte histórica primária. Estes livros ata, sob a custódia da Câmara Municipal de Cariacica, encontravam-se em prateleiras desorganizadas, empoeiradas e em estado avançado de deterioração, isto é, sem o tratamento arquivístico adequado, não possibilitando real acesso de pesquisadores e cidadãos interessados na história do município.

ESQUINSANI (2007, p.104) define as atas como “[...] registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos

tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações”. Considera-se a ata como um documento confiável, visto que as informações nela contidas são aprovadas e confirmadas com assinatura dos presentes na reunião realizada.

A busca pelo resgate do passado histórico em seus diferentes aspectos político, econômico e social, para entender problemas e interrogações do presente significam, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, investigando-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações, sejam as mais concretas ou mais modestas, revelando as lembranças mais apagadas, não abstendo-se de considerar e ter em vista que também são envolvidos pelo discurso de seu tempo, assim como afirmou LE COFF (2003, p. 535-536) “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

O registro dos acontecimentos contidos nas atas permite acessar a origem das discussões, os processos de decisão e os fatores determinantes que levaram à aprovação de certas medidas que só são descritas e estudadas por consequência de sua consecução, quando, entretanto, é valioso se ater e conhecer este processo que oportuniza verificar a intenção, a escolha, as prioridades e detalhes sobre o comportamento político-ideológico dos sujeitos responsáveis por esse registro. Além disso, apesar de as atas constituírem em documentação produzida por uma elite, elas podem revelar muito sobre a sociedade, por meio dos debates sobre reivindicações de direitos, advindas de alguns setores que cobravam ações das Câmaras Municipais no Brasil colônia, império e república.

A partir do momento em que se elegem as atas como fonte para compor parte da investigação, o pesquisador deve se manter sempre próximo de outras fontes de informações do período em questão, a fim de conseguir contextualizá-las, compreendê-las e sustentar os dados nelas apresentados.

A atuação das leis de incentivo à cultura no fomento do patrimônio histórico documental

Instigados pela Lei de Incentivo à Cultura do município João Bananeira, em 2011 houve uma primeira tentativa de organização, preservação e recuperação das informações destes manuscritos, iniciativa de dois profissionais moradores do município das áreas de arquivologia e biblioteconomia, que entraram com um projeto na referida lei cultural, e que culminou em um lançamento, no dia 29 de março de 2012, de um inventário denominado “Catálogo Histórico Eletrônico da Câmara Municipal de Cariacica”, com a descrição sumária das atas das sessões da câmara do município.

O inventário realizado teve duração aproximada de um ano e constou de técnicas de descrição arquivística, resultando em um instrumento de pesquisa com a finalidade de identificar a forma e o conteúdo dos manuscritos, visando principalmente ao acesso e à preservação do acervo documental. É importante salientar que as descrições arquivísticas foram padronizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que criou uma norma mundial denominada ISAD(G)⁷. Provinda desta norma internacional foi criada e adaptada em nosso país a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) utilizada neste inventário.

Além do inventário, no acervo dos livros ata do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica, outras iniciativas foram realizadas, utilizando-se da Lei de Incentivo à Cultura do Município e do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), no intuito de preservar estes manuscritos, tais como restauração de parte do acervo deteriorado.

Primeiramente foi realizado um diagnóstico, com o levantamento detalhado das condições físi-

cas de cada livro ata. O interior dos livros foi limpo, através de pincéis apropriados, com remoção do pó e demais sujidades a seco, isto é, com técnicas de higienização mecânica a seco. As sujeiras mais pesadas foram removidas através de lixa fina pelo especialista. Também foram removidos os corpos estranhos à obra, tais como: prendedores metálicos, etiquetas, fitas adesivas, papéis e cartões ácidos, sendo identificados os possíveis ataques de insetos e microrganismos. Por fim, foram realizados pequenos reparos (remendos) utilizando papel japonês e cola metilcelulose, para impedir rasgos maiores ou mesmo perdas de partes do texto, sendo aplicados em partes dos livros ata mais danificados ou deteriorados.

Em relação ao processo de reprodução em formato digital dos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica, visando evitar seu manuseio indevido, foram aplicadas técnicas de digitalização, através de princípios básicos de padronização solicitadas pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, que recomenda a edição de imagens em 300 DPI e a utilização dos formatos padrões em JPGE, TIFF ou PDF, além da previsão de backups, todos estes procedimentos realizados dentro dos padrões especificados.

Já o processo de transcrição paleográfica, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.164), significa a reprodução textual de um documento escrito ou sonoro, ocorreu em um período aproximado de dois anos, devido às dificuldades de transferência gráfica das letras e palavras variadas do século XIX, constantes nos livros ata da Câmara de Cariacica, sobretudo da grande quantidade de abreviaturas em nome de pessoas, o que requereu um prazo muito extenso para sua realização. Esse projeto proporcionou uma leitura mais clara aos pesquisadores, trazendo à tona informações históricas de suma importância para o município.

Logo, a finalidade da transcrição foi tornar o texto acessível ao leitor, que, normalmente, não consegue realizar uma leitura completa nas escritas mais antigas. Porém, é importante salientar que a transcrição seguiu alguns critérios, entre eles a subs-

7 General International Standard Archival Description. A norma ISAD (G) propõe padronizar a descrição de documentos a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica.

tuição de palavras duvidosas por ponto de interrogação entre colchetes [?], e as abreviaturas do texto original desmembradas, de forma que todas as palavras aparecessem por extenso.

Contudo, alguns profissionais preferem primeiramente transcrever todo o texto de forma fiel quanto à ortografia, à pontuação e à acentuação, inclusive as abreviaturas, para logo em seguida criarem um segundo texto, obedecendo o critério das abreviaturas por extenso. Assim deve ser o processo de transcrição, sem qualquer interferência no corpo original do texto, evitando alterações de sentido, para não destituí-lo de suas características históricas (MELO, 1995, p.15-17). Conforme tabela a seguir, foram retiradas do texto algumas abreviaturas, como exemplo de referência nas transcrições e de algumas dificuldades na leitura dos manuscritos.



Tabela 1 - Transcrição da escrita paleográfica para a língua portuguesa atual. Fonte: Livros Ata da Câmara Municipal de Cariacica - Séc. XIX.

Palavras e fatos na memória dos manuscritos da Casa de Leis de Cariacica

Atestando o histórico que os manuscritos da Câmara de Cariacica trouxeram para a memória do município, um dos fatos mais importantes está contido na ata da primeira reunião ordinária do livro 01, página 03, sobre a emancipação da Villa de São João Batista para município de Cariacica, conforme segue:

Aos trinta dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa, segundo da Republica n'esta Villa de São João de Cariacica, e no Paço da Intendência Municipal⁸ presentes os cidadãos Eugenio Pinto Netto, Presidente da Intendência Municipal da capital e os membros da mesma Intendência Antonio Pinto Aleixo e Arthur Coutinho de' Alvarenga, [?] Secretario abaixo assignado, estando também presentes os cidadãos Exma. Governador do Estado Henrique da Silva Coutinho⁹, Dr. José Horacio Costa, Chefe de Polícia do Estado Dr. Gonçalo Marinho d' Albuquerque Lima, Promotor Público da Comarca Alferes¹⁰ Virgílio Ayres d' Albuquerque Tovar Ajudante de Ordens do Governo¹¹, José Candido de Vasconcelos, Oficial de Gabinete, Augusto Calmon Nogueira da Gama, Inspector do Thesouro Público Anthero da Silva Coutinho, Dr. Henrique [?] de Cerqueira Lima, Major Ignacio d'Almeida Trancoso, Francisco Fernandes Cypreste, Antonio Francisco Cravo e Manoel dos Santos Pereira. Foi aberta a sessão. O cidadão Eugenio Neto, declarou installada a Villa de São João de Cariacica criada pelo decreto n. 57 de 25 de novembro último (RABELO e SIMÃO, 2018, p.03).

8 Paço significa Palácio e Intendência Municipal era a antiga nomenclatura das Prefeituras Municipais.

9 Henrique da Silva Coutinho foi governador do Espírito Santo entre 1890 e 1891 e entre 1904 e 1908.

10 Alferes é uma patente de oficial abaixo de tenente (essa designação foi substituída pela de segundo-tenente).

11 Ajudante de Ordens do Governo ou ajudante de campo é o assistente ou secretário pessoal de uma pessoa de alta posição, normalmente de um antigo oficial militar ou de um Chefe de Estado.

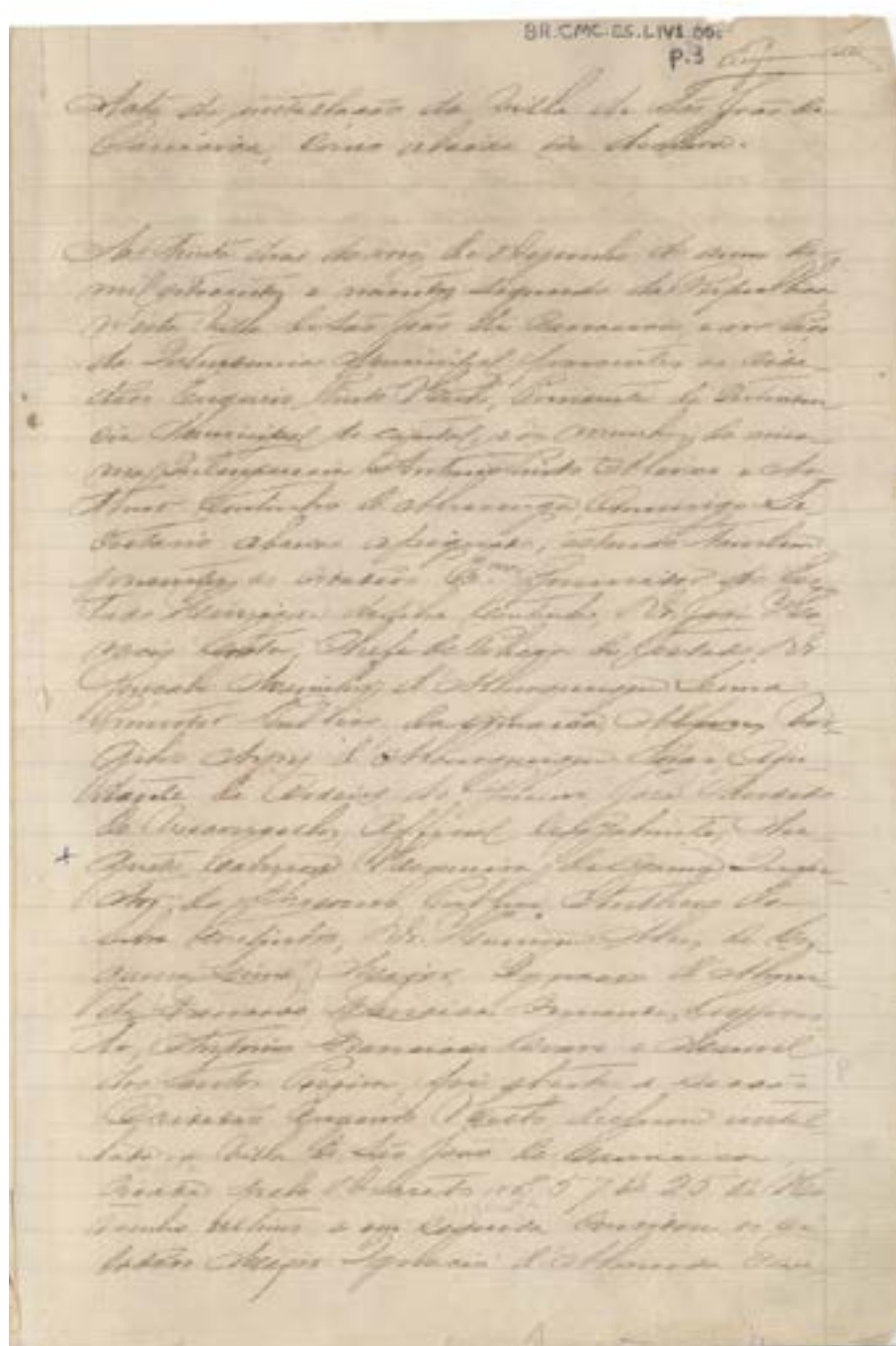


Imagem 1 - Acta da Instalação da Villa de São João de Cariacica. Fonte: Inventário das atas da Câmara Municipal de Cariacica - Século XIX.

Em 20 de janeiro de 1891, consta na quarta reunião ordinária, página 10, a nomeação de uma comissão no segundo “Districto” para agenciar donativos para auxílio das pontes sobre os rios “Braz e Monbeca”. Em Cariacica existe uma região rural denominada Roda D’água, que por muitos anos suas estradas foram fortemente castigadas pelas chuvas que vez por outra transbordava o rio Menbeca.

Em 21 de agosto de 1891, consta na trigésima reunião ordinária, página 36, a apresentação de um requerimento de Ozana da Conceição Vieira, pedindo que lhe conceda permissão para edificar uma casa de vivenda¹² na sede desta Villa, o que lhe foi concedida.

Em 12 de dezembro de 1891, consta na trigésima terceira reunião ordinária, página 39, a deliberação que os fiscais de ambos “Districtos”, deste municí-

12 Uma vivenda é uma casa de habitação isolada (isto é, não integrada num ambiente urbano), tipicamente com um ou dois pisos (horizontal ou vertical), e frequentemente com jardim e/ou piscina.

pio, além do ordenado que percebem, tenham mais trinta por cento das multas que impuserem e assim como do imposto das rezes¹³ que se abaterem para o consumo público.

Em 29 de outubro de 1892, consta na quinquagésima segunda reunião ordinária, página 62, a liberação da quantia de novecentos mil “réis”, importância dos referidos “quinhões¹⁴” do referido prédio, sessenta e três mil réis, proveniente do imposto de transmissão de propriedade e dez mil réis, proveniente do trabalho do tabelião público interino da respectiva “escriptura”.

Em 17 de janeiro de 1893, consta na quinquagésima quinta reunião ordinária, página 67, a designação dos locais do primeiro e do segundo distrito: “[...] aos nomeados designou-se o Paço do Governo Municipal desta Villa para “funcionar” a única secção do primeiro “districto”, e o edifício onde “funciona” a escola de Itapoca para “funcionar” a única secção do segundo districto. Segundo consta, até a década de 1950, a fazenda de Itapoca contava com igreja e residência própria do superior Padre Domingos da Silva.

Em 31 de outubro de 1893, consta na septuagésima terceira reunião ordinária, página 87, a seguinte nomeação:

[...] nomeação do cidadão Viriato Espiridião Pinto, para o cargo de guarda fiscal do segundo districto deste município percebendo os vencimentos de cem mil reis annuaes e vinte por cento sobre as multas, autorisando-se a cobrança de mascates¹⁵ sobre negociação em caixas imposto sobre abatimento de

animaes vacuum¹⁶ trez mil reis e suíno dous mil reis, sendo cobradoo imposto sobre *mascates o simes-tre quarenta mil reis e vinte mil reis de multas na mesma data resolveo-se aumentar o ordenado ao secretário (RABELO e SIMÃO, 2018, p.87).

Em 25 de janeiro de 1894, consta na septuagésima sexta reunião ordinária, página 91, a entrega e aprovação da planta da Villa de Cariacica, pelo Doutor Arthur Corrêa de Mattos Thompson, sendo “appresentado” o termo de medição, digo, o termo de encerramento da medição da mesma Villa, da forma e theor seguinte = Termo de encerramento da medição do perímetro da Villa de Cariacica.

Nesta mesma ata, além das citações sobre a mensuração da Villa de Cariacica, é referenciada a destruição de documentos por um incêndio sobre os limites da área doada de São João Batista, conforme segue,

[...] Seguia a direcção quarenta e um graus noroeste com cento e vinte metros para fixar o marco número nove tendo atrevesado a estrada para o Eucimado, continuando o rumo quarenta e nove graus sudoeste na extensão de dusentos e oitenta metros, até à estaca onde encetara os trabalhos. Conpete-me diser a fazer o encerramento da presente medição que segui as enformações mais fida dignas e dos antigos moradores desta Villa sobre os limites da área doada a São João para criação de um povoado, cujos documentos forão consumidos por um incêndio, porem que com o encerramento deste processo sem protestos de reclamações depois de todos os editaes e formalidades exigidas pela lei, demonstram o critério dos mesmos (RABELO e SIMÃO, 2018, p.91).

Em 05 de abril de 1894, consta na octagésima primeira reunião ordinária, página 100, para “com-

13 Reses são quaisquer animais que são abatidos e cuja carne é usada na alimentação humana; os animais quadrúpedes, de quatro patas, mortos para alimentação humana.

14 Quinhão significa parte de algo que foi repartido, dividido. Normalmente, o quinhão é a cota ou parcela que um indivíduo recebe por direito quando há a divisão de alguma coisa ou bem material, da qual era sócio ou dono.

15 Mascate era o caixeiro viajante, o vendedor ambulante que passava pelas casas ofertando produtos, principalmente nas fazendas e sítios, vendendo panos e objetos diversos, utensílios, pentes, perfumes, fitas de qualidade para os laçarotes das mocinhas.

16 Vacuum é um nome científico para o gado da espécie dos bovinos e outros ruminantes de chifres de aparência semelhante, como o boi, a vaca e o búfalo.

primento” da lei número trinta e cinco de vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e noventa e “dous”, foi dividido este Município em uma secção para o alistamento eleitoral que funcionará no Paço do Governo Municipal.

Em 01 de maio de 1894, consta na octagésima segunda reunião ordinária, página 101, a deliberação sobre a nomeação do cidadão Pedro de Alcântara Soares Leites, para zelador da caixa d’água desta Villa, percebendo “dusentos mil reis annuaes”.

Diante das fontes primárias apresentadas fica perceptível a “construção” histórica por meio dos conjuntos de documentos armazenados no arquivo da Câmara Municipal de Cariacica, que se tornam a memória dessa sociedade, sendo assegurado o direito de acesso à informação, aos cidadãos, cabendo à administração pública gerir e preservar este patrimônio documental.

Nessa perspectiva, em que as atas das intenções e câmaras municipais são consideradas como importantes fontes para a pesquisa histórica, não há como negligenciar a necessidade de preservação e salvaguarda que estas exigem. Assim, após a realização de inventário, digitalização, transcrição e restauração dos manuscritos paleográficos do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica, a Secretaria Municipal de Cultura iniciou, em 2018, processo de tombamento deste importante acervo histórico documental.

O Processo de tombamento dos Livros Ata do século XIX da Câmara Municipal de Cariacica.

O termo “tombar”, além do ato ou efeito de realizar um tombo (queda, tombamento), também significa arrolar, inventariar ou registrar, porém, sabe-se que a etimologia do termo tombamento ainda é controversa. De acordo com alguns filólogos, provém do latim *tumulum*, que significa elevação e nas obras de referência de latim pode ser encontrado o vocábulo *tumulus*, remetendo para altura, eminência (natural

ou artificial), ou mesmo elevação de terreno. Já em dicionários da língua portuguesa, verifica-se que o verbete *tombo* possui duas significações, além de *tombar* (queda), também a de *arquivo*. E é exatamente a acepção de *arquivo* que mais se aproxima do termo *tombamento*.

O termo *tombamento* passou a ser conhecido no Brasil, na década de 1930, a partir de seu emprego em uma das propostas de norma de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país, conhecida como Anteprojeto de Mário de Andrade (1936) e, desde 1937, com a publicação do Decreto-lei nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, o termo passou a ser reconhecido como a ação do Estado ao colocar, sob sua tutela, bens cuja conservação fosse de interesse público, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e bibliográfico.

Já os Livros do Tombo foram criados pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que também regulamentou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e definiu que “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis”.

Assim é o tombamento, um dispositivo do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Partindo dessas conceituações, o município de Cariacica inicia sua trajetória referente à proteção e preservação de seus bens culturais, em 05 de novembro de 2013, através da lei 5.061/2013, com a criação do Programa Permanente de Registro, Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do município de Cariacica. No ano seguinte, em 18 de novembro de 2014, através da lei 5.290/2014, o município instituiu o Programa Permanente de Tombamento, Pro-

teção e Conservação do Patrimônio Cultural Material de Cariacica. Mais adiante, em 10 de outubro de 2017, é criado, através de regulamentação, o Decreto 137/2017, que versa sobre o Programa Permanente de Tombamento de Bens do Patrimônio Cultural Material e Registro de Bens do Patrimônio Cultural Imaterial do município de Cariacica.

Nessa movimentação do município em prol da proteção dos bens culturais, em 22 de agosto de 2017, dia do folclore, realizou-se, no teatro do Centro Cultural Frei Civitella, anexo à Secretaria Municipal de Cultura, o lançamento dos quatro livros do Tombo municipal, referentes ao patrimônio material (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas) e dos quatro livros de registro municipal, referentes ao patrimônio imaterial (Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares).

Diante destes instrumentos jurídicos relacionados ao patrimônio cultural do município, cujas decisões finais devem ser homologadas por um Conselho Municipal de Política Cultural - CMPCC, iniciou-se, em 2018, o diagnóstico e mapeamento para a identificação e registro dos bens patrimoniais e culturais de Cariacica. Em 19 de junho de 2018, após a criação de um dossiê histórico contendo documentos textuais, fotográficos, cartográficos, pesquisas acadêmicas e institucionais, questionários e entrevistas em áudio e vídeo pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura, ocorreu, em reunião do Conselho, o tombamento do Centro Histórico Eduartino Silva, situado à Praça Marechal Deodoro, s/nº Cariacica Sede, local da instalação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Cariacica, que após homologação do CMPCC, também foi aprovado pela procuradoria do município a criação do Decreto 120 de 22/08/2018, com consequente inscrição no Livro do Tombo Histórico municipal, recomendado para bens culturais móveis e imóveis.

Nessa mesma linha, estão sendo realizados os trabalhos de pesquisa sobre as fontes relacionadas aos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica que, de acordo com o Art. 7º do Decreto Municipal Nº137/2017, primeiramente instaurou-se processo de tombamento do acervo documental para, logo em seguida, realizar instrução do processo administrativo de tombamento do acervo, em acordo com o Art. 8º, item II do mesmo Decreto, o qual instrui que, para bens de natureza material, devem ser observados alguns aspectos fundamentais.

Sendo assim, levando em consideração as prerrogativas nele assinaladas, o acervo documental das atas de reunião da Câmara Municipal de Cariacica enquadra-se como possuidor de aspectos culturalmente relevantes, com cronologia temporal e por ter sido recuperado através de restauro de uma situação de risco potencial. Após a finalização do processo com homologação pelo CMPCC, os livros da Câmara Municipal de Cariacica também deverão ser inscritos no Livro do Tombo Histórico municipal como bens culturais móveis, pois este livro permite o registro de imagens, mobiliários, quadros e gravuras, entre outras peças, assim como o registro de documentos históricos.

Infelizmente, ainda não é comum no Brasil, o tombamento de documentos com valor de patrimônio cultural, sendo estes normalmente realizados em conjunto com o tombamento do bem arquitetônico. Como exemplo de tombamentos de acervos documentais em municípios, pode-se citar o acervo cartográfico do município de Santo Antônio do Gramma em Minas Gerais. O acervo, ora analisado, é composto por dois grandes mapas, sendo um do “Levantamento Topográfico” e outro do “Plano de Urbanização da Cidade”, datados de 1954.

Outro acervo documental tombado em um município é do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, conforme segue:

Decreto n.º 31.042, de 3 de setembro de 2009 decreta: Art. 1.º Fica tombado definitivamente, pelo seu

valor histórico-cultural e probatório, nos termos da Lei 166, de 27 de maio de 1980, o Acervo Documental — Escrito, Impresso, Cartográfico, Sonoro, Imagético, Bibliográfico, e Fílmico — e Museológico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), como um instrumento fundamental para o conhecimento, análise e reflexão da trajetória da Cidade do Rio de Janeiro — capital da Colônia e do Império Português, e da República Federativa do Brasil até 1960; Estado da Guanabara de 1960 a 1975 e capital do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1975 (RIO DE JANEIRO, 2009).

Em relação a tombamentos de acervos de documentos em nível estadual, tem-se o exemplo do tombamento do prédio arquitetônico da Casa da Cultura do município de Domingos Martins, através da resolução nº 8/1985 do Conselho Estadual de Cultura, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 87, folhas 9v e 10 e no Livro do Tombo das Belas Artes sob o nº 61, folhas 14v e 15. Esse tombamento arquitetônico incluiu objetos e documentos do interior do imóvel.

Já em nível federal, pode-se citar o tombamento do acervo histórico da discoteca Oneyda Alvarenga em São Paulo composto por documentos, objetos, discos, mobiliário, filmes e fotografias amealhados durante os primeiros projetos desenvolvidos após a criação da Discoteca Pública Municipal em 1935 e inclui a coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade (1938). Ainda em nível de instrução pelo IPHAN, encontram-se o acervo arquitetônico, artístico e documental da Escola de Belas Artes da UFBA (2008); o acervo móvel (fílmico, documental, mobiliário e tecnológico), de propriedade da Light - 1260 - 1988; o acervo de documentos e objetos de estudo do Imperador Pedro II, acautelado no Museu Nacional e Museu Imperial (1422 - 1998); a edificação e o acervo documental da Igreja da Ordem 1ª do Carmo, inclusive os remanescentes do antigo convento do Carmo (1251 - 1987).

Considerações finais

Apesar da qualidade das fontes primárias e da constituição de um suporte documental restrito ao âmbito político-administrativo, as Atas da Intendência e da Câmara Municipal de Cariacica constituem importante fonte de pesquisa histórica e análise social, sobretudo quando é realizada a intersecção de informações com tipos documentais.

Manuscritos como este possuem uma ligação íntima com a história, a cultura e a memória, através dos fatos registrados, e esta importante relação deve permitir ou mesmo provocar o acesso aos cidadãos, promovendo a busca por memórias passadas e proporcionando o resgate de sua identidade.

A documentação pública, dentro de um vasto conceito, é indispensável para a produção historiográfica, encontrando mecanismos técnicos, objetivos e seguros de conservação nos arquivos. São documentos que não devem somente serem apresentados para a pesquisa acadêmica, mas também validados a servirem de garantia dos direitos dos cidadãos, uma vez que são o espelho das instituições que os produziram. Do mesmo modo, permitir o acesso e a proteção aos bens culturais de um município, deve refletir em políticas públicas eficazes de preservação de acervos documentais, tendo em vista que são frágeis ao tempo e susceptíveis à deterioração. Portanto, o próprio descaso com acervos públicos documentais, absolutamente, constitui a perda de parte da memória coletiva.

Diante dessas premissas e da importância deste acervo documental para o município de Cariacica, a Secretaria Municipal de Cultura, através da Coordenação de Patrimônio Cultural, decidiu dar início ao processo de tombamento dos manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica, como medida de proteção e transmissão de conhecimentos a ele relacionados. Essa medida se fez por apresentar referências à formação e trajetória histórica do município, pois, ao ser tombado, o acervo passará a ter maior visibilidade para compor o leque de informações culturais,

devendo seu conteúdo histórico ser ministrado em oficinas, palestras, formações e capacitações que envolvem educação patrimonial, pesquisas históricas, culturais e sociais.

Por fim, o tombamento municipal deverá trazer pertencimento referente à identidade, à ação e à memória, através da dimensão cronológica e histórica dos cidadãos cariacienses, construindo um processo evolutivo das transformações e suas manifestações, como uma herança, algo para ser apreendido e preservado, como forma de educar as gerações futuras para a reprodução e disseminação do seu valor cultural.

Estrategicamente, o tombamento dos documentos históricos da Câmara Municipal de Cariacica deve vir seguido da criação de um Plano de Preservação para o bem tombado, compartilhando as responsabilidades do governo municipal com os cidadãos cariacienses. Também deve-se pensar em estratégias de parceria de fomento e divulgação do bem patrimonial entre os municípios e os governos federal e estadual, permitindo a busca sem restrições ao acesso dos pesquisadores e cidadãos comuns, oportunizando por meio da participação social, o contato dos cidadãos às técnicas, aos procedimentos aplicados até o desenvolvimento final do tombamento, visando à disseminação da importância da preservação dos bens culturais, sejam eles de cunho material e imaterial e que envolvam a comunidade que os pertencem.

Portanto, somente a realização de ações culturais e de fomento justificam um tombamento de acervo documental, pois irá enfatizar a importância do bem patrimonial para a disseminação do saber, educação patrimonial, trazendo pertencimento aos cidadãos do município.

Referências

- ALMEIDA, Renata Hermann de. *Arquitetura - Espírito Santo (Estado) - Obras ilustradas*. I. Título. II. Vitória: SECULT, 2009.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Seminário Bases para Implantação de um Arquivo Moderno: O Arquivo Público da Cida-*

de de Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura. 1991.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acessado em: 17/08/2018.

CARIACICA. *Decreto nº 137, de 10 de outubro de 2017*. Dispõe sobre a criação do programa permanente de tombamento de bens do patrimônio cultural material e registro de bens do patrimônio cultural imaterial do município de Cariacica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1372017.html>>. Acessado em: 19/08/2018.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51 ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. *As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação*: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinos. 103-110 maio/agosto. 2007. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103a110_edu11\(2\)_arto5dossie_esquinsani.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103a110_edu11(2)_arto5dossie_esquinsani.pdf)>. Acessado em: 17/08/2018.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla. Diputación provincial, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 5. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MELO, Claudia Alves. Critérios de Transcrição. *Imprensa Oficial de Minas Gerais*. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; *Publifolha*, 2000, São Paulo/SP, 2000.

RABELO, M.P. e SIMÃO, E.J. *Transcrição dos Manuscritos da Câmara Municipal de Cariacica - Século XIX*. Patrocínio da Lei de Incentivo à Cultura João Bananeira – Secretaria Municipal de Cultura de Cariacica, 2018.

_____. *Processo de tombamento*. Cariacica: Coordenação de Patrimônio. Conselho Municipal de Política Cultural. Secretaria Municipal de Cultura, Cariacica nº 2, 2018.

RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 31.042, de 3 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o tombamento definitivo do acervo documental. Disponível em: <http://prefeitura.riohttp://www.rio.rj.gov.br/dls-tatic/10112/4179996/4100623/decreto_tombamento.pdf>. Acessado em: 17/08/2018.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil: 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1948.

Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 30/01/2019



Gerson Camata

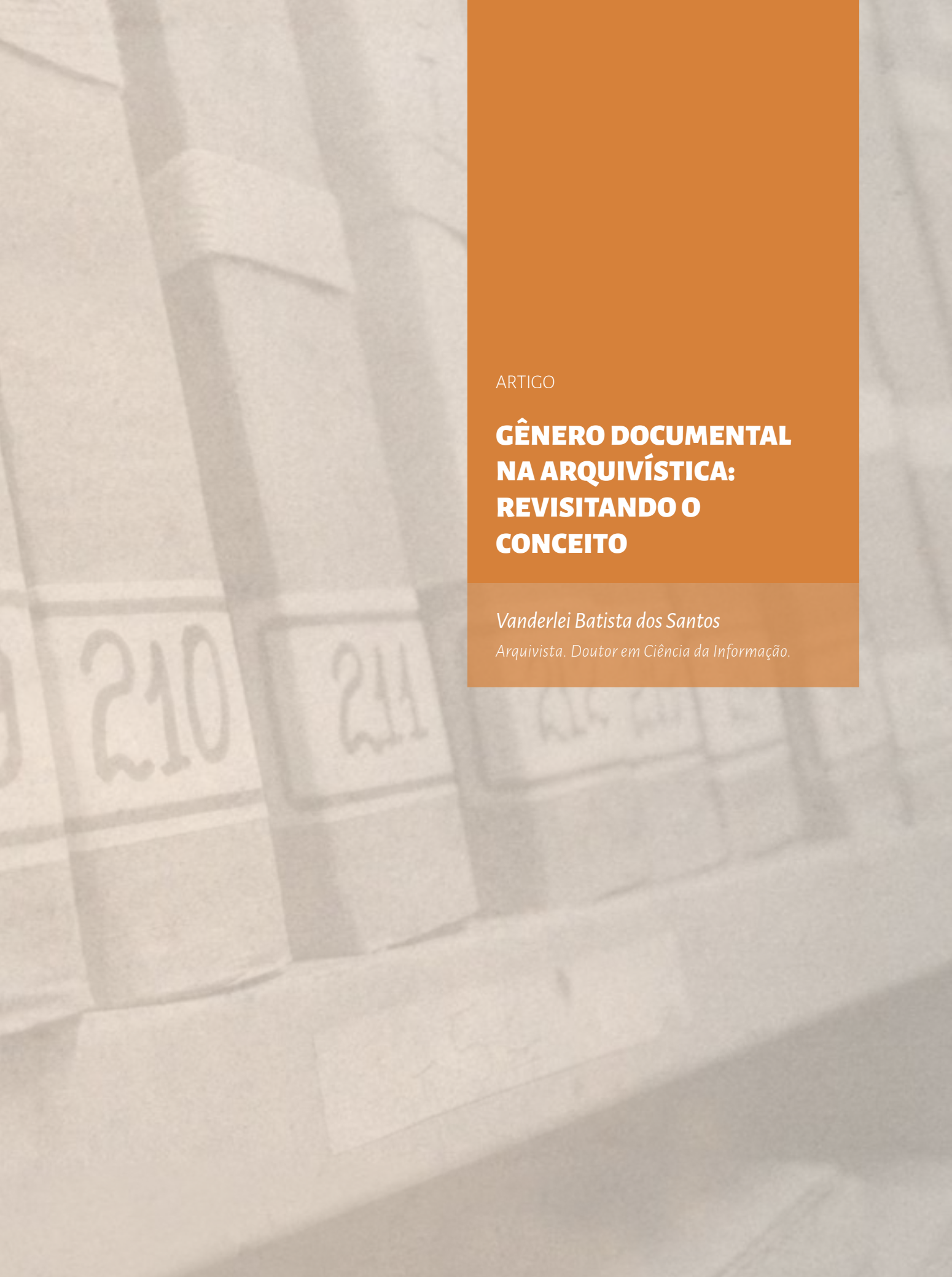
(29 de junho de 1941 - 26 de dezembro de 2018)

Gerson Camata nasceu em Castelo, Espírito Santo, no dia 29 de junho de 1941. Atuou como deputado estadual entre 1967 a 1971 e federal nos anos de 1975 a 1983. Foi governador do Estado de 1983 a 1986, com 67% dos votos válidos, e senador de 1987 a 2011. Inicialmente filiado à Arena, a sua carreira política, desde o processo de redemocratização após o regime militar, foi ligada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era formado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Iniciou sua carreira profissional como jornalista e apresentador do programa Ronda da Cidade, na Rádio Cidade de Vitória, então pertencente aos Diários Associados. Seu primeiro mandato político foi

como vereador de 1967 a 1971. Era casado com Rita Camata, que foi deputada federal por cinco mandatos consecutivos, e pai de dois filhos. Dentre outras funções, foi membro da Comissão de Comunicações e da Comissão de Agricultura e Política Rural e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Consumidor.

Sua atuação esteve constantemente voltada à agricultura e ao meio rural. Foi dele o projeto de lei que instituiu o “Dia Nacional do Imigrante Italiano”, na data de 21 de fevereiro, para rememorar a primeira grande entrada de italianos no Brasil, por meio da expedição de Pietro Tabacchi, na qual os colonos chegaram ao país para trabalharem na região de Santa Cruz, no Espírito Santo.

The background of the entire page is a grayscale photograph of a bookshelf. Several books are visible, with their spines and labels clearly shown. The labels on the spines contain numbers, such as '210' and '211'. The lighting is soft, creating a sense of depth and texture in the paper and wood of the books and shelves.

ARTIGO

GÊNERO DOCUMENTAL NA ARQUIVÍSTICA: REVISITANDO O CONCEITO

Vanderlei Batista dos Santos

Arquivista. Doutor em Ciência da Informação.

Resumo

A terminologia de uma área do conhecimento é um constructo teórico e técnico que visa a facilitar a comunicação entre os pares e desses com as demais disciplinas. Seu estado de evolução e uso tem relação direta com o estágio de desenvolvimento e estratificação do conhecimento da disciplina. No Brasil, talvez pela Arquivística ser uma disciplina com poucos controles institucionais, seja por parte das universidades, das associações profissionais ou das instituições arquivísticas, essa terminologia tem apresentado muitas incongruências. Para ilustrar essa situação e propor formas de confrontar esse problema utiliza-se como estudo de caso o termo “gênero documental”. Conclui-se que é imprescindível a existência de uma instituição que ofereça suporte técnico para as atualizações terminológicas, a fim de reduzir as distinções na definição de termos arquivísticos em publicações de referência. A adoção de tal medida, certamente, contribuirá para o fortalecimento da terminologia como linguagem técnica respeitável. Entende-se que, no Brasil, essa competência poderia ser exercida pelo Conselho Nacional de Arquivo por meio, por exemplo, de uma Câmara Técnica de Terminologia Arquivística.

Abstract

The terminology of an area of knowledge is a theoretical and technical construct that aims to facilitate communication between peers and those with the other disciplines. Its state of evolution and use is directly related to the stage of development and stratification of the knowledge of the same discipline. In Brazil, perhaps because of Archivistics being a discipline with few institutional controls, either on the part of the university, professional associations or archival institutions, this terminology has presented many inconsistencies. To illustrate this situation and propose ways of confronting this problem, the term “gênero documental” was chosen as case study. It is concluded that it is essential to have an institution that offers technical support for terminological updates in order to reduce the distinctions in the definition of archival terms in reference publications. The adoption of such a rule will certainly contribute to the strengthening of terminology as a respectable technical language. It is understood that, in Brazil, this competence could be exercised by the National Archives Council through, for example, a Technical Chamber of Archival Terminology.

1. Introdução

Já há algum tempo estudos acadêmicos da área tem registrado que a teoria Arquivística carece de maturidade científica, tanto nacional quanto internacionalmente. Dentre outros aspectos que podem ser arrolados, podem-se identificar os estudos apresentando novas perspectivas da área e as definições revistas, atualizadas e difundidas que tem colaborado para a evolução da área. Todavia, muito dessa produção teórica tem sido feita sem um aprofundamento

adequado ou respaldada pelos pares de forma mais crítica. A depender dos autores e dos órgãos que as produziram ocorre uma naturalização das propostas sem os debates necessários. Isso ocorreu, por exemplo, com os termos arquivologia e arquivística, classificação e arranjo, plano de classificação e código de classificação, princípios arquivísticos e o entendimento sobre quais são as características documentais arquivísticas.

Instituições normatizadoras e definidoras de tendências de pesquisa em arquivística como o Con-

selho Internacional de Arquivos e o Conselho Nacional de Arquivos promovem, realizam e difundem estudos de importância capital para a área. Todavia, por serem, geralmente, elaborados por grupos de trabalhos, câmaras, comissões e comitês de composição técnica as mais variadas e por, ao menos no que nos permite observar, serem finalizados sem uma necessária comparação com estudos anteriores dessas mesmas instituições, não raramente apresentam incoerência entre várias de suas publicações técnicas oficiais, confundindo o público que se vale desses estudos para fundamentar seus projetos de pesquisa ou elaboração de normas.

Tal fato fica evidente quando se observa que, por exemplo, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), tem discordado em seus textos técnicos da classificação de “documentação eletrônica” como “gênero documental”, entendimento registrado no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, aprovado no âmbito do CONARQ.

O conceito de “gênero documental”, embora fartamente presente na literatura nacional, está repleto de vácuos conceituais e/ou algumas incongruências mais facilmente identificáveis, como confundir espécie documental com suporte de registro de informação.

No papel de um pesquisador interessado na afirmação da Arquivística como disciplina, entendo que aspectos tão difundidos da teoria precisam passar por uma análise mais detida, preferencialmente, oriunda de visões distintas, mas sempre sob critérios técnicos. Tais estudos, como este ora apresentado, não visam se sobrepor a manifestações discordantes ou propostas revisoras provenientes dos demais pesquisadores da área, mas, ao promover a existência de uma visão teórica e técnica coerente defendida por um órgão gestor nacional, fortalecer a Arquivística lhe dando maior credibilidade frente às outras áreas do conhecimento.

2. A visão difundida pelo CONARQ: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99), gênero é a “reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso”. Por outro lado, espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.85).

Ao compilar citações de Bellotto (2004), Arquivo Nacional (2005) e Bernardes (1998), se obtém um número muito maior de exemplos de espécies documentais, incluindo: ata, carta, certificado, conta, convite, despacho, edital, exposição de motivos, memorando, mensagem, ofício, ordem de serviço, portaria, prestação de contas, processo, protocolo, relatório e traslado. A ausência de disco e filme não causa estranheza, sendo lugar comum na literatura da área, uma vez que remetem mais a suporte que a documento. Mesmo na compilação apresentada por Sousa (2007, p.155-157), em que são relacionadas 138 espécies documentais, essas duas “espécies” não estão elencadas.

O Dibrate apresenta os seguintes termos e definições para tipos de gêneros documentais, aos quais, neste estudo, foram agregadas definições de outros autores e obras:

- documento textual: “gênero documental integrado por documentos manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.79). Paes (2004, p.29) também denomina este gênero de “escrito”. Outros exemplos: memorando, ofícios, circulares; o enfo-

que classificatório são os signos (linguagem escrita) utilizados para representar as informações.

- documento iconográfico: “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.76); para Paes (2004, p.29), seu principal conteúdo são imagens estáticas; pôsteres, cartazes, diapositivos; a classificação está enviesada pela identificação dos signos (imagens fixas) utilizados para representar as informações.

- documento cartográfico: “gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.74). Possuem formatos e dimensões variáveis, contendo representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia (PAES, 2004, p.29); novamente, a classificação tem como viés a identificação dos signos (imagens fixas, como o iconográfico) utilizados para representar as informações, desta feita, uma especificidade de linguagem para mapas e plantas.

- documento audiovisual: “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73). Paes (2004, p.29) não relaciona “audiovisual” entre os gêneros documentais; desta feita, a classificação usa como base a identificação dos signos (imagens e sons conjugados) utilizados para representar as informações.

- documento bibliográfico¹: “gênero documental

integrado por impressos, como livros, folhetos e periódicos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73). É uma classificação com base no formato² do documento, observa-se que neste tipo de documento os signos poderiam ser textuais, iconográficos e/ou cartográficos.

- documento eletrônico: “gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.75). Para Paes (2004, p.29), o gênero informático contempla os “documentos produzidos, tratados ou armazenados em computador (disquete, disco rígido, disco ótico)”; para Camargo e Bellotto (1996, p.27), os documentos eletrônicos são apenas um conjunto de documentos “cujo conteúdo, registrado em suportes especiais, é acessível apenas por computador”. Pelo conceito de gênero documental (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99), os exemplos apresentados nesta definição – disquetes e documentos digitais – seriam espécies documentais, o que certamente é um equívoco.

- documento filmográfico (ou cinematográfico): “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens em movimento, com ou sem som, como filmes e fitas videomagnéticas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.76); Camargo e Bellotto (1996, p.27) não relacionam esse conjunto de documentos como gênero; de qualquer forma, o foco está no formato final do documento, qual seja, não é um documento audiovisual qualquer (nesta definição, inclusive, pode não possuir som, e a imagem tem que ser em movimento), mas um filme. Observa-se, adicionalmente, que fita videomagnética é um termo melhor aplicado a um tipo de suporte onde se pode regis-

1 É bastante incomum na literatura técnica a inserção de “bibliográfico” como gênero documental, mas como já mencionado antes, o Dibrate é a terminologia arquivística recomendada pelo Conarq (Resolução nº 23/2006) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos -

Sinar, o que, por aplicação acaba sendo um tipo de terminologia oficial do país.

2 Formato: conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.94).

trar imagens e sons, não uma espécie documental.

· documento micrográfico: “gênero documental integrado por documentos em microforma, como cartões-janela, microfilmes e tab-jacks” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.77), jaquetas; classificação com foco no formato do documento e na tecnologia utilizada para dar acesso às informações registradas, não nos signos utilizados para representar as informações registradas; como se sabe, microfilmes podem ser utilizados para registrar textos imagens e, até, sons. Camargo e Bellotto (1996, p.28) não identificam a documentação micrográfica como gênero.

Ao analisar as definições propostas no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), expostas anteriormente, se utiliza como requisito primordial para a aceitação de cada um dos agrupamentos a objetividade no escopo de seu uso, ou seja, a impossibilidade de que um mesmo documento possa ser identificado em mais de um agrupamento.

Assim, nossas considerações se iniciam pela relação entre “documentos iconográficos” e “documentos cartográficos”. Camargo e Bellotto (1996, p.27), numa visão com que concordamos, identificam os documentos “cartográficos” como uma especificidade da “documentação iconográfica”. Parece-nos uma análise pertinente, visto que se tratam de imagens de superfícies e estruturas. Desta forma, consideramos “documentos cartográficos” uma categoria desnecessária ou, no mínimo, subordinada a “iconográfico”. Ao definir documentos iconográficos em um estudo sobre a documentação audiovisual, Lima (SILVA; PALETTA, 2016, p.92) enumera uma grande variedade deles, corroborando essas conclusões:

Os documentos iconográficos são constituídos por imagens fixas, as quais podem ser em duas dimensões, opacas, como as fotografias, gravuras, desenhos, desenhos técnicos (projetos de arquitetura/engenharia), pinturas, caricaturas, cartões postais e

pôsteres ou destinadas a projeções como os diapositivos (slides), as radiografias e as transparências.

A pertinência do gênero bibliográfico é comprometida pela existência dos gêneros textual e iconográfico. Afinal, livros, folhetos e periódicos são compostos de textos e imagens. Na proposta apresentada pelo Arquivo Nacional, mesmo se ampliarmos a visão do gênero bibliográfico para contemplar os *audio-books* ou periódicos eletrônicos atuais, ainda assim, não necessitaríamos desse gênero, pois poderia ser utilizado o relativo aos documentos eletrônicos³.

A análise dos gêneros audiovisual e filmográfico já não é tão simples. A diferença substancial é que no audiovisual os documentos possuem som e imagem (fixa ou em movimento), já no filmográfico as imagens (sempre em movimento) podem ou não estar acompanhadas por som. Segundo o Dicionário Michaelis, audiovisual congrega, necessariamente, som e imagem. Isso pode ser facilmente observado nas acepções 1 e 2 presentes naquele Dicionário:

Audiovisual:

1. Diz-se de qualquer material, comunicação, mensagem, recurso, método etc. que busca estimular, simultaneamente, a audição e a visão.
2. Diz-se de qualquer meio de comunicação que se vale do som e da imagem na transmissão da mensagem⁴.

Por este entendimento, o gênero audiovisual não poderia contemplar os documentos exclusivamente sonoros ou imagéticos. Assim, primeiro fica evidente a necessidade de uma categoria para incluir os documentos sonoros. Embora esse agrupamento

³ Esse “gênero” será retomado adiante e discutido com mais profundidade.

⁴ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/audiovisual/> Acesso em: 28 out. 2017.

conste do Dibrate⁵ (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.79) sem a qualificação de gênero, Paes (2004, p.29) assim o considera, definindo-o como o gênero composto por documentos “com dimensões e rotações variáveis, contendo registros fonográficos (discos e fita audiomagnéticas)”.

Em segundo lugar, apenas os registros de imagens em movimento sem som constituiriam o gênero “filmográfico”, todo o restante seria classificado em “audiovisual”, pois ambos os gêneros têm como intersecção os filmes que possuem som e imagem. Não se identifica nenhuma justificativa adicional para a existência do gênero filmográfico.

Quanto ao gênero micrográfico, senão pelas dimensões do registro da mensagem na microforma, os documentos que podem ser micrografados são textos, imagens e, até, som, na atualidade. São, portanto, limitando-se às categorias listadas pelo Dibrate, do gênero textual ou iconográfico. Entendemos, por se tratar de uma replicação, que não deve existir um “gênero micrográfico”.

Finalmente, o “gênero eletrônico” talvez seja o que mereça uma análise mais detalhada. De início cabe registrar que os exemplos mencionados (cartões perfurados, disquetes e documentos digitais) na definição do Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.75) se referem a mídias e documentos que têm o computador como máquina mediadora e não aos demais documentos eletrônicos, como fitas videomagnéticas (acessíveis por aparelho de videocassete) e fitas audiomagnéticas (acessíveis por aparelhos toca-fitas ou gravadores).

Pode-se supor que isso se deve ao fato de fitas videomagnéticas já estarem listadas no gênero filmográfico. Ainda assim, cumpre registrar que fita videomagnética não é um documento, mas a denominação do suporte de armazenamento. Conforme o próprio Arquivo Nacional (2005, p.92), é uma fita

magnética “que contém imagens com ou sem registros sonoros”. Assim, está claro que seu conteúdo é o que foi utilizado para caracterizá-la como do gênero filmográfico.

A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) distingue documento digital e documento eletrônico, sendo o primeiro uma especificidade do segundo. De acordo com o Glossário - Documentos Arquivísticos Digitais (2014, p.19) da CTDE:

Documento Digital:

Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

[...]

Documento Eletrônico:

Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico.

As discussões sobre a existência de um gênero eletrônico demandam a análise do documento digital, aquele que tem relação direta com os sistemas computacionais. O que, como já mencionado, corresponde aos exemplos citados na definição constante do Dibrate: cartões perfurados, disquetes e documentos digitais. As informações são registradas nos documentos digitais na forma de bits. Uma vez que o (zero) e 1 (um), que constituem o bit, podem ser representados fisicamente por opacidade ou translucidez num disco ótico ou, ainda, pela positividade ou negatividade dos registros em mídias magnéticas, o documento digital é uma imagem, um caractere de escrita ou um som? A codificação obtida pelo 0 e 1 é o que se denomina linguagem de máquina e exige a utilização de um *software* para decodificá-la de forma a ficar acessível aos sentidos humanos.

A despeito do ser humano não conseguir aces-

5 “Registro sonoro, como disco e fita audiomagnética”. Observo que esta definição apresenta uma confusão entre documento e suporte. Um exemplo correto seria um discurso de autoridade.

sar o conteúdo do documento digital sem intermediação de uma máquina, uma vez realizada a tradução dos signos, a informação é obtida na forma de texto, imagem, som ou na mistura de todas elas. Essa interpretação vai ao encontro daquela usada no Dibrate para incluir fitas videomagnéticas no gênero audiovisual, ou seja, é o conteúdo que prevalece.

Fica evidente no Dibrate, portanto, que não há um entendimento harmônico sobre o viés predominante na identificação de um documento como pertencente ou não a um gênero específico. Por outro lado, a que gêneros pertenceriam os livros eletrônicos (*e-books*), já mencionados, ou os filmes que, atualmente, são produzidos diretamente em forma digital? Ou ainda, os sites institucionais com textos, áudios, vídeos e outros recursos tecnológicos?

Em se aceitando a definição e os tipos de gênero do Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005), seria necessário ter claro qual característica do documento se sobrepõe às demais na hora de classificá-lo quanto ao seu gênero. Por exemplo: seria correto afirmar que um ofício é, em princípio, um documento do gênero textual, mas se estiver microfilmado passa a ser do gênero micrográfico e, se estiver em um computador, é do gênero eletrônico? Além disso, relacionar as definições de gênero e de espécie documental mais confunde que esclarece. Por exemplo, no caso anterior, a espécie ofício pertence a que gênero?

3. Ampliando a discussão

O gênero documental é uma criação brasileira que propõe o agrupamento de espécies documentais (ARQUIVO NACIONAL, 2005) / documentos (CAMARGO E BELLOTTO, 1996) de acordo com algumas características. Essa afirmação baseia-se no fato de que, na literatura estrangeira consultada, embora não seja difícil encontrar termos que remetam a esses agrupamentos de documentos (ou tipos de arquivo), não foi identificada uma definição tão rígida quando a brasileira. Termos como *audiovisual*, *audio-visuelles*,

audio-visual, *cartographic*, *cartographiques*, *cinématographiques*, *filmicos*, *iconografici*, *iconographiques* são utilizados apenas acompanhados de “conjunto de documentos” não sendo comum tentativas de uso de um único termo⁶ para qualificá-los, como a palavra “gênero” usada no Brasil. Esse entendimento parece ratificado pelo Dibrate que, após definir “gênero documental”, não apresenta os termos relativos em outras línguas (Fig. 1), como ocorre em tantos outros verbetes da publicação.

gênero documental
Reúne as espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso(1); como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.

idioma	DAT 1	DAT 2	DAT 3
alemão	—	—	—
espanhol	—	—	—
francês	—	—	—
inglês	—	—	—
italiano	—	—	—
português (PGR)	—	—	—

Fig. 1. Gênero documental (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99).

Entende-se que agrupar objetos segundo a presença ou ausência de uma característica é um processo de classificação. Nas palavras de Liard (1979 *apud* SOUSA, 2002, p.9), classificação pode ser definida “como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores”.

Neste sentido, é necessário o

estabelecimento de princípios de classificação para as divisões de um conjunto (de ideias ou de objetos). Podem ser utilizados quantos princípios de classificação forem necessários. Entretanto, deve-se usar um de cada vez. [...] Não se deve misturar em um único nível unidades baseadas em princípios diferentes, pois, dessa forma, abriria-se a possibilidade

6 Em pesquisa na web identificou-se um único caso, no Glossário da Society of American Archivists (Pearce-Moses, 2016), para uma das acepções de record type como uma classe de documentos arquivísticos definida por seu estilo, assunto, características físicas ou forma, cujos exemplos incluem imagens em movimento, fotografias e história oral, apresenta, portanto, viés distinto do brasileiro.

de ter mais de um local para classificar o mesmo documento. Isso destrói os objetivos da classificação (SOUSA, 2007, p.91).

Ao se deter na definição de gênero documental (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99), reproduzida na Fig. 1, percebe-se que não há um viés exclusivo que oriente a classificação de gênero, podendo ser: suporte, formato, processamento técnico e mediação para acesso.

Considerando-se a observação de Sousa (2009, p.91), nos parece mais adequada, porque construída no escopo de regras de classificação, a proposta de Camargo e Bellotto (1996, p.41), para quem **gênero documental** corresponde à “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo”. Naquele estudo, elaborado há mais de duas décadas, Camargo e Bellotto propunham a divisão dos gêneros documentais em cinco agrupamentos:

- documentação iconográfica: “gênero documental que utiliza como linguagem básica a imagem” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.28)
- documentação textual: “gênero documental que utiliza como linguagem básica a palavra escrita” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.28)
- documentação audiovisual: “gênero documental que utiliza como linguagem básica a associação do som e da imagem” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.27)
- documentação fonográfica: “gênero documental que utiliza como linguagem básica o som” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.27)
- documentação em multimeios: “gênero documental que utiliza simultaneamente múltiplas linguagens” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.28)

Entende-se que a discussão sobre os gêneros iconográfico, textual, audiovisual e, até, fonográfico, já foi contemplada, restando apenas analisar a pertinência do gênero “em multimeios”. Uma questão que se sobressai de início é a não identificação da palavra em três dicionários consultados (Grande Dicionário Houaiss, Michaelis - Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, Dicionário Online de Português). O termo mais próximo encontrado foi multimídia, analisado a seguir.

Entre as várias acepções de multimídia apresentadas no Michaelis⁷, destacaram-se duas:

a) enquanto substantivo:

Sistema que combina som, imagens estáticas e animadas, vídeo, interatividade e textos, com funções educativas, entre outras.

b) enquanto adjetivo:

Diz-se de produção que, fixada em um meio digital, reúne em um único suporte diferentes modalidades de expressão criativa, como, por exemplo, desenho, som, animação, vídeo, texto, performance etc.

O Dicionário Online de Português⁸ apresenta uma definição muito parecida com a proposta de Camargo e Bellotto

Apresentação multimídia, aquela que utiliza imagens, vídeo, animação, som ou uma combinação dessas mídias.

Finalmente, o Grande Dicionário Houaiss⁹ apre-

7 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/multim%C3%ADdia/> Acesso em: 17 nov. 2017.

8 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/multimidia/> Acesso em: 17 nov. 2017.

9 Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#3> Acesso em: 17 nov. 2017.

Gêneros	Fonte		Análise	Considerações
	1996	2005		
Iconográfico	Sim	Sim	Sim	-
Textual	Sim	Sim	Sim	-
Audiovisual	Sim	Sim	Sim	-
Filmográfico	-	Sim	Não	Contemplado pelo gênero audiovisual, exceto os filmes sem som.
Fonográfico	Sim	-	Sim	-
Em multimeios	Sim	-	Sim	Alterar o título para “multimídia”.
Micrográfico	-	Sim	Não	Contemplada por iconográfico e textual.
Eletrônico	-	Sim	Não	Contemplada por iconográfico, textual, audiovisual, filmográfico e fonográfico.
Bibliográfico	-	Sim	Não	Contemplada por textual e iconográfico
Cartográfico	-	Sim	Não	Contemplada por iconográfico.

Tabela 1. Gênero documental: 1996 x 2005.

senta o termo *multimídia* na acepção da informática como sendo

técnica para apresentação de informações que recorre simultaneamente a diversos meios de comunicação, mesclando texto, som, vibrações e movimentos mecânicos e imagens fixas e animadas.

Em resumo, aplicando-se aos gêneros documentais, entende-se que o termo se refere àqueles documentos que se utilizam simultaneamente de múltiplas linguagens para transmitir seu conteúdo. O exemplo mais simples deste tipo de documento arquivístico é o *site* ou *sítio* de internet de uma instituição. Tal recurso institucional deve ser entendido como um ente único, a soma das partes que o constituem, embora várias das partes possam ser entendidas, separadamente, como entes distintos, dependendo do contexto de análise. Via de regra, é um documento complexo, formado por diversos documentos digitais relacionados. Assim, entende-se necessária a existência de tal gênero.

A fim de sistematizar as análises realizadas até o momento elaborou-se a tabela acima. Na primeira coluna (gênero), estão listadas as denominações registradas na coluna “fontes”, utilizando-se “sim” ou “-” nas colunas 1996 e 2005, para indicar os termos

constantes do Dicionário de Terminologia Arquivística (Camargo e Bellotto, 1996) e do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005). Na coluna “Análise” há a indicação da concordância ou não com a manutenção do termo como gênero documental, utilizando-se a coluna “considerações” para sintetizar a justificativa:

Sugere-se, portanto, que os gêneros documentais arquivísticos sejam: textual, iconográfico, audiovisual, fonográfico e *multimídia*. Os filmes sem som seriam uma honrosa exceção a serem considerados no âmbito do gênero audiovisual, evitando-se a criação de uma classe para contemplar apenas a ausência de som em um filme.

Além disso, entende-se necessário um aprofundamento nas discussões sobre o que caracteriza, exatamente, o “documento textual”. Os documentos escritos em braile, em código *morse* ou em notação musical são textuais? O que dizer dos hieróglifos, cuja escrita possui vários elementos de natureza imagética?

O conceito de documento textual permite alguns questionamentos. Segundo o Dicionário Michaelis, *textual*¹⁰ é relativo a texto. Um conceito pouco

¹⁰ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/textual/> Acesso em: 28 out. 2017.

Fig. 5. Gênero documental em braille¹⁵

Entende-se que mesmo os documentos escritos em hieróglifos¹⁶ (Fig. 6), com caracteres ideográficos ou simbólicos misturados a caracteres de som podem ser considerados textuais. Os valores fonéticos dos hieróglifos podem ser iguais a uma ou à combinação de duas ou três consoantes, mas também podem ser ideogramas (Fig. 7), ou seja, um único caractere representando uma palavra como casa, sol etc.

Fig. 6. Hieróglifos egípcios – fotogramas bilaterais¹⁷Fig. 7. Hieróglifos egípcios – logogramas (ou ideogramas)¹⁸

Para definir a que gênero arquivístico pertence a partitura musical é necessário entender o que é notação musical (Fig. 8). Segundo o Dicionário de Música (MELOTECA, 2018), “notação” é o “conjunto de sinais convencionais utilizados para representar graficamente a duração, altura, ritmo e outros aspectos de uma obra musical”. De forma similar, o Dicionário Michaelis define “notação musical”¹⁹ como a “representação por meio de sinais, do tom e duração dos sons, e marcação das suspensões e pausas”.



Fig. 8. Exemplos de notação musical

Esses diversos sinais ou signos, ao serem intencionalmente dispostos em pautas (ou pentagrama, que são as cinco linhas horizontais paralelas utilizadas pelo músico para posicionar as notas e símbolos

15 Tradutor para Braille – Projeto Matinv. Disponível em: <http://www.atractor.pt/tb/> Acesso em: 17 nov. 2017.

16 Para maiores informações, consultar “A decifração dos hieróglifos”, disponível em: <http://www.fascinioegito.sho6.com/decifra.htm> Acesso em 28 out. 2017.

17 Gramática egípcia clássica. Disponível em: <http://www.aegyptologia.com/egiptologia/licoes/#tabid-2> Acesso em: 17 nov. 2017.

18 Gramática egípcia clássica. Disponível em: <http://www.aegyptologia.com/egiptologia/licoes/#tabid-4> Acesso em: 17 nov. 2017.

19 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/notação/> Disponível em: 28 out. 2017.

musicais, criando sua composição), formam uma partitura (Fig. 9) e permitem que um especialista (músico) registre e interprete uma música. Em outras palavras, é a linguagem musical. As partituras musicais são, portanto, documentos escritos, do gênero textual. A definição de “notação musical” (APRENDA PIANO, 2018) como “o nome dado a todo sistema de escrita, o qual representa com símbolos uma peça musical” é bastante adequada à exemplificação da visão aqui proposta.

Na figura a seguir, por exemplo, pode-se ler (solfejar, na linguagem musical) uma música infantil muito conhecida.



Fig. 9. Partitura de "Brilha, brilha estrelinha".

Em 2014, no âmbito de uma das Câmaras Técnicas do Conarq, foi divulgado um Glossário de termos que apresenta um novo gênero documental denominado “documento musical”. Tal proposta foi ratificada na Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014, ao explicitar, em seus considerandos

Documento musical - o gênero documental integrado por documentos que se caracterizam por conter informação codificada através de notação musical, independentemente do processo de produção, de registro ou fixação, e de reprodução ou realização.

Dois anos mais tarde, em nova versão daquele

Glossário, o termo permanece, embora com nomenclatura alterada, divergente da usada na resolução, mantendo a definição quase sem alterações, da seguinte forma:

Documento musicográfico - gênero documental integrado por documentos que se caracterizam por conter informação codificada através de notação musical (ou equivalente), independentemente do processo de produção, de registro ou fixação, e de reprodução ou realização. Exemplos de documentos musicais: partituras, partes (vocais e/ou instrumentais), livros de coro e cartilhas²⁰ (CÂMARA TÉCNICA..., 2016, p.12).

Conforme defendido anteriormente, a mencionada “codificação através de notação musical” é, na verdade, uma escrita técnica. Por essa interpretação já existiria um gênero que contempla esses documentos, o textual. Ao nos afastarmos desse entendimento, teríamos que produzir outra série de gêneros para contemplar documentos produzidos com outros tipos de escrita, como os já mencionados em código *morse* e *braille*.

Pode-se ir além nessa discussão. Por exemplo, em recente publicação (SILVA; PALETTA, 2016, p.86-99), Vânia Lima, ao tratar de documentação audiovisual, considera que

A informação sonora serve tanto para documentar e testemunhar a realidade, como para expressar [e] representar emoções e sentimentos que nem sempre deixam entrever a palavra (SILVA; PALETTA, 2016, p.91).

Neste contexto, entende que as informações sonoras podem ser divididas em musical ou ficcional (gravações de músicas, poesias ou peças literárias, peças teatrais e radionovelas) e documental (entre-

²⁰ No original é “cartinha”, mas não foi encontrado tal termo em diversos dicionários musicais consultados.

vistas, depoimentos, narração de jogos, palestras, reportagens etc.). Apesar da realidade dessa afirmação, não nos parece coerente criar gêneros específicos para contemplar esses documentos sonoros, mesmo quando registrados sob a forma de partituras e cifras, ou quando produzidos por derivação, qual seja, a transcrição de depoimento capturado em áudio. Em ambos os casos, o resultado pode ser incluído do gênero textual. A não ser que se optasse pela criação de subgêneros. Mas aí é outro assunto.

4. Considerações finais

Quando nos reportamos à terminologia de uma disciplina científica, entende-se imprescindível a existência de uma instituição ou órgão que atue na busca por sua conformidade técnica no país. Entende-se, de uma forma geral, que ações desse tipo deveriam ser de interesse das universidades que ministram cursos de Arquivologia, afinal, é imprescindível evitar confusões na aplicação dos vocábulos específicos da área, até porque o respeito à linguagem técnica é um requisito para a consolidação da área.

Por outro lado, no Brasil existe um Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, cuja atribuição legal é definir a política nacional de arquivos, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Na busca de seus objetivos, o CONARQ tem produzido resoluções que contemplam a definição e a revisão de vários aspectos técnicos e teóricos da área. Em outras palavras, o CONARQ tem produzido, formalizado e atualizado a terminologia arquivística brasileira. Há que se agir com esmero, portanto, para evitar incongruências no âmbito das comissões especiais e câmaras técnicas e setoriais que o constituem, a fim de submeter ao Plenário apenas os documentos já revisados e em conformidade com as orientações e resoluções já aprovadas.

Por exemplo, o próprio conceito e os tipos de “gênero documental” são apresentados de formas distintas nos documentos aprovados pelas Resolu-

ções nº 4/1996 (Revogado pela Resolução nº 14/2001) e nº 26/2003 do CONARQ. A definição de 1996 (repetida em 2001) é bastante sumária e usa o termo “documentação” para se referir aos gêneros documentais que são limitados a seis tipos, conforme se pode constatar a seguir:

Gênero documental

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e a forma de registro da informação, como **documentação audiovisual**, documentação cartográfica, documentação iconográfica, documentação informática, documentação micrográfica, documentação textual. (ARQUIVO NACIONAL, 1996, p.27; 2001, p.179; *grifos nossos*)

Na proposta de 2005, a expressão “a forma de registro da informação” é substituída por um texto mais extenso, ao que parece buscando maior clareza. O termo “documento” é usado em substituição a “documentação” para se referir aos gêneros documentais que, com a inclusão de bibliográficos e filmográficos, passam a ser oito. Além disso, “documentação informática” é substituída por “documentos eletrônicos”, conforme apresentado a seguir:

Gênero documental

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e **o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso** (1), como documentos audiovisuais, **documentos bibliográficos**, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, **documentos filmográficos**, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99; *grifos nossos*).

Não entro no mérito da correção ou não da proposta, mas o que justificou tais alterações? Com que profundidade técnica e teórica ela foi realizada? Sa-

be-se que o Dibrate foi colocado em consulta pública, mas, a despeito da competência e do conhecimento dos coordenadores da revisão do dicionário, qual o nível de colaboração recebido? Quais os critérios para aceitar ou refutar uma proposta enviada?

A comunidade arquivística brasileira não tem participado tão efetivamente da discussão e da definição desses termos de modo que caberia ao Conarq verificar se as propostas de termos e conceitos constantes de novos documentos e normas a serem ratificadas no Plenário daquele Conselho estão aderentes aos já aprovados e adotados no país. Não é uma solução fácil, mas é necessário confrontar esse problema e utilizá-lo como uma oportunidade para conseguir maior reconhecimento da Arquivística.

Referências

- APRENDA PIANO. *O que é notação musical?* Disponível em: <https://aprendapiano.com/notacao-musical/> Acesso em: 8 jan. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo*; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- _____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 2ª ed. revista e ampliada.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1998. (Projeto Como fazer, Vol. 1)
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/gestao_documental_aplicada_leda.pdf Acesso em 10 abr. 2009.
- CÂMARA TÉCNICA de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais. *Glossário*. (v.2, 2016). Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/csais/glossario_ctdaism_v2_2016.pdf Acesso em: 17 nov. 2017.
- _____. *Glossário*. (v.1, 2014). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/csais/Glossario_CTDAISM_V1_1.pdf Acesso em: 17 nov. 2017.
- CÂMARA TÉCNICA de Documentos Eletrônicos. *Glossário*. (jul/2008, v.4). Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2008ctdeglossariov4.pdf> Acesso: 8 mar. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo : AAB-NRSP/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Resolução nº 4, de 28 de março de 1996*. Dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-Meio, a ser adotado como um modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, e aprova os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela básica do temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às Atividades-Meio da Administração Pública. Diário Oficial da União, Suplemento ao nº 62, 29 de março de 1996. Brasília : Imprensa Nacional, 1996.
- _____. *Resolução nº 23, de 16 de junho de 2006*. Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/265-resolucao-n-23,-de-16-de-junho-de-2006.html> Acesso em: 20 nov. 2017.
- _____. *Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/283-resolucao-n-41,-de-9-de-dezembro-de-2014.html> Acesso em: 8 jan. 2018.
- MELOTECA. *Dicionário de Música: termos e expressões musicais*. Disponível em: <https://www.meloteca.com/dicionario-musica.htm#n> Acesso em 8 jan. 2018.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 3ª ed. rev. ampliada.
- PEARSE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Disponível em: <https://www2.archivists.org/glossary> Acesso em: 17 nov. 2017.
- RONDINELLI, Rosely Curi. O lugar dos objetos nos arquivos pessoais. In *Encontro Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas (II)*. São Paulo: (s/p), 2017.
- SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (Orgs). *Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I*. São Paulo: ECA-USP, 2016. 190 p.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília : Senac-DF, 2007. p.77-172.
- _____. *As bases do processo classificatório em Arquivística: um debate metodológico*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 04/12/2018



Albuíno Azeredo

(21 de janeiro de 1945 - 16 de setembro de 2018)

Albuíno Azeredo nasceu em Vila Velha, no Espírito Santo, em dia 21 de janeiro de 1945. Foi Governador do Estado de 1991 a 1995. De família humilde exerceu as profissões de vendedor, quitandeiro e jogador de futebol no Atlético de Vitória antes de adentrar no campo político. Trabalhou também no Departamento de Água e Esgoto do Espírito Santo. Era graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e cursou Informática e Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

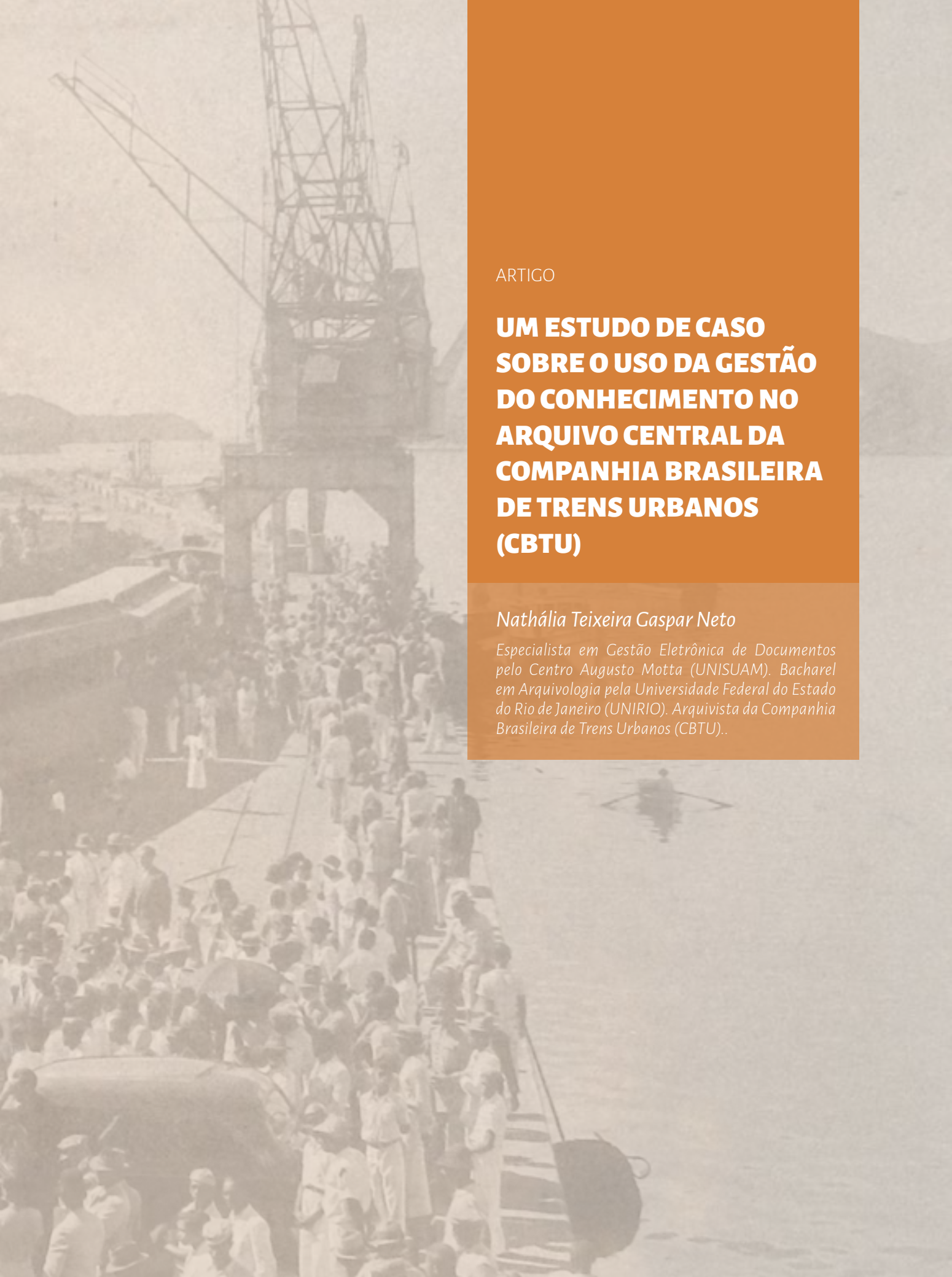
Foi funcionário da Companhia Vale do Rio Doce e diretor da subsidiária Intervale S.A. Era filiado, desde 1970, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Cariacica (ES) e secretário de Planejamento e Transportes do Espírito Santo no governo de Max Mauro (1987-1991). Nele, desenvolveu o projeto Transcol, que organizou o transporte coletivo em Vitória. Em 1990 ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual ganhou para governador em março de 1991.

Atuou como professor do Ensino Médio. Lecionou na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Engenharia da Ufes e na Faculdade de Engenharia da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Era casado com Valdiceia Peçanha de Azeredo, com quem teve três filhos.

Informações: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.



A historical black and white photograph of a crowded train platform. A large crane stands in the background, and a dense crowd of people is gathered on the platform. A train is partially visible on the left. The scene is set outdoors, likely at a port or industrial area.

ARTIGO

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ARQUIVO CENTRAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU)

Nathália Teixeira Gaspar Neto

Especialista em Gestão Eletrônica de Documentos pelo Centro Augusto Motta (UNISUAM). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Arquivista da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)..

Resumo

Este artigo busca estabelecer uma relação multidisciplinar entre a Arquivologia e a Gestão do Conhecimento a fim de evidenciar aspectos positivos que podem ser conquistados em um setor de arquivo ao utilizar as estratégias da Gestão do Conhecimento. Trata-se de um estudo de caso no qual o objeto de análise é o Arquivo Central da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Para o desenvolvimento do trabalho também foi necessário realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema. Foi possível concluir que a gestão do conhecimento possui ferramentas úteis para o desempenho da função do arquivista.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento; Conhecimento; Memória; Arquivo Corrente.

Abstract

This article seeks to establish a multidisciplinary relationship between Archival Science and Knowledge Management in order to highlight positive aspects that can be achieved in an archive sector when using Knowledge Management strategies. This is a case study in which the object of analysis is the Central Archive of the Central Administration of the Brazilian Company of Urban Trains - CBTU. For the development of the work it was also necessary to carry out bibliographic research on the subject. It was possible to conclude that knowledge management has useful tools to perform the function of the archivist.

Keywords: Knowledge management. Knowledge. Memory. Record Management.

Introdução

Os departamentos de arquivos, públicos ou privados, enfrentam obstáculos similares relacionados à escassez de recursos humanos e investimentos financeiros. Gerir um arquivo com essas condições é um desafio, então, o arquivista precisa ser criativo para conseguir cumprir com as suas atribuições.

Nessas condições é preciso repensar as rotinas de trabalho arquivístico e produzir novas estratégias, utilizando os recursos disponíveis.

Muitas das rotinas que seguem já foram analisadas anteriormente. Via de regra, no entanto, uma rotina nunca permanece como procedimento estático. Novas sugestões devem ser examinadas para determinar se certas ideias novas resultarão em progresso sobre métodos antigos (SOARES, 1975, p. 81).

É importante que o arquivista analise a conjuntura na qual está inserido, observando todos os meios disponíveis para identificar os pontos fortes e fracos para traçar um plano de ação a fim de superar os empecilhos. É por meio do plano de ação ou outro ins-

trumento, que o arquivista irá registrar os objetivos da área, suas metas, os recursos existentes e os necessários para dar segmento as suas ações.

A principal motivação para a realização deste trabalho é fomentar o uso da gestão do conhecimento nos setores de arquivo, utilizando como exemplo favorável o empenho que a Coordenação Técnica – Gestão da Informação (CEGEI) tem feito para registrar as ações da área e a preocupação da própria companhia com a gestão do conhecimento, pois esse tema foi considerado em um projeto no Planejamento Estratégico da CBTU.

Em um contexto mais amplo, observando a Administração Central como um todo sem olhar o setor de arquivo isoladamente, é possível perceber um quadro de funcionários peculiar. Um número significativo está aposentado e continua na ativa ou está em vias de se aposentar. Somado a isso, os empregados possuem a expectativa de haver em breve um Plano de Demissão Voluntário (PDV).

Pode-se inferir, a partir desses dados, que há o risco do conhecimento produzido e acumulado por

esses empregados ser perdido, caso não seja implementada uma estratégia para retê-lo e passá-lo adiante. Nesse sentido, a gestão do conhecimento, que vem despontando no mercado como um diferencial competitivo, pode ser uma grande aliada.

Acreditava-se, inicialmente, que a gestão do conhecimento era um modismo caro que exigia muitos recursos tecnológicos e era somente aplicada em grandes empresas. Aproximadamente na década de 1990, estudos comprovaram que para implantá-la não era necessário alto custo financeiro, mas que fosse um projeto que perpassasse por toda a empresa e fizesse parte da sua cultura organizacional e, principalmente, fosse apoiada e estimulada pelos seus gestores, desde a alta cúpula até a base operacional. Normalmente, o setor de Recursos Humanos fica responsável pela disseminação desse projeto.

Também foi reconhecida como um recurso estratégico fundamental a ser usado por empresa de pequeno ou grande porte, pública ou privada, a fim de garantir a sua sobrevivência num mercado global extremamente competitivo e exigente.

É possível inferir, então, que o foco deslocou-se dos ativos tangíveis para o conhecimento produzido pelos seus colaboradores e na capacidade de transmiti-lo. Corsatto e Hoffman (2013, p. 22) ratificam essa afirmação ao dizer que “o recurso econômico básico não é mais o capital nem os recursos naturais ou a mão de obra e sim o conhecimento; uma sociedade na qual os trabalhadores do conhecimento desempenham um papel central”.

Após a leitura acima é pertinente perguntar-se: como a gestão do conhecimento pode ser trabalhada num Arquivo Central? Quais vantagens competitivas o Arquivo pode oferecer após a aplicação e manutenção das estratégias da gestão do conhecimento? Há alguma relação entre a Arquivologia e a gestão do conhecimento? Tais questionamentos são explorados nesse artigo. Como ponto de partida, serão utilizados os conceitos abaixo de gestão do conhecimento e arquivo.

Drucker (*apud* PLACCA, 2016, p. 1) afirma que:

A gestão do conhecimento é a capacidade de gerenciar, descobrir, mapear, classificar, captar, distribuir, criar, multiplicar e reter conhecimento com eficiência, eficácia e efetividade para que uma organização se coloque em posição de vantagem competitiva em relação às outras para gerar lucro e garantir sua sobrevivência e expansão no mercado.

O art. 2º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, define:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Para Prado (*apud* LOPES, 2004, p. 114):

O arquivo serve de instrumento principal de controle à ação administrativa de qualquer empresa, seja ela privada ou pública. Abriga documentos resultantes de uma atividade, sendo estes conservados como comprovantes. Quando bem organizados, transmitem ordens, evitando repetições desnecessárias de experiências, diminuindo a duplicidade de trabalho, revelando o que está para ser feito e os resultados obtidos. Constitui, ainda, fonte de pesquisa para todos os ramos administrativos e auxilia o administrador na tomada de decisões.

Após o exposto, vislumbra-se uma linha tênue de similaridade entre as duas áreas, pois ambas se preocupam com a sistematização do conhecimento e buscam tornar tanto a informação quanto o conhecimento disponíveis às pessoas de direito.

Sumariamente, a Arquivologia preconiza a gestão da informação objetivando prover o seu acesso rápido a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão com informações precisas e atualizadas. Já

a Gestão do Conhecimento procura identificar, reter e distribuir o conhecimento. Uma das maneiras é transformar o conhecimento tácito em explícito.

Para Luchesi (2012, p.3), “gestão do conhecimento é, sobretudo, um exercício de reflexão. O conhecimento é uma informação que muda algo ou alguém, provocando uma ação que torna um indivíduo ou uma instituição mais eficiente”. Ademais, é uma técnica de gestão que viabiliza vantagens competitivas, pois investir na sistematização do conhecimento é uma maneira de manter a empresa preparada para enfrentar as mudanças do mercado.

Explorando o caráter multidisciplinar da gestão do conhecimento, Rebouças (2014, p. 5) afirma que

trata-se de uma área transversal entre as diversas disciplinas relacionadas, sobretudo, à gestão estratégica, teoria das organizações, sistema de informação, gestão da tecnologia, e às áreas mais tradicionais como economia, sociologia, psicologia, marketing, entre outras. A gestão do conhecimento é reconhecida como um recurso estratégico inserido nas empresas e no cotidiano das pessoas.

É a partir deste olhar que buscamos a reflexão do papel da gestão do conhecimento nos arquivos, mais especificamente no Arquivo Central da Administração Central da CBTU. Tem-se como intuito demonstrar como ocorre a gestão do conhecimento nesse espaço específico e suscitar o questionamento se as outras empresas, públicas ou privadas, estão preocupadas em registrar as memórias de seus arquivos.

Breve histórico da CBTU

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos é uma empresa federal de economia mista subordinada ao Ministério das Cidades. Atua no setor metroferroviário oferecendo serviço de transporte de passageiros sobre trilhos. Atualmente, opera em cinco regiões metropolitanas, Belo Horizonte, Natal, Maceió, João

Pessoa e Recife, por intermédio das Superintendências de Trens Urbanos (STUS) e a sua sede – Administração Central (AC) – localiza-se no Rio de Janeiro. A AC e cada STU possuem o seu próprio setor de documentação e o objeto de estudo deste trabalho é o Arquivo Central da AC.

A companhia é oriunda da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (REFFSA) e foi criada pelo Decreto-Lei nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984. Ao longo dos seus 34 anos de história passou por muitas mudanças e reestruturações, tendo hoje como missão institucional promover a mobilidade urbana sobre trilhos, contribuindo assim para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

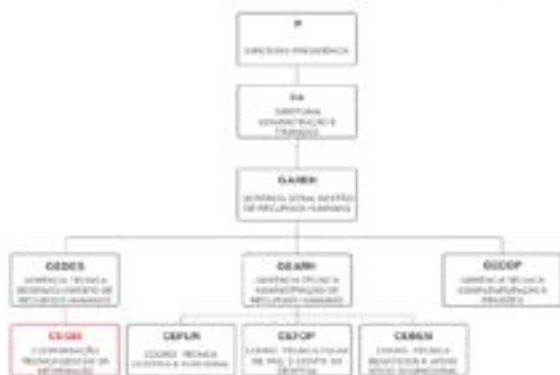
Conhecendo o Arquivo Central da CBTU/AC

O Arquivo Central da AC integra a Coordenação Técnica Gestão da Informação (CEGEI). De acordo com o organograma da empresa, está ligada à Diretoria de Administração e Finanças (DA) e mais especificamente subordinada a duas gerências de Recursos Humanos, à Gerência Geral Gestão de Recursos Humanos (GAREH) e à Gerência Técnica Desenvolvimento e Recursos Humanos (GEDES).

Ao longo da sua história, a CEGEI teve muitos coordenadores, infelizmente, nem todos possuíam formação superior em Arquivologia. O atual coordenador é graduado em Arquivologia e Biblioteconomia, o que provê uma visão singular e multidisciplinar sobre as atribuições da área. Também possibilita que a gestão seja fundamentada em conhecimentos e técnicas arquivísticas, o que destoa das gestões anteriores que foram marcadas de subjetividade, práticas intuitivas carentes de metodologia e despreparo para implantar a gestão documental.

Como exemplo da falta de metodologia, pode-se citar a ausência de padrão para o arquivamento da mesma tipologia documental ou as diferentes notações nas caixas-arquivo ou, ainda, a inexistência de

ORGANOGRAMA PARCIAL DA CBTU COM ENFOQUE NA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO



Quadro 1 – Organograma parcial da CBTU com enfoque na área de documentação. Fonte: site da CBTU. Disponível em: <<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/administracao-central>>. Acesso em: 08.01.2018

relatórios e manuais explicando as decisões tomadas.

Para entender melhor os três problemas levantados, todos serão exemplificados. As folhas de frequência dos funcionários ativos da AC foram arquivadas de duas maneiras diferentes, não se sabe qual foi a primeira a ser feita nem o motivo. Uma maneira é manter nos dossiês funcionais de cada funcionário a sua folha de ponto. A outra é manter as folhas de frequência separadas por ordem alfabética. Atualmente, a documentação é guardada conforme sai da produção, ou seja, o departamento responsável pela folha de frequência transfere a documentação, respeitando o seu método de produção, não são mais acrescidas ao dossiê ou separadas do seu conjunto. A transferência é feita a cada três meses em caixas -arquivo onde as folhas estão organizadas em ordem alfabética e agrupadas por mês. Gradativamente as frequências antigas estão sendo retiradas dos dossiês e incorporadas ao método definido pelo Arquivo Central em conjunto com o setor de Recursos Humanos.

Essa metodologia permite precisão e rapidez no momento de recuperar a informação, pois o conjunto documental está agrupado em um único local e organizado sob um único critério. Para garantir a

manutenção do arquivamento, há um passo a passo de como fazer e explicando a sua motivação.

Em relação às notações nas caixas pode-se citar os dossiês funcionais, pois há notações nas caixas de arquivo que ainda não se sabe o significado ou a razão para estarem lá. Como exemplo, nas caixas dos dossiês funcionais ativos e inativos há um código, mas o seu significado e funcionalidade não são claros. O código é formado por letra e números, os números ajudam na localização do dossiê, mas e a letra? O que a letra P antes do número da caixa demonstra? Pode-se inferir que o P seja de permanente ou pessoal, contudo, o seu real sentido é desconhecido. Apesar do código não ter sido identificado isso não interfere na recuperação da informação.

Como solução para esse o problema, a CEGEI trabalhou em duas frentes. A primeira foi refazer a etiqueta das caixas buscando identificar os metadados necessários para o reconhecimento dos dossiês funcionais. A segunda foi propor um plano de classificação para a organização interna das pastas funcionais. Como resultado foi produzido um relatório constando o plano de classificação e instruções para confecção de etiquetas e arquivamento.

Os pontos acima poderiam ser facilmente entendidos, senão resolvidos, caso houvesse alguma forma de registro das razões que motivaram o arquivamento das folhas de frequência ou das notações nas caixas. A carência de registro das ações do arquivo torna a área refém da lembrança dos funcionários.

É costumeiro, e não prerrogativa da CBTU, ter um funcionário chamado de arquivo vivo da empresa. Ele possui não somente a memória, mas também o conhecimento tácito das atividades ali desenvolvidas, com a sua aposentadoria, desligamento ou, até mesmo, falecimento, o setor voltaria para a “idade das trevas”. Pois, geralmente, não há outro funcionário que detenha o mesmo conhecimento que ele e também não há uma apostila ou caminho a seguir. Então, todo o saber, o *know-how* e, inclusive, o “pulo do gato” seriam perdidos e haveria de se começar do zero.

Gestão dos recursos humanos no Arquivo Central

Atualmente o Arquivo Central possui em seu quadro de funcionários 11 pessoas, incluindo o coordenador: um analista de gestão com formação em Arquivologia; dois técnicos de gestão, sendo que um possui formação em Arquivologia; dois assistentes de administração; um assistente operacional – segurança metroferroviário; quatro assistentes de manutenção e equipamentos metroferroviários.

Desse número, nove são reintegrados¹ e a média de idade dos funcionários do arquivo é de 60 anos. Somente dois possuem nível superior, sete possuem nível médio e dois somente o fundamental. Dos 11 funcionários, cinco estão em vias de se aposentar e dois são aposentados.



Tabela 1 – Formação acadêmica do quadro de funcionários. Fonte: a autora, 2018.

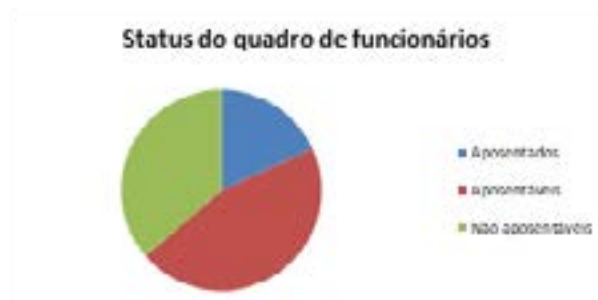


Gráfico 1 – Status do quadro de funcionários. Fonte: a autora, 2018.

¹ Reintegrado é um termo utilizado para se referir aos empregados demitidos no período de 1990 a 1992, durante o governo Collor de Mello, e que foram readmitidos pela lei da anistia, Lei nº 8.878/94.

Os dados acima podem ser analisados sob diversas óticas. Uma é quanto à existência de mão de obra qualificada para trabalhar no arquivo. Observa-se que há dois arquivistas formados e os demais integrantes da equipe de apoio não possuem formação arquivística ou algum curso livre similar. Outra análise que pode ser feita é em relação ao quantitativo de aposentados e pré-aposentados, totalizando uma possível perda de 60% da força de trabalho.

Considerando essas informações, é possível compreender as dificuldades técnicas enfrentadas. As limitações do arquivo repercutiram no passado, pela ausência de arquivista, e irão repercutir no futuro caso ocorra a saída de 60% decorrente de aposentadoria. Nesse viés, a Gestão do Conhecimento se faz importantíssima. Registrar os atos do arquivo é fundamental para que os que virão tenham um norte do que já foi feito e do que precisa ser desenvolvido.

Atualmente, o arquivo atua na companhia de forma restrita tendo em vista as suas limitações técnicas. Para orientar o trabalho, há um plano de ação da área de documentação que alinha as ações que precisam ser executadas. O plano é atualizado anualmente para que se possa fazer “check list” das ações alcançadas, rever os objetivos e incorporar novas metas. Nesse momento, a área procura se restabelecer como orientadora para o desenvolvimento de políticas ligadas à gestão documental, físico ou digital.

A gestão do conhecimento aplicada no Arquivo Central

Uma das atribuições do arquivista é zelar pelo legado documental da instituição de maneira que a documentação remanescente possa refletir as funções e atividades de outrora como instrumento de prova e informação. O arquivo realiza a custódia a fim de manter viva a memória da instituição. Apesar de responsável pela e subordinado à política arquivística da instituição, o que tem feito pela própria história? Seus métodos, procedimentos e rotinas são preservados?

Nesse sentido, a transformação do conhecimento tácito para o conhecimento explícito tem sido bastante explorada. Registrar as rotinas de trabalho é uma ação fundamental nos departamentos e, principalmente, nos arquivos.

Para que a gestão do conhecimento seja efetiva é necessário um conjunto de ações. A mais importante é o comprometimento da alta cúpula de gestores com o projeto. Isso permite que as chefias imediatas incentivem e participem ativamente de todo o processo.

A proximidade hierárquica da CEGEI com o setor de Recursos Humanos favoreceu para que essa ideia fosse difundida e enraizada no arquivo. Essa relação de proximidade e o fato do coordenador ter trabalhado muitos anos na área de desenvolvimento (GEDES) contribuíram para que um olhar diferenciado fosse dado ao arquivo e aos seus funcionários. Um olhar voltado para o compartilhamento de ideias e conhecimento.

No Arquivo Central, a gestão do conhecimento é incentivada pelo coordenador da área e a principal atitude é valorizar os recursos humanos ali existentes. Um dos grandes desafios é que a maioria do pessoal não possui formação em arquivologia. Em contrapartida, apresentam interesse nas atividades e abertura para aprender novos conceitos. Alves (2017, p. 22) ratifica essa ideia ao afirmar que o gestor arquivista, além de administrar todo o acervo documental e também as pessoas, precisa ter foco em reconhecer e tirar das pessoas o melhor que elas podem oferecer, acompanhando e oferecendo o apoio necessário a elas.

Nessa linha de reconhecimento e valorização, sempre que possível, são oferecidos cursos e palestras para que a equipe melhore seu desempenho profissional, não somente ligado à Arquivologia. Como exemplo, foi identificado que cinco funcionários não possuem habilidades com programas de edição de texto e criação de planilhas. Logo, foi proposto à área responsável que houvesse um treinamento interno para sanar a dificuldade do grupo.

Outros pontos, como atualização em Língua Portuguesa e desenvolvimento de trabalho em equipe, também foram identificados e devem ser desenvolvidos ao longo de 2018. Esse tipo de investimento tem o objetivo de agregar conhecimento e levantar a moral dos funcionários.

Outra estratégia é apresentar periodicamente pequenas palestras difundindo cada vez mais os conhecimentos arquivísticos, tendo em vista que a maior parte da equipe é leiga no assunto. Atualmente, a equipe é formada por onze funcionários, sendo que apenas dois possuem formação universitária em Arquivologia. Essas palestras são ministradas pelos próprios arquivistas com o intuito de apresentar itens específicos da área e explicar porque executam determinadas atividades, qual é o objetivo por trás de uma classificação ou de um método de arquivamento.

Até o momento houve três palestras sobre arquivologia e a equipe foi bastante receptiva e curiosa quanto aos temas. Participaram ativamente levantando questionamentos e dando exemplos dos seus empregos anteriores. Eliminação de documentos, período de guarda, maneiras de organização e a lei de acesso foram os tópicos que rederam mais dúvidas.

Alguns empregados da área de documentação já haviam trabalhado em outro arquivo, fato que contribuiu para a palestra, pois puderam aproveitar o conhecimento já existente e suscitar exemplos a serem debatidos pelos colegas.

Dessa maneira, é esperado que o empregado envolva-se com o trabalho, pois compreende o organismo do qual faz parte e sabe o motivo das suas funções, ou seja, entende que é parte importante de uma engrenagem e que o seu trabalho irá impactar em atividades posteriores. Ao ter conhecimento técnico é possível pensar criticamente sobre os seus afazeres e, inclusive, oferecer sugestões e participar de processos decisórios.

Ao se tratar de uma área de documentação, a conscientização para desempenhar bem as suas ati-

vidades é primordial. Um exemplo simples é o arquivamento. Arquivar é um ato que necessita atenção, pois se um documento é erroneamente arquivado, a probabilidade de encontrá-lo quando for requerido é quase nula. No universo de um arquivo central, arquivar errado é uma sentença de esquecimento.

O exemplo do arquivamento sintetiza bastante essa questão, porque parece uma atividade simples e maçante, mas ao olhar pela ótica de que a informação precisa estar disponível e de fácil acesso e só o arquivamento correto pode garantir tal coisa é que percebesse a grandiosidade desse ato.

Reuniões quinzenais ou mensais também fazem parte do planejamento das atividades do arquivo. Essas reuniões permitem que o serviço seja compartilhado e cada um possa dizer como está sendo desenvolvida a sua tarefa. É possível também verificar os erros, os acertos e refazer o planejamento. Essa estratégia desenvolve a habilidade individual de se expressar e faz com que todos saibam o que está sendo executado no setor e em qual *status*.

Além das reuniões para alinhar o serviço, uma vez por mês o setor faz um café da manhã colaborativo. Cada um leva um item a ser compartilhado e aproveita-se o momento para conversar e conhecer melhor os colegas. O principal objetivo é proporcionar um momento de descontração e integração da equipe.

Também se comemoram os aniversariantes do mês e esse evento envolve outras pessoas além da equipe da área de documentação. Os empregados da gerência técnica, da gerência geral e convidados de outras áreas. O momento se torna propício para criar novas amizades, nutrir antigas e trocar experiências.

Outro ponto trabalhado pela coordenação é a organização e adequação do conhecimento já existente na empresa, mas que está esquecido ou subutilizado. Nesse sentido, a Gestão do Conhecimento é bem clara, não há interesse em reinventar a roda, mas, sim, em adaptar e aprimorar os conhecimentos e as atividades já existentes na companhia.

Esse pensamento de redescobrir e colocar em

evidência vai de encontro com a fala de Oliveira, Assis et al (2014, p. 3):

Grande parte do conhecimento necessário para o desenvolvimento de novos projetos já está presente na própria empresa, ou seja, a gestão do conhecimento não se limita à criação de novos conhecimentos, mas também na organização daquele existente, mas não utilizado de forma adequada.

Esse conhecimento mal utilizado pode estar representado de várias maneiras. Aqui são citadas duas delas. A primeira é quando a empresa busca no mercado por profissionais especializados e não procura em seu *staff* funcionários que já possuam esse tipo de conhecimento ou que tenham potencial para desenvolvê-lo. A outra maneira é recomeçar do zero projetos que já foram iniciados e por algum motivo não foram adiante. Logo, o tempo que foi empreendido, o recurso financeiro gasto e o conhecimento produzido anteriormente são descartados.

Por que há essa perda? É possível evitar? Um dos motivos é a ausência de registros dos projetos e das atividades desenvolvidas pelos departamentos. É importante documentar através de manuais, relatórios, atas, notas técnicas, etc., a fim de historiar e permitir a transmissão do conhecimento.

Quando um funcionário descreve as suas atividades em um manual, por exemplo, parte do seu conhecimento tácito foi transformado em explícito e isso faz com que o conhecimento não se perca. A outra parte do conhecimento tácito é transmitida por meio da observação, é o *know-how*, o conhecimento prático.

No Arquivo Central, mesmo com dificuldades, há essa preocupação de documentar as suas atividades. Há, principalmente, manuais explicando o passo a passo de como executar ações, dentre eles: como organizar folha de frequência da AC; como organizar folha de frequência do fundo de São Paulo; como organizar fundos de pastas de assentamento funcional; como organizar avisos de crédito. Esses

pequenos manuais, objetivos e práticos, ajudam a tirar dúvidas de quem executa e registra como e por quais motivos foi escolhido determinado método de arquivamento. Outra maneira de não tornar o conhecimento esquecido ou subutilizado é manter organizada e acessível a documentação produzida pelo próprio Arquivo Central.

Pelo exposto, é possível perceber o esforço empenhado pelo Arquivo Central em gerir o conhecimento e valorizar os seus profissionais. Tal atitude é uma estratégia de gestão que tem como objetivo capacitar e encorajar os seus profissionais, buscando consciência e autonomia na execução das atividades, o registro e, acima de tudo, criar, solidificar e gerenciar conhecimentos.

Conclusão

É visível que uma nova forma de administrar empresas ganha contorno e exige transformações profundas em seu cerne. São as novas demandas do mercado que impõem mudanças e ameaçam a sobrevivência daquelas que ficaram estagnadas e se recusaram a mudar.

Uma das principais demandas é o reconhecimento dos recursos intangíveis, isto é, a valorização do conhecimento produzido e o reconhecimento do que esse ativo pode agregar para a empresa. Atualmente, as empresas investem em descobrir, manter e desenvolver talentos por entenderem que esse será o seu diferencial competitivo. Magalhães (2014, p. 18) intensifica o caráter único dos bens intangíveis ao afirmar que “o que não é copiável, sendo, portanto, suscetível de manter a empresa numa posição competitiva vantajosa, são os seus recursos intangíveis os quais, no seu todo, constituem o conhecimento da organização”.

Ao falar em gestão do conhecimento é imprescindível associar a mudanças na cultura organizacional. Romper paradigmas e criar novos métodos é um dos resultados esperados. Espera-se novos olhares,

novas ideias sobre como melhorar os fluxos de trabalhos, as atividades, os processos, a rotina em si.

Atualmente existem muitos softwares gratuitos, como Bitrix24 e Answer Hub, que auxiliam a fazer a gestão do conhecimento nas empresas. Esses softwares possuem intranet social, chat em vídeo, gerenciamento de documentos na nuvem e base de conhecimento.

A arquivologia pode usufruir bastante dessa relação multidisciplinar com a gestão do conhecimento. Reconhecer as suas importantes contribuições e saber utilizá-las podem trazer muitos progressos na organização dos setores de arquivo e na manutenção das suas atividades.

Os atos normativos também devem ser explorados pelo arquivista como um instrumento de visibilidade e organização do setor de Arquivo. Por meio dele é possível estabelecer regras gerais não só para o funcionamento interno do arquivo, mas também para as suas atividades externas. Como exemplo, resolução estabelecendo as regras para a transferência ou recolhimento de documentos para o Arquivo Central. Além de normatizar as ações, os atos normativos também influenciam diretamente a cultura organizacional pelo seu caráter obrigatório.

A despeito das dificuldades financeiras e da escassez de pessoal técnico, é possível afirmar que a utilização das técnicas da gestão do conhecimento no arquivo central da administração da CBTU está sendo uma experiência de sucesso. Seus principais pontos positivos são uma equipe consciente, entrosada, valorizada e um ambiente no qual o conhecimento é gerado e difundido.

Resultados palpáveis também são observados. Os empregados passaram a utilizar mais tempo planejando suas atividades e anotando informações. Hoje, eles mesmos produzem conhecimento e são capazes de repensar criticamente os seus serviços. Essa nova atitude resultou na otimização do trabalho e pode também minimizar os erros.

A utilização das estratégias e ferramentas da gestão do conhecimento ainda são tímidas no Arqui-

vo Central. Os recursos para empregá-la são escassos, então, elas ocorrem de maneira simples e com o mínimo de custo possível. Entretanto, esse projeto possui bastante potencial e pode ser reconhecido como uma boa prática dentro da companhia.

Por fim, é vital que o arquivista escreva a história dos seus locais de trabalho, elabore normativas, manuais, relatórios, planos de ação entre outros documentos para registrar as ações e os motivos que levaram a tal prática. Dessa maneira, o próximo funcionário que vier a trabalhar no arquivo poderá dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos e saberá que as decisões foram tomadas de maneira consciente a partir de um plano diretor.

Referências

- ALVES, Crislaynn Ritse Cunha dos Santos. *O arquivista gestor na perspectiva da gestão da informação e do conhecimento: um olhar sobre utilização das tecnologias*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Arquivologia) – Faculdade de Arquivologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. DF, 9 jan. 1991.
- BURNHAM, Teresinha F.; ALVES, Renato M.; MORAES, Isabel O. de; MORAES, Ramone L. de. *Aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento*. Revista Episteme, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.
- CORSATTO, Cassia Aparecida; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva: delineamento de estratégias de competitividade e inovação para pequenas empresas. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 18, n. 38, p. 19-36, set/dez, 2013.
- LOPES, Uberdan dos Santos Lopes. Arquivos e a organização da gestão documental. *Revista ACB*, [SJ], v. 9, n. 1, p. 113-122, ago. 2005.
- LUCHESI, Eunice Soares Franco. *Gestão do conhecimento nas organizações*. Nota técnica Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), São Paulo, 2012.
- MAGALHÃES, Rodrigo. *Fundamentos da gestão do conhecimento organizacional*. 1 ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.
- OLIVEIRA, Giane Lise de Assis; ASSIS, Mariluce de; OLIVEIRA, Magna Maria de Assis; COSTA, Stella Regina Reis da; QUELHAS, Osvaldo L. G. Gestão do conhecimento: criação e implementação do conhecimento nas organizações. *X Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, 2014.
- PLACCA, José Avelino. Gestão do conhecimento nas micro e pequenas empresas. *Revista Academus*, 2016.
- REBOUÇAS, Fernando. Disponível em: <<http://www.sbgc.org.br/blog/o-que-e-gestao-do-conhecimento>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- SCARAMBONE, Mônica; ASSUNÇÃO, Maria Aparecida de. *Recursos humanos na gestão do conhecimento*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Administração) – Faculdade de Administração, Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2005.
- SCHÄFER, Murilo Billig; SANCHES, Marystela Assis Baratter. *A relação do arquivista com a gestão do conhecimento: análise em uma instituição pública federal*. Londrina, v. 19, n. 1, p. 206-224, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos correntes: organização e funcionamento*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- SERRA JÚNIOR, Lamberto Ricarte. O papel do arquivista na gestão do conhecimento. In: *II Congresso Nacional de Arquivologia*, 2006, Porto Alegre/RS. Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006.
- SILVA, Patrícia Andrade da. *Gestão de documentos, informação e conhecimento: a óptica dos gestores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/DF)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- TERRA, José Cláudio C. *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial*. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Recebido em: 06/09/2018

Aprovado em: 04/12/2018





ARTIGO

A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS: ENTRE OS DILEMAS DO MINÉRIO DE FERRO E A INTERNALIZAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO CAPIXABA

Rogério Naques Faleiros

*Professor Associado I – Departamento de Economia
e do Programa de Pós-Graduação em Política Social
– Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – UFES –
Universidade Federal do Espírito Santo.*

Resumo

A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), no início do século XX, buscava estabelecer comunicações mais efetivas entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, integrando importante região do hinterland brasileiro ao Porto de Vitória. Nosso objetivo é compreender as especificidades dessa ferrovia no que se refere à sua forma de atuação regional, saldos operacionais e balanços financeiros em fase na qual, dentro dos marcos da periodização proposta (1902-1942), o transporte de café foi prioritário para as receitas, dado o desenvolvimento dessa lavoura na região leste de Minas Gerais e no norte/noroeste do estado do Espírito Santo. Utilizamos como fonte os relatórios da EFVM, a partir dos quais percebemos o movimento de cargas nas distintas estações dessa companhia ferroviária, a natureza da receita e das despesas, seus aspectos financeiros e o crescimento econômico da região cortada pelos trilhos.

Palavras-Chave: Estrada de Ferro Vitória a Minas, Minério de Ferro, Café, Espírito Santo, Minas Gerais.

Introdução

Este artigo visa destacar a relevância da Estrada de Ferro Vitória a Minas no contexto da estratégia capixaba de garantir uma maior autonomia de sua economia, que até o início do século XX fora nucleada pelo Rio de Janeiro. Tratava-se de um complexo econômico subordinado à acumulação de capitais fluminense a partir do crédito e financiamento, no qual foi se caracterizando e se estendendo, no tempo e no espaço, um intercâmbio desigual entre o Espírito Santo e o Rio. (FALEIROS, VARGAS, 2012).

A cafeicultura adquiriu maiores escalas inicialmente na região sul do Espírito Santo, seguindo os moldes da cafeicultura fluminense baseada no trabalho escravo e em unidades produtoras de maiores dimensões. A receita provincial não passava de 46:231\$852 em 1824, e alcançou, já em 1869, 189:963\$767, subindo para 235:099\$661 no ano seguin-

Abstract

The construction of the Estrada de Ferro Vitoria a Minas (EFVM), in the early twentieth century, sought to set up more effective communications between the states of Minas Gerais and Espírito Santo, integrating important region of the Brazilian hinterland to the Victoria Port. Our goal is to understand the specificities of this railroad in relation to their form of regional operations, operating balances and balance sheets in phase in which, within the frameworks of the periodicity proposed (1902-1942), coffee transport was the priority for recipes since the development of this crop in eastern Minas Gerais and north / northwest of the state of the Espírito Santo. Used as main source reports EFVM, from which we perceive the movement of loads in the different stations of this railway company, the nature of revenue and expenditure, financial aspects and economic growth in the region cut the tracks.

Keywords: Estrada de Ferro Vitória a Minas, Iron Ore, Coffee, Espírito Santo, Minas Gerais.

te e chegando, já em 1878, à casa dos dois mil contos de réis. O sensível aumento das receitas se explica pelo aumento da participação do café na arrecadação provincial, denotando o rápido desenvolvimento desta atividade econômica naquele momento. Tratava-se da incorporação definitiva do Espírito Santo ao modelo agroexportador, e a partir daí, se verifica o surgimento de iniciativas para dinamização dos meios de transporte, com vistas a dar vazão à produção capixaba, notadamente de café, tais como o “Canal do Pinto” – canal de navegação de pequenos vapores no Rio Novo, Benevente e Itapemirim -, a Estrada de Ferro Caravelas, para escoar as sacas de café produzidas em Cachoeiro do Itapemirim, Alegre e Castelo até a Barra do Itapemirim, lá se conectando com a Cia. Santos-Campos, responsável pelo transporte das sacas até o Rio de Janeiro. Tal sistema de transporte perdurou até 1903, quando foi substituído pela Leopoldina Railway.

Apesar de dinamizar a produção local, tal sistema de transporte não foi capaz de drenar para o Espírito Santo parcela da produção mineira e, muito menos, centralizar os negócios do café na província, denotando a extraterritorialidade deste complexo econômico, que permaneceria subsidiária da praça mercantil do Rio de Janeiro. O fato é que a capital, Vitória, permaneceu alheia ao eixo de negócios que ligava Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ao mercado mundial, sendo as tentativas ferroviárias posteriores orientadas justamente para impedir esta ligação, de modo que Vitória e toda a Província capixaba se beneficiassem da produção do sul.

Na verdade, os empreendimentos ligados aos transportes seguiram três diretrizes básicas ao final do século XIX:

1) consolidação da ligação com Minas Gerais, criando-se um “corredor de exportações” (daí a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)), ponto que trataremos neste artigo;

2) modernização do Porto de Vitória.

3) a implantação da navegação no Itapemirim e de uma ferrovia que se aproximasse da região, daí a criação da Estrada de Ferro Itapemirim; como todo o escoamento do café era feito pelo porto do Rio de Janeiro, tentou-se interromper tal circuito em benefício de Vitória, construindo-se a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cujo objetivo era atrair para o porto da capital capixaba a exportação do café de Cachoeiro e região, num traçado extremamente inóspito. Tais iniciativas, proporcionadas pelo café, revelam formidável crescimento material no Espírito Santo no final do período provincial; “da quase total ausência de infraestrutura viária e urbana, a província chega à República contando com inúmeras estradas que a cortavam em várias direções” (BITTENCOURT, 1987, p.89).

Tais tentativas denotam que a nascente elite capixaba ligada ao café tinha noção clara dos limites de sua atividade nos quadros dos circuitos existentes, e esta questão parecia ser, para eles, mais crucial para os limites da acumulação de capitais no Espírito Santo do que a questão da transição capitalista, com iniciativas que reformulassem a forma de produção. Novamente, o ponto da argumentação reside no fato de que algum excedente poderia ser concentrado pela elite comercial na medida em que controlavam o abastecimento das pequenas unidades produtoras e outras formas de comércio e, em consequência, concentravam parcela significativa da produção de café. A estratégia parecia ser a de internalizar a etapa seguinte deste circuito, qual seja, o beneficiamento, a classificação, e principalmente, o comércio de exportação para o exterior (FALEIROS, NUNES, 2013). Daí a necessidade de construção e modernização do porto de Vitória, visando a “interiorização da capital” (QUINTÃO, 2008). Outra questão crucial neste sentido era a tentativa de garantir aos capitalistas locais a preponderância de seus interesses sobre o avanço da fronteira agrícola ao norte, principalmente em Colatina. Vejamos a figura abaixo:



Figura 01 – Tentativas de territorializar o complexo cafeeiro capixaba. Fonte: Adaptado de (FALEIROS, VARGAS, 2012)

A tentativa de internalizar o complexo cafeeiro capixaba a partir de Vitória passava necessariamente pelos quatro pontos acima expostos. A construção da EFVM no início do século XX buscava estabelecer comunicações mais efetivas entre o norte de Minas Gerais, o norte do Espírito Santo e o Atlântico, uma vez que se tratava de região parcamente povoada e carente de qualquer sentido econômico. Na medida em que a estrada de ferro foi se desenvolvendo, os aglomerados urbanos foram surgindo e se tornando cada vez mais densos¹ (Colatina, Linhares, São Mateus). Após os fracassos da Cia. de Estrada de Ferro Bahia e Minas, o traçado fora radicalmente modificado, sendo substituído pelo trecho de Peçanha (MG) a Vitória (ES), passando por Governador Valadares, margeando, quando possível, o vale do Rio Doce. De Peçanha, o plano era que a ferrovia seguisse para Araxá (MG), onde se aproximaria de importante zona no comércio de abastecimento e do complexo cafeeiro paulista, que, pela Cia. Mogiana se estendia até Araguari, dominando o Triângulo Mineiro; porém, isso nunca fora concretizado, e os trilhos seguiram outro caminho, atingindo Itabira em 1910. (ROSA, 1985, p.20). Inicialmente, a ferrovia tinha como principal fonte de receita o transporte de café e de madeiras, sendo o café preponderante nas receitas da companhia até 1940 (ROSA, 1985, p.128), entretanto, com a decadência desta atividade e o desenvolvimento do Vale do Aço, a companhia, encampada pela CVRD em 1942, especializou-se no transporte de minérios.

Na verdade, os planos da Vitória-Minas sempre foram ambiciosos; a companhia almejava fazer toda a ligação do Rio de Janeiro com o nordeste do país, ligando-se à Central do Brasil em Sabará (MG) e com a Estrada de Ferro da Bahia no ramal de Theófilo Ottoni (MG), de modo que, nestes termos, a Vitória-Minas amarraria todo o transporte de Vitória a Araxá e do

Rio de Janeiro até a Bahia, passando pelo Vale do Aço. Porém, de fato, os trilhos chegaram até a região de Belo Horizonte, ligando as duas capitais. Cabe salientar a centralidade do poder público neste processo, pois, apesar de se tratar de uma iniciativa privada, a EFVM sempre contou com garantias de juros de 6% sobre o capital investido, extinguindo o risco e atraindo os investimentos.

Em verdade, foi a estrada de ferro que ligou o norte de Espírito Santo e o leste mineiro à economia nacional, desbravando-se fronteiras até então inexploradas e viabilizando a ocupação do solo que viria a ocorrer de forma mais acelerada com a chegada de imigrantes de segunda e terceira geração advindos do sul do Espírito Santo e em menor medida da Zona da Mata e do extremo leste mineiro. Em função do esgotamento dos solos e do crescimento demográfico o território da cafeicultura ia se expandido e, nestes termos, as fronteiras do café avançaram sobre o norte do estado na década de 1920 - a primeira corrente migratória genuinamente capixaba - que reproduziu o padrão que a precedera, generalizando a pequena propriedade em todo o Espírito Santo. À época, o café respondia por mais de 95% das exportações efetivadas pelo porto de Vitória. Esta corrente migratória, correspondente ao avançar da fronteira agrícola da cafeicultura ao norte, mostrar-se-ia dinâmica até a década de 1940, sendo desde o início, organizada pela elite residente na capital capixaba via clara política de povoamento da região com vistas à garantia da territorialidade.

Outro ponto significativo para a conquista do “espaço econômico” capixaba era a “interiorização da capital” (QUINTÃO, 2008), que se traduziria num deslocamento do eixo dinâmico ao sul do Rio de Janeiro para Vitória. Do ponto de vista tributário fazia-se fundamental a transferência da exportação de toda a produção cafeeira da região sul para Vitória, já que os impostos de saída pertenciam basicamente às províncias/estados. Nestes termos, dada a centralização exercida pelos fluminenses, o estado de penúria dos cofres públicos capixabas era notório. Visando

¹ Fenômeno semelhante ocorreu na região Noroeste do estado de São Paulo. Na medida em que os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil avançavam, os núcleos urbanos iam se desenvolvendo. Exemplos disso são as cidades de Bauru, Araçatuba, Birigui, Penápolis, Lins, etc. (Ghiraldello, 2002).

transformar esta situação, Silva Pontes e principalmente Moniz Freire, políticos capixabas, defenderam e programaram no limiar do século XIX e na primeira década do século XX projetos de infraestrutura que objetivavam trazer as receitas tributárias da exportação ao Espírito Santo. Um destes projetos, já vimos, era a EFVM, a noroeste, o outro, ao sul, vislumbrava a construção de uma estrada de ferro de Vitória até Cachoeiro de Itapemirim e de lá para Minas Gerais. Deixaremos de lado a região sul, considerando que este ponto já fora tratado com maestria por Leandro Quintão, centrando nossos esforços, doravante, na Estrada de Ferro Vitória a Minas e seus efeitos de integração e de desenvolvimento econômico sobre a região norte e noroeste do Espírito Santo.

A partir de Vitória - do traçado original a Itabira do Matto Dentro

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) fora pensada desde o início como um corredor entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo para a exportação das riquezas naturais do interior do Brasil pelo Porto de Vitória. A partir de 1909, com a mudança do ponto de chegada da ferrovia, de Diamantina para Itabira², em Minas Gerais, todos os esforços de prolongamento e gestão da EFVM se voltaram para a exportação do minério de ferro³ (ver mapa ao final do texto). Entretanto, por uma série de elementos explicativos

envolvendo o contexto internacional marcado por duas guerras mundiais e uma severa crise econômica, o governo federal, o governo do estado de Minas Gerais, o *Brazilian Hematite Syndicate*, a *Itabira Iron Ore Company* e os planos de Percival Farquhar, os trilhos só chegaram à cidade de Itabira em 1943.

Ou seja, embora pensada desde os seus primeiros anos como um estratégico canal para o transporte de minério de ferro, a EFVM, de fato, só realizou o seu primeiro embarque dessa commodity cerca de quarenta anos após a sua inauguração. Nesse período, a estrada de ferro conviveu com déficits crônicos (exceção feita aos anos de 1920, 1939 e 1940), advindos, sobretudo, dos baixos fretes das mercadorias transportadas (milho, cereais, animais e madeiras) e do café (os fretes por sacas embarcadas eram maiores, mas, ainda assim, insuficientes) vis a vis às crescentes despesas de custeio e expansão dos trilhos por zona geograficamente desfavorável. Cabe salientar também as dificuldades vividas pela EFVM durante a Primeira Guerra Mundial e na crise de 1929, bem como o fato de que a integração dessa estrada de ferro às demais ferrovias estabelecidas no país também ocorrera tardiamente, somente em junho de 1936, quando da ligação do Ramal de Santa Bárbara da Estrada de Ferro Central do Brasil à estação de São José da Lagoa, da EFVM, no município mineiro de Nova Era. Nestas condições, a EFVM manteve-se isolada da “rede” nacional durante mais de trinta anos, não colhendo a receita advinda do tráfego mútuo.

É justamente no período marcado por estas condicionantes que definimos a nossa periodização entre o Decreto 4.337 de 1902, confirmando a concessão do governo federal para a construção da ferrovia, e a encampação da EFVM pela CVRD, em 1942, momento no qual o modelo de negócios dessa estrada de ferro foi alterado. Nosso objetivo, portanto, é compreender as especificidades da EFVM em fase na qual, dentro dos marcos da periodização proposta, o transporte de café foi prioritário para a ferrovia, dado o desenvolvimento dessa lavoura na região leste de Minas Gerais e no norte/noroeste do

2 A Estrada de Ferro Central do Brasil (pelos municípios mineiros de Barbacena, Ouro Preto e Nova Era) como também a Estrada de Ferro Leopoldina (por Ponte Nova-MG) almejavam chegar às Minas de Itabira. A E.F. Leopoldina chegou a contar com uma concessão em 1890 (Decreto 1.883), que caducou em 1892 (Decreto 1.163) (ARARIPE, 1954, p. 45). Essas informações indicam a disputa pelos capitais aplicados em ferrovias procurando açambarcar a estratégica região produtora de minério de ferro.

3 Há que se considerar que tanto o *Brazilian Hematite Syndicate*, de 1909, quanto a *Itabira Iron Ore Co*, formada em 1911 que a sucedeu, figuravam como acionistas da EFVM. Em 1909, o *Syndicate* adquiriu uma opção de compra de 42.000 das oitenta mil ações da EFVM, no valor de quinhentos francos cada. Ou seja, assumiu o controle acionário da companhia. (Barros, 2011, 57).

estado do Espírito Santo, cujo fluxo de mercadorias se destinava para Vitória.

Utilizamos como fontes documentais os Relatórios da Diretoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas entre os anos de 1903 e 1947, os Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, entre os anos de 1893 e 1937 e alguns decretos do Governo Federal, emitidos entre os anos de 1890 e 1942.

O traçado original, definido pelo decreto n. 574 de 12 de julho de 1890, previa a extensão dos trilhos entre Vitória, capital do estado do Espírito Santo, e o pequeno município de Peçanha, a noroeste de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais. De lá, os trilhos encontrariam conexão com a Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá, passando por Curvelo-MG, e se ligariam à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, cujos objetivos eram os de alcançar, por navegação a vapor, a cidade de Belém, no norte do Brasil (TOSI & FALEIROS, 2000). Assim, o projeto inicial era ambicioso: conectar um porto marítimo situado no sudeste brasileiro ao norte do país, o que, de fato, nunca se concretizou. Entre planos e elucubrações, cabe destacar que a Cia. Mogiana sequer alcançou o município de Araxá-MG, e que a Ferrovia do Peçanha ao Araxá, com previsão de 850 km havia instalado apenas 14 km em 1896. Na verdade, muitos desses projetos da década de 1890, careciam de conhecimento técnico específico e cortavam zonas absolutamente despovoadas, caracterizando-se muito mais como investimentos especulativos com vistas à aquisição de garantia de juros pelo governo brasileiro e a correlata capitalização nas principais praças financeiras mundiais no contexto do Encilhamento⁴, do que como empreendimentos ferroviários efetivos.

4 Cabe salientar que no contexto do Encilhamento diversos investimentos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram devidamente finalizados. No caso da ferrovia ligando Peçanha ao Araxá, a garantia de juros concedida pelo governo brasileiro foi de 6% ao ano, durante trinta anos, até o máximo de trinta contos de réis por quilômetro (30:000\$000) aos cidadãos Augusto José Ferreira e Carlos José da Costa Pimentel Junior ou à companhia que organizarem. Cf. DECRETO n. 1082, de 28 de novembro de 1890.

No que se refere à estrada de ferro ligando o Porto de Vitória a Peçanha-MG, o projeto inicial tinha como concessionário a Estrada de Ferro Bahia a Minas em 1890⁵, mas já em 1899 a concessão foi transmitida para o *Banco Construtor do Brasil*, que pouco avançou. Os relatórios do *Ministério da Indústria, de Viação e Obras Públicas*, pesquisados para a década de 1890, testemunham a morosidade dos serviços no trecho entre Vitória e Peçanha, que na verdade centraram-se em estudos que nunca se efetivaram. Já em 1902, com o Decreto do Governo Federal n. 4.337, essa concessão, como também do trecho Peçanha a Araxá, deixou de existir, sendo a garantia de juros e o privilégio de zona anteriormente cedidos a esses empreendimentos repassados para a concessionária “Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas”, que doravante gozaria de uma garantia de juros de 6% ano sobre o capital investido, durante sessenta anos, com o limite de trinta contos de réis (ouro) por quilômetro. No mesmo decreto, promoveu-se uma alteração no traçado, definindo-se o município de Diamantina-MG como ponto de chegada da linha.

Com essa perspectiva os trilhos de fato começaram a avançar a partir das proximidades de Vitória em 1904, e já em 1907 alcançaram o território mineiro, como podemos visualizar abaixo, na dispersão realizada considerando-se a data de fundação das estações e a distância quilométrica das mesmas em relação ao ponto inicial da EFVM⁶. Os pontos preenchidos indicam as estações construídas em território capixaba e os pontos nos quais se observa apenas o contorno se situam em território mineiro. Nessa

5 “Em substituição da concessão feita à Companhia da Estrada de Ferro Bahia e Minas pelo decreto n. 10.153 de 5 de janeiro de 1889 para o prolongamento da sua estrada desde Philadelphia até S. João Baptista de Minas Novas é concedido à mesma companhia privilégio por 80 anos para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo da cidade da Victoria, capital do Estado do Espirito Santo e passando pelo porto de Natividade, termine na cidade de Pessanha, no Estado de Minas Geraes”. Cf. DECRETO N.574, De 12 de julho de 1890.

6 Já em 1905 a estação de Argolas foi substituída pela Estação São Carlos, cujo novo prédio foi inaugurado em 1927. Em 1935 a estação São Carlos foi rebatizada “Pedro Nolasco” em função da morte desse diretor da empresa.

figura, observa-se a rapidez da expansão dos anos iniciais, erigindo-se quatorze estações e mais de duzentos quilômetros de trilhos em apenas três anos, de um total de setecentos quilômetros (aproximadamente) até o ponto final da linha em Diamantina.

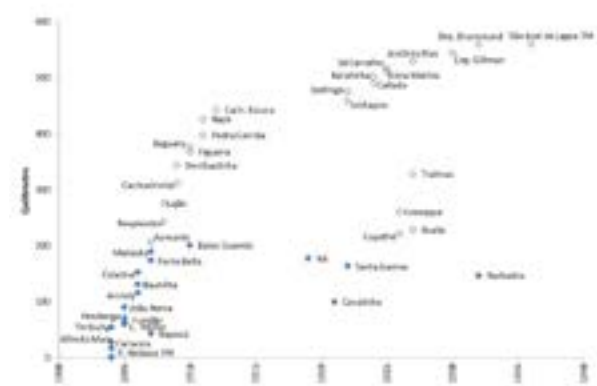


Gráfico 2 – Estações da EFVM 1904 a 1936. Fonte: Adaptado de Relatório PARA O ANNO DE 1936 DA Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Vitória: Mimeo, 1936.

A rapidez⁷ da extensão dos trilhos e da inauguração das primeiras estações da EFVM explica-se em parte pelo interesse de grupos internacionais que miravam à exportação do minério de ferro brasileiro (vislumbrando, desde o início, a mudança de traçado da estrada de ferro), e em parte pela capitalização realizada na praça financeira de Paris e Amsterdã em condições muito favoráveis aos rentistas (garantia de juros de 6% bancada pelo governo brasileiro). Em 1904 a empresa possuía ativos na ordem de trinta e um mil contos de réis, dos quais quatorze mil (aproximadamente) registrava-se na rubrica “Concessão, direitos e privilégios”, cuja contrapartida (passivo) era na ordem de quarenta milhões de francos subdivididos em oitenta mil ações de quinhentos francos.

7 “Em pouco mais de quatro anos foram inaugurados 207 quilômetros de linha, o que fornece a média de 52 km/ano de avançamento, número singularmente expressivo se atentarmos nas tremendas dificuldades enfrentadas, quer de material, quer de ordem econômico-financeira, uma vez que as importâncias da garantia de juros, depositadas nos bancos, somente eram levantadas depois de inaugurados os trechos”. (ARARIPE, 1954, p. 67).

Tinha ainda como ativo cerca de três mil contos na rubrica construções e materiais (o patrimônio físico propriamente dito) e cerca de dois mil contos advindos de empréstimos do *Banco da República do Brasil*, além de 7.770:846\$544 advindos do Comitê de Paris para a emissão de debêntures, cuja contrapartida era constituída por oitenta mil títulos de quinhentos francos cada, totalizando 14.120:100\$000, e outros ativos (e respectivos passivos) subdivididos em outras rubricas. O que se percebe a partir desses números presentes no balanço da EFVM é que a capitalização se fez a custos financeiros muito elevados, sobretudo entre os credores portadores de debêntures, que praticaram um tipo médio de 65% do valor do título aos juros de 5% ao ano durante noventa anos, que remuneravam os portadores.

Nestas condições, a contrapartida da rápida expansão dos trilhos e estações (quase em termos verticais, como verificamos na figura acima) foram taxas de juros elevadas e tipos⁸ muito inferiores à média do mercado mundial de capitais naquele momento, o que se explica pelo fato de que a EFVM cortaria região parcamente povoada e sem um sentido econômico mais claro, mantendo-se Diamantina como ponto final.

Por mais que a expectativa fosse de integração da EFVM com outras ferrovias estabelecidas no Brasil, colhendo-se as benesses do tráfego mútuo, a zona que seria cortada pela EFVM não se mostrava atrativa aos investidores internacionais num primeiro momento, residindo aí uma das explicações para os elevados *spreads* praticados. Os projetos (incipientes)

8 Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1932, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 1933. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1933. O tipo indica a proporção que será repassada ao tomador. Uma debênture de tipo 65 indica que o tomador receberá 65% do valor contratado, mas pagará os juros anuais sobre o valor integral. Para efeito de comparação, contratos de empréstimo praticados pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, para prolongamentos em território paulista, praticavam o tipo 90. Nesta Estrada de Ferro, embora a taxa de juros fosse de 5%, o prazo era de trinta anos, ao passo que na EFVM era de noventa anos. Cf: Histórico da Cia. Mogiana de Estradas de ferro, 1961. In: (TOSI, FALEIROS, 2000).

previam as seguintes conexões ao longo do tempo:

1. Conexão com a *Estrada de Ferro Bahia a Minas* (ligando-se a estação de Figueira à Philadelphia, atualmente Governador Valadares e Teófilo Otoni, respectivamente);
2. Feita essa conexão, passando-se por Araçuaí, Conquista e Gavião, abrir-se-ia a possibilidade de ligação com a Estrada de Ferro Central da Bahia, em Machado Portella-BA;
3. Ligação com a Leopoldina Railway, construindo-se um ramal que ligaria as estações de Natividade do Manhuaçu (atual Aimorés-MG) a Manhuaçu-MG. A estação de Manhuaçu foi inaugurada em 1915 e centralizava importante região cafeeira;
4. A partir de 1909, com a mudança do ponto final da linha de Diamantina para Itabira, a ligação com a Estrada de Ferro Central do Brasil, na estação de São José da Lagoa. Destas, apenas a última se concretizou, em 1936, mantendo-se por mais de trinta anos o isolamento da EFVM em relação às outras ferrovias.

Nestas condições, e sendo o desenvolvimento da região ainda uma incógnita em 1904, o custo de capitação foi deveras elevado, o que pesaria significativamente na “saúde” financeira desta estrada de ferro até 1942.

Em contrapartida, outra característica da EFVM no que se refere à capitalização é o fato de que esta ferrovia sempre teve como objetivo o transporte do minério de ferro, e isso poderia colocá-la como um investimento diferenciado. Embora a informação da existência massiva de minério de ferro em Itabira tenha sido propalada em 1909, já em relatórios anteriores da EFVM a matéria já é tratada abertamente, colocando-se a necessidade de eletrificação da linha para melhor atender esse tipo de transporte⁹.

De certo, sendo o ferro matéria-prima fundamental para a Segunda Revolução Industrial, os investidores internacionais dedicariam alguns capitais ao transporte dessa riqueza, mesmo sendo as condições geográficas ainda um grande obstáculo, seja pelo impaludismo, pela baixíssima densidade demográfica, ou pelo relevo acidentado da região. Contudo, como veremos, a EFVM passou a ter dificuldades de capitalização a partir de 1909, justamente quando foram anunciadas as mudanças de traçado objetivando a chegada dos trilhos nas minas de ferro.

No que se refere ao transporte de cargas nestas estações na primeira década do século XX, observa-se na tabela ao lado o movimento geral de tráfego em cada uma delas:

Tratando-se a EFVM de uma estrada de “perfuração”, é natural que a estação de chegada, o ponto de contato com o litoral, concentre os maiores fretes, pois lá se registram as receitas advindas da importação e das exportações de mercadorias, bem como o correlato fluxo de passageiros. Assim, a estação Argolas (posteriormente denominada São Carlos e Pedro Nolasco) é a que registra maior arrecadação, cerca de 40%, do transporte de mercadorias. Em sentido inverso, as estações de boca de sertão, em 1909 as de Natividade (Aimorés) e Lajão (atual Conselheiro Pena), também assumiam destaque na medida em que potencializavam e concentravam o embarque da produção até então dispersa no *hinterland*, embora a navegação do Rio Doce já houvesse provido a região com um meio de transporte de maior amplitude em meados do século XIX (ESPÍNDOLA, 2007). Cumpre ressaltar que, como a estação de Manhuaçu da Leopoldina Railway só foi inaugurada em 1915, provavelmente parcela significativa do café daquela região, de destacada produção, diga-se de passagem, era embarcada em Aimorés.

Como estações intermediárias destacam-se em 1909 as de Accioly (posteriormente Treviso), Bauni-

9 Ao menos no Brasil, as estimativas de Henry Gorceix para a existên-

cia de minério de ferro na região de Itabira eram conhecidas desde 1881 (BARROS, 2011, p.56).

Linha de movimento geral de tráfego por estações, em 31/12/1909								
Estações	Passageiros		Animais		Bagagens e Encomendas		Mercadorias	
	Número	Mil-Réis	Número	Mil-Réis	Toneladas	Mil-Réis	Toneladas	Mil-Réis
Argolas	6.416	30.461,00	65	430,700	37.273	3.550,200	3.993.580	161.261,100
Cariacica	2.353	3.675,100	13	13,200	14.626	420,800	80.937	686,800
A. Maia	2.480	5.795,500	53	68,400	7.087	285,700	49.898	739,900
Timbuhy	1.267	3.017,900	51	150,700	9.520	336,000	1.132.837	7.929,200
Fundão	1.047	2.292,000	14	32,000	6.243	229,400	419.673	5.870,500
Pendanga	906	1.509,500	23	38,400	5.248	147,100	200.222	3.703,400
Lauro Müller	1.986	4.625,500	12	18,600	11.869	507,900	406.779	8.708,400
João Neiva	1.446	3.700,700	13	28,500	7.442	286,900	644.170	14.215,000
Accioli	1.332	3.580,000	56	81,700	4.862	199,500	2.207.866	28.584,300
Baunilha	1.184	3.227,700	113	465,000	7.351	300,700	1.868.762	23.534,400
Collatina	1.969	8.542,300	65	293,400	27.053	1.392,500	723.408	10.755,500
Porto Bello	856	1.214,900	32	292,200	4.886	262,500	551.623	11.492,900
Maylasky	1.944	6.339,500	319	2.859,700	9.545	432,100	821.377	12.602,000
Natividade (Aymorés)	2.647	12.607,800	107	514,800	37.287	1.759,700	2.141.082	108.047,500
Resplendor	581	1.615,200	41	57,900	5.328	234,300	20.596	348,100
Lajão	969	4.381,300	53	114,800	11.641	696,800	425.474	25.326,700
Cachoeirinha	826	1.484,100	10	37,200	1.506	178,800	3.129	92,400
Outras Estações	-	-	0	-	-	-	-	-
Total	30.209	98.070,000	1040	5.497,200	209.307	11.220,900	15.691.413	423.898,100

Tabela 1 – Linha de movimento geral de tráfego por estações, em 31/12/1909. Fonte: Adaptado de Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 19 de outubro de 1910. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1910.

Iha e Colatina, todas situadas em importante região cafeeira do estado do Espírito Santo entre os municípios de Ibiracú e Colatina, de grande imigração italiana, indicando que nos primeiros anos de funcionamento da EFVM o café já alcançara relevante papel na composição das receitas da empresa. Corroborando tal assertiva, o Relatório da EFVM para o ano de 1908 já apontava a insuficiência das estações de Argolas, João Neiva, Accioli e Baunilha no que se refere à capacidade de armazenamento de café. Cumpre destacar também a importância do transporte de madeira, digno de nota no mesmo relatório¹⁰, embora as

receitas fossem insuficientes em face das despesas.

Em 1909, o modelo acima descrito, pautado no transporte de café e de mercadorias de baixo valor, torna-se passível de alteração em função da iminência do transporte de minério de ferro por parte da EFVM, em face de dois decretos emitidos pelo governo federal. O primeiro deles, n. 7.455 de 08 de julho, substituiu o trecho entre Sant'Anna dos Ferros (atual município de Ferros-MG) e Serro-MG, da primitiva concessão de 1902, pelo de Curralinho¹¹ (atual Corinto-MG) a Diamantina. A região entre Ferros e Serro situava-se na

10 Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 12 de

setembro de 1908. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1908.

11 Atual município de Corinto-MG, possuía uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil inaugurada em 1906.

rota de avanço da EFVM no sentido noroeste até Diamantina, significando que, com a substituição, essa estrada de ferro não mais a alcançaria. Já a ligação entre este último município e Curralinho indica que o outrora definido como ponto de chegada da EFVM, em 1902, seria tributário, desde então, da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que se ratifica em 1923¹².

O segundo decreto, n. 7.773, de 30 de dezembro, estabelecia o prolongamento da linha de Sant'Anna dos Ferros a Itabira de Matto Dentro, ao sul, "servindo às jazidas de minério de ferro compreendidas entre os dois pontos"¹³. O decreto determinava também o estabelecimento da tração elétrica, a aquisição de equipamentos compatíveis com o transporte de três milhões de toneladas de minério de ferro por ano, algumas modificações técnicas no traçado e a estipulação de um preço máximo de oito réis por tonelada-quilômetro. Além disso, a EFVM ficou obrigada a construir e custear por sua conta um estabelecimento metalúrgico que, utilizando minério de ferro do país, fosse capaz de produzir uma média de mil toneladas mensais de produtos brutos de ferro, não estando o custo deste estabelecimento incluído no capital garantido¹⁴.

Cabe salientar que, se por um lado, os decretos de 1909 realizam a expectativa de expandir os trilhos para as minas de Itabira, por outro, indicam que as condições de garantias de juros não seriam alteradas em relação ao decreto de 1902, e que a EFVM teria que fazer frente às novas necessidades (traçado, eletrificação e montagem de uma siderurgia) com capital próprio advindo do transporte de minério de ferro, caso quisesse escoar essa produção. Em resposta ao

decreto, o *Brazilian Hematite Syndicate*, maior acionário da EFVM¹⁵, voltou-se imediatamente para a construção e eletrificação da ferrovia. Segundo Gustavo de Barros:

Um projeto e seu respectivo orçamento para a eletrificação da linha de Vitória a Itabira do Matto Dentro, no valor de pouco mais de 52.500:000\$000 a serem remunerados pelo produto do minério de ferro, apresentado pela EFVM, foi aprovado pelo governo em setembro de 1910. Já sob o comando de Ernst Cassel, a Itabira Iron Ore Co., trouxe o construtor de ferrovias Gustave Gilman e um engenheiro suíço especializado em eletrificação ferroviária para preparar novos projetos, que previam o transporte de até dez milhões de toneladas por ano [superando-se em muito a quantidade definida em contrato]. Foi proposto então um novo traçado para a ferrovia, partindo não mais de Vitória, mas do porto de Santa Cruz, 56 km ao norte da capital capixaba, em condições técnicas bastante aprimoradas. No que diz respeito à usina siderúrgica, a Companhia EFVM teve aprovado pelo governo federal seu projeto para a construção de um alto-forno elétrico em setembro de 1910 (BARROS, 2001, p. 74-5).

A EFVM teria também, como visto acima, prazo exíguo para iniciar as obras, pois, segundo o decreto n. 7.773, teriam que ter início em 1º de julho de 1910. Finalmente, nesta guinada do traçado do noroeste ao sul do município de Ferros e da correlata mudança de ponto de chegada de Diamantina para Itabira, define-se uma das mais ricas regiões de extração de minério de ferro do mundo como desiderato da EFVM. Contudo, tal feito se materializará apenas em 1943, trazendo sérios percalços à companhia.

Essas alterações de 1909 são muito significativas também num plano mais geral, no que se refere ao problema siderúrgico, que entrou definitivamente na pauta nacional no final da década de 1900

12 A EFVM deu continuidade às obras do ramal de Curralinho a Diamantina, concluindo-o em 1913. Em 1º de janeiro de 1923, cumprindo o decreto n. 15.844 de 14 de novembro de 1922, o governo federal tomou posse do ramal, entregando-o ao tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil.

13 DECRETO. N. 7.773 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1909.

14 MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1910. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2280/000003.html>. Acesso em 17/03/2014

15 Controle este repassado à Itabira Iron Ore Co, em 1911.

(BARROS, 2011, p. 51). Ao exigir-se contratualmente que a EFVM erigisse uma usina siderúrgica¹⁶, o governo brasileiro buscava de alguma forma “casar” a exportação de ferro com o estabelecimento da siderurgia nacional. No caso da EFVM, a pedra fundamental da Usina chegou a ser inaugurada em Aimorés-MG em 1910¹⁷, porém, não prosperou (mesmo tendo, o projeto, reduzida e defasada capacidade de produção). Os decretos de 1909, seguido pelo decreto 8.019 de 1910, alinham-se a uma estratégia do governo brasileiro em impedir “a simples” exportação de ferro por parte dos grupos e sindicatos internacionais já estabelecidos no Brasil à época, advindos da França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, que detinham propriedades em Itabira, Nova Lima, Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Paraopeba, Rio Piracicaba e outras localidades mineiras¹⁸.

16 “A companhia se obriga a construir á sua custa, dentro do prazo fixado na clausula precedente, e a custear no ponto á margem da estrada que for julgado mais conveniente, de accôrdo com o Governo, um estabelecimento metallurgico, de installação aperfeiçoada, capaz de produzir, utilizando o minerio do paiz, uma média mensal de 1.000 toneladas de productos brutos de ferro, no mínimo”. Cf. DECRETO. N. 7.773 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1909. Autoriza a modificação do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, para o fim de ser adquirido o direito de reversão de suas linhas. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=49118&norma=64899>. Acesso em 12/04/2014. Cabe salientar que os termos desse decreto foram renovados diversas vezes, em 1916, 1924, 1926 e 1928, sendo considerado caduco em 1934, pelo Decreto n. 24.325 de 1 de junho de 1934 e cancelada a garantia de juros pelo Decreto 24.326, de mesma data, o que indica que a partir desse ano a EFVM não mais receberia a “garantia de 6% sobre o capital investido até o limite de 30 contos de réis (ouro) por quilômetro”.

17 O decreto federal n. 7.773 de 1909, específico à EFVM, é utilizado como base para o decreto 8.019 de 1910, que “concede redução de fretes nas estradas de ferro federaes, isenção de direitos de consumo e outros favores aos individuos ou empresas que montarem no paiz estabelecimentos siderurgicos”. Contudo, há uma diferença básica e determinante para os dois casos: no primeiro, a EFVM arcaria com o frete de oito réis por tonelada quilômetro e no segundo, o governo arcaria com tal frete. Cf. Decreto nº 8.019, de 19 de Maio de 1910. Concede redução de fretes nas estradas de ferro federaes, isenção de direitos de consumo e outros favores aos individuos ou empresas que montarem no paiz estabelecimentos siderurgicos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8019-19-maio-1910-527849-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 13/04/2014.

18 Lista detalhada dos conglomerados internacionais estabelecidos em Minas Gerais por volta de 1909 e 1910 encontra-se em Barros (2011, 53-4). Há que se salientar, que pela Constituição de 1891 não existia

Voltando à EFVM, sem poder contar com garantia de juros estatais para os novos empreendimentos, nos termos do decreto n. 7.773, foram emitidas 190 mil debêntures em 1909, no valor de quinhentos francos cada, com garantia de 5% de juros. O governo reconheceu essa emissão, o que em tese ampliava os valores repassados pelo governo federal como garantia de juros à EFVM. Contudo, segundo Gustavo de Barros, a receita advinda do transporte de minério de ferro não foi suficiente para atrair novos capitais internacionais, confortavelmente acostumados com as garantias de juros do governo. Explicando, a garantia de juros do decreto de 1902 continuaria em vigor, mas as adequações obrigatórias definidas no contrato em 1909, adequações de grande monta, por sinal, não contariam com tal benesse pública, o que espantou os investidores. Na prática, a EFVM teria que promover uma profunda alteração em seu modelo de negócio sem fontes de financiamento viáveis, sobretudo a partir de 1914, com a eclosão do conflito mundial, momento no qual o governo brasileiro suspende a remuneração das garantias de juros. A questão foi assim descrita nos relatórios da EFVM e citada por Barros:

O auxílio que foi dado à companhia pelo Governo, com o abandono da renda de transportes do minério, para remunerar o capital, apesar de constituir uma garantia de solidez indiscutível para os juros desse capital, não tem sido devidamente apreciado pelo público da Europa, habituado à garantia de juros que o governo costuma conceder. Pareceu não acreditar que o Governo tivesse hesitado em dar a garantia de juros e preferido conceder uma coisa que vale mais do que ela. É muito difícil, infelizmente

separação entre a propriedade do solo e do subsolo, de forma que as jazidas passaram a mãos estrangeiras por simples transações de compra de terra, a preço de terra (BARROS, 2011, P.55). Com a divulgação em Estocolmo, verifica-se verdadeira corrida pelo ferro, procurando os investidores valer-se dos meandros de uma legislação insuficiente que permaneceu assim pelo menos até 1913. Somente por ocasião de uma Reforma Constitucional, em 1926, durante o governo de Arthur Bernardes, é que a Carta de 1891 foi alterada (SILVA, 2004, p.132).

te, mudar o hábito do público europeu que subscreve capitais para as nossas empresas. A companhia não tem por isso encontrado as facilidades que esperava para a obtenção da totalidade dos recursos de que necessita para a conclusão do grandioso melhoramento que está realizando. A diretoria terá, talvez, de recorrer aos poderes competentes para uniformizar as garantias do capital, de modo que uma das suas emissões não pareça concorrente de outra; mesmo, entretanto, que nada consiga, isso não prejudicará a realização do patriótico desiderato, apenas essa realização será muito mais dispendiosa e demorada (BARROS, 2011, p.75-6)

Os entraves para o embarque de minério de ferro pela EFVM foram retomados a partir do final da guerra. Percival Farquhar toma a frente da *Itabira Iron Ore Co.* a partir de 1919¹⁹ e, em decreto emitido em 11 de maio de 1920²⁰, a questão da exportação de ferro volta a ser discutida. Neste decreto, a *Itabira* (e não mais a EFVM, o que faz sentido contabilmente, mas pouca diferença na prática, dado que o controle acionário dessa estrada de ferro pertencia à empresa liderada por Farquhar) assume a responsabilidade pela eletrificação da linha e construção de trechos exclusivos entre Cachoeira Escura e o município de Itabira, e um prolongamento da linha principal da EFVM até o porto de Santa Cruz, no Espírito Santo. Em contrapartida, a empresa teria isenção de impostos

de importação por sessenta anos e garantiria o direito de explorar o minério de ferro dessa zona exportando-o por Santa Cruz. Este contrato não gozava de privilégios, contudo, volta a ser impraticável, na perspectiva da *Itabira*, quando o governo de Minas Gerais, pela Lei n. 750 de setembro de 1919²¹, estipula um imposto de 3\$000 réis por tonelada para as empresas que se recusarem à montagem de uma fábrica em território mineiro (BARROS, 2011, p.106). Entre propostas e contrapropostas, a questão pouco avançou nas décadas de 1920 e 1930, concretizando-se a chegada em Itabira apenas em 1943.

Receitas e Despesas Operacionais²²

O cenário acima descrito coloca múltiplas dificuldades ao saldo operacional da EFVM. Pensada claramente a partir de 1909 como uma linha moderna, de tração eletrificada e trilhos mais pesados, com traçado mais racional ligando o Pico do Cauê a Santa Cruz (o que, de fato, nunca ocorreu), a EFVM operou até 1942 num modelo característico de inúmeras estradas de ferro existentes no Brasil, qual seja, o transporte de mercadorias de baixo valor unitário na perspectiva do frete (exclusive o café), poucos passageiros dada a baixa densidade demográfica das regiões cortadas pelos trilhos, dependência das garantias de juros bancadas pelo governo federal e regime deficitário. Senão, vejamos:

19 "Dadas as adversidades internas e as dificuldades derivadas da guerra, o controle acionário da *Itabira Iron Ore Co.* foi passado a um grupo de banqueiros ingleses no período da guerra. E, 1919, já contando com a participação de capitais norte-americanos, foi vendida ao empresário Percival Farquhar, ex-representante da empresa no Brasil". (Silva, 2004, 133). Salienta-se, contudo, que o "grupo" Farquhar também apresentava dificuldades econômicas após a Primeira Guerra Mundial, o que pode ser um dos elementos explicativos para o atraso da chegada em Itabira.

20 DECRETO N. 14.160, de 11 de Maio de 1920. Autoriza a celebração com a *Itabira Iron Ore Company Limited*, para que, sem privilegio, construa e explore usinas siderurgicas, duas linhas ferreas e um caes de embarque e desembarque, nos Estados de Minas Geraes e Espirito Santo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14160-11-maio-1920-529165-republicacao-93160-pe.html>. Acesso em 18/03/2014.

21 Segundo Barros essa lei segue de perto o pronunciamento de Arthur Bernardes em julho de 1919: "A exportação de minério, para ser fundido no exterior, nenhum benefício trará ao Estado, que deve exigir, pelos meios ao seu alcance, que aqui se façam instalações capazes de fornecer ao menos às nossas indústrias o metal necessário ao consumo do país. Para isso, bastará que o Congresso vote uma lei – o que reputo indispensável – reduzindo a 20, 40 ou 50 réis, por tonelada, o imposto de exportação do minério, para as empresas que fundirem e transformarem em ferro e aço no Estado pelo menos 5% do minério que exportarem, e elevando o mesmo imposto a 3\$000 para as que se recusarem à montagem de fábrica em território mineiro, nas condições citadas". Apud Barros (2011,106).

22 Referimo-nos aqui à receita proveniente do transporte de passageiros e cargas e das despesas de custeio dessas operações.

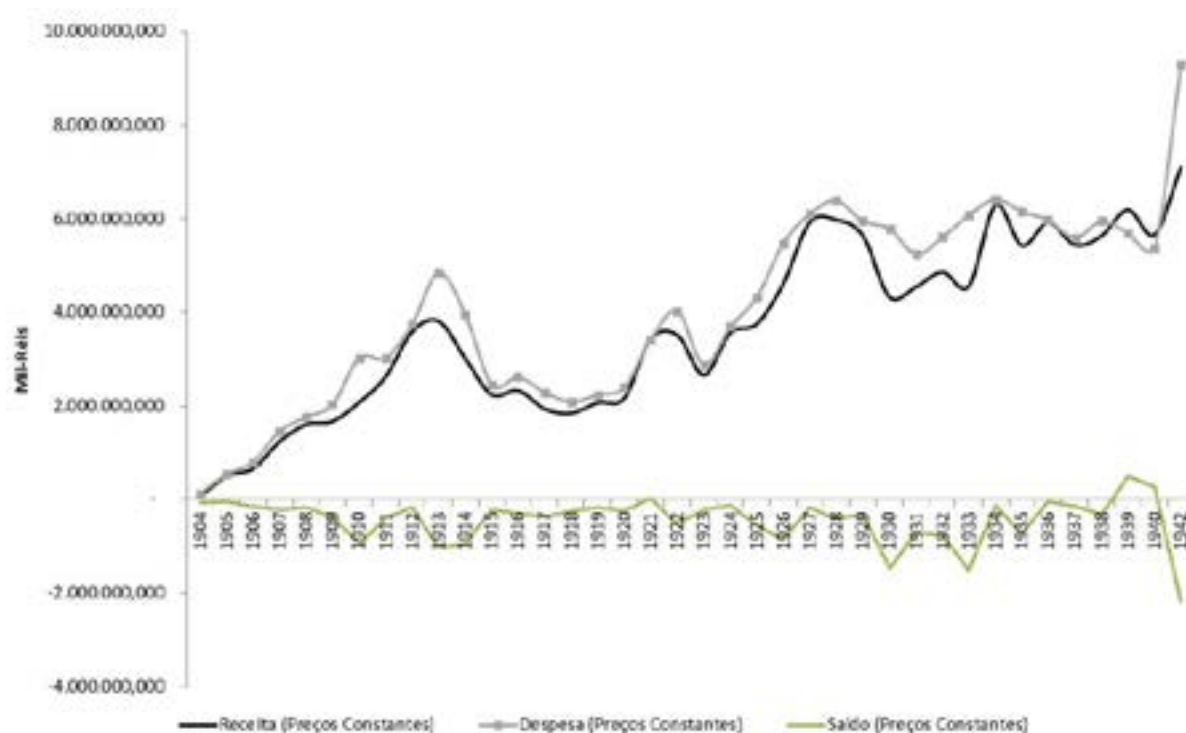


Gráfico 3— Receita, despesas e saldos operacionais. Preços Constantes. EFVM 1904-1942. Fonte: Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. DIVERSOS ANOS

Com exceção²³ de 1921, 1938 e 1940, a EFVM foi operacionalmente deficitária em todo o período aqui considerado²⁴. Embora as receitas tenham sido crescentes até o início da Primeira Guerra Mundial, as despesas cresceram em proporção superior, o que deriva do próprio custeio da empresa, que envolvem os custos com administração, telégrafo, locomoção,

via permanente, combustíveis e os acessórios. Com os impasses envolvendo a modernização da linha a partir de 1909, a EFVM viu-se impossibilitada de alterar o seu modelo de negócios especializando-se no transporte de minério de ferro. Além disso, com estes impasses (agravados pela I GM) a EFVM ficou sem inaugurar nenhuma estação entre 1912 e 1919²⁵, o que, mesmo dentro do modelo de negócio vigente (efetivamente praticado) a impedia de ampliar a receita advinda do frete de mercadorias tradicionais, dado que, ao avançar para o *hinterland* mineiro poderia capturar a produção de uma região mais ampla, ou mesmo conectar-se com outras estradas de ferro, colhendo algum ganho do tráfego mútuo. No grá-

23 Os valores em mil-réis foram deflacionados a partir do indicador de preços (1919=100), presente em Villela & Sizugan, 2001, p. 433. (VN/IP)x100.

24 Para efeito de comparação, Philip Gunn (1989) nos apresenta os saldos operacionais da São Paulo Railway, estrada de ferro que ligava o porto de Santos a Jundiá, no estado de São Paulo na década de 1930. As receitas operacionais eram em média 30% superiores às despesas, enquanto na EFVM, em média, para o mesmo período, as despesas eram superiores à receita em 7% considerando-se apenas os valores nominais para ambos os casos. Esta informação nos dá uma ideia de como o custo operacional dessa estrada de ferro era elevado, o que se explica pelo longo traçado de difícil geografia, baixa densidade demográfica da região, produção de pouca monta e baixos fretes (exclusive o café). Sem o acesso às minas de ferro era este o cenário que se colocava à EFVM.

25 Em 1919 foi inaugurada a estação de Itá (Itapina), cujo objetivo era dividir os embarques de café na região de Colatina. A rigor, em termos de avanço da linha para o interior, a EFVM ficou, a partir de Cachoeirinha (1912) dez anos sem inaugurar nenhuma estação, sendo inaugurada a de Ipatinga em 1922. Ver gráfico 01.

fico acima, cabe destacar o “solavanco” que a EFVM recebeu no momento de suspensão das garantias de juros, durante a guerra, sobretudo em 1913 e 1914, quando os déficits alcançaram mais de mil contos de réis e cerca de 950 contos de réis, respectivamente.

Após esses anos, reduziram-se significativamente, tendo como contrapartida a paralisação na extensão dos trilhos para o interior de Minas Gerais. As dificuldades de capitalização persistiram até 1916, momento no qual os termos do decreto 7.773 de 1909 foram renovados. Apesar disso, pouca ou nenhuma mudança se verifica, dado o estreitamento dos canais de crédito internacionais. Chama a atenção também o fato de que, durante a Guerra, a receita verificou uma amplitude de variação muito menor (a preços constantes), o que indica que o seu patamar se “estabilizou” em torno de dois mil contos de réis entre 1915 e 1919, verificando-se o mesmo com as despesas e consequentemente com os déficits. Em 1921 verifica-se um dos poucos anos em que se registra saldo positivo, o que se explica pela retomada considerável das exportações de café no pós-guerra para efeitos de reconstituição dos estoques internacionais, subindo a receita operacional da ferrovia de cerca de dois mil e cem contos no ano anterior para cerca de três mil e quinhentos contos, a preços constantes. Neste ano, o transporte de sacas de café respondeu por 45% da receita da EFVM, proporção que se manteve crescente até a crise de 1929, sobretudo após o estabelecimento do Sistema de Defesa do Café do Espírito Santo, em 1927 (Faleiros & Nunes, 2013). Destaca-se também a valorização cambial registrada nesse ano, o que impactou positivamente nas contas da companhia, como também a retomada do pagamento das garantias de juros pelo governo.

De uma forma geral, como já salientamos, dentro do modelo de negócio “possível” nos marcos da periodização proposta, o café assumia papel significativo na composição das receitas da EFVM, sendo as estações de Pedro Nolasco, Aimorés, Lajão (Conselheiro Pena), Cuieté, Figueira e as situadas nas redondezas de Colatina as que mais contribuíam para

os embarques desse produto. Temos abaixo um gráfico com a participação percentual do café, a preços constantes, na composição da receita operacional da EFVM, notando-se que essa participação é decrescente a partir de 1931, já no contexto da débâcle mundial dos anos trinta. A título de comparação, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, que operava nos estados de São Paulo e Minas Gerais, possuía uma dependência maior em relação aos embarques de café, que chegaram, em 1909, a compor 60% da receita daquela estrada de ferro (TOSI & FALEIROS, 2011). Para o período compreendido entre 1888 e 1917 a média de participação no café das receitas da Cia. Mogiana foi de 42,5%, ao passo que na EFVM entre 1920 e 1940 foi de 37,5%, indicando dependência relativamente inferior àquela típica ferrovia cafeeira paulista²⁶.

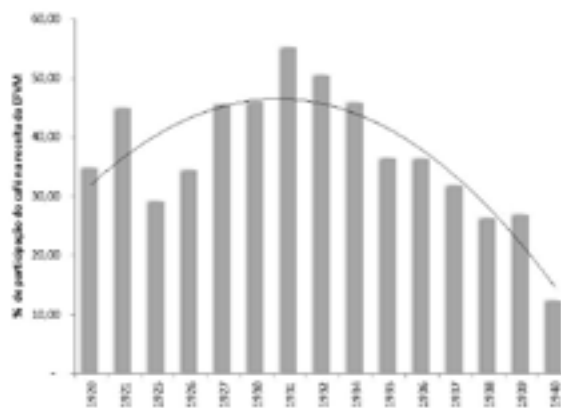


Gráfico 4 – Participação percentual do Café na receita operacional da EFVM. Preços Constantes Anos selecionados. Fonte: Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Diversos anos.

Perceba, numa observação aos gráficos números dois e três, que a redução percentual do café na receita da EFVM é acompanhada pelo aumento do déficit operacional anual nos anos trinta, indicando que outros produtos transportados pela companhia não foram capazes de proporcionar uma receita no mesmo patamar. De certa forma, isso se explica pelo frete diferenciado em relação a este produto. A título

26 Sobre esta estrada de ferro ver o texto de Saes, Fontanari & Oliveira (2013).

de exemplo, observemos o ano de 1926: foram transportados pelas estações da EFVM 25.251.198 quilos de café, que geraram à companhia uma receita nominal de 2.303:372\$420 ao passo que foram transportados no mesmo ano 13.784.335 quilos de madeira, a uma receita nominal de 350:893\$380. Assim temos uma relação de 0,091 para o café e de 0,025 para a madeira o que indica que o frete do primeiro era 3,64 vezes maior que o frete do segundo²⁷. Nestas condições, seria de se esperar que à queda da participação percentual do café correspondesse o aumento dos déficits operacionais da EFVM, justamente o que se verifica na década de 1930. Cabe salientar ainda, que a madeira e o café, em certo sentido, constituem o mesmo negócio, já que as árvores derrubadas para os novos plantios eram embarcadas nas estações da estrada de ferro, como também os cereais, plantados geralmente nas fileiras do café. Ou seja, o estabelecimento da lavoura cafeeira na região potencializava uma série de outras atividades e serviços que reverberavam positivamente na EFVM em função do aumento de mercadorias transacionadas, dado o aumento da renda regional verificado em função dessa atividade econômica. Conquanto, o ponto de nosso argumento é que o dinamismo gerado pela cafeicultura no norte/noroeste do Espírito Santo, como também no leste mineiro, fora insuficiente para garantir saldos operacionais no período considerado, dada a frustração dos planos de transportar o minério de Itabira pelos trilhos da companhia.

Ainda sobre as receitas e despesas operacionais, é necessário destacar também os efeitos da crise de 1929 sobre a companhia. Nos anos iniciais da década de 1930 registram-se os maiores déficits da EFVM (ver gráfico 02). Em termos nominais, a receita reduziu de 8.814 contos de réis em 1929 para 5.536 em 1930, numa queda de cerca de 40%. Em termos constantes, essa redução foi menor, dado que o índice de preços re-

cou de um ano a outro. Entre 1931 e 1932 o patamar de receita permaneceu praticamente o mesmo, cerca de 5.500 contos de réis, elevando-se para 6.400 em 1933.

A estratégia da empresa, em face desta situação, foi a de conter as despesas, o que se mostrou limitada, dado que a taxa de câmbio tornou-se absolutamente desfavorável: em 1929, o câmbio era de 41\$070 por Libra Esterlina, subindo para 85\$112 em 1935 (Villela & Suzigan, 2001, p. 433), e trouxe sérios impactos no custo operacional da EFVM. Apenas para exemplificar, em 1932 a EFVM inaugurou a estação de São José da Lagoa²⁸, no quilômetro 561, ao custo de 500 contos de réis por quilômetro (440.140\$850 em valores deflacionados)²⁹, entre os 16 km que a separavam da estação Engenheiro Gillman, que a precedera na linha, lembrando que a garantia de juros (cujos pagamentos foram suspensos naquele ano) era de no máximo 30 contos de réis/ouro (81.521\$740 em valores deflacionados) por quilômetro construído. Em termos de ouro (libra esterlina, ao câmbio de 1932 – 48\$531) teríamos um custo por quilômetro de £9.069,27 e em tese um repasse a título de garantia de juros de £1.679,79 por quilômetro³⁰. Ou seja, a garantia de juros do governo federal, mesmo que repassada à empresa, o que não ocorreu em 1932, não faria frente aos elevadíssimos custos de importação à época. Dado o atraso na construção por motivos óbvios, foi autorizado em outubro de 1932 - decreto n. 21.918 - o funcionamento provisório desta estação, salientando que até 1942 nenhuma outra estação fora construída.

28 Em 1936, esta estação foi renomeada, tornando-se a estação Desembargador Drummond. Outra estação foi construída para o tráfego mútuo com a E.F. Central do Brasil, e nomeada São José da Lagoa (ver gráfico 01).

29 Relatório da Diretoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1932, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 1933. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1933. Aqui consideramos o ano de 1900 = 100, e os índices de preços para os anos de 1906 (estabelecimento da Caixa de Conversão) e 1932, 36,8 e 113,6, respectivamente (VILLELA & SUZIGAN, 2001, p.433).

30 Há que se considerar que as garantias de juros nunca foram suficientes para cobrir as despesas com a ampliação da estrada de ferro, entretanto, eram muito apreciadas pelos investidores, pois em geral eram direcionadas à remuneração das debêntures.

27 Para a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro o frete do café era 2,59 vezes o frete da madeira (TOSI & FALEIROS, 2011). Duncan (1932) também já estabelecera uma elevada proporção entre transporte de café e rentabilidade das companhias ferroviárias.

Entretanto, tudo poderia ser ainda mais trágico para a EFVM, dado que o Decreto n. 22.455, de 10 de fevereiro de 1933, estabeleceu uma comissão especial para proceder à verificação da regularidade dos atos relativos à execução dos contratos da companhia, ficando suspenso desde então, como medida acauteladora dos interesses da União, o pagamento da garantia de juros “até que o governo se pronuncie sobre o resultado da apuração dos fatos³¹”. Na prática, isso significava que a EFVM deixaria de receber as garantias de juros, sendo, também em função disso, registrado um déficit de quase mil e setecentos contos de réis em 1933 a preços nominais (cerca de mil e quinhentos contos de réis, em preços constantes).

A justificativa para tal decreto do governo federal reside no fato de que os termos estabelecidos, primeiramente em 1909 e prorrogado sucessivas vezes a partir de 1916, não foram cumpridos: o estabelecimento de uma usina siderúrgica de pequeno porte, a extensão dos trilhos até Itabira e a eletrificação. Além disso, a suspensão da garantia de juros em 1933 está incluída numa estratégia de Getúlio Vargas na luta pelo estabelecimento da siderurgia nacional³².

Pedro Nolasco, Presidente da EFVM à época, exigiu o pagamento da garantia de juros do primeiro semestre de 1932, pertencente aos debenturistas da companhia. Lamúrias em vão, a EFVM não mais recebera nenhum tostão do governo federal, o que sob nosso entendimento parece correto, dado que os melhoramentos estabelecidos como contrapartidas em Decreto Federal em 1909 e renovados diversas vezes, não foram de fato construídos. Algum respiro veio apenas em 1936, com a abertura do tráfego mútuo com a E.F. Central do Brasil, com o aumento da

exportação de madeiras, o aumento da safra de café – sobretudo em Figueira (Governador Valadares), Aimorés e Colatina e o aumento das tarifas e passagens, derivadas de valores especiais para o embarque de café nas estações de Nack, Itá, Pedra Corrida definidas com os principais exportadores³³. Em 1937, o trecho entre Figueira e Resplendor ressalta algum dinamismo pela colonização do vale do Rio Doce e pela abertura de uma estrada de rodagem entre este município e Teófilo Otoni-MG, contudo, em 1938 o déficit retorna ao elevado patamar de quinhentos mil contos de réis, o que se explica em parte pelo retraimento no comércio de café, produzido pela baixa de preços e espera da supressão da cota de sacrifício nesse ano, o que impediu a saída de mais de cento e vinte mil sacas de café, que aguardaram no interior (Aimorés) a mudança da política cafeeira do governo.

Em 1939, inicia-se um programa de demissão, excluindo-se do quadro 125 trabalhadores. Além disso, o transporte de café mantém-se estável em relação ao ano anterior e a receita advinda do embarque de madeira praticamente dobra em relação a 1937. É registrado nesse ano um saldo de 788:090\$800. Em 1940, a EFVM foi incorporada pela Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A (CBMS) e realizou o seu primeiro embarque de minério de ferro. Não que os trilhos tenham progredido até Itabira, mas o minério era levado de caminhão até a estação de Desembargador Drummond, onde era embarcado. Mesmo com essa limitação, a receita advinda do minério de ferro (1.024:136\$200) já fazia frente e quase se equiparava à receita advinda do café naquele ano (1.130:476\$000), garantindo um saldo de 474:498\$800 à companhia. Em 1942, ano de reforma monetária e de substituição do real pelo cruzeiro, registra-se um déficit de Cr\$ 4.294.550,60, ano no qual, embora o embarque de minério de ferro tenha sido crescente, a Segunda Guerra Mundial levou à explosão dos cus-

31 DECRETO N. 22.455, de 10 de Fevereiro de 1933. Dispõe sobre a designação de uma comissão especial para proceder à verificação da regularidade dos atos relativos à execução dos contratos da Companhia E. F. Vitória a Minas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22455-10-fevereiro-1933-530051-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/03/2014.

32 O estudo de Gustavo de Barros (2011) dá conta, com propriedade, dessa problemática, que só encontra algum desiderato em 1942, com a instalação da CSN.

33 Relatório PARA O ANNO DE 1936 DA Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Vitória: Mimeo, 1936. Ver listagem dos exportadores de café em anexo.

tos operacionais (importações) e a uma queda nas exportações. Acompanhando os relatórios até o ano de 1947, observa-se o definitivo declínio da participação do café nas receitas da EFVM, sendo neste ano já superada pelo minério de ferro, madeiras, ferro gusa e carvão vegetal. A passagem do grão do café ao minério de ferro estava concluída.

Os Balanços Gerais da EFVM

Neste quadro de disputas entre a *Itabira Iron Ore Co.*, o governo brasileiro e o governo de Minas Gerais, bem como considerando as receitas e despesas operacionais vistas acima, façamos agora uma breve análise do Balanço Geral da EFVM. Como vimos anterior-

mente, a capitalização inicial da empresa foi feita mediante lançamento de ações nas praças de Paris e Amsterdã (oitenta mil ações de 500 francos) num capital de 14.120.000\$000. Além disso, basicamente as séries de debêntures e os juros provenientes constituem a totalidade dos passivos do primeiro Balanço da EFVM, publicado em 1903, conforme a Tabela 2.

Interessante notar aqui é que a totalidade dos recursos que seriam pagos a título de garantias de juros pelo governo brasileiro (num limite de 30 contos de réis ouro por quilômetro construído) remunerariam os debenturistas, garantindo assim alguma segurança aos investidores internacionais. Certamente este foi o fator explicativo de maior relevância para a atração desses investimentos já que, à época, o ponto de destino era o município de Diamantina,

Balanço Geral da EFVM em 30 de junho de 1903 (mil réis - valores nominais)			
Ativo		Passivo	
Concessão, Direitos e Privilégios	14.120.000,00	capital	14.120.000,00
Comitê de Paris com emissão de debêntures	9.840.269,473	Debêntures da 1ª série (Francos 20.000.000)	7.060.000,000
Construção e Materiais	2.356.449,538	Debêntures da 2ª série (Francos 10.000.000)	3.530.000,000
Debêntures em carteira	264,750	Debêntures da 3ª série (Francos 10.000.000)	3.530.000,000
Estudos de Vitória a Peçanha	79.900,000	Diversos Credores	205.616,555
Móveis e Utensílios	3.725,200	Caução dos Diretores da Copanhia	123.550,000
Conta de Juros Garantidos (Francos 1.174.800,72)	414.530,319	Juros a Pagar	414.530,319
Títulos em Caução	123.550,000	Juros do 1º Cupom	176.500,000
Estudos e Trabalhos Abandonados	1.200.000,000		
Serviço de Juros	176.500,000		
Fiscalização Federal	22.500,000		
Despesas Gerais	19.966,440		
Impostos	72.422,000		
Aluguéis	5.660,150		
Despesas com emissões de Debêntures	414.395,915		
Honorários e Ordenados	146.767,774		
Despesas do Escritório em Paris	23.849,279		
Publicações, Selos, Telegramas, etc.	16.393,796		
Brasilianische Bank für Deustschland	70.000,00		
	53.052,240		
	29.160.196,874		29.160.196,874

Tabela 2 – Balanço Geral da EFVM em 30 de junho de 1903. Fonte: Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo ao ano de 1903, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 03 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1903.

traçado pouco atrativo dado que distante da zona de extração de minério de ferro. Além disso, pode-se perceber que o montante das séries de debêntures é superior ao que foi repassado à EFVM pelo Comitê de Paris, indicando contratos de tipo 65, como vimos anteriormente. Desnecessário dizer que essas emissões internacionais eram atreladas diretamente ao ouro (libra esterlina) e que desarranjos cambiais impactariam diretamente no peso da dívida estritamente financeira como também no investimento e custeio/manutenção da estrada. É justamente o que ocorreu durante a I Guerra Mundial³⁴; a título de exemplo, o Balanço para o ano de 1917 indica que de um passivo global da ordem de 101.158.936\$998 cerca de 40% correspondiam a títulos em posse dos debenturistas (não circulante), cerca de seis mil contos ao pagamento de juros e 7,4 mil contos de réis a título de despesas cambiais advindas das oscilações da moeda brasileira durante o conflito. Para que tenhamos uma referência, esse valor corresponde a cerca de quatro vezes a receita nominal da EFVM naquele ano.

Nestas condições, somam-se ao seu déficit operacional crônico um passivo circulante elevado pelos juros e pela própria desvalorização cambial, além de uma série de outros empréstimos captados com credores diversos (não debenturistas), o que explica a interrupção dos trabalhos de prolongamento da linha principal da EFVM durante quase dez anos. Nesse Balanço também estão registrados os aportes financeiros proporcionados pelo *London & River Plate Bank*, Banco do Brasil, *National City Bank of New York*³⁵, *Francis H. Walter & Cia* e o Banco Mercantil do Rio de Janeiro. Para 1918 aparecem também como credores o Banco Nacional Ultramarino (Portugal) e o *Banque Française et Italienne pour l'Amerique Du Sud*. Estes ban-

cos, sobretudo o *City Bank* de Nova Iorque e o *Banque Française...*, forneceram os maiores empréstimos com prazos de oito a dez anos a partir do final da guerra. Cabe lembrar que durante a guerra o governo brasileiro suspendeu o pagamento das garantias de juros em função das dificuldades econômicas e cambiais, dado que essas garantias eram pagas em mil-réis ouro, portanto, praticando-se a cotação da moeda anterior a 1913.

Após a Guerra as dificuldades persistiram. Em 1926 as diferenças cambiais a serem pagas praticamente se equivaliam à receita nominal da EFVM, cerca de seis mil contos de réis, e os repasses a título de garantias de juros (retomados a partir de 1921) mal eram suficientes para remunerar o capital investido pelos sócios debenturistas nas diversas séries de títulos emitidos³⁶. A estratégia passa a ser a de tentar bancar as despesas operacionais com a renda nominal (sempre insuficiente), remunerar as dívidas cambiais e parte dos empréstimos internacionais com as garantias de juros e atrasar o pagamento dos debenturistas. Evidentemente, tal estratégia não se mostrou sustentável e em 1933, Pedro Nolasco, então Diretor da EFVM, assim relata a situação da companhia:

De 1925 para cá, começaram os processos nos tribunais franceses, pelos portadores de títulos, exigindo, quer das empresas, quer do governo federal, o pagamento em franco ouro. A decisão de Haya contra os títulos federais encorajou os debenturistas, facilitando sentenças favoráveis contra as empresas. A Companhia defendeu-se como pôde, chegan-

34 A bibliografia especializada sobre a história das ferrovias no Brasil já destacou um conjunto de dificuldades vivenciadas pelas Companhias durante a Primeira Guerra Mundial. Ver, a título de exemplo, os trabalhos de Flávio Saes (1981), Paulo Roberto Cimó Queiroz (2004) e José Vieira Camelo Filho (2000).

35 No Brasil, o *National City Bank of New York* começou a operar em 1915, no Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro banco norte-americano no país (GARCIA, 2002).

36 Em 1925, pela primeira vez, os debenturistas exigiram o pagamento dos cupons em franco-ouro. Cf. Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1926, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 11 de julho de 1927. Rio de Janeiro: Papellaria Moderna, 1927. Cabe destacar que entre o final de 1923 e o início de 1924, a desvalorização do franco se aprofundou com a cotação da libra saltando de 76,02 francos em outubro para 93,19 em março. Com a desvalorização do franco junto à libra (ouro) os compromissos financeiros internacionais da EFVM aumentavam substancialmente. Já em 1925, graças a um empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Morgan, a espiral ascendente da libra esterlina foi contida (Mazzucchelli, 2009, p. 79).

do afinal a ser forçada a fazer um acordo em julho de 1932, no sentido de não parar o tráfego, devendo a Companhia entregar o produto integral da garantia de juros recebida do Governo, à *Société Civile des Porteurs d'Obligations de La Campagnie Du Chemin de Fer de Victoria a Minas*, dedução feita da soma necessária a satisfazer o déficit do tráfego, despesas gerais e compra do material fixado pelo governo.³⁷

O trecho acima indica a insolvência da EFVM no que se refere ao pagamento de juros dos títulos da dívida (5% ao ano), o que parece ter sido a escolha mais racional da companhia num contexto de dificuldades econômicas. Tratava-se de protelar o quanto fosse possível estes pagamentos aos debenturistas, numa estratégia que se justifica na medida em que se garante o fluxo de pagamentos aos bancos, principais fontes de liquidez internacionais, mantendo-se abertos estes canais. Há que se considerar também que estas instituições financeiras possuíam meios mais eficazes para a liquidação das dívidas em atraso e poderosos escritórios especializados³⁸ nessas cobranças, diferentemente dos sócios debenturistas, cuja organização coletiva (no caso, a *Société Civile des Porteurs d'Obligations de La Campagnie Du Chemin de Fer de Victoria à Minas*) mostrava-se mais morosa e menos eficiente, estabelecendo uma correlação de forças desfavorável aos portadores desses títulos do ponto de vista da liquidação dos passivos não circulantes.

Além disso, inferimos que os juros cobrados pelos bancos eram superiores aos juros pagos aos debenturistas, constituindo uma dívida mais “cara” para a EFVM. Para efeitos de comparação, numa escritura na qual o *The British Bank of Latin America e o London and Brazilian Bank* emprestaram quatro milhões de libras à Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Na-

vegação em 1914³⁹ foram cobrados juros de 5% num prazo para pagamento de cinquenta e cinco anos, tendo-se como garantia deste avultado aporte creditício a linha principal da ferrovia, que cortava uma das mais produtivas regiões de café do Brasil (Caminas, Ribeirão Preto e Franca). Salienta-se também tratar-se de empréstimo fornecido momentos antes da eclosão da guerra mundial, num contexto de vigência do padrão-ouro. Para o caso da EFVM, cujos empréstimos junto aos bancos envolviam quantias bem menores e corriam num prazo de no máximo oito anos, e cujo desempenho operacional não era satisfatório⁴⁰, considerando ainda um contexto caracterizado pela guerra, é bem provável que os empréstimos tenham sido efetivados em taxas superiores a 5% ao ano. Se não, a própria desvalorização do mil-réis se encarregaria de ampliar o passivo. Nestas condições, os esforços de pagamento das dívidas centraram-se nos empréstimos bancários e não nos sócios debenturistas, priorizando-se uma dívida “cara” em detrimento de uma “barata” e com menor grau de articulação jurídica para a liquidação.

Cabe salientar também que até 1933 a EFVM não havia distribuído nenhum dividendo aos seus acionistas⁴¹, indicando que o capital investido de 14.120.000\$000 ainda não havia auferido retorno algum após trinta anos de lançamento, um verdadeiro

39 Escritura de hipoteca nº1190. Livro de Inscrição Especial nº2E. Oficial de Registro de Imóveis de Casa Branca. Agradecemos a Rodrigo Fontanari pela disponibilização dessa fonte cartorial.

40 A título de comparação, em 1949, a relação toneladas/quilômetro (T/Km) da EFVM era de 362.058.833 enquanto a de outras ferrovias era muito superior: Central do Brasil: 1.528.266.000; Sorocabana: 1.366.277.076; Paraná-Santa Catarina: 709.810.222; Cia. Paulista: 657.837.314. Neste ano a EFVM possuía a sétima maior relação T/km entre as estradas de ferro brasileira, já em 1952 passou a ocupar a terceira posição, sendo, desde os anos sessenta, a maior ferrovia de transporte de cargas do país, já no contexto dos embarques de minério de ferro (ARARIPE, 1954, p.76).

41 “A Companhia não pôde até hoje distribuir dividendo algum, sob qualquer forma, aos seus acionistas e não teve ainda no seu tráfego saldo, pois o regime é deficitário”. Cf: Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1932, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 1933. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1933.

37 Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1932, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 1933. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1933.

38 Ver o texto de Rosenberg (1999).

Balanco Geral da EFVM em 31 de dezembro de 1932 (mil réis - valores nominais)			
Ativo		Passivo	
Concessão, Direitos e Privilégios	14.120.000,00	Capital (80.000 ações de 500 Francos)	14.120.000,00
Linha de Tráfego	46.593.826,382	Empréstimos Externos	32.689.035,500
Construção Linha Itabira	411.059,073	Obrigações Sorteadas a Pagar	405.244,000
Prédio da Sede Social	453.895,970	Caução dos Diretores	70.600,000
Imóveis	11.121.444,410	Juros das Obrigações	4.225.871,462
Móveis e Utensílios	114.930,230	Juros Garantidos	1.720.359,748
Títulos e valores em Carteira	290.158,960	Diferenças de Câmbio	15.880.478,557
Títulos em Caução	70.600,000	Impostos Estado de Minas Gerais	2.203.962,492
Obrigações Amortizadas	324.230,500	Imposto de Transporte	14.910,492
Serviço Juros das Obrigações	1.623.609,261	Taxa de Viação	10.389,774
Governo Brasileiro c/ Juros Vencidos	1.720.359,748	Renda da Linha	84.828.477,267
Fiscalização Federal	747.000,000	Renda Especial - Adicional 10%	835.362,752
Depositado em Diversos Bancos	6.781.099,992	Fundo de Depreciação	6.478.989,770
Caixas - Rio e Vitória	593.731,285	Idem de Amortização	8.000.000,000
Heins & Cia - Paris	1.548,858	Serviço da Construção a Pagar	250.000,000
Lazard Brothers & Co - Londres	190,695	Credores Diversos	999.932,400
Banques Française et Italienne - Paris	4.750,324	Diversas Contas Credoras	1.090.763,559
Custeio do Tráfego	91.196.576,178		
Almoxarifado	2.062.233,453		
Idem de Conta Própria	820.192,270		
Construções - Estações Diversas*	1.644.113,231		
Telégrafo Nacional	2.543,816		
Levantamento do cadastro	215.963,395		
Banco do Brasil - c Especial 10%	763.072,852		
Seguros	12.894,900		
Lucros e Perdas	660.127,119		
Diversas Contas devedoras	1.474.424,871		
	173.824.577,773		173.824.377,773

Tabela 3 – Balanço Geral da EFVM em 31 de dezembro de 1932. Fonte: Relatório da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas relativo anno de 1932, apresentado em Assembléa Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 1933. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1933.

“mico”. Das oitenta mil ações de 500 francos cada, 42 mil pertenciam à *Itabira Iron Ore Co.*, que apostava todas as suas fichas no transporte de minério de ferro de Itabira como forma de viabilizar a exploração das minas e consequentemente valorizar suas ações da companhia, o que nunca ocorrera. Evidenciado estes aspectos, destaca-se então a estratégia da diretoria da empresa de penalizar acionistas e debenturistas

num contexto de regime deficitário, como também pode ser verificado na tabela acima.

Chama a atenção, neste que é o último Balanço Geral registrado pela EFVM dentro da periodização proposta, a relação sempre deficitária entre a renda da linha e o custeio do tráfego, o que deriva de um modelo de negócios baseado no insuficiente transporte de café e demais gêneros, como veremos a

seguir. É notório também o crescimento do passivo circulante da companhia, composto, além da renda da linha, por obrigações a pagar, juros, diferenças cambiais (quase 10% do passivo global), impostos e diversas contas credoras. Tais rubricas correspondem a 64% do passivo global da EFVM para este ano, revelando a necessidade sempre crescente de financiamento de terceiros. Além disso, a soma do passivo circulante supera em muito a dos ativos permanentes (patrimônio, almoxarifado e aplicações), indicando que as contrapartidas desses endividamentos não redundavam em investimento na linha de mesma magnitude, mesmo com o atraso dos pagamentos a debenturistas e acionistas da companhia.

Estações e produtos

Dentro do modelo de negócio possível à EFVM, as “mercadorias tradicionais”, como vimos, desempenhavam um papel muito importante, embora insuficientes para a geração de saldos operacionais. Agora, apresentaremos a distribuição dessas mercadorias a

partir dos embarques realizados nas estações dessa estrada de ferro, centrando-nos na década de 1930, único período no qual, detalhadamente, os embarques foram registrados por estação. Chama a atenção novamente, assim como em 1909, a importância da estação Pedro Nolasco (outrora Argolas e São Carlos), na qual, em 1934, foi registrada uma renda de quase dois mil contos de réis. Também importantes, num segundo nível, eram as estações de Aimorés-MG, Figueira-MG e Colatina-ES, onde o destaque principal era o embarque de café. Em Aimorés situava-se um armazém regulador do Instituto Mineiro do Café, concentrando-se ali boa parte da produção cafeeira da porção mineira da EFVM. Operavam naquele município firmas exportadoras como a Calhau & Irmão, Oliveira Santos & Cia., Mussi Chimelli & Cia, Cruz & Lobo, além de exportadores “individuais” como Austeciano Tavares e Thiago F. Assis⁴². Abaixo podemos observar o movimento das rendas das estações entre 1934 e 1938:

42 Relatório PARA O ANNO DE 1936 DA Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Vitória: Mimeo, 1936.

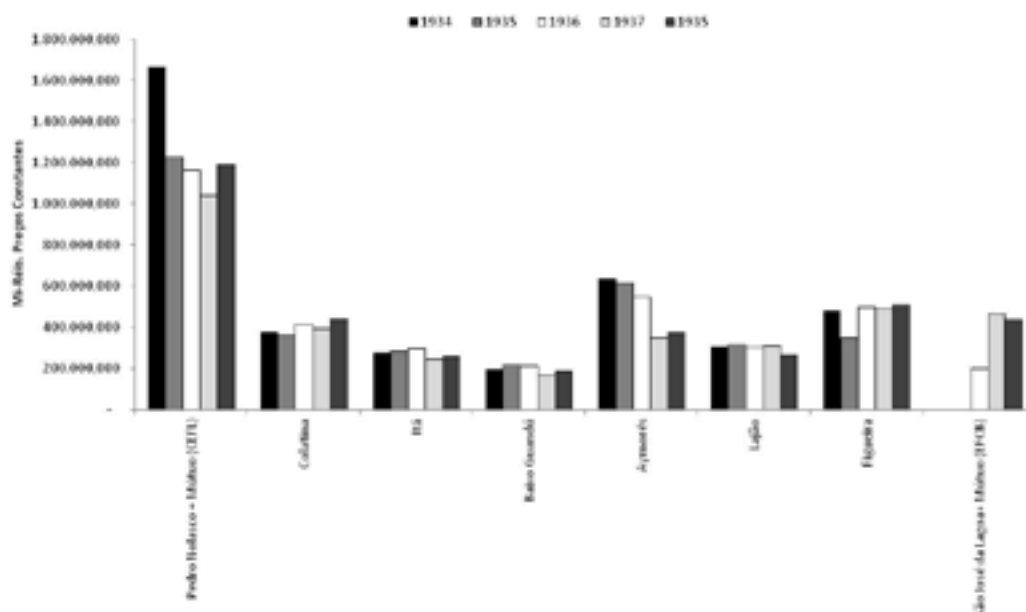


Gráfico 05 – Renda das Estações (selecionadas). Mil-réis – Preços Constantes. EFVM 1934-1938. Fonte: Adaptado de Relatório PARA O ANNO DE 1936 DA Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Diversos Anos. Preços Constantes estabelecidos a partir do Índice de Preços presente em Villela & Suzigan (2001, p. 433).

Na estação de Baixo Guandú, situada na divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais, é bem provável a existência de algum armazém vinculado ao Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo, mas não pudemos comprovar tal assertiva⁴³. A mesma lógica se repete em Colatina, tendo-se como maiores exportadores de café os irmãos Pagani, Primo Pretti, além de outros exportadores que atuavam nas estações vizinhas de Itá (Itapina), João Neiva, Accioly e Baulilha: novamente a Calhau, Irmão & Cia, Lourenço Tamanini, Dionísio Castiglioni, J. Reisen & Cia, Duarte Quedavez, Ricardo Bucher, Irmãos Campestrani, Gervásio Vitali e Benjamin Zacher. Na estação de Figueira (atual Gov. Valadares), em 1938, os embarques de café eram mais modestos, cerca de 50% dos embarques realizados em Colatina, a maior estação cafeeira da EFVM, mas, em contrapartida, o movimento de pessoas, de madeiras, materiais diversos e cereais eram significativos, de modo que a renda dessa estação era superior à daquela nesse ano⁴⁴. De certa forma, essa estação, a partir da estrada de rodagem que a ligava a Teófilo Otoni, abraçava parcela do comércio regional marcado pela diversificação, rivalizando com a E.F. Bahia a Minas.

Nas estações de Lajão (Conselheiro Pena) e Resplendor também se verifica considerável renda, em função da emergência de seus respectivos polos urbanos como também do embarque de café e madeiras. As estações de Pedra Corrida, Nack, Cachoeira Escura e São José da Lagoa registravam rendas medianas no conjunto, o que se pode atribuir às maiores distâncias em relação à Estação Pedro Nolasco e aos embarques de ponta de linha, sobretudo de madeira, além do transporte de pessoas para regiões não servidas por ferrovias. Nas restantes, as rendas

eram muito baixas quando comparadas ao conjunto, salientando que se tratava de povoações, vilas e pequenas cidades inexpressivas do ponto de vista populacional. As receitas advindas do tráfego mútuo, seja via Leopoldina Railway em Pedro Nolasco, ou pela Estrada de Ferro Central do Brasil, em São José da Lagoa, registravam resultados muito inferiores aos esperados pela diretoria da EFVM na época em que almejava tal integração. Salta aos olhos o fato de que, considerando os preços constantes, as rendas das estações paulatinamente foram se reduzindo na década de 1930 (exceção a 1938), denotando o esgotamento e o potencial de crescimento dinâmico das atividades econômicas da região à época.

Em termos de toneladas embarcadas nas estações da EFVM, segue o gráfico número 06 (página ao lado), a partir do qual podemos verificar as toneladas transportadas:

Verifica-se aqui o mesmo raciocínio anteriormente descrito. Embora a madeira, em termos de tonelage, se destaque, seus fretes eram muito inferiores aos do café. O milho também alcança algum destaque em 1937 e 1938, contudo, os fretes para os cereais eram igualmente baixos: considerando-se o ano de 1943 (já em cruzeiros) dividindo-se o valor pela quantidade transportada (em toneladas), chega-se ao número de 37,33 para os cereais e de 36,0 para a madeira, enquanto, usando-se o mesmo procedimento para o café, temos 105,4, o que indica que o frete do café era quase três vezes superior ao frete dos cereais, considerando-se apenas o peso⁴⁵, evidentemente. É claro que ao considerar a rentabilidade dos fretes, além de levar em conta o peso das mercadorias, temos que considerar também a quilometragem que as mercadorias percorriam sobre os trilhos, cabendo salientar, nesse ponto que as estações que mais embarcavam café, considerando-se o ano de 1938, eram as de Colatina, Itá, João

43 Havia armazéns reguladores do Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo em Muqui, ao sul do Espírito Santo, e na capital Vitória, além de um armazém para o café capixaba exportado para o Rio de Janeiro. De certo, essa estrutura construída antes da crise, continuou a ser usada para a retenção dos estoques (FALEIROS & NUNES, 2013).

44 Relatório PARA O ANNO DE 1938 DA Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas. Vitória: Mimeo, 1938

45 RELATÓRIO REFERENTE ÀS ATIVIDADES DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS DURANTE O ANO DE 1947. Vitória: Companhia Vale do Rio Doce S/A (mimeo), 1947. Cabe considerar que a madeira era transportada por distâncias maiores, impactando negativamente na receita operacional.

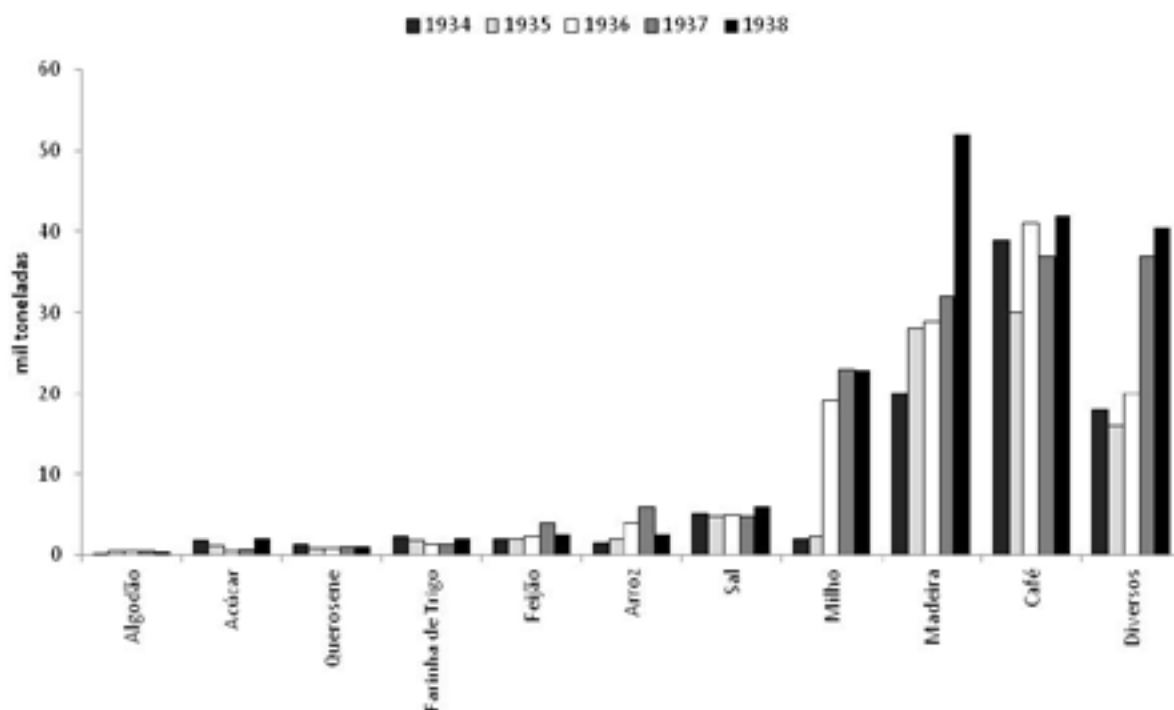


Gráfico 06 – Toneladas Transportadas. EFVM. 1934 a 1938. Adaptado de Relatório PARA O ANNO DE 1936 DA Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Diversos Anos

Neiva e Aimorés-MG, todas relativamente próximas à Estação Pedro Nolasco, o destino de chegada e exportação⁴⁶. Nota-se também o crescimento, em termos de peso, dos chamados “diversos”, que podem indicar uma intensificação do processo de urbanização em algumas cidades da região, notadamente em Figueira (Governador Valadares), contudo, tal aumento não fora suficiente para reverter o regime deficitário da Companhia.

Considerações Finais

Conforme pontuado inicialmente, buscamos resgatar a estratégia capixaba na busca de maior autonomia econômica, o que passou diretamente pela

definição de caminhos ferroviários que abastecessem Vitória e a arrecadação tributária, com exclusiva ênfase sobre a EFVM. Buscamos reconstituir, a partir da documentação pesquisada, a história e o desenvolvimento da Estrada de Ferro Vitória a Minas entre 1902 e 1942, no âmbito desta estratégia. Inicialmente pensada tendo Diamantina-MG como ponto final, já em 1909 o traçado sofre significativa alteração, mirando as minas de Itabira. Naquele momento, a EFVM funde-se ao projeto do *Brazilian Hematite Syndicate* e posteriormente ao da *Itabira Iron Ore Co.*, que assumem o controle acionário da estrada de ferro, respectivamente, em 1909 e 1911. Cabe salientar que a existência de minério de ferro no *hinterland* mineiro já era sobejamente conhecida desde 1881, o que reforça a hipótese de que a aquisição do controle acionário por parte da *Itabira Iron* influenciou decisivamente na fundamental mudança de traçado promovida em 1909. Resta claro que a partir daquele

⁴⁶ Os fretes eram calculados em toneladas por quilômetro percorrido. A cidade de Aimorés dista 200 km de Vitória.

momento, o que estava em questão era a construção de um corredor de exportação de minério de ferro por Vitória ou Santa Cruz-Es. Este projeto chocava-se diretamente com os sucessivos governos federais e estaduais (Minas Gerais) do período, que visavam o estabelecimento da siderurgia nacional, e não apenas à exportação da commodity. Estava posto assim o problema siderúrgico nacional, no qual a EFVM esteve imiscuída desde os seus primeiros anos de fundação e que se resolverá apenas na década de 1940 com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ em 1942, o estabelecimento da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A em 1940 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, que encampa a EFVM. Os trilhos dessa estrada de ferro, então, avançaram os quarenta quilômetros restantes e chegaram a Itabira em 1943.

O perfil até aqui descrito vai ao encontro de uma noção que desenvolvemos em outra reflexão (TOSI & FALEIROS, 2011) na qual apontamos que sobre uma estrutura produtiva altamente diversificada – o que chamamos de especialização relativa ao nível da produção – ergue-se uma especialização absoluta ao nível dos transportes, que pode ser verificada na relação entre os diferentes fretes da EFVM e na sua dependência para com o café no período em tela, embora sucessivos déficits tenham sido registrados. Este desiderato, no caso da estrada de ferro analisada, se impôs às avessas, uma vez que não fora este o modelo de negócio planejado pelos acionistas, mas imposto pela situação de indefinição em relação ao transporte de minério de ferro que se estendeu por quarenta anos. Na verdade, os acionistas da EFVM sempre almejaram as minas de Itabira e a definição de um modelo de negócio calcado na especialização absoluta também ao nível da produção, o que equivale ao transporte de uma gama restrita de mercadorias. Assim, a natureza deficitária tanto operacional quanto financeira pode ser traduzida pelo impasse existente entre o que foi planejado pelos acionistas da EFVM e aquilo que efetivamente colocaram em prática até 1942,

uma ferrovia, em alguma medida, cata café⁴⁷... madeira, milho, gente.

Se por um lado a empresa não realizou os seus objetivos calcados na especialização absoluta ao nível da produção, mantendo para o período em tela as características aqui destacadas, não podemos deixar de ressaltar que, como meio de transporte, a ferrovia cumpriu importante papel para o desenvolvimento capitalista na região em que atuara e ainda atua, viabilizando a produção agrícola, em especial a cafeeira e a extração de madeira na região norte/noroeste do estado, cumprindo função importante na busca de maior autonomia da economia capixaba no período em tela, nos termos colocados na introdução deste artigo.

Fontes Documentais:

- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Relatórios. Diversos anos (1893- 1937). Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu>
- DECRETOS PRESIDENCIAIS. DIVERSOS ANOS (1890-1942). DISPONÍVEIS EM: [HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR](http://WWW2.CAMARA.LEG.BR)
- RELATÓRIOS DA DIRECTORIA DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO VICTORIA A MINAS DIVERSOS ANOS (1903-1947). CENTRO DE MEMÓRIA. MUSEU DA VALE, VITÓRIA-ES.

Bibliografia:

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 1948.
- ARARIPE, Delecarliense Alencar. *História da Estrada de Ferro Vitória a Minas: 1904-1954*. Rio de Janeiro, 1954.
- BARROS, Gustavo de. *O problema siderúrgico nacional na Primeira República*. São Paulo: FEA/USP, 2011. Tese de doutoramento.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. A Diplomacia do dólar forte: moeda e império (1898-1914). In: *Boletim CERI* n. 04. Campinas: IE-UNICAMP, 2005.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. A política dos EUA para a América Latina: da diplomacia do dólar à boa vizinhança (1898-1933). *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 204, abr. 2012.
- CAMELO FILHO, José Vieira. *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro*. Campinas: 2000. Tese de doutoramento

47 Alusão ao termo cunhado por Odilon Nogueira de Matos, e consagrado na historiografia ferroviária brasileira. (MATOS, 1974).

DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da agricultura, 1979.

DUNCAN, Julian Smith. *Public and Private operation of Railways in Brasil*. Columbia: Univ. Press, 1932.

ELEUTÉRIO, Arysbur Batista. *Estrada de Ferro Bahia e Minas*. A Ferrovia do Adeus. 1996

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A navegação do Rio Doce. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 03, n.05, 2007. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5_art3.pdf

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: EDUSC:FAPESP, 2010.

FALEIROS, Rogério Naques. VARGAS, Neide César. *A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extra-territorialidade na periferia agroexportadora*. In: DALLA COSTA, Armando; GELINSKI JÚNIOR, Eduardo; CAVALIERI, Marco Antônio Ribas (orgs.). *História econômica do Brasil República*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

FALEIROS, Rogério Naques. NUNES, Ivanil. *A partir da Defesa Permanente: o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo entre 1927 e 1930*. In: Anais do 41º Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Foz do Iguaçu-PR 2013. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_l/i3-eb700feed1ee881abfe-688a84513b4ad.pdf Acesso em 20/03/2014.

FRITSCH, Winston. 1924. Rio de Janeiro, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 10 (3), dez. 1980, p. 713-74.

GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: Transição de Poder no Entreguerras. *Contexto Internacional*, v. 24, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a01.pdf> Acesso em 15/01/2015.

GUNN, Philip. *A São Paulo Railway – as formas de concessão e encampação*. Águas de São Pedro/SP: Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR, vol. 3, 1989. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1441/1418>. Acesso em 14/01/2015.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Itabira Iron and the Export of Brazil's Iron Ore. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 24, n. 4, 1970, p. 157-74.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-ômega, 1974.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Os anos de chumbo*. Economia e política internacional no entreguerras. Campinas: FACAMP/UNESP, 2009.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo*. Vitória: UFES, 2008. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. *Pequena contribuição à história da Estrada de Ferro Vitória a Minas*. Vitória, 1986.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos. A E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX*. Bauru: Edusc, 2004.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Uma ferrovia em questão: a*

Vitória a Minas 1890-1940. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.

ROSENBERG, E. *Financial missionaries to the world: the politics and culture of dollar diplomacy, 1900-1930*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999

SAES, Flávio. *As ferrovias de São Paulo*: Paulista Mogiana e Sorocabana (1970-1940). São Paulo: Hucitec, 1981.

SAES, Alexandre M; FONTANARI, R; Oliveira, Paulo R. *Transporte ferroviário e economia regional em São Paulo: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana E.F. (1900-1920)*. Braga: Universidade do Minho, 2013. 33º Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Disponível em: <http://www3.eeg.uminho.pt/aphes33/Comunica%E7%F5es/FontanariSaesOliveira.pdf>. Acesso em 15/01/2015.

SILVA, Marta Zorzal e. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória, EDUFES, 2004.

TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*. São Paulo: HUCITEC; Campinas, SP: FUNCAMP, 1981.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. Nas fronteiras do capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. Juiz de Fora-MG, *Locus: Revista de História*, v. 06, n.02, 2000.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. Domínios do Café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). Campinas, *Revista Economia e Sociedade*, 20, n. 01, (41), abril 2011.

VILLELA, Aníbal V., SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. 3ª Edição. Brasília: IPEA, 2001.

WANICK, Flávio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar*. Um presidente atropelado pela história. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2008.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

Mapa EFVM: Mapa 1 – Estrada de Ferro Vitória a Minas. Elaboração própria a partir dos Relatórios da EFVM

Fonte: Elaboração do Autor



Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 04/12/2018

ARTIGO

A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO¹: A CONCRETIZAÇÃO DA HEGEMONIA² DAS ELITES CAFEIRAS?

Jefferson Ferreira Alvarenga

Mestre em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História Política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006).

1 Segundo Nicos Poulantzas, no estudo do Estado capitalista, deve-se levar em consideração a sua formação social, ou seja, devem-se levar em consideração as transformações históricas, os lugares das lutas de classe e os estágios e fases do capitalismo que atingiram determinado Estado capitalista. [...] As formações sociais são o lugar real de existência e de reprodução, portanto, do Estado em suas formas diversas, as quais não podem ser deduzidas do modelo capitalista de Estado que designa um objeto abstrato formal [...]. [...] Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo (POULANTZAS, 1981, p.29-30).

2 Segundo Gramsci a hegemonia é uma ação que não se trata apenas de conquistar o poder, de apoderar-se do Estado, de administrá-lo téc-

nica e pragmaticamente melhor que a burguesia, mas de romper com a concepção de poder e de Estado capitalista, de superar a visão política como esfera separada, estranha, acima do sujeito e das relações sociais. Para Gramsci, ao contrário, no processo de construção da hegemonia trata-se de alcançar uma profunda transformação pessoal e social que gere a autodeterminação, a socialização do político e opere a passagem para uma sociedade substantivamente democrática, cujo "significado mais realístico e concreto deve ser deduzido do conceito de hegemonia" (SEMERARO, Giovanni. O marxismo de Gramsci. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*, 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000).

Resumo

Este artigo visa entender a formação social do Espírito Santo, a partir de uma análise sociológica e historiográfica dos fatos que levaram à hegemonia das elites ligadas ao setor do café. Por isso, é necessário que se entenda que em cada país ou localidade há matrizes específicas, resultado de uma trajetória particular, de uma formação social diferente e de tradições políticas próprias. No caso do Espírito Santo, com a emergência da economia do café, a partir de 1850, houve a possibilidade do florescimento das elites ligadas à produção e exportação daquele produto. Essa hegemonia persistiu até a década de 1950, quando a cafeicultura entrou em crise em âmbito mundial e consequentemente afetou a hegemonia das elites locais.

Palavras-chaves: História, Espírito Santo, Hegemonia, Formação social.

Abstract

This article aims to understand the social formation of Espírito Santo, based on a sociological and historiographic analysis of the facts that led to the hegemony of the elites linked to the coffee sector. Therefore, it is necessary to understand that in each country or locality there are specific matrices, which are the result of a trajectory, of a different social formation and of its own political traditions. In the case of Espírito Santo, with the emergence of the coffee economy, since 1850, there was the possibility of flourishing of elites linked to the production and export of that product. This hegemony persisted until the 1950s, when coffee cultivation entered crisis worldwide and consequently affected the hegemony of local elites.

Keywords: History, Espírito Santo, Hegemony, Social formation.

1- A República e o Espírito Santo

O fim da República das Espadas criou bases para que as oligarquias cafeeiras disputassem, em nível federal, a administração do Estado. Para isso, as principais oligarquias estaduais empreenderam um pacto de governança do Brasil. Esse pacto seria entrelaçado pelas instâncias municipais, estaduais e federais. O efeito da consolidação desses interesses será a *Política dos Governadores*, as eleições a *bico-de-pena* e o *coronelismo*¹. As oligarquias começaram a sustentar seu

poder político através dessas formas compensatórias e de controle da sociedade. Victor Nunes Leal (1997) afirma que a supremacia das oligarquias estaduais dependia do apoio dos coronéis, que sustentavam seu poder mediante o *coronelismo*. Esse fenômeno político tornou-se tão logo a base de apoio e controle das elites políticas, bem como um sistema eficaz no meio eleitoral.

Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, esse chefe estabelecia o seu controle no meio rural, onde se concentrava a maior parte do eleitorado. As oligarquias hegemônicas, em âmbito federal, tendiam a se solidarizar com as oligarquias hegemônicas estaduais, a fim de obter os votos do interior dos estados. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado ou

¹ Conforme Victor Nunes Leal, o coronelismo pode ser definido: [...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o "coronelismo" é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compre-

der o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40).

um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

De acordo com Raymundo Faoro (1997), o coronelismo é um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial, que aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela, com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins particulares, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo² e deste, o mandonismo³, o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

De acordo com Faoro (1997), a política dos governadores compreendia um sistema de relações entre o governo federal e o governo estadual. Nesse sistema, o governo federal entregava cada um dos estados a uma facção política. Mediante o coronelismo, tanto o governo federal quanto o estadual mantinham-se na direção administrativa do Estado. Quando o poder da oligarquia estadual encontrava-se em decadência, o governo federal intervinha na política estadual objetivando manter o controle da oligarquia hegemônica (FAORO, 1997, p. 564).

No Espírito Santo, a política local não esteve apartada do modelo político brasileiro existente na Primeira República. Nas regiões norte e sul predominaram as formas clássicas do coronelismo, isto é, um

padrão de fraudes, violência e de relações pessoais; enquanto na região central predominou o poder político dos vendeiros (os donos das vendas localizadas na região de imigração estrangeira), que era semelhante ao poder político do coronel⁴.

Como testemunha, que participou do processo político da Primeira República, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg⁵ explica como era o coronelismo no Espírito Santo. Sobre a eleição de bico-de-pena há o seguinte comentário: “[...] Não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto, porque a mesa era toda do governo. A própria mesa apurava [...]” (LINDENBERG, 1989, p. 28-29). Acerca do coronelismo no Espírito Santo há outro depoimento esclarecedor:

Mas eu já estava envolvido na vida política desde 9 ou 10 anos. Na época de fazer inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração, que dizia: constituo meu procurador o coronel Antônio de Souza Monteiro, para fim de me alistar como eleitor e assinava. Fazíamos isso com a letra de meninos de 9 ou 10 anos, justamente porque a letra ruim, confundia-se com letras dos colonos que, geralmente, não era boa [sic]. Assim [sic] esse processo passou a chamar-se Constitui [sic], uma procuração que a gente fazia ao Coronel Antônio Souza Monteiro, meu tio, para o alistamento de eleitores. A eleição, também, naquela época, era a bico de pena [sic]. O voto secreto veio mais tarde, após 1930. Por isso, naquela época, somente ganhavam candidatos do governo, porque as eleições eram feitas nas vés-

2 Para Leal, o filhotismo são favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do Coronel, ou aos seus eleitores (Ibid., p. 60).

3 Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p. 61).

4 Consoante Nara Saletto: “o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre os fregueses, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, “municípios inteiros”, como denunciava um contemporâneo. A dependência econômica era reforçada pela influência social e política; o vendeiro era conselheiro, protetor, padrinho e, muitas vezes, “coronel”. Era esta [sic] a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar” (SALETO, Nara. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930). Vitória: EDUFES, 1996, p. 42).

5 Carlos Fernando Monteiro Lindenberg é descendente da família mais influente da Primeira República e tornou-se uma liderança política importante do estado do Espírito Santo.

peras ou nas antevésperas. E nós fazíamos as procissões para meu tio alistar pessoas (SILVA, 1986, p. 84).

O depoimento abaixo elucida como eram feitas as eleições no interior, já que o depoente foi candidato a prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, onde havia o confronto entre os irmãos Monteiro. Lindenberg era candidato da oposição, ligado a Jerônimo Monteiro, enfrentando o candidato da situação, ligado a Bernardino Monteiro, Seabra Muniz:

Nas vésperas da eleição, na fazenda Monte Líbano – eu tomava conta da fazenda nessa época – chega o tabelião de Pindoba, município de Castelo. Eu me espantei e perguntei: “Seu Augustinho”, o senhor por aqui hoje? E as eleições? Ele respondeu: “Já está aí na garupa da mula”. Na véspera da eleição [sic] ele já vinha com o resultado preso na garupa da mula. Ele vinha pegar pousada lá em casa. Então [sic] eu perguntei: “Quantos votos eu tive?”. Ele disse: “Só uns cinco ou seis” (LINDENBERG, 1989, p. 28).

Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), a disputa pelo controle administrativo do Estado, durante o período republicano, esteve polarizada entre duas elites: a dos grandes proprietários rurais e a mercantil. Ainda, de acordo com Zorzal e Silva, no seio das elites produtoras e exportadoras de café vigorou o poder de uma família, os Souza Monteiro.

Apesar da existência de outros governantes⁶, a atuação de três dirigentes estaduais merece destaque, a saber: José de Melo Carvalho Muniz Freire, Jerônimo de Souza Monteiro e Florentino Avidos.

O primeiro governo de José de Melo Carvalho

Muniz Freire (1892-1896) foi caracterizado como uma fase de arrojadas realizações no estado do Espírito Santo. Os pontos centrais de seu programa eram a construção de linhas férreas e o povoamento do solo por meio da imigração europeia. Para isso, ele procurou atrair o capital estrangeiro a fim de construir a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Além disso, Muniz Freire dedicou-se a resolver o problema das condições higiênicas da cidade de Vitória, que ainda permanecia com aspectos coloniais. Essa inovação do presidente estadual permitiu à cidade de Vitória tornar-se pólo dinamizador da exportação cafeeira. Aos poucos, a cidade de Vitória concentrou toda a exportação de café do estado, principalmente por conta de um processo de modernização da cidade, sobretudo no que se refere à infraestrutura. O raciocínio daquele governante sugere que, para Vitória constituir-se como centro exportador do café capixaba, era preciso criar as condições de surgimento e reprodução de capital mercantil-exportador local, o que seria suficiente para o desenvolvimento econômico (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 13).

Paralelamente, a criação de infraestrutura na cidade, Muniz Freire implementou o projeto *Novo Arrabalde*. Esse projeto foi idealizado pelo engenheiro Saturnino de Brito que objetivava a construção de um novo arrabalde, ou seja, um novo bairro na cidade de Vitória, embelezado e urbanizado nos padrões europeus. Esse novo bairro compreendia o que seria hoje as áreas: Barro Vermelho, Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, parte de Suá e Jucutuquara⁷.

No quadriênio de 1908-1912, a administração do Estado do Espírito Santo foi presidida por Jerônimo de Souza Monteiro e durante o seu governo houve a abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhorias dos rebanhos bovinos, desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo. Iniciou-se nesse período, na política do estado do Espírito Santo, o predomínio da família Souza Monteiro.

6 Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1889); José Horácio Costa (Substituto) (1890); Constante Gomes Sodré (1890); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1890); Antônio Gomes Aguirre (1891); Cel. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (1891); Antônio Gomes Aguirre (1891); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896); Graciano dos Santos Neves (1896-1897); Constante Gomes Sodré (1897-1898); José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1898-1900); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1900-1904); Argeu Hortêncio Monjardim (1904); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1904-1908); Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912); Marcondes Alves de Souza (1912-1916); Bernardinho de Souza Monteiro (1916-1920); Nestor Gomes (1920-1924); Florentino Avidos (1924-1928); Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) (OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 546).

7 CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. O novo arrabalde. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 27.

De certa maneira, no decorrer do governo de Jerônimo Monteiro, Vitória se modernizou, ganhando serviços de água, esgoto, luz e bondes elétricos. Também foram feitas novas ruas, surgiu a Vila do Moscoso e, por conseguinte, o Parque. Também foram implantadas a Usina Paineiras, a Fábrica de tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, a Fábrica de Cimento, a Serraria Industrial, a Usina Hidrelétrica de Fruteiras, a Fábrica de Óleo, e a Fábrica de Papel. Porém, esses empreendimentos não foram suficientes para o surgimento do capitalismo industrial.

Florentino Avidos (1924-1928), sucessor de Nestor Gomes, estabeleceu uma política de abertura de estradas pela região do estado do Espírito Santo, o que se constituiu em importantes ligações da capital com o interior, por meio de pontes, estradas (de rodagem e férreas); promoveu a construção de edifícios públicos, executou saneamento básico (água e esgoto), serviço de telefonia e eletricidade (HEES; FRANCO, 2003, p. 63).

Devemos ressaltar que a Proclamação da República conferiu maior autonomia ao aparelho administrativo do Estado do Espírito Santo. Assim, foi possível buscar empréstimos no exterior e adotar uma política para a atividade econômica. Por causa disso, foram construídas estradas de ferro; constituídas indústrias; formaram-se bancos e finalmente implantou-se uma infraestrutura urbana. No setor ferroviário, foram construídos 330 km de estradas, isto é, cinco trechos ferroviários foram feitos e, a partir da existência deles, o Espírito Santo ficou ligado a Minas Gerais por duas vias férreas e ao Rio de Janeiro por uma. Todas elas dando acesso ao porto de Vitória. Desse modo, as regiões produtoras ficaram atendidas por vias férreas e ligadas ao porto de Vitória. São elas: Estrada de Ferro Caravelas (ligava Cachoeiro-Alegre); Estrada de Ferro Santo Eduardo a Cachoeiro; Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (Vitória-Matilde); Estrada de Ferro Vitória-Minas; Estrada de Ferro Alegre e Esperança Feliz. Vale lembrar que as construções das ferrovias tiveram a participação do capital do Estado, aliado ao capital estrangeiro e não

dos capitais privados locais; o mesmo aconteceu com a formação dos bancos e o surto de industrialização ocorrido na Primeira República.

No período republicano, a economia do Espírito Santo dependia quase que exclusivamente do café. Em termos gerais, o café encontrou no sudeste do país um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, seja no clima, seja no solo e terras. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e, com menor produção, no Espírito Santo, localizou-se a riqueza cafeeira do Brasil.

Segundo José Teixeira de Oliveira (2008), o café foi introduzido no Espírito Santo no início do século XIX. Por volta de 1811, na cidade de Vitória, se negociavam produtos da terra: açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão – tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como que esquecida (OLIVEIRA, 2008, p. 272).

Consoante Haroldo Corrêa Rocha, Maria da Penha Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986) desenvolveram-se, a partir de 1850, três regiões socioeconômicas baseadas na estrutura cafeeira: Sul, Norte e Central.

A região sul foi a principal produtora e exportadora de café. Situada próxima ao Vale do Paraíba, era natural que o café se expandisse primeiro por essa região, pois nela ainda havia terras devolutas e virgens para possíveis plantios de produtos agrícolas. O café produzido na região era exportado pelo porto do Rio de Janeiro, porque as vias de escoamento do produto entre as duas regiões estavam em melhores condições de uso. Não apenas: a proximidade com o Vale do Paraíba possibilitou que os fazendeiros fluminenses migrassem para a província do Espírito Santo. A partir da expansão do plantio de café, a região sul começou a ser ocupada pelo processo de transmigração de fluminenses e mineiros.

De acordo com Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983), na região sul do Espírito Santo desenvolveu-se uma economia de modo de produção escravista, organizada na forma de grandes propriedades monocultoras, voltada para o mercado externo. Apesar da existência do porto de Itape-

mirim, havia ainda problemas, como, por exemplo, a inexistência de infraestrutura adequada (ferrovias, estradas, armazéns, portos, etc.). Para os estudiosos supracitados, foi isso que impossibilitou a acumulação de capital e, por consequência, o desenvolvimento capitalista. Na realidade, a praça comercial do Rio de Janeiro exportava o café produzido no sul do Espírito Santo e o resultado disso foi a apropriação, pelo grande capital mercantil fluminense, de parte do excedente gerado no Espírito Santo.

A situação de dependência do sul do Espírito Santo em relação ao Rio de Janeiro manter-se-ia até a primeira metade do século XX, quando foi construída a primeira estrada de ferro ligando a região sul a Vitória (Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo). O trecho de Vitória a Matilde, com 85 km, foi construído, na década de 1890, pelo governo estadual, sendo vendido no início do século XX à Leopoldina Railway, que concluiu sua ligação com Cachoeiro de Itapemirim, em 1910. A partir desse empreendimento, foi intensificado o transporte que levava a produção da região sul em direção à capital⁸.

Em termos gerais, a formação social da região

sul implicou a hegemonia (socioeconômica e política) da elite dos grandes proprietários rurais⁹. Entre as razões que explicam tal hegemonia, podemos destacar que as empresas exportadoras de café ali localizadas não tinham sede na província do Espírito Santo, mas sim no Rio de Janeiro. Logo, pela pouca presença de elites comerciantes de café, houve uma hegemonia das elites que produziam o produto. Após a abolição da escravidão, o quadro hegemônico não se modificou, apesar de alguns fazendeiros terem dividido as terras com imigrantes europeus.

Embora aquela elite fosse hegemônica, apenas na região sul da província ainda havia a presença dela; em menor quantidade, na região central e na região norte. Ademais, existiam no interior da elite dos grandes proprietários rurais, interesses múltiplos e uma segmentação de frações. Porém, essa elite funcionava como um grupo coeso em relação aos seus interesses mais gerais. Todo e qualquer grande proprietário rural (fazendeiro produtor de café e açúcar, escravista ou não escravista, e o latifundiário) se interessava em defender a lavoura escravista, bem como a produção de café. Nesse grupo, destaca-se a fração de fazendeiros do café da região sul.

Mesmo com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, a região sul não conseguiu, tal como ocorrera em São Paulo, desenvolver uma estrutura de mercado capitalista. Isso porque havia pouca rentabilidade do café e poucos reinvestimentos feitos na lavoura, ainda mais que a mentalidade dos colonizadores da região sul não era a reprodução da capitalização da lavoura, diferentemente do que ocorria em São Paulo. Os poucos investimentos na lavoura da região sul podem ser explicados, também, pela seguinte razão: o capital cafeeiro destinava-se às casas comerciais do Rio de Janeiro.

Vale observar que as fazendas capixabas da região sul eram constituídas por latifúndios pouco significativos produtivamente. Logo, os grandes pro-

8 Marta Zorzal e Silva: resume o processo de configuração socioeconômica da região sul. Em linhas gerais, a região sul distingue-se por três fases, as quais definem os modos distintos de estruturação. [...] A primeira abrangeu o período de 1856 a 1872; caracterizou a primeira migração de fazendeiros mineiros e cariocas para o Espírito Santo e a formação de fazendas de grandes dimensões, superiores mesmo às encontradas nas demais regiões cafeeiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). A segunda, de 1872 a 1888, marcou o período de esgotamento das regiões cafeeiras pioneiras e um novo surto migratório para o Espírito Santo, nas mesmas bases anteriores. Coincidiu com o período da imigração estrangeira, ocasião em que alguns latifundiários dessa região resolveram fundar colônias, ao invés de investir na produção. Finalmente, a terceira, a partir de 1888, portanto, da Abolição da Escravidão, cujos efeitos, no Espírito Santo, foram a desagregação e fracionamento de muitas fazendas. Isso, em virtude da não existência de um esquema supridor de mão-de-obra, como existia em São Paulo, por exemplo, que desde o início da imigração havia instituído o sistema de colonato [sic] e, posteriormente, passou a adotar o assalariamento como forma de remuneração da mão-de-obra. Coincidiria, também, esse momento, com a segunda fase da imigração estrangeira que trouxe novos contingentes populacionais e fundaria colônias tanto na região central como na região sul, bem como ampliaria os contingentes das já existentes, principalmente a de Santa Leopoldina (SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p.54-55).

9 Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 11. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Agrofundiários.

prietários rurais eram muito mais senhores de terras do que propriamente grandes produtores de café, às vezes um fazendeiro possuía várias propriedades rurais. A mentalidade desses produtores do sul visava tornar a fazenda apenas uma fonte de “*status senhorial*”, o que produzia poder local e não riqueza capitalista, então o grande proprietário rural nada tinha a ver com o *lucro* propriamente dito, estava se afirmando historicamente como participante da aristocracia agrária. A vida desses indivíduos desenrolava-se em um ambiente modesto, não sendo grande a sua riqueza. Logo, os verdadeiros “*bens*” dos fazendeiros consistiam em terras e escravos¹⁰.

Os grandes proprietários rurais viviam no sistema escravista, afirmando seu *status* a partir da violência, da coação e de relações extra-econômicas. A lógica do próprio sistema escravista era tirar o máximo de excedente. No entanto, esse excedente não se transformava exatamente em lucro. Mesmo a venda do produto tropical, o excedente gerado pelo café, constituía-se numa forma de remuneração (em dinheiro, créditos, ou em outros valores, mas não na capitalização). Se esse excedente não se tornava investimento na expansão da lavoura, a economia só poderia se reproduzir lentamente, ao contrário do

que ocorria no complexo cafeeiro paulista, no qual os lucros do café se metamorfoseavam em investimentos na própria expansão da lavoura ou na indústria.

Com a abolição da escravidão e a introdução do imigrante no mundo rural, as relações sociais de produção estabelecidas entre os fazendeiros e os imigrantes também não propiciaram o desenvolvimento capitalista. Nas grandes propriedades rurais utilizava-se o sistema de parceria, na forma de *meia*. O parceiro trabalhava junto a toda família, assumindo uma parcela do cafezal correspondente à força de trabalho familiar. Ademais, ele dividia ao meio o café colhido, geralmente comercializado pelo fazendeiro, que lhe pagava um preço inferior ao do mercado (SALETTTO, 1996, p. 100).

Nesse tipo de relação, o parceiro é dono de sua força de trabalho, podendo romper o contrato com o fazendeiro de café. Contudo, há forte subordinação do imigrante ao fazendeiro, uma vez que o primeiro só pode vender o produto ao dono da propriedade. Tal relação não desenvolveu uma ordem social competitiva, já que o parceiro, subordinado ao fazendeiro, não tinha a liberdade de buscar melhores vantagens para vender o café. O fazendeiro, quando obtinha o produto, vendia-o a um comissário ou negociava diretamente com as casas exportadoras. No entanto, eram essas casas comerciais que detinham o conhecimento da cotação do produto no mercado internacional. Consequentemente, tais casas compravam o café abaixo do preço de mercado. Portanto, as relações de trabalho que se estabeleceram na região sul, não geravam lucros nem para o grande proprietário, nem para o parceiro. Em suma, a parceria era praticamente um tipo de trabalho compulsório e não um trabalho assalariado propriamente dito.

A região central do Espírito Santo, por outro lado, foi um centro populacional desde a colonização portuguesa. Entretanto, a densidade demográfica era pequena e, por isso, a população regional não era capaz de fornecer mão de obra para as fazendas cafeicultoras. Quando o café tornou-se o principal produto na pauta de exportações, foi necessária uma

10 Sobre esse aspecto, Vilma de Almada afirma: [...] O conforto a que se davam esses grandes fazendeiros, isolados no meio do sertão, restringia-se às “casas de vivenda assobradas”, a alguns objetos de luxo, como o piano de cauda – existentes nas fazendas do Centro e na Monte Líbano – mobílias de jacarandá, jóias [sic] e objetos de ouro e prata. Nem mesmo nessas bem equipadas fazendas, porém, as residências e pertences passavam de 6,4% e 9,4% do total dos bens, o que confirma as observações de Stanley, de que o número total de objetos de luxo, mesmo nas mais requintadas moradias, não era grande, e que a vida do fazendeiro evoluía num ambiente assaz modesto. Os animais de carga e tração, presentes em todas as fazendas pesquisadas, são indispensáveis numa época em que as estradas eram precárias ou inexistentes, atingiam excepcionalmente 8,6% do total na fazenda Primavera, pois nas demais essa porcentagem variava de 1,5 a 3,7%. Destas observações comprova-se no Espírito Santo que os verdadeiros bens dos fazendeiros consistiam em terras e escravos, conforme já fora observado a partir da análise dos testamentos dos proprietários de Vassouras. Em algumas fazendas, como Boa Esperança, Fim de Mundo, Centro e Duas Barras, a soma desses bens chegou a concentrar respectivamente 86,6%, 82,3%, 87,1% do total dessas propriedades (ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 94-96).

política de favorecimento à imigração estrangeira. Contudo, essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) e, em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e, mesmo, por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros¹¹.

Com o incentivo do governo estadual, os imigrantes foram assentados em pequenas propriedades que correspondiam a quase 98% das áreas legitimadas na região central. Apesar de o café ser o principal produto de exportação, também foram cultivados produtos de subsistência, como a mandioca e o feijão, além de haver a criação de animais. Portanto, a forma de produção que se instalou na região central é bem diferente daquela observada na região sul, pois ali predominava a pequena propriedade familiar com caráter de subsistência. Essa característica dificultou o aparecimento de um capitalismo, uma vez que as pequenas propriedades em expansão exigiam financiamento apenas para a subsistência familiar, logo o capital investido na produção era pequeno.

Os núcleos coloniais, por outro lado, tiveram um papel importante no aumento populacional e na produção de café. Porém, esses núcleos também contavam com o problema da inexistência de vias de

transporte. Logo, as colônias que mais se desenvolveram foram aquelas situadas às margens dos rios de melhor navegabilidade, como, por exemplo, a colônia de Santa Leopoldina, que estava à margem do Rio Santa Maria, navegável em seus 52 km até a capital (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 52).

A produção de café da região central polarizou-se no porto de Vitória. Todavia, na segunda metade do século XIX, predominava um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, registrando-se também a inexistência de infraestrutura em dois sentidos: um que dizia respeito às ferrovias, portos, armazéns, entre outras estruturas; e outro ligado ao comércio, bancos e comunicações. Para ser ter uma ideia da dificuldade do transporte, a produção de café ainda era transportada por muares. Isso causava um baixo nível de desenvolvimento da economia cafeeira no Espírito Santo.

Porém, ao longo de algumas décadas, a cidade de Vitória passaria a canalizar a exportação de café. Primeiro, por ter um porto natural que permitia o atracamento de navios de grande porte e, portanto, oferecendo melhores condições às empresas exportadoras. Segundo, pela forma de assentamento e de produção dos imigrantes realizada na região central. Essa forma de produção deu origem ao encadeamento da subordinação da produção cafeeira capixaba ao capital mercantil-exportador/importador¹².

11 Conforme Cavati, entre 1879 e 1914, a firma Duarte Beiriz foi responsável pelo estabelecimento de mais de seiscentas famílias de imigrantes europeus nas redondezas de Iconha, através de sistema de venda, a prazo, de lotes rurais. E, para o espanto do próprio autor, ele mesmo indaga: que interesse tinha uma entidade comercial com fins lucrativos em vender lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo à pergunta, Cavati nos dá a chave da questão quando afirma que "... o colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto". E, ainda mais, referindo-se à lucratividade da empresa, sentença irônica: "O certo é que a generosidade da firma não impediu que ela viesse a ser uma das mais ricas do Estado" (ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983, p. 57).

12 Cf. SALETTO, N. Op.cit., p.42-43, nota 6. A autora mostra como era esse circuito comercial: a comercialização do café nas pequenas propriedades seguia um sistema diferente. O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da "venda" que comprava o café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus "fregueses", que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na época da colheita. [...] Quando, ao contrário, tinha um saldo, este ficava geralmente "encostado" nas mãos do vendeiro, sem render juros. Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. [...] As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se aos comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou do Rio de Janeiro. Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apre-

Dessa maneira, a região central ampliou a produção de café, mas, diferentemente da região sul, o domínio da exportação de café foi feito por um grande número de casas comerciais, como relata Campos Júnior (1996):

Paralelamente ao que ocorre no sul, vai se ampliando a produção cafeeira da região central do Estado quando as terras das colônias começam a produzir. Dessa maneira, surge, espontaneamente, tanto na capital como na própria região produtora, um grande número de casas comerciais que irão gradativamente controlar o comércio de café da região produtiva de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83).

Toda a produção cafeeira de exportação da região central era levada para a cidade de Santa Leopoldina e dali era transportada até Vitória, de onde se direcionava a exportação, diretamente para o exterior, ou para o Rio de Janeiro. Utilizando-se do mesmo circuito comercial, as importações seguiam esse trajeto no sentido inverso. Desse modo, na região central começou a configurar-se um tipo de circuito mercantil, do qual vários atores sociais participavam: do colono às casas comerciais de exportação/importação, e das casas comerciais de exportação/importação ao colono, como demonstra Silva (1986):

A produção cafeeira oriunda das colônias estrangeiras, em geral, percorria o seguinte circuito comercial: colono → vendeiro ou comerciante de segunda classe ou médio → grandes casas comerciais exportadoras e importadoras → mercado externo (SILVA, 1986, p. 56).

No sentido comercial: colono → casas exportadoras/importadoras o produto comercializado era o café; enquanto que, no sentido comercial: casas exportadoras/importadoras → colonos, os produtos comercializados eram os básicos: manufatura, sal,

querosene, enxada, machado, foice e etc.¹³

Portanto, é simples entender que o vendeiro e o comerciante de segunda classe não ficavam com a maior parte do capital mercantil. Isso tampouco acontecia com os fazendeiros da região central. As casas comerciais¹⁴ é que eram capazes de reter o grande capital mercantil, uma vez que a elas era entregue uma grande quantidade de mercadoria (o café) proveniente de uma quantidade considerável de comerciantes de segunda classe e vendeiros. Eram essas casas que vendiam o café para o mercado externo. Ainda mais, devemos levar em consideração que as mesmas eram estrangeiras, tendo elas conhecimento dos preços do produto (café) no mercado internacional. Assim, ficava fácil para as firmas de exportação comprar o café a preços abaixo da cotação do mercado internacional. Mas, também, devemos ressaltar que aquelas casas comerciais não detinham o controle sobre a produção do café, embora a subordinassem. O controle sobre a produção era exercido apenas pelas famílias de imigrantes, dessa forma, toda exportação dependia do trabalho fami-

13 Cf. CAMPOS JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 110-111, nota 9. O autor descreve: O vendeiro e o comerciante de segunda classe têm a função de fazer a concentração do café produzido nas pequenas propriedades, para depois vendê-los às casas comerciais exportadoras em Vitória. Esta sequência concentradora também desempenha certo papel, se observarmos o caminho inverso do comércio. As casas comerciais, controlando as importações, dispõem desta rede de distribuição montada — comerciante de segunda classe e vendeiro —, para espalhar suas importações nos locais mais distantes do Estado.

14 Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 132-133, nota 9. Quanto às casas comerciais, o estudioso afirma: De maneira geral, os comerciantes, além de desenvolverem as atividades próprias das suas lojas, eram concessionários de alguma empresa de navegação do seu país e também exerciam a atividade consular. Os exemplos concretos dessa prática encontramos nas figuras de: Augusto Arens - Cônsul da Alemanha, à frente da Arens Langen; João Zinzen - Cônsul dos EUA, representante da Casa Zinzen; W. Prado - Cônsul da Espanha, gerente da A. Prado; e Manoel Evaristo Pessoa - Cônsul de Portugal e proprietário da casa comercial de mesmo nome. Todas estas firmas instalaram seu comércio na Capital, atraídas pelos altos preços alcançados pelo café. [...] No tocante ao ambiente construído, o momento de prosperidade proporcionado pelo café ficou registrado no padrão da organização espacial da Capital. A cidade, que antes ocupava a parte alta próxima do Palácio do Governo e das igrejas, desce a elevação e vai aterrando as partes baixas junto à baía. Nestas áreas vão sendo construídas as casas de comércio, reforçando, assim, o caráter comercial emergente da cidade.

sentava em vários níveis: da pequena venda com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até à constituição de casas exportadoras e importadoras que, nos anos 20, chegaram a exportar a maior parte do café embarcado no porto de Vitória, concorrendo com exportadores estrangeiros ou do Rio de Janeiro, que tinham agentes ou filiais no Espírito Santo.

liar, que visava apenas à subsistência. Assim sendo, a queda dos preços do café simplesmente obrigava o colono a restringir o consumo dos bens importados, ao passo que, para o comerciante, a crise nos preços representava uma retração em seus negócios, tanto de exportação quanto de importação. Consequentemente, isso afetava seus lucros (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 75).

Por volta de 1920, o número de casas comerciais de origem nacional aumentaria, sendo algumas dessas pertencentes a capixabas. Apesar de uma relativa perda de poder político do setor comercial, nos primeiros anos da República ele não deixou de tornar-se hegemônico na região central. Mesmo porque a elite mercantil assumiu a direção administrativa do Estado durante maior parte do período republicano¹⁵.

Além de tudo o que foi exposto, ainda vale destacar que Vitória, desde o período colonial, concentrava-se como sede administrativa burocrática. Os principais administradores eram descendentes dos colonizadores portugueses, o mesmo acontecendo com o contingente militar que se situou nessa região para a defesa do território e também da região do Rio Doce, bem como da estrada ligando Ouro Preto ao Espírito Santo. Essa dominação estamental que compunha o cenário de Vitória manteve-se até as transformações decorrentes da abolição da escravatura e da Proclamação da República. Como resultado, a estruturação política da região central se configurou por frações das elites ligadas ao capital mercantil (exportador/importador), por frações de elites remanescentes da colonização portuguesa (elite política e militar) e, ainda, por aquelas decorrentes da imigração açoriana, que se constituíam de fazendeiros escravistas e não-escravistas (SILVA, 1986, p. 59).

A elite mercantil¹⁶ constituía-se como hegemônica, primordialmente, na região central do Espírito Santo. Mas, no seio dessa elite, havia frações sociais que formavam múltiplos interesses. Todavia, em geral, os interesses políticos e sociais da elite mercantil (empresários das casas comerciais, empresários portuários, os vendeiros, os comerciantes de segunda classe, pequenos proprietários de terras nas quais não se fazia uso do trabalho escravo, os ensacadores, os banqueiros¹⁷, etc.) tendiam a se equacionar na defesa do grande comércio exportador e do lucro obtido com a exportação. Vale lembrar que aquela elite era formada por indivíduos que participavam do circuito comercial exportador/importador.

Ao compararmos o Espírito Santo com os centros mais capitalistas do Brasil (São Paulo, Minas Gerais e Rio Janeiro) poderíamos afirmar que aqui existia, no máximo, um circuito mercantil, no qual se desenvolvia um capital mercantil, principalmente na região central. No Espírito Santo formar-se-á um comércio exportador pouco desenvolvido, valorizando o mercado de trabalho livre. Entretanto, dependente da exportação feita no início pelas firmas estrangeiras.

Por outro lado, a elite mercantil que surgiu desse comércio cafeeiro produziu novas identificações de ordem econômica, social e cultural. Do movimento do comércio, emergiram em pequenos passos os “homens de negócios”, geralmente ligados ao capital mercantil, mas não desligados da mentalidade do privatismo, do patrimonialismo e do clientelismo.

Outrossim, é dessa nova elite que surgiu um novo estilo de padrão civilizatório, o novo estilo de *vida moderna*: a vida urbana. O novo padrão de vida cultural e social era uma exigência para a formação

15 Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 187, nota 9. Expõe o autor: [...] Desapareceram de Vitória entre 1913 e a década de 20, importantes casas comerciais de origem estrangeira. Em seu lugar surgiram firmas de comércio nacionais; algumas pertenciam a capixabas. Evidencia-se, com isso, a perda do poder político do setor comercial até então estabelecido em Vitória. A recuperação desse setor só ocorreu nos anos 20, mas com outras características, admite-se, constituído por firmas que fundiram no Estado certos interesses do comércio e da produção [...].

16 Cf. SILVA, M. Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 11. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Mercantis-exportadores.

17 Nos estudos de Décio Saes: o banqueiro aparece como participante da classe mercantil, uma vez que financiava a produção agrícola (SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985). Além disso, nos estudos de Carlos Teixeira de Campos Júnior é citada a vinda da agência do Banco Inglês para Vitória, em 1910, atendendo a uma solicitação do comércio.

de uma futura sociedade moderna. Dessa maneira, a cidade se converteria em polo dinâmico do crescimento do comércio cafeeiro, constituindo-se no reducto das frações da elite mercantil-exportadora. A partir do governo Muniz Freire, a cidade de Vitória concentrou a maior parte da exportação de café do Espírito Santo, por causa dos investimentos na infraestrutura estadual.

De imediato, esse polo dinâmico seria o espaço para o surgimento de atividades urbanas, as quais ainda dependiam da exportação de café. Dentre tais atividades urbanas, poderíamos citar aquelas exercidas por artesãos, profissionais liberais, professores, operários urbanos, militares, vendedores ambulantes etc.

A estruturação das cidades contribuiu para a dinamização do capital mercantil, já que se tornou propícia às inovações que abriam espaço para um novo estilo de vida, caracterizado por elementos tais como o advento da energia elétrica, o bonde, as ferrovias, serviços de saneamento básico, construção de residências e a comunicação em massa. Dessa forma, o novo padrão civilizatório, então em construção, passa a classificar os homens pela ordem do mercado, para fins de estratificação social, ao contrário do que acontecia na sociedade escravista.

Por todas essas razões, a elite mercantil não se limitava apenas ao prestígio social, como ocorria na sociedade escravista. A principal fonte de renda não era a terra, tampouco o escravo, mas o capital que advinha do circuito comercial. Em termos gerais, a lógica central da elite mercantil ligava-se à busca de riqueza material, prestígio e poder. Era essa riqueza que estratificava e situava a elite mercantil na sociedade moderna que se formava.

Para alguns autores locais, como Haroldo Corrêa Rocha, Maria Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986), o comércio cafeeiro teria nascido da formação e do excedente produzido pelas pequenas propriedades rurais doadas aos imigrantes estrangeiros. Isso teria estruturado o poder dos setores ligados ao comércio exportador. No entanto, essa interpretação não é suficiente para explicar o dinamismo do comér-

cio exportador de café. Por isso, é necessário observar a participação do imigrante como agente econômico do processo de formação do setor comercial. Como participante do circuito, o imigrante rompia com a tradição senhorial imposta desde a dominação portuguesa. Em outras palavras, ele trazia, de seu país de origem, as práticas e técnicas capitalistas que conhecia. Logo, o trabalho próprio e não o do escravo era sua fonte de renda e prosperidade.

Essa mentalidade favorável ao capitalismo transformava o imigrante em agente econômico do capital comercial, passando a absorver a ideia do *lucro*, mesmo que a pequenos passos, uma vez que se tratava de uma economia periférica. Apesar de o imigrante não participar por completo do circuito comercial, ele ainda era um agente econômico, porque se constituía como agente original de trabalho livre. Por ser livre, ele adquiria uma mentalidade valorizadora da prosperidade e da renda. Isso favorecia o desenvolvimento de relações sociais de trabalho livre, além de beneficiar o desenvolvimento do capital mercantil na região central.

Tal mentalidade, valorizadora do obter *lucro*, era muito presente na região central. Por exemplo, quando o pequeno produtor retinha algum lucro, ou algum excedente, primeiro ele investia na reprodução da pequena propriedade rural, para depois investir em outras atividades comerciais. Assim, esse excedente deixava a produção agrícola e logo se transformava em capital comercial¹⁸.

18 Cf. SALETTO, N. Op.cit., p. 115-121, nota 6. Esclarece a autora: Há dois casos em que o proprietário não é um sitiante, mas sim um comerciante, para quem a terra é efetivamente mercadoria e fonte de renda. Ele negocia, e especula com a terra e, quando a explora, o faz com trabalho alheio. Um dos nossos casos é o de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Teresa legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente à família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado e encontramos o "coronel" italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro negociante que legitimou quatro propriedades. [...] Não vejo como a estagnação promoveria a difusão da parceria, que me parece, ao contrário, ser estimulada pela expansão dos cafezais e o enriquecimento. Embora a estagnação pudesse provocar

É inegável que o imigrante encarnava, e de modo completo, a mentalidade da prosperidade capitalista, sendo ele o agente original do trabalho livre no Espírito Santo. Entretanto, a adoção dessa mentalidade não encontrou espaço propício para o desenvolvimento de um capitalismo moderno ou mesmo industrial. No máximo, possibilitou a formação de um capital mercantil, dependente e periférico. Desse movimento, surge a diferença entre o imigrante paulista e o imigrante do Espírito Santo. O segundo estava subordinado à cadeia comercial que ajudou a criar. Em outras palavras, o imigrante tinha como único recurso vender seu trabalho materializado ao vendeiro, o que não lhe permitia a acumulação de capital, somente a subordinação. Ademais, o baixo nível de técnicas da exploração, isto é, das forças

proletarização, não criaria mercado de trabalho para os proletarizados. O enriquecimento, ao contrário, permite ao sitiante abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como rentista da terra, empregando parceiros. Quanto à emigração, ela constitui, como bem mostra o autor, uma maneira de garantir a reprodução da pequena propriedade, evitando sua divisão. [...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sitiantes das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um "racho", com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte. Nos relatos de Venda Nova, cuja colonização teve início no final do século XIX, acompanhamos a multiplicação das vendas, a entrada no comércio do café e a falência da maioria na crise de 29. Quando enriquecia, o comerciante não se afastava da terra, negociava com ela, especulava, mas também a explorava como rentista, usando a parceria. Seu lucro, porém, era investido nos negócios, não na exploração agrícola. [...] Nos anos 20 [sic] alguns sitiantes começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria.

produtivas, exigia maior quantidade de trabalho e de esforço, assim impedindo a acumulação de capital.

No caso da região norte, desde a colonização portuguesa, esta região esteve ligada ao mercado externo. No início, o principal produto era a farinha de mandioca, que também era usada para subsistência. Também predominou, nessa região, a grande fazenda escravista, sob o comando de grandes latifundiários e fazendeiros descendentes dos antigos colonizadores portugueses. Na medida em que o café adentrava as regiões do Espírito Santo, a região norte também ia sendo contemplada por aquela agricultura.

Apesar de a região norte ser polarizada no porto de São Mateus, esse porto não tinha grande influência nas exportações. De modo geral, a produção cafeeira era levada em pequenos navios para o Rio de Janeiro, significando pouca ligação econômica com a região central, de modo semelhante ao sul. Entretanto, a partir da Proclamação da República, a produção de café oriunda de São Mateus e Santa Cruz, situados na região norte do Espírito Santo, passou a ser escoada pelo porto de Vitória, intensificando a economia dessa última localidade.

Durante a vigência da Primeira República, a estruturação do poder político da região norte se daria pela influência de fazendeiros escravistas ligados à produção de café e mandioca e latifundiários improdutivos, bem com de proprietários de casas comerciais de base estrangeira. Consequentemente, as lutas sociais e políticas se configurariam em torno da elite dos grandes proprietários rurais e da elite mercantil. Nessa região, originou-se uma nobreza do café representada pelo Barão de Timbuí.

Em suma, a economia do Espírito Santo foi caracterizada por uma forma não capitalista de produção, predominando três principais regiões econômicas: a região sul, central e norte. Na primeira, destacou-se uma forma de exploração da monocultura do café, tendo como base a grande propriedade agrícola e escravista; o grupo social hegemônico eram os grandes proprietários rurais. Na segunda

região destacaram-se as pequenas propriedades rurais, baseadas na mão de obra familiar; o grupo social hegemônico eram as elites identificadas com a exportação de café e a burocracia estamental. Na terceira região destacou-se a produção e exportação de café e mandioca. Havia grandes propriedades rurais escravistas, mas também surgiu uma elite identificada com a exportação daqueles produtos, portanto a hegemonia dividiu-se entre ambos os grupos.

Conclusão

Do ponto de vista teórico, este artigo se preocupou em aprofundar, a partir de uma análise histórica e sociológica, a formação social do Espírito Santo. Nicos Poulantzas (1981) nos deu a chave para entender que as transformações históricas ocorridas neste Estado levaram a entendermos como se deu a hegemonia das elites cafeeiras, tanto socialmente, quanto culturalmente. Portanto, no Brasil, a Proclamação da República implicou em um domínio das oligarquias cafeeiras ao cenário político. As formas de controle eram diversas como, por exemplo, a política dos governadores, o bico-de-pena e o coronelismo. Tais formas compensatórias de manipulação administrativa permitiram a manutenção das oligarquias estaduais na direção do Estado. O Espírito Santo, como outras regiões do Brasil, não esteve aliado daquele modelo de gestão pública.

Em geral, a produção cafeeira estimulada a partir de 1850 permitiu o desenvolvimento de três regiões socioeconômicas no Espírito Santo: Sul, Central e Norte.

A primeira foi colonizada por cariocas e fluminenses a partir de 1850, nessa região surgiu uma estrutura latifundiária, escravista e monocultora, o que resultou no desenvolvimento de uma elite agrária e escravocrata. A segunda foi ocupada principalmente por imigrantes europeus, formando nessa região uma estrutura agrária de pequenas propriedades e mão de obra familiar, o que também possibilitou o

desenvolvimento de uma elite mercantil, isto é, exportadora de café. A terceira, inicialmente, desenvolveu desde a colonização portuguesa uma estrutura produtora e monocultora de mandioca, posteriormente o café passou a fazer parte dos produtos de exportação e produção. Nesta região desenvolveu-se uma estrutura latifundiária e escravista. A imigração europeia, ao mesmo tempo, possibilitou a divisão das terras e a ascensão de pequenas propriedades rurais, predominando assim elites ligadas à produção e elites ligadas à exportação de café.

Desse modo a formação social do Espírito Santo, abriu espaço para o domínio de elites cafeeiras ligadas à produção e exportação de café, além disso, tal hegemonia se fará presente na administração pública, pois serão essas elites que disputarão o domínio do aparelho administrativo do Estado. Tal modelo se sustentará até meados da década de 1950, quando o café entra em crise, permitindo, assim, o desenvolvimento de uma heterogeneidade social e política.

Referências

- CAMPOS Jr., Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: Cultural-es, 1989.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ROCHA, Haroldo Corrêa. *A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial*. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998, p. 33-73.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitó-

ria: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura & Grande Indústria: A transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SALETO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SEMERARO, Giovanni. *O marxismo de Gramsci*. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000, p. 173-202.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

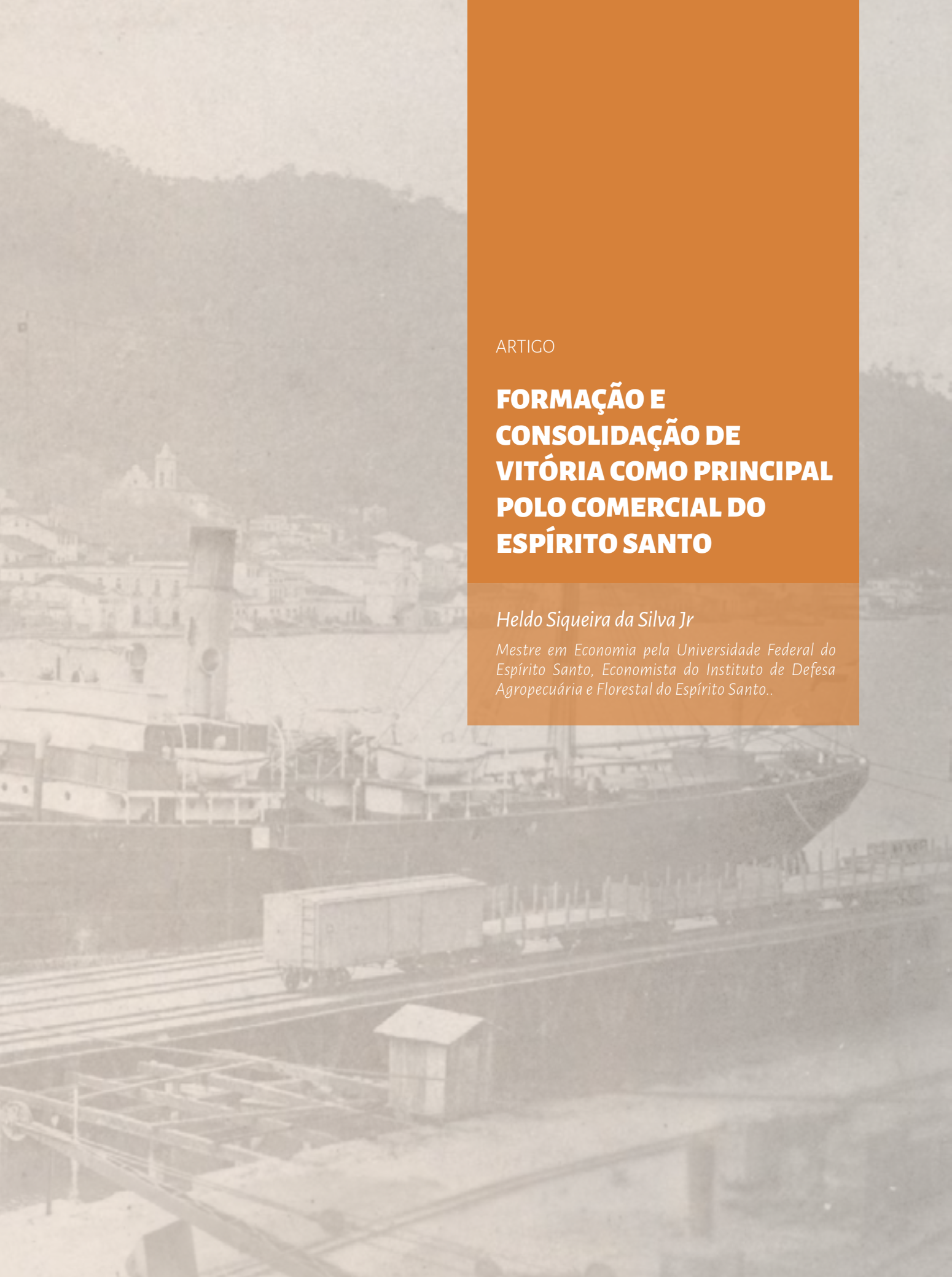
Recebido em: 05/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019









ARTIGO

FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE VITÓRIA COMO PRINCIPAL POLO COMERCIAL DO ESPÍRITO SANTO

Heldo Siqueira da Silva Jr

Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Economista do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo..

Resumo

O artigo mostra uma reflexão analítica sobre as bases da colonização brasileira em geral e de alguns aspectos específicos da colonização do Espírito Santo. É analisada a influência desse período na formação de uma sociedade primário-exportadora baseada no trabalho escravo e de baixa produtividade. São levantados alguns elementos para mostrar a dificuldade de desenvolver uma indústria no estado. Com a Proclamação da República, essa estrutura econômica submete o desenvolvimento do Espírito Santo a decisões políticas de outros estados. Observa-se, que mesmo a decisão de criar um centro urbano na cidade de Vitória, até então um pequeno porto, é fruto da influência de firmas de estados mais desenvolvidos. Disputas internas e a crise nos preços do café voltam a atrasar o desenvolvimento do Espírito Santo no início do século XX e as obras da construção de Vitória somente se completam durante o período de industrialização de Minas Gerais.

Palavras-chave: Colonização, escravidão, crise cafeeira, polo comercial.

Abstract

The article makes an analysis about the bases of Brazilian colonization in general and some of its aspects on the colonization of Espírito Santo. The influence of this period on the formation of a primary exporting society based on slave labor and low productivity is analysed. Some of its elements are raised to show the obstacles in developing an industry in the state. After the proclamation of the republic, this economic structure surrenders its development of Espírito Santo to the political decisions in other states. It is observed that even the decision to create an urban center in the city of Vitória, until then a small port, is the outcome of the influence of more developed states companies. Internal disputes and the crisis on oil prices again delayed the development of Espírito Santo in the early twentieth century, and the construction of Vitória is completed only during the industrialization of Minas Gerais.

1 - Introdução

Uma das várias formas de pensar a evolução de uma região é a partir da trajetória histórica que segue. Por esse ponto de vista, todos os fenômenos culturais, sociais ou políticos são históricos, não podendo, portanto, serem compreendidos sem sua contextualização. Segundo Prado Jr

quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JR, 1994, p. 19).

O outro ponto importante a ser pesquisado para uma construção analítica reside na busca dos acontecimentos externos ou nas transformações internas que modificam seu equilíbrio, desviando sua trajetória. São as interações entre os acontecimentos específicos e a linha mestra que segue a trajetória de um povo que explicam a realidade daquela população. A reconstrução da realidade material como método de análise econômica melhora a compreensão da dinâmica das sociedades permitindo entender os motivos que levaram a história a tomar determinado rumo.

Para este estudo, procurou-se reconstruir os primórdios da colonização brasileira e entender o sentido pelo qual houve a ocupação do território nas colônias portuguesas. Em um momento posterior, caracteriza-se a posição de Vitória como sede da administração portuguesa na capitania do Espírito

Santo. A parte seguinte remonta a importância da economia cafeeira para o desenvolvimento do Estado durante o século XIX, com a decadência do regime escravista e seus impactos na região de Vitória. Em seguida, são remontados os moldes das primeiras políticas deliberadas de desenvolvimento da questão urbana em Vitória, com o início da construção do “Novo Arrabalde”. A análise continua com a decadência da atividade cafeeira e as consequências para a formação de novas alternativas de investimento. Por fim, chega-se à maturação de Vitória, o principal polo comercial do Espírito Santo e a ligação ao exterior de Minas Gerais. Como sugere Buffon, o objetivo do texto se encerra em 1966, quando se consolida a transição em Vitória, da dependência da atividade cafeeira para uma economia urbana industrial. Esse artigo ainda conta com uma conclusão e as referências bibliográficas.

2 - O sentido da colonização portuguesa

A Revolução de Avis (1383-1385) representou uma centralização política em Portugal, em torno da figura do rei. Na verdade, tratou-se da fundação do Estado Moderno, quando os interesses da burguesia, e não mais dos senhores feudais, passaram a comandar as decisões políticas. De maneira simplificada, pode-se resumir esses interesses na conquista e ampliação de rotas comerciais sob seu domínio. O reinado de Dom João I, de 1385 até 1433, foi o grande divisor de águas na consolidação dessa nova realidade.

No século XIV, o comércio europeu era basicamente terrestre. Apenas tímidas incursões marítimas, geralmente costeiras ou de cabotagem, faziam parte dessas rotas. Entretanto, o advento da caravela permitiu modificar aquela estrutura de rotas de comércio. A possibilidade de navegar contra o vento representou um enorme avanço na navegação da época. Assim, novas incursões marítimas foram possibilitadas e viagens mais longas se viabilizavam.

Os avanços tecnológicos da época, a centraliza-

ção política em torno do rei e a facilidade geográfica que representava a posição de Portugal em relação aos outros países europeus foram os grandes fatores da vanguarda portuguesa nas grandes navegações. Ainda no século XV, a tomada de Ceuta (1415), a ocupação da Ilha da Madeira (1419) e mais tarde a ocupação de Açores (1456) são eventos representativos da supremacia que Portugal passa a deter.

E um momento posterior, no final do século XVI, há o descobrimento da América e a expansão para o novo mundo. Esse avanço se deu a partir da expansão do capital comercial dos países da península Ibérica. Para Prado Jr

É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguido de perto pelos ingleses, franceses de demais, procurarão outro caminho para o oriente; a América, com que toparam, nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado (PRADO JR, 1994, p.23).

Ou seja, não é a ideia de povoar novos territórios que orienta a expansão marítima, mas a possibilidade de encontrar novas mercadorias que pudessem ser comercializadas na Europa. Para esses fins a situação dos povos encontrados na América era inútil, afinal, sua escassa população e incipiente economia não ofereciam itens de valor comercial. Apenas com a descoberta de metais preciosos no Peru e no México começam a mobilizarem-se recursos para a colonização da América.

As descobertas de metais preciosos foram importantes para a vinda dos primeiros colonos portugueses. Entretanto, abundância dos metais não era tão grande quanto se imaginava. Na região onde

hoje se encontra o Brasil não foram encontradas de imediato jazidas significativas. Assim, Portugal tenta reproduzir na nova colônia o modelo que implantara nas colônias mais antigas:

Cedo, [...] a colonização brasileira tomou o aspecto de uma imensa empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais da terra, dando como resultado uma economia reflexa, onde os estímulos do mercado externo determinavam o direcionamento de sua produção. Logo, sem as essências asiáticas exóticas, cujo comércio fizera a riqueza de Portugal, a produção de cana será a grande perspectiva aos luso-brasileiros que, monopolizando a produção de açúcar, consolidarão a participação da Colônia na economia tropical de exportação, em consonância com a política mercantilista praticada pelas metrópoles europeias (BITTENCOURT, 1987, p. 31).

3 - Vitória como sede do governo metropolitano no Espírito Santo

Mesmo sob o entendimento de nova colônia destinada à monocultura de mercadorias agrícolas, o caso do Espírito Santo encaixa-se de modo peculiar na colonização brasileira. Os colonos europeus depararam-se imediatamente com uma população indígena altamente hostil aos interesses da manutenção dos empreendimentos açucareiros. Espremidos entre o mar e a selva, os empreendimentos em solo capixaba propiciavam poucos excedentes exportáveis, com poucos retornos que pudessem ser reaplicados. Com a pequena perspectiva de retornos, a destinação de recursos e mão de obra para a capitania eram reduzidos, relegando a região à situação de relativa estagnação. Os empreendimentos no nordeste, região melhor situada em relação ao comércio europeu, pareciam mais atrativos.

Inicialmente houve esforços individuais localizados, mas com pouco sucesso, dado o abandono em que se encontravam. Os empreendimentos mais

bem-sucedidos eram aqueles coordenados pelos jesuítas. Ainda no início do século XVII a população do Espírito Santo de origem europeia era de 500 pessoas, contando ainda com 11.000 indígenas “aculturados”. Esses contingentes distribuíam-se nos aldeamentos de São João de Carapina, Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, Nossa Senhora da Conceição (Serra) e Reis Magos¹ (Nova Almeida).

A escolha da ilha de Vitória para sede do Colégio Jesuíta era importante por trazer proteção contra os povos indígenas contrários à ocupação europeia. Por esse motivo, ao longo do século XVIII,

Administrando o trabalho de grande massa indígena, [os jesuítas] fundaram quatro complexos de fazendas especializadas, em princípio para a manutenção do Colégio de Vitória: criação de gado (Muribeca), farinha-de-mandioca e/ou legumes (Itapoca), açúcar (Araçatiba) e policultura (Carapina) (BITTENCOURT, 1987, p. 36).

A fazenda de Itapoca compreendia as terras circunscritas aos municípios de Viana e Cariacica. Araçatiba estendia-se dessa região até onde hoje se localizam a Barra do Jucu e Ponta da Fruta, com sede localizada onde hoje é o município de Viana. Carapina, onde praticava-se a policultura, começava no Rio da Passagem indo até o Rio Carapebús-Mirim, onde hoje se localiza o Município da Serra. Assim, apesar da relativa inexpressividade da produção capixaba em relação ao resto do país², estavam dadas as características iniciais da região de Vitória até meados do século XIX.

1 A região de Reis Magos situa-se entre a região de São Mateus e da Capital. Era a região em volta do Rio Doce e abrangia pequenas propriedades onde hoje situam-se Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares. Como podemos ver na Tabela 4, sua representatividade era pequena em termos produtivos e também em termos políticos.

2 No século XVII havia 118 engenhos de cana no Brasil, sendo que apenas seis localizavam-se no Espírito Santo.

4 - Trajetória de estagnação até início do século XX

A expansão do mercantilismo no Brasil implicava em uma divisão social do trabalho na qual o campo encarregava-se da produção de excedentes exportáveis e a cidade encarregava-se da sede do Estado e do capital comercial. Ser a sede do estado implicava, em si, em uma grande imobilização de recursos na forma de serviços urbanos. Mas mais que isso, as cidades nascem como o elo entre a produção agroexportadora e a circulação internacional de mercadorias. Por isso, cidades como Vitória, que representavam uma saída (porto) natural para o mercado internacional, foram escolhidas para a sede do estado. Essas cidades nascem da imensa clivagem entre a produção monocultora arcaica e a sede do capital comercial que se forma (cf. OLIVEIRA, 1982).

Conforme podemos acompanhar na Tabela 1, em 1828, antes da consolidação do café como principal produto exportador do Espírito Santo, Vitória figurava como o principal centro comercial do estado³, contando com 80 estabelecimentos, enquanto a segunda região era São Mateus, com apenas 22.

Vilas	Lojas de Fazendas secas	Lojas de Fazendas Molhadas e Tavernas	Totais
Vitória	35	45	80
Itapemirim	2	3	5
Benevente	3	3	6
Guarapari	4	5	9
Vila Velha	-	3	3
São Mateus	8	14	22

TABELA 1 – LOJAS COMERCIAIS NO ESPÍRITO SANTO (1828). Fonte: TEIXEIRA DE OLIVEIRA *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 125.

Como a cana-de-açúcar foi o elemento primordial para o início da colonização do Espírito Santo, a queda de seus preços, a partir do século XVII, mantém o Espírito Santo em prolongada estagnação. Apenas

por volta de 1815, com a introdução da cultura do café vislumbra-se uma nova perspectiva para a província. Segundo Almada

Gradativamente as lavouras de cana-de-açúcar foram sendo substituídas pelas lavouras de café, sendo os recursos financeiros e a força de trabalho, antes empregados na produção açucareira, absorvidos pela cultura cafeeira. Esta substituição de cultura, aliás, não foi específica ao Espírito Santo, tendo ocorrido na maior parte das antigas áreas produtoras de açúcar, que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura cafeeira (ALMADA, 1981a, p.16).

Em verdade, o café necessitava de menos cuidados, de maneira que o capital imobilizado era menor, e oferecia uma margem de lucro maior. Assim, a substituição das primeiras lavouras pelo café aconteceu em todas as regiões economicamente relevantes⁴ do Espírito Santo. A expansão do café permitiu um avanço em direção a novas áreas, antes cobertas de matas virgens, tendo sido mais significativa na região sul. Esse fato ocorreu principalmente por dois motivos: 1) a proximidade em relação ao Rio de Janeiro, por onde seria inicialmente exportada a produção cafeeira capixaba; e 2) pela proximidade do Vale do Paraíba, até então a principal região cafeeira do país, que facilitava a ampliação da fronteira agrícola dos fazendeiros fluminenses.

Para a região da capital, a expansão do café não representou nada além da manutenção da produção nos níveis iniciais. Ou seja, conforme havia a substituição da lavoura canavieira pela lavoura cafeeira, a centralidade da economia modificava-se da região da capital para a região sul. A Tabela 2 mostra a participação das regiões na exportação do café do estado.

4 A autora Vilma Almada divide o Espírito Santo em três regiões economicamente relevantes, a região sul, com sede em Cachoeiro do Itapemirim; a região central, com sede em Vitória; e a região norte, com sede em São Mateus.

3 Vitória foi elevada à categoria de cidade em 1823.

Ano	Região			
	Norte	Capital	Benevente	Sul
1857	25,1	58,8	1	15,1
1862	17,8	55	-	27,2
1873	5,2	43,2	5,3	46,2
1885	5,1	31,4	6,1	57,4

Tabela 2 – Participação relativa das regiões na exportação de café do Espírito Santo em anos escolhidos (em %). Fonte: TAUNAY *apud* ALMADA, 1981a, p. 26.

Com a expansão da produção em termos gerais e a manutenção da produção na região da capital houve a perda relativa da centralidade econômica. Já em 1873 a região era responsável por 46,2% da produção, contra 43,2% na região da capital. Entretanto,

boa parte dos lucros auferidos na atividade cafeeira, que era a atividade nuclear, não era investida em sua expansão, e sim em títulos financeiros, [Assim] a economia só poderia reproduzir-se lentamente. Além do mais, nestas condições, relativamente pequena deveria ser a diversificação econômica, não se constituindo aquilo que Wilson Cano chamou de complexo econômico (ALMADA, 1981a, p. 30).

Mesmo com a emergência das três regiões economicamente significativas é importante salientar o isolamento em que se encontravam. A baixa produtividade das lavouras capixabas não viabilizava uma acumulação de capitais em volume suficiente para permitir a ligação, através de estradas de ferro, entre as três regiões do estado. A alternativa de recorrer-se ao grande capital externo esbarrava, novamente, na baixa rentabilidade da produção, uma vez que as alternativas de investimentos em regiões mais prósperas como São Paulo e Rio de Janeiro eram mais atraídas. Tem-se, dessa forma, a polarização da região sul em torno da comarca de Itapemirim, que escoava sua produção pelo porto do Rio de Janeiro, a região central polarizada pelo porto da capital Vitória e a região norte em São Mateus.

Além da baixa produtividade,

Também não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo. Em se fundando no trabalho escravo, quase por definição, não existe aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quando dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades, de outro (OLIVEIRA, p. 40, 1982).

A urbanização pouco diversificada não permitia a formação de um complexo econômico-produtivo que desse alternativas produtivas para o capital. As cidades não deram o salto, naquele momento, como no caso europeu, entre a sede do capital comercial e a sede do capital industrial. Nesse caso, os lucros viabilizados pela produção cafeeira rapidamente migravam para atividades financeiras e comerciais. Daí nasce o conflito de interesses mais significativo do final do século XIX, entre o capital produtivo agrícola, com sede no campo e baseado no trabalho escravo; e o capital financeiro comercial, com sede na cidade, que precisava da criação de um mercado de consumo e para o qual o trabalho compulsório representava um entrave para a acumulação⁵.

5 O trabalho escravo representava um entrave por dois motivos: 1) a especialização dos trabalhadores na produção em torno da monocultura cafeeira, que treinava mão-de-obra para outros segmentos industriais; e 2) não recebendo salários, os escravos não representavam um mercado consumidor que permitisse a materialização dos lucros comerciais na esfera da circulação.

Uma grave contradição do sistema escravista estava na desumanização representada pela propriedade privada do escravo. Afinal, para que qualquer ser humano tenha rendimento satisfatório em seu trabalho é necessário que esteja estimulado. Os conceitos morais de uma pessoa podem servir de estímulo, tanto para a superação no ambiente de trabalho, quanto para a resistência aos mais severos castigos. Assim, a desumanização provocada pelo regime escravista era frequentemente atenuada pelos proprietários, que se tornavam “responsáveis legais” por seus escravos, oferecendo vantagens e castigos aos escravos. Por um lado, as vantagens sinalizavam um fortalecimento da autoestima dos escravos. Por outro, os castigos fomentavam o sentimento de medo e ódio por seus donos. Essa contradição implicava em mais uma limitação para o tipo de produção baseada no trabalho escravo. A Tabela 3 mostra a evolução da população capixaba, dividida entre pessoas livres e escravos.

Ano	1856	1870	1872
População livre	36.823	51.825	59.337
População escrava	12.269	18.772	22.552
População total	49.092	70.597	81.889
% de escravos	24,99%	26,59%	27,54%

Tabela 3 – População livre e população escrava no Espírito Santo em anos escolhidos. Fonte: ALMADA, 1981b. (Modificada).

Pela tabela, podemos perceber que em 1872, de 81.889 pessoas, 22.552 (27,54%) eram escravas. Esses dados nos permitem imaginar a instabilidade de um sistema no qual quase um terço da população se mantinha trabalhando apenas pelo brutal uso da força e do medo.

As sinalizações referentes ao inevitável fim do modo de produção escravista eram bastante claras.

A pressão internacional, basicamente inglesa, que impusera a lei de proibição do tráfico em 1850, o fim da guerra civil americana, em 1865, que culminou com o fim do tráfico nos Estados Unidos, além da Lei do Ventre Livre, de 1871, eram fortes indícios (cf. ALMADA, 1981c). Em verdade, os interesses capitalistas industriais internacionais precisavam da formação de mercados consumidores com condições econômicas de absorver a produção industrial crescente da Europa e dos Estados Unidos.

Entretanto, para os produtores brasileiros, os escravos representavam uma imobilização significativa de recursos⁶ de maneira que as regiões de tradição escravista eram particularmente avessas a mudanças nessa estrutura da mão-de-obra. Em verdade, a manutenção da mão-de-obra escrava era condição necessária para a manutenção daquele modo de produção. No Espírito Santo os interesses ligados à produção no regime escravista pareciam particularmente poderosos. Por exemplo,

Em que pese o tráfico de africanos ter virtualmente cessado na maior parte do Brasil em 1850, o Espírito Santo apresentou grande capacidade de resistência ao cumprimento da lei de 4 de setembro de 1850, através do contrabando que nesta Província foi efetivo pelo menos até 1856 (ALMADA, 1981b, p. 3).

Como foi observado na tabela 3, mesmo com o fim do tráfico oficial em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871, houve um aumento consistente da população de escravos no Estado entre 1856 e 1872.

Assim, como se pode caracterizar geograficamente a concentração de um capital comercial financeiro na região central da capital, deve-se localizar os interesses ligados à produção escravista. A Tabela 4 mostra a evolução da população escrava no Espírito Santo, divididas nas regiões econômicas.

6 O alto preços dos escravos e as dificuldades de adquiri-los à partir de meados do século XIX tornavam-nos uma importante fonte de financiamento para as propriedades rurais.

Anos	Total de escravos	Capital	%	Itapemirim	%	São Mateus	%	Reis Magos	%
1824	13.188	7.142	54,16%	3.127	23,71%	2.654	20,12%	265	2,01%
1856	12.269	4.823	39,31%	4.381	35,71%	2.213	18,04%	752	6,13%
1872	22.552	6.919	30,68%	11.722	51,98%	2.813	12,47%	1.098	4,87%
1875	20.847	6.079	29,16%	11.516	55,24%	2.617	12,55%	635	3,05%
1876	20.806	5.839	28,06%	11.853	56,97%	2.500	12,02%	614	2,95%

Tabela 4 – Distribuição da população de escravos no Espírito Santo em anos escolhidos. Fonte: ALMADA, 1981d, p. 86.

Pela Tabela 4 percebe-se o intenso crescimento da população de escravos na região sul (Itapemirim) ao longo do Século XIX. Esses dados corroboram a orientação da produção cafeeira nos moldes escravistas para essa região. Além disso, mesmo com os fortes sinais de desagregação do sistema escravista, a partir da metade do século, a população de escravos nessa região aumenta em termos absolutos entre 1872 e 1876. Tratam-se de indícios suficientemente fortes para sustentar a tese de que os fazendeiros do sul personificavam os interesses dos escravistas.

A caracterização geográfica é particularmente importante, pois essas regiões, apesar de economicamente significativas, não se comunicavam. A ligação mais forte da região sul era com o Rio de Janeiro, porto por onde escoava sua produção, implicava em um grupo de interesses com sede na capital do país. Tratava-se de uma significativa drenagem de recursos do estado em direção à capital. Já a polarização que exercia a região de Vitória, em torno da produção da região central, criou um centro com capitais comerciais de características locais e com interesses próprios.

5 - O fim do regime escravista e as políticas de desenvolvimento no início da República

Como foi observado, enquanto no período anterior à expansão do café as cidades caracterizavam-se como a sede do Estado, o século XIX as consolida como

sede do capital comercial. Entretanto, essa modificação não se dá sem sobressaltos. Os interesses do capital comercial que emergia eram opostos a todo o padrão de acumulação que representava o Estado português. A independência, em 1822, já era um importante indício da formação de uma elite local que não aceitava o envio dos excedentes comerciais para a metrópole europeia.

A solução conciliatória naquele momento foi a manutenção de um Estado Monárquico, ainda baseado no latifúndio e na monocultura. Essa nova organização permitia a manutenção do regime escravista, baseado na posse da terra e no poder nas mãos daqueles que defendiam esses interesses. Mas a própria expansão da atividade agroexportadora fomentava o crescimento desse capital comercial. Com efeito, os conflitos de interesses entre o capital financeiro comercial urbano e o capital agrário exportador rural acirravam-se. A abolição da escravatura em 1888, que acabava com o entrave econômico que representava o regime escravista e a proclamação da república em 1889, que dava autonomia aos capitais para tomarem decisões de caráter descentralizado, marca o momento no qual os interesses do capital sediado no meio urbano suplantam os interesses do capital sediado no meio rural.

A relativa inexpressividade do Espírito Santo em nível nacional condicionava importantes diferenças entre a capital Vitória e as capitais mais influentes. Enquanto nas regiões mais prósperas no século XIX surge a hegemonia do capital comercial urbano, em Vitória,

No passar dos anos, ainda durante o período colonial, a condicionante geográfica da situação do sítio, localizado nas proximidades do centro do território espírito-santense e dotado de um porto natural, serviu para consolidar Vitória como sede do controle do Estado português. E, iniciado o período imperial, Vitória é elevada à categoria de cidade. Tudo isso foram elementos que condicionaram a sua face burocrática e lhe deram realce. Com a ocupação da região interior próxima a Vitória, o aspecto burocrático desta cidade também fica reforçado pelo crescimento do comércio; mas antes que se chegasse ao primeiro *boom* cafeeiro no Estado, por volta de 1894, nenhuma transformação de relevo se deu na cidade no âmbito comercial (CAMPOS JR., 1996, p. 123).

Ou seja, foram a Proclamação da República, que deu autonomia política para decisões de caráter local, e a significativa prosperidade da atividade cafeeira durante os anos 90 do século XIX, que permitiram surtos de urbanização mais significativos na capital capixaba. Os aspectos ligados ao aparato burocrático do estado continuavam existindo. Entretanto, a centralidade das regiões urbanas e o processo de urbanização pelo qual passam devem ser compreendidos a partir de suas características como sede do capital comercial.

Se não se pensar num problema desse tipo, que reside em compreender o caráter dessa urbanização como centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela, dificilmente se pode entender o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos mais largos do que aqueles que nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização. É evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado

quanto do capital comercial, passando a ser sede do novo aparelho produtivo da indústria (OLIVEIRA, 1994, p. 38).

De maneira simples, podemos entender a região de Vitória como a ligação direta de comércio entre a Europa e a região central. Embarcações desciam o rio Santa Maria transportando o café da região de Santa Leopoldina e subiam o mesmo rio levando mercadorias trazidas do exterior e que não tinham similares produzidos no estado. Tratava-se praticamente do único meio de ligação dessa região com as outras áreas da colônia.

A produção cafeeira chegada em Vitória dirigia-se para as casas comerciais exportadoras, que aguardavam navio para embarcá-la. Nesse tempo, não havia cais para atracação de navios. A baía de Vitória era considerada um porto natural, onde as embarcações ancoravam ao largo. [...] Juntamente com o comércio do café, outras atividades foram incrementadas correndo em paralelo, suportadas pela sua dinâmica. Assim, instalou-se na Capital um variado número de lojas comerciais, abriu-se espaço para o consumo de mercadorias importadas e incrementou-se o sistema de navegação (CAMPOS JR., 1996, p. 131).

Mesmo assim, persistia o isolamento entre essa região e os outros centros econômicos relevantes. Para suprir os problemas do transporte, os primeiros governos republicanos preocuparam-se bastante com a construção de um sistema de transportes mais eficiente. Nesse caso, era fundamental a construção de estradas de ferro que ligassem essas regiões. O objetivo era criar em Vitória um grande centro comercial no estado. Nas palavras de Muniz Freire

O argumento mais imediato em favor da necessidade dos grandes centros é fornecido pela lição de todos os tempos e de todos os povos. Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que

não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notável são estas, mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas (MUNIZ FREIRE, 1896, *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 148).

Como uma das mudanças institucionais, a República deu autonomia às administrações estaduais para que contraissem empréstimos diretamente do exterior. Além disso, era de interesse dos países industrializados financiar a construção de estradas de ferro em países menos desenvolvidos.

Para a polarização em torno de Vitória era fundamental a ligação ferroviária de Cachoeiro do Itapemirim, principal cidade da região sul, com a capital, permitindo que aquela região também utilizasse o porto de Vitória para a exportação e não mais o Rio de Janeiro. Por outro lado, a ligação com Cachoeiro, ainda implicava em uma rota direta da capital capixaba com a capital federal, já que a região sul já estaria ligada ao Rio de Janeiro⁷. A “Ferrovia Sul” faria a ligação entre Vitória e Cachoeiro do Itapemirim.

Outro objetivo era tentar exportar por Vitória uma parte da produção mineira. Daí a importância de ligar o norte do Estado e uma parte de Minas com Vitória. Faltava, nesse caso, escolher o percurso que melhor atenderia a esses propósitos. Segundo o então líder do governo do estado Muniz Freire

É convicção minha que o traçado dessa estrada devia ser completamente alterado para tornar-se mais fácil, ágil e econômico: seu ponto de partida poderia ser comum à “[Ferrovia] Sul, da qual se afastaria na travessia do Marinho para ir cortar o município de Cariacica em demanda do Santa Maria; dali se tiraria um pequeníssimo ramal para a importante cidade do Cachoeiro de Santa Leopoldina e o tronco princi-

pal se dirigiria para os sertões da Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Pau Gigante, até ganhar a margem do Rio Doce. Da foz do Santa Maria do Rio Doce se tiraria um outro ramal até a raiz da Serra de Santa Teresa, e das fozes do Santa Joana e do Guandu far-se-ia outro tanto para beneficiar os respectivos vales (MUNIZ FREIRE *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 150).

Além da ligação entre as diversas regiões do estado, o plano de Muniz Freire ainda previa o aparelhamento do porto, para dar condições de escoamento à demanda que se esperava. Foi celebrado então um contrato entre o governo federal e a Companhia Brasileira Torrens para executar obras de ampliação do porto.

Outro elemento importante para tornar Vitória um centro comercial populoso era dar condições para a expansão da cidade. A região onde fora criado o centro, próxima ao porto, estava absolutamente limitada pelo mar, por um lado, e pelas montanhas, por outro. A solução era achar outros trechos que pudessem ser ocupados. As praias localizadas no nordeste da ilha pareciam servir particularmente bem a esses propósitos. A intenção era dar condições sanitárias e fornecer serviços urbanos que incentivassem a ocupação daquela região, fazendo a ligação entre o novo bairro e o antigo centro. O projeto da criação desse novo bairro foi chamado de “o Novo Arrabalde”⁸.

De maneira geral, o projeto de Muniz Freire era uma imensa imobilização de recursos estaduais em favor dos interesses do capital comercial. Essa orientação política não podia ser levada a cabo sem a insatisfação dos fazendeiros da região sul, que contribuíam com 80% da receita do estado no final do século XIX. (cf. ALMADA, 1981a) Uma passagem do *Jornal Comércio do Espírito Santo*⁹ ilustra essa insatisfação:

Bem se vê que não há recriminações pelos melhoramentos na Capital, pois apenas queixumes se ou-

7 A estrada de ferro que ligava Cachoeiro do Itapemirim ao Rio de Janeiro foi completada em 1903.

8 Onde hoje fica a Praia do Canto.

9 Edição de 22 de junho de 1895.

vem pelo consumo inprodutivo (sic) de centenas de contos na construção de um quartel afetado de mal de origem, e que só impensadamente poderia ter sido cogitada sua construção, antes de se haver auxiliado os municípios no melhoramento da viação, evitando-se a tortura por que passam os povos do interior sem pontes, sem estradas para maior proveito da Capital (JORNAL COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 158).

De fato, o Governo Provisório federal estava concedendo grandes privilégios para a construção de estradas de ferro¹⁰. Foi também a Companhia Brasileira Torrens que tomou a frente das obras do “Novo Arrabalde”. Essa companhia possuía sede na Capital Federal e apenas um escritório em Vitória. Pode-se inferir que os interesses ligados à construção do novo bairro eram absolutamente comerciais, mas não particularmente locais. É provável que os interesses genuinamente capixabas estivessem mais ligados aos produtores rurais do sul do estado que aos interesses comerciais da capital. Mesmo não representando diretamente os interesses locais, a Companhia Brasileira Torrens recebia como vantagens para empreender as construções em Vitória:

1. Privilégio do uso e gozo, por cinquenta anos, da exploração dos serviços de água e esgoto;
2. O governo se encarregaria de cobrar as anuidades correspondentes aos dois serviços e repassar os recursos recolhidos ao concessionário sem fazer jus a nenhum lucro;
3. Subvenção anual de 45 contos de réis pelo período de quarenta anos;
4. Domínio por 20 anos dos terrenos do Estado existentes na ilha em que se acha a Capital; e

5. Isenção, por 20 anos, de qualquer imposto, predial ou não, já criado ou que fosse criado posteriormente¹¹. (cf. CAMPOS JR., 1996)

A caracterização acerca da origem dos interesses da empresa fica evidente quando o governo estadual endossa um empréstimo para a empresa no valor de 2.500 réis (2.500:000\$000)¹², para, segundo passagem de 21 de setembro de 1895 do jornal *Comércio do Espírito Santo*, “[ser] empregado em sua maior parte em diversos empreendimentos que tem em mãos a mesma companhia, em outros estados da União” (CAMPOS JR., 1996, p. 172).

A queda nos preços do café, que se inicia no biênio 1896-1897, trouxe problemas financeiros para o governo do estado, que não podia mais financiar as obras de desenvolvimento. Em verdade, esses problemas atingiram todos os estados cafeeiros, trazendo problemas também para a companhia responsável pelo projeto, inviabilizando a conclusão. Mesmo assim, esses primeiros esforços para a urbanização de Vitória deram como resultado um consistente centro urbano. Essas obras permitiriam à cidade tornar-se um polo de desenvolvimento urbano para o Estado do Espírito Santo e uma parte de Minas Gerais.

6 - Da crise dos preços do café e as mudanças políticas até os anos 1920

Os encargos decorrentes do vultoso empréstimo para a construção da Estrada de Ferro Sul e sua não conclusão fortaleceram a oposição a Muniz Freire. Por outro lado, a crise nos preços do café, de 1896 até 1909, acirrou a disputa política, pois atingia os interesses dos cafeicultores. Nesse contexto, Jerônimo Monteiro foi eleito para governar o Espírito Santo, com o discurso de fortalecer a *iniciativa particular* com

¹⁰ Havia inclusive a garantia por parte do governo de juros de 6% ao ano nos investimentos em estradas de ferro.

¹¹ Em 1894, o mesmo contrato fora revisto, com o estado cedendo ainda mais privilégios para a empresa.

¹² Para se ter uma ideia o custo da finalização das obras em Vitória à época estava estimado em 3.000 réis (3.000:000\$000).

intervenções do governo para criar condições ao início da industrialização. O processo de industrialização serviria tanto para socorrer os cafeicultores, permitindo o escoamento da produção agrícola, quanto para os comerciantes, fornecendo alternativas de investimento produtivo. Absorvendo a produção agrícola, a indústria poderia ser utilizada como uma ferramenta de diversificação da atividade econômica (cf. ROCHA e COSSETTI, 1983).

A partir de 1909 o preço internacional do café recupera-se, implicando em um aumento significativo das receitas públicas. Além disso, o estado operou a venda da Estrada de Ferro Sul para a Companhia Leopoldina, o que lhe propiciou ainda mais recursos. A utilização desses valores na amortização da dívida saneou as contas estaduais, recuperando a capacidade de investimento.

De maneira geral, o governo ajudaria na mobilização dos capitais necessários para os empreendimentos. O estado ainda assumiria o risco do investimento, garantindo juros de 5% pelo prazo de 15 anos às empresas que instalassem fábricas de tecidos, óleos e engenhos de açúcar. Essa garantia também era dada a capitais utilizados na aquisição de terras para cultivo das matérias-primas necessárias às fábricas. A utilização da política industrial para dar socorro à agricultura fica evidente quando analisamos os setores que obtiveram melhores resultados. A Tabela 5 caracteriza os estabelecimentos industriais sediados no Espírito Santo no início do século XX.

Pode-se observar pela Tabela 5 que 54,4% dos estabelecimentos industriais criados no período foram de produtos alimentares e bebidas. Esses estabelecimentos tinham a função econômica de absorver os produtos agrícolas. Por outro lado, a indústria de minerais não metálicos estava ligada ao processo de urbanização por que passou o estado nesse período. Além disso, dos 77¹³ estabelecimentos industriais do estado em 1920, 68 (88,3%) foram criados nesse

Ramos	1905-1909	1910- 1914	1915- 1919	TOTAL
Minerais não metálicos	-	2	12	14
Metalurgia	-	1	2	3
Madeira	1	1	2	4
Mobiliário	-	1	-	1
Couros e peles	1	-	2	3
Produtos farmacêuticos e veterinários	1	-	-	1
Têxtil	-	2	1	3
Vestuários, calçados e artigos de tecidos	-	-	2	2
Produtos alimentares e bebidas	4	12	21	37
Total	7	19	42	68

Tabela 5 – estabelecimentos industriais fundados entre 1905 e 1920 existentes em 1920. Fonte: rocha e cossetti, 1983 (modificada), p. 136.

período. Ou seja, essas políticas parecem ter realmente dado alguma dinâmica ao setor industrial e justamente nos setores a que se propôs ajudar.

Esse período também se distingue do anterior por descentralizar os investimentos públicos. Enquanto na década de 1890 esses investimentos visaram consolidar Vitória como o polo comercial e portuário do estado, os primeiros 20 anos do século XX marcaram uma relativa descentralização dos investimentos.

Margarino Torres, em 1913, registrou a existência de algumas *grandes fábricas* e de várias *pequenas indústrias*. Dentre as grandes encontram-se: as fábricas do Vale do Itapemirim de propriedade da Companhia Industrial; a fábrica de tecidos de meia, que aparece no Censo de 1907, localizada em Vila Velha; a fábrica de materiais sílico-calcário, também naquele mesmo município; a fábrica de tecidos Nicoletti & Comp., em Vitória; e uma grande usina de beneficiamento de café, de propriedade da firma Vivacqua & Comp., grande exportadora de café, localizada em Vitória (ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 175).

13 Esses dados são do Recenseamento do Brasil de 1920 e constam na página 136 do texto de Rocha e Cossetti.

Com relação ao setor de tecidos, por exemplo, a Tabela 6 mostra o consumo de algodão das fábricas de tecidos de Cachoeiro do Itapemirim e da fábrica de tecidos Vitória.

Anos	Produção (Kg)	Consumo Da Fábrica De Tecidos Cachoeiro Do Itapemirim	Consumo Da Fábrica De Tecidos Vitória
1915	490	44.085	-
1916	21.653	112.742	42.000
1917	67.671	162.286	60.625
1918	47.857	96.502	69.502

TABELA 6 – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALGODÃO NO ESPÍRITO SANTO 1915 a 1918. Fonte: ROCHA e COSSETTI, 1983 (modificada), p. 173.

Primeiramente, podemos inferir que havia uma importação elevada de algodão para suprir a necessidade da indústria capixaba, já que a produção estadual era insuficiente. A empresa situada em Cachoeiro do Itapemirim era maior que a de Vitória, dado seu consumo. Outra empresa de sucesso no período foi a Usina de Açúcar Paineiras¹⁴, em Itapemirim e a implantação de mais duas, a *Cascata* e a *Jabaquara*, ambas no município de Benevente¹⁵. Além disso,

Margarino Torres registrou a existência de *pequenos engenhos e engenhocas com aparelhagem rudimentar* de fabricação de açúcar e aguardente e de *pequenas usinas para beneficiamento de café e arroz*. Estas unidades existiam em *quase todos os municípios*, e correspondiam à *indústria rural*, porque na maioria dos casos estavam localizados no meio rural (ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 176).

Apesar da reconhecida dificuldade de obter dados sobre esse período, os existentes são bons indícios da modificação da orientação dos investimentos, nesse período mais voltados para o interior.

Apesar do significativo crescimento que a indústria capixaba experimentou nesse período, a produção do setor em nível nacional ainda era pouco significativa. Em 1920 a produção do estado correspondia a 0,7% da produção nacional. Como se percebe, essa indústria formava-se de capitais locais. Apresentava baixa produtividade e tinha problemas para competir com a já concentrada indústria paulista. Além disso, a I Guerra Mundial dificultava a importação de equipamentos. Por fim, havia poucos profissionais com conhecimentos técnicos que pudessem tocar os empreendimentos (cf. ROCHA e COSSETTI, 1983).

Mesmo com a ampliação da indústria nos primeiros anos do século XX, a principal atividade do Espírito Santo não deixa de ser a cafeicultura baseada na pequena propriedade familiar. Por esse motivo, para a reconstrução do cenário da economia capixaba a partir dos anos 1920 é preciso analisar os caminhos percorridos por essa atividade. Nesse caso, é importante examinar os impactos na economia do Espírito Santo das políticas de valorização do café.

A primeira política de valorização do café em nível nacional foi o Convênio de Taubaté em 1906. Tratou-se de um esforço conjunto dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais de regular o comércio, promover o consumo e estabilizar a moeda. A partir de 1924, a política tornou-se permanente, com orientação do Governo Central. Mesmo centralizada, persistia a liderança dos principais produtores da mercadoria na orientação das políticas. Apesar da importância em nível estadual, a cafeicultura capixaba não era significativa em nível nacional.

A produtividade nas zonas novas de São Paulo (Nordeste) era 10 vezes maior que a média do Espírito Santo. A curta “vida útil dos cafezais capixabas era possibilitada pelo fato de as fazendas possuírem grandes áreas de terrenos incultos, proporcionando aos proprietários a facilidade de derrubarem e abrirem novas lavouras, abandonando as que, por falta de trato, produzem pouco e que se tornam por

¹⁴ Essa usina foi instalada em 1912 e funciona até os dias de hoje. (USINA PAINEIRAS S.A., 2009)

¹⁵ Atualmente Anchieta.

isto pasto, quando poderiam perfeitamente serem aproveitadas (FERREIRA, 1987, p. 84).

A baixa produtividade da produção capixaba redundava em sua inexpressividade em nível nacional, o que se refletia na orientação das políticas nacionais.

A simples leitura do primeiro decreto estadual que estabelecia quotas de exportação para o Espírito Santo, evidencia sua fragilidade política frente aos demais estados cafeeiros. Após estabelecer em 46.800 o número de sacas exportáveis pelo Porto do Rio de Janeiro e em 79.000 pelo de Vitória, afirmava que sempre que os interesses mútuos da produção e do consumo o reclamarem, poderá ser alterado de acordo com os Estados interessados, o limite de que trata esse artigo. A observação de Love segundo a qual São Paulo e Minas “competiam no sentido de indicar quem seria o governador do Espírito Santo em 1920”, dirime qualquer dúvida a respeito da pequena influência política que o Espírito Santo possuía frente a seus parceiros (FERREIRA, 1987, p. 88).

Acompanhando a tendência nacional, em 1927 foi criado o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo (SDC). A ideia era articular a nível estadual as políticas de melhoria da qualidade do café. A regulamentação da Bolsa do Café em Vitória, em 1929¹⁶, permitia a classificação do café capixaba e fortalecia a praça de Vitória como centro comercial. Índícios apontam para uma evolução nos quesitos de qualidade do café capixaba, fruto da política de valorização. Entretanto, a consolidação de Vitória como centro comercial do estado é o aspecto mais significativo. A Tabela 7 mostra a distribuição da exportação capixaba entre os portos do Rio de Janeiro e Vitória.

Anos	Sacas exportadas por Vitória	%	Sacas exportadas pelo Rio	%	Total
1922	666.452	65,69%	348.092	34,31%	1.014.544
1923	723.747	67,52%	348.128	32,48%	1.071.875
1924	777.707	60,72%	503.138	39,28%	1.280.845
1925	690.076	56,56%	529.987	43,44%	1.220.063
1926	691.651	55,59%	552.583	44,41%	1.244.234
1927	904.840	66,13%	463.378	33,87%	1.368.218
1928	839.119	69,46%	368.975	30,54%	1.208.094
1929	946.716	76,42%	292.121	23,58%	1.238.837

Tabela 7 – Exportação de café capixaba segundo o porto de embarque – 1922 -1929. Fonte: AGUIAR *apud* FERREIRA, 1987, p. 95.

É possível perceber pela tabela que há um aumento expressivo no volume de sacas embarcado por Vitória, principalmente a partir de 1927. Além disso, há um salto de 69,46% em 1928 para 76,42% em 1929.

O ano de 1929, marcado pela “Grande Depressão”, apresentou a derrocada do sistema de defesa dos preços do café. O que se observou foi uma queda drástica nos preços internacionais da mercadoria. Não obstante, os estoques promovidos pela política de valorização encontravam-se em 20 milhões de sacas, com perspectiva de volumosas safras¹⁷. Várias políticas restritivas ao plantio do café foram engendradas no período que se seguiu, de impostos para os novos plantios até a destruição física da produção. Entre 1931 e 1944 foram destruídas 78,2 milhões de sacas¹⁸ (cf. FERREIRA, 1987).

Com o declínio da atividade cafeeira, a influência desse setor nas decisões políticas passa a ser mais importante. Em consequência, houve um esvaziamento da política de valorização do café que passou

16 A bolsa do café foi criada em 1921, mas somente começou a operar em 1929.

17 A política de valorização do café incentivava a ampliação do plantio, como resultado, quando os pés de café maturavam havia uma ampliação da produção.

18 Em 1931 e 1932 chegou-se à eliminação física de 12,1 milhões de sacas de café; em 1933 e 1934, mais 13,9 milhões; em 1937, 17,2 milhões de sacas; e em 1938 e 1939, 8 milhões e 3,5 milhões, respectivamente.

a limitar-se a um imposto sobre a exportação. Por outro lado, o governo estadual tentava diversificar suas fontes de receita. Essa tentativa buscava fomentar novas atividades que representavam alternativas de investimento para o capital comercial que perdia com a queda nas exportações.

A primeira ação nesse sentido foi a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, em 1935. Essa instituição foi concebida para fornecer financiamento para o fomento e desenvolvimento das culturas e auxiliar no custeio das safras. Em 1937, outra instituição financeira foi criada em Vitória, com agências em Cachoeiro (1938) e Colatina (1939), o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, aberto em sociedade anônima, com 93 acionistas e liderado pelo governo. A função desse novo banco era a mesma do primeiro.

Mesmo derrotada a política de valorização do café em nível nacional houve relativa estabilidade na produção capixaba na década de 1930. A Tabela 8 mostra a produção de café durante a década.

Pode-se perceber, que mesmo com uma queda significativa do valor da produção na safra de 1932/1933, houve uma significativa ampliação da produção na safra seguinte. Ou seja, as oscilações no valor não implicaram em variações muito significativas na produção. Esse fato deveu-se a uma característica particular das propriedades capixabas, que eram em sua maioria pequenas unidades produtivas relativamente autônomas. Esse fato permitia a manutenção dos empreendimentos cafeeiros mesmo com os preços em baixas. O longo ciclo da planta também era outro fator responsável por essa manutenção, já que os cafezais plantados na década anterior ainda estavam produzindo nesse momento, elevando a produção. Pode-se inferir que apenas a erradicação das plantas poderia efetivamente reduzir a produção capixaba¹⁹. Nesse contexto,

Safras	Sacas de 60 Kg	Valor em Contos de Réis
1930/1931	1.666.000	99.960
1931/1932	1.802.509	129.781
1932/1933	1.050.000	69.300
1933/1934	1.859.000	128.271
1934/1935	1.350.000	97.720
1935/1936	1.623.000	116.856
1936/1937	1.813.000	141.411
1937/1938	1.415.000	112.068
1938/1939	1.786.000	128.637
1939/1940	1.500.000	Sem dados

Tabela 8 — Produção anual de café, Espírito Santo — 1930/1931 a 1939/1940.
Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ 1939/40 *apud* FERREIRA, 1987, p. 109.

a decadência da agricultura não só é anterior à erradicação dos cafezais, como também é capaz de explicar os próprios níveis que esta política alcançou no Estado. Fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo. Estima-se que no Espírito Santo foram erradicados 53,8% dos cafeeiros que ocupavam 71% da área total ocupada (BUFFON, 1992, p. 195).

A erradicação dos pés de café permitiu uma significativa desmobilização de recursos²⁰. Tanto para o capital comercial da região de Vitória, quanto para esses novos recursos oriundos da política de erradicação dos cafeeiros, eram necessárias novas alternativas de investimento. Na região norte, a atividade extrativa da madeira avançava, precedendo o avanço do café também naquela região. As antigas regiões cafeeiras do sul e do centro do estado voltaram-se para a pecuária, dado o esgotamento do solo em que a atividade cafeeira de baixa produtividade

19 Estima-se que em 1940 17% dos cafezais capixabas correspondiam a cafeeiros novos.

20 A política de erradicação dos cafeeiros tinha por prerrogativa erradicar primordialmente os pés menos produtivos. Dada a baixa produtividade das lavouras capixabas, o Espírito Santo foi o estado que mais recebeu recursos da política.

redundava²¹. Na região da Grande Vitória, a forma encontrada pelo capital para se valorizar foram as atividades portuárias, além de uma incipiente indústria ligada aos ramos alimentícios e ao de minerais não metálicos (construção civil).

O término das obras de aparelhamento do porto de Vitória marcou a centralização definitiva das transações comerciais do estado. Era o efetivo descolamento da dependência comercial em relação ao porto do Rio de Janeiro²². Mais que isso, o porto de Vitória passa a polarizar uma parte da produção mineira.

Os produtos manufaturados importados pelo porto passam a estar voltados preponderantemente para suprir às necessidades da “industrialização mineira” e, no total exportado, passam a predominar as exportações de minério de ferro. Ou seja, apesar de estar localizado no Espírito Santo, no período em análise, o porto de Vitória foi mais mineiro do que capixaba. Este é o resultado da forma específica com a qual o Espírito Santo integrou-se ao conjunto da economia brasileira: manteve (sobretudo no interior do Estado) a sua histórica ligação com o Distrito Federal, agora na condição de periferia nacional; e atuou (fundamentalmente na cidade de Vitória) como um ponto avançado da economia mineira junto ao litoral (BUFFON, 1992, p. 250).

Em 1942, com a entrada da Companhia Vale do Rio Doce, responsável por exportar o minério de ferro oriundo de Itabira, em Minas Gerais, o porto de Vitória deixou de ser um porto cafeeiro e passou a exercer influência em nível nacional. Dessa forma, a dinâmica da cidade deixou de estar atrelada às ati-

vidades produtivas capixabas, basicamente o café e a pequena indústria, mantendo sua característica de centro comercial.

Para Buffon,

Com o início da operação do novo terminal de cargas da CVRD em 1966 (o Porto de Tubarão) encerra-se este período que constitui a primeira fase de transição para um padrão urbano-industrial, que assumirá contornos definitivos em meados da década de setenta (BUFFON, 1992, p. 321).

Trata-se, definitivamente, do fim da hegemonia da atividade cafeeira no Espírito Santo. Com efeito, há uma intensificação no processo de construção do novo padrão urbano. Esse mesmo padrão implica na reorientação dos interesses visando ao desmonte do velho padrão de acumulação, resultando em um novo padrão, dessa vez industrial.

7 – Conclusão

Desde muito cedo se pode perceber a orientação da colonização brasileira como uma expansão do capital comercial europeu. A constituição da colônia e de todo o aparato institucional criado no Brasil não poderia evoluir sem espelhar esse passado que carregava. Em maior ou menor grau, todas as regiões brasileiras têm reflexos dessa orientação pretérita e os conflitos de interesses surgidos no curso dessa evolução são desdobramentos de condições específicas, mas carregam consigo esse passado em comum.

O objetivo desse artigo era mostrar a trajetória e as modificações pelas quais passou a região de Vitória até sua consolidação como polo comercial urbano. A polarização de uma pequena produção açucareira, no final do século XIX, permitiu a constituição de uma sede administrativa. Com a atividade cafeeira houve uma descentralização da atividade econômica em direção ao sul durante o século XX. Com o advento da república, os interesses centrais voltam

21 Rocha e Morandi (2012) caracterizam o ciclo natural da produção agropecuária capixaba como “mata-café-pastagem”. Primeiramente, a produção extrativa da madeira avança para a formação dos cafezais, depois há a degradação do solo, pelo plantio sem técnica adequada, culminando com a formação de pastagem adequada para o gado.

22 Em 1951 o porto de Vitória era o terceiro porto brasileiro em relação ao volume de exportações para o exterior.

a dar o rumo das políticas com a iniciativa do “Novo Arrabalde”, no decorrer da década de 1890. Depois de outros anos de relativa autonomia de interesses estaduais, até os anos 1930, o término das obras do Porto de Vitória e o início da operação da CVRD, em 1942, marcam a volta da determinação do grande capital nacional nas políticas estaduais.

Por fim, na década de 1960, há a constituição definitiva de interesses comerciais em Vitória, determinando um novo padrão urbano, que passou a vigorar. Portanto, não se pode pensar na constituição do capital comercial capixaba, principalmente em Vitória, sem analisar os impactos dos interesses do grande capital nacional no Espírito Santo. Mais que isso, procurou-se mostrar que a centralidade da região foi construída baseada nos interesses da expansão capitalista, ao invés de terem acontecido como forças do acaso.

Por outro lado, os interesses genuinamente capixabas, aqueles ligados ao meio rural, que tiveram sua origem na cafeicultura escravista do século XIX, sempre representaram um atrasado para a expansão capitalista. Mesmo a reprodução da pequena propriedade rural de baixa produtividade, no início do século XX, representava um relativo atraso. Não se trata de defender os interesses do grande capital, nacional ou internacional, em detrimento do capital local, mas de entender os motivos pelos quais o desenvolvimento do Espírito Santo foi atrasado em relação a outros estados.

Por fim, a forma como se deu a construção da nova orientação urbana de Vitória, baseada no grande capital nacional, pode nos fornecer pistas sobre os motivos pelos quais há a grande desigualdade de renda entre a região de Vitória e Grande Vitória, e as demais regiões do estado. É possível que a constituição do grande capital comercial baseado na produção de pequena propriedade rural seja a semente dessa desigualdade. Não se trata, novamente, de fazer juízo acerca das pequenas propriedades, mas de entender como a insistência de um modelo agrícola de baixa produtividade nas regiões do interior as re-

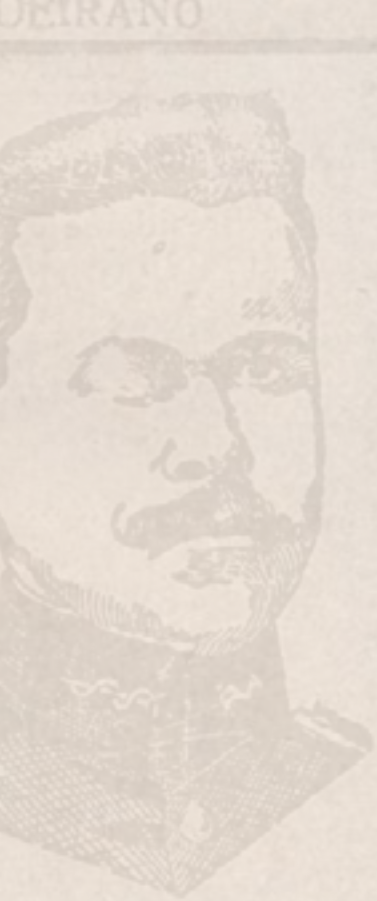
legou à relativa estagnação econômica. Assim, para pensar políticas de desenvolvimento deve-se pensar em alternativas tanto ao grande capital, que beneficia apenas uma elite, quanto ao modelo agrícola de baixa produtividade.

8 - Referências

- ALMADA, Vilma P. F. *A Economia escravista: Concentração na Região Sul*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (a).
- ALMADA, Vilma P. F. *Síntese da evolução econômico-social da província (1808/1888)*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (b).
- ALMADA, Vilma P. F. *Desagregação do sistema escravista provincial*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (c). ALMADA, Vilma P. F. *A escravidão do Espírito Santo: aspectos econômicos e sociais*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (d).
- BITTENCOURT, Gabriel. *Formação Econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Cátedra. 1987.
- BUFFON, José A. Esgotamento da fronteira, crise do café, novas fontes de dinamismo e os limites da agricultura familiar no Espírito Santo. In: *O café e a urbanização no Espírito Santo: Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Dissertação (mestrado em economia) – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.
- CAMPOS JR., Carlos T. *Capítulo III - Novo Arrabalde: Uma amostra do processo de urbanização de Vitória*. 1996.
- FERREIRA, Sinésio P. O Espírito Santo: da crise cafeeira ao Plano de Metas. In: *Espírito Santo: Dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840-1960*. Dissertação (mestrado em economia) – Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 23ª edição. 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. In: SADER, Emir. *Espaço e debates*. São Paulo, Cortez, Volº 6, 1982.
- ROCHA, Haroldo C.; COSSETTI, Maria da Penha. *Evolução industrial e política do estado*. Vitória, 1983.
- MORANDI, Angela Maria e ROCHA, Haroldo Corrêa. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.
- USINA PAINEIRAS S. A. *Sítio da empresa na internet*. Disponível em: <http://www.usinapaineiras.com.br/hist.htm>. Acesso em 19 de julho de 2009.

Recebido em: 11/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019



Dr. REYNALDO COSTA

Srs. Viuva Silveira e Filho
o que tenho empregado na
nica com excelentes resul-
Elizir de Nogueira, do Sr.
centico Químico João da Sil-
eira, em todos os casos de
s distrophicas do organismo
Dr. Reynaldo Costa
ande do Sul — Uruguayana
Janeiro de 1913.

Os fabricantes do Grande Depu-
que ELIXIR DE NOGUEIRA
macensico João da Silveira
que, apesar da actual crise, não a-

AO PUBLICO

A. Ferna
CACHO
SERRA
RAS

Acceptam enco
parelhadas e
Não têm co
feição

ARTIGO

A IMPRENSA NO PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Luciene Carla Corrêa Francelino

Mestranda em História Social das Relações Políticas
(PPGhis) da Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES).

O COMPOSTO RIBOTT (phos-
phoro, iron, quino-o-organico) não é
uma invenção de patentes, mas uma
composição secreta; o COMPOSTO RI-
BOTT é o grande tonico, e uma re-
ceta. A formulação completa parece
impossível, entenda-se, de forma
que qualquer medico poderá dizer o
beneficioso que é. A sciencia medica
não tem descoberto nada melhor que
os ingredientes do COMPOSTO RI-
BOTT para manter a saúde e a

pela therapeutica moderna,
ta rapidamente os globulos
lhos do sangue, enriquecer
phosphoro e o mais mar-
que se conhece para fortar
nervos, e refrescar a memo-
A Noz Vomica é assaz
da como grande tonico, este
anti-dyspeptico. As pessoas
cas, nervosas e dyspepticas n-
vão nada melhor do que o CO-
POSTO RIBOTT.

Resumo

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar os discursos médicos veiculados na imprensa especializada brasileira nos periódicos Gazeta Médica da Bahia e Brazil Médico em fins do século XIX e a repercussão deste no século seguinte, quando as concepções acerca da saúde e da doença começaram a se transformar. Nesse período o movimento higienista se destacou por criar mecanismos capazes de modificar os hábitos da população brasileira, introduzindo novos comportamentos e práticas de higiene, favorecendo o surgimento de políticas públicas de combate às epidemias que aniquilavam o povo brasileiro. Essas mudanças repercutiram na imprensa nacional em periódicos como o jornal Correio do Sul, fundado em 1929 no município de Cachoeiro de Itapemirim. Nas páginas desse jornal, os ideais higienistas eram propagados, contribuindo para o combate e prevenção de diversas doenças e a construção de uma nova identidade nacional.

Palavras-Chave: Discurso, imprensa, Cachoeiro de Itapemirim, higienistas, doenças.

Abstract

Our research aims to analyze the medical discourses published in the Brazilian specialized press in the periodicals Gazeta Médica da Bahia and Brazil Médico in the late nineteenth century and the repercussions of this in the following century, when the conceptions about health and disease began to transform. During this period the hygienist movement stood out for creating mechanisms capable of changing the habits of the Brazilian population, introducing new behaviors and practices of hygiene, favoring the emergence of public policies to combat epidemics that annihilated the Brazilian people. These changes had repercussions in the national press in newspapers like Correio do Sul newspaper, founded in 1929 in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim. In the pages of this newspaper, hygienist ideals were propagated, contributing to the combat and prevention of various diseases and the construction of a new national identity.

Keywords: Discourse, press, Cachoeiro de Itapemirim, hygienists, diseases.

Introdução

No Brasil, até a década de 1970, poucos trabalhos utilizavam periódicos como fontes históricas. Sobre esse tema, Luca (2008) afirma que muitos pesquisadores voltaram-se para a história da imprensa, mas poucos escreviam uma história por meio da imprensa. Havia certa desconfiança por parte dos historiadores em utilizar tais fontes em virtude da busca pela imparcialidade que até aquele momento a história defendia. Na contramão da imparcialidade, os jornais possuem um perfil editorial e expressam ideias e ideologias dos grupos que os controlam e que por isso exercem influência na sociedade em que se inserem. O historiador deve estar atento a estas questões, afim de não tomar como uníssonas as informações e opiniões contidas nos periódicos. Nes-

sa perspectiva, Le Goff (2003) assevera que nenhum documento é ingênuo, por isso deve ser analisado criticamente, para que o pesquisador não se deixe enredar pelo “discurso da fonte”. Outrossim é preciso um olhar criterioso para o que está acontecendo no entorno, ou seja, na sociedade onde a notícia foi produzida, na medida em que o jornal está atrelado à determinado momento histórico. Nossa pesquisa tem como objetivo analisar o discurso médico veiculado na imprensa especializada do segundo quartel do século XIX e a repercussão deste na sociedade brasileira do século seguinte, especialmente no jornal Correio do Sul fundado em 1928 no município de Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul do estado do Espírito Santo. Nos primórdios de sua trajetória, o periódico intitulou-se como órgão oficial do Partido Republicano do estado. Nesse período, além de te-

mas relacionados à política nacional e local, o jornal publicava diariamente artigos médicos, informativos e folhetins, esclarecendo sobre prevenção e sintomas de diversas moléstias, bem como a profilaxia destas.

Quando a família real aportou no Brasil, em 1808 - com uma corte de aproximadamente quinze mil pessoas - os problemas sanitários se intensificaram, aumentando de forma significativa a disseminação de doenças, bem como a necessidade de combatê-las. Nesse cenário, surgiu a necessidade de ampliar o número de físicos e cirurgiões¹, para atender a uma população que crescia vertiginosamente. Ademais, Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas e estava impossibilitado de enviar especialistas de Coimbra. Para solucionar a questão foram instaladas escolas para formar profissionais que atuariam no Brasil, mas, vale destacar, que estas escolas formavam cirurgiões e “físicos”, pois só Coimbra podia formar em medicina (SCHWARCZ, 2001).

Foi através de uma Carta Régia datada de 18 de fevereiro de 1808, que D. João VI criou a Escola Cirúrgica na Bahia. O local escolhido foi o antigo Colégio dos Jesuítas, sede do Hospital Militar. No dia 2 de abril do mesmo ano, o regente inaugurou a Escola Ci-

rúrgica do Rio de Janeiro. O curso funcionou na sede do Hospital Real Militar, também um antigo colégio de jesuítas, assim como na Bahia. Em dezembro de 1810, D. João decidiu que três alunos da escola seriam mandados para Edimburgo, na Escócia, a fim de se aperfeiçoarem com cirurgias de Londres. Ao que tudo indica, o regente entendia que os profissionais brasileiros eram inexperientes e necessitavam de atualização.

A Santa Casa se tornou um espaço para o exercício da medicina quando, após a reforma do ensino médico, em 1813, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro transferiu-se do Hospital Militar para as dependências da Misericórdia, funcionando nessa instituição até 1918, quando foi concluída a construção do prédio da Faculdade de Medicina.

Em 1829, foi fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo, em 1830, a incumbência de opinar sobre os planos de reorganização do ensino médico. Seu anteprojeto foi aprovado pela Comissão de Saúde Pública da Câmara e promulgado em 1832 como lei. Destarte, estavam criadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e através do mesmo decreto foram criados os cursos de medicina, parto e farmácia. Edler (2003) afirma que a partir de então uma elite médica empenhou-se em produzir um conhecimento científico original sobre as doenças que assolavam o povo brasileiro, baseando-se nas especificidades locais e combatendo de forma sistemática os terapeutas populares, acusados de charlatanismo. Desde a sua criação até metade do Oitocentos, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, transformada em Academia Imperial de Medicina em 1835, se impôs como instrumento da política imperial da saúde pública, tornando-se a principal porta-voz das descobertas científicas, além de contribuir para novos diagnósticos e terapêuticas relacionados às patologias nacionais. Outra inovação implementada pelos médicos brasileiros do primeiro quartel do Oitocentos foi contrariar a crença europeia de que a miscigenação era responsável pelo surgimento de novas patologias, até então inexistentes na Euro-

1 Segundo Nogueira (2007), o termo físico foi utilizado durante a Idade Média como sinônimo de médico, ou “aquele que utiliza drogas diversas para tratar enfermidades internas do corpo”. A partir do século XII o termo passou a ser utilizado em diversos países, como França, Portugal e Inglaterra, mantendo o mesmo significado. Portanto, o físico que era equivalente ao médico, formado nas escolas e faculdades europeias. Santos Filho (1991) destaca que os físicos, ou médicos, eram, principalmente, os licenciados pela Universidade de Coimbra, já os cirurgiões podiam ser classificados em três categorias: os cirurgiões-barbeiros, os cirurgiões-aprovados e os cirurgiões diplomados. A maioria dos que atuavam no Brasil era cirurgiões-barbeiros, composta em geral por mestiços e mulatos que aprendiam o ofício junto a um mestre e sem nenhum preparo se iniciavam como aprendizes. Após algum tempo de prática eram examinados e recebiam uma carta que os habilitava a exercerem a profissão. A atuação destes consistia em: realização de sangrias, tratamentos de fraturas, luxações e feridas, aplicação de ventosas, sanguessugas e extração de dentes. Os cirurgiões aprovados frequentavam um curso teórico-prático nos hospitais e após submeterem-se a exames obtinham a carta que lhes autorizava exercer todos os tipos de cirurgia e até a própria medicina em locais onde não havia físicos. Já os cirurgiões-diplomados, formados em escolas europeias, também atuavam no Brasil no século XVIII, mas estes eram minoria.

pa. Outrossim, não havia consenso entre as teorias científicas, sendo estas responsáveis por calorosos debates entre os acadêmicos. A partir de 1860, surgiram novos mecanismos de legitimação científica, atrelados às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, os periódicos *Gazeta Médica da Bahia* (1860-1915) e *Brazil Médico* (1887-1964). Em ambos eram articuladas propostas para “curar” um país considerado atrasado e doente, além de representarem um instrumento para propagação e reafirmação dos saberes médicos. De acordo com Ferreira (1996) tais periódicos favoreceram a profissionalização da medicina no Brasil por utilizarem uma linguagem acessível e de interesse do público leigo. Destarte, se tornavam veículos de formação de opinião pública, que elegiam os médicos como autoridades da “arte de curar”. Temas relativos à higiene pública, epidemias e combate ao charlatanismo eram frequentes nas páginas desses jornais.

Saúde e doença na imprensa médica do século XIX

O periódico *Gazeta Médica da Bahia* documentou parte da história e do desenvolvimento das ciências médicas, sendo mecanismo atuante de comunicação científica durante 73 anos, nos quais publicou trabalhos dos médicos tropicalistas – parasitologistas – de colaboradores nacionais e estrangeiros, bem como notícias sobre novas descobertas científicas, memórias históricas das faculdades médicas, além de denúncias sobre a situação da saúde pública no país. Vale destacar que esses médicos conheciam as condições sanitárias do país e pretendiam tratar as doenças que afetavam a população (SANTOS, 2008).

Em relação ao periódico *Brazil Médico*, Ferreira (1996) assevera que realizava constantes críticas à medicina oficial, destacando a dicotomia existente entre o aumento quantitativo de médicos e uma produção intelectual inexpressiva, a explicação para tal fato, segundo os colaboradores da revista, estava

relacionada a dois fatores: aceitação acrítica da produção estrangeira em detrimento da nacional e a escassez de periódicos especializados, o que limitava a produção de trabalhos científicos.

A criação das revistas coincide com o movimento de renovação da medicina brasileira que teve seu início no Rio de Janeiro e na Bahia a partir de 1870. Tal movimento possuía cunho cientificista e relacionava-se com o advento das ideias republicanas e positivistas no Brasil, impulsionando médicos, políticos e intelectuais a se articularem em prol de projetos que promovessem o avanço das políticas voltadas para a saúde coletiva (REZENDE, 2009).

Nesse cenário de afirmação das ideias positivistas de Augusto Comte – que influenciaram o surgimento da República no Brasil – propagava-se a ideia de que a ciência promoveria obrigatoriamente a ordem e o progresso ao país. Permitindo prever fenômenos e realizar as interferências necessárias para solucionar os problemas do cotidiano, outrossim o desenvolvimento ocorreria a partir do aumento do conhecimento e controle científico da sociedade (MENDES; NÓBREGA, 2008).

A medicina, a partir de então, adquire dois sentidos: o de curar e o de controlar a sociedade. As Faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se tornaram lócus de discussão e disseminação de ideias relacionadas à higiene e prevenção de doenças. Na Bahia os debates se intensificaram em torno do cruzamento racial como responsável pela criminalidade, loucura e degeneração, enquanto os médicos do Rio de Janeiro acreditavam que apenas a convivência das diferentes raças que imigraram para o país – com suas constituições físicas diversas, coexistindo em ambientes insalubres – seria responsável pela disseminação de doenças. Esses médicos destacaram-se pela publicação de trabalhos acerca das causas das doenças – endemias e epidemias – que assolavam a nação brasileira.

Atreladas a estas duas instituições estavam os periódicos de divulgação científica citados anteriormente, em ambos eram articuladas propostas para

curar um país considerado atrasado e doente. O periódico carioca tratava frequentemente de temas relacionados ao combate de doenças que se propagavam neste período no Brasil, entre elas podemos destacar: a febre amarela, varíola, tuberculose, beribéri e malária. Constantemente, eram divulgadas campanhas de saneamento e educação sanitária. Na *Revista Baiana* os temas mais frequentes eram a loucura, a alienação e degenerescência dos brasileiros em virtude da mestiçagem.

De acordo com Mendes e Nóbrega (2008) no decorrer do século XIX os conhecimentos biológicos foram utilizados para explicar comportamentos humanos, tidos direcionados pela natureza do indivíduo. Surgiram tabelas de classificação baseadas nas formas corporais. As peculiaridades regionais, mesmo já sendo reconhecidas, eram utilizadas para classificar as populações a partir de critérios de saneamento e de padrões de perfeição corporal. Os corpos que não se adequavam aos hábitos higiênicos eram considerados primitivos ou incultos e aqueles que apresentavam imperfeições orgânicas, eram classificados como tarados ou débeis. São os princípios da eugenia que se espalharam por vários países da Europa e América, incluindo o Brasil.

A eugenia baseia-se no movimento científico e social organizado a partir das concepções do cientista britânico Francis Galton, que em 1883 começou a aplicar os conhecimentos relativos à hereditariedade na tentativa de “melhorar a raça humana”, encorajando indivíduos considerados adequados a se reproduzirem e desencorajando os não ajustados ou não adequados a deixar descendência. Esse conceito é consolidado no final do século XIX quando a crescente industrialização e competição entre as nações trouxe incertezas e um certo pessimismo em relação à modernidade e seus males. Nesse cenário, o principal paradigma passou a ser a degeneração atribuída ao crime, imigração, trabalho urbano, vício e trabalho feminino. Acreditava-se que algumas doenças, como sífilis, tuberculose, alcoolismo e loucura, eram comuns entre as camadas populares e além disso

eram hereditárias (essas ideias aliadas ao surgimento da teoria de Darwin – teoria evolucionista da seleção natural das espécies – fez com que Francis Galton concluísse que a sociedade podia fazer com agilidade o que a natureza realizava de forma lenta e gradativa, ou seja, realizar uma seleção deliberada, aprimorando o estoque genético humano, favorecendo o surgimento de uma “raça melhorada” (SOUZA, 2013).

Essa tendência eugenista é percebida nos periódicos médicos em circulação no país. A partir da década de 1880 a *Gazeta da Bahia* começou a divulgar vários artigos tratando da questão da raça associada ao diagnóstico de doenças. A mestiçagem passou a ser encarada como responsável pela degeneração do povo brasileiro, assim as epidemias que assolavam o país, segundo esses médicos, era devido a nossa fraqueza biológica, resultado do cruzamento racial. Nesse periódico, tais argumentos não eram defendidos apenas através de relatos, mas por meio de fotos que ultrajavam a intimidade dos doentes, refletindo de forma arbitrária o retrato de uma nação assolada por diversas moléstias contagiosas.

Esse modelo de análise da doença aliada à raça, tornou-se mais perceptível na Bahia, com a consolidação dos estudos de medicina legal, na qual o objeto em destaque não era a doença ou o delito e sim o criminoso. De acordo com Schwarcz (2001), o vocabulário médico aproximou-se da linguagem policial, sendo que os estudos de frenologia ou craniologia passaram a ser utilizados para identificar as raças, analisar o motivo de seu atraso e avaliar a fragilidade dos cruzamentos. O médico e professor Nina Rodrigues² destacou-se na vanguarda desse movimento,

2 O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e participou da direção do periódico ligado à instituição, sendo responsável pela publicação de vários artigos sobre higiene pública. Possuía crescente interesse pela medicina legal e patologias da população brasileiras relacionadas à raça, acreditava, inclusive, na importância de definir com rigor raças puras primitivas e raças cruzadas, diferenciando-as, para tanto classificou como puras, a negra, a vermelha e a branca. Afirmava que as raças humanas eram muito distintas, por isso a mestiçagem produzia descendentes híbridos, ou seja, inférteis e sujeitos à degeneração. Tentou criar no interior da Faculdade de Medicina uma habilitação específica para o estudante

sendo inclusive defensor ferrenho da medicina legal e de sua autonomia. Foi a partir de sua atuação enquanto médico, professor e pesquisador que se avigorou o processo de afirmação profissional cujo objetivo maior era a criação de uma identidade grupal e a reformulação da imagem do médico, até então bastante menosprezada

Em 1904 o médico destacou mais uma vez a necessidade de regulamentar a figura do perito – no congresso pela unificação das leis processuais no Rio de Janeiro – e para corroborar seu apelo anexou a análise de vários casos médico-legais publicando na Revista dos cursos um extenso trabalho de revisão da legislação brasileira sobre a questão da assistência aos alienados, no qual apresentava um plano para a construção de um hospital asilo. No apêndice, anexou artigos que haviam sido publicados no *Diário de Notícias* da Bahia sobre a epidemia de beribéri que matou metade da população do Asilo João de Deus. Em virtude de sua campanha, os loucos restantes salvaram-se e através da Faculdade foi feito um convênio com o governo do Estado e um novo hospital foi construído, vale destacar que Nina fez parte da comissão que planejou o novo hospital. O relatório dessa comissão foi publicado no mesmo número da revista, que trouxe as bases do acordo entre a Faculdade de Medicina da Bahia e a Secretaria de Segurança sobre as perícias policiais a serem realizadas

que se especializasse em medicina legal. A proposta foi encaminhada à Congregação da instituição em 1892, mas foi negada. Em 1895 propôs a Sociedade Médico-Legal da Bahia que acionasse a Assembleia Legislativa do Estado para a criação de um serviço médico-legal, embora aprovada, a proposta nunca foi posta em prática. Mas Nina persistiu estabelecendo alianças com o aparato jurídico policial para o ensino prático de sua medicina. No ano de 1905 um incêndio atingiu parte da Faculdade de Medicina e o laboratório de Medicina legal, sendo destruídos diversos trabalhos importantes do pesquisador e médico maranhense. No ano seguinte foi indicado pela congregação da Faculdade de Medicina, para participar como delegado no IV Congresso Internacional de Assistência Pública e privada em Milão, embarcou com a família para a Europa, participando também de um Congresso em Lisboa, onde foi diagnosticado com câncer de fígado. Faleceu no dia 17 de julho – foi embalsamado pelo médico Brouardel – e foi sepultado na Bahia no dia 11 de agosto. Para mais informações sobre a trajetória de Raimundo Nina Rodrigues ver Corrêa (1998) e Rodrigues (1904).

sob a direção do catedrático de medicina legal, esses são os primeiros documentos sobre a colaboração feita entre a faculdade e a polícia. Os acordos foram reavaliados por Oscar Freire – que sucedeu Nina em 1907, sendo renovados sistematicamente nos anos seguintes. A figura do perito finalmente foi regulamentada pela Faculdade de Medicina da Bahia, caso que se repetiu no Rio de Janeiro e São Paulo, graças aos esforços dos discípulos de Nina Rodrigues. A atuação do médico foi precursora e relevante no que tange à medicina legal, em especial na questão dos alienados, mas esse ramo da medicina – embora tenha alcançado o Rio de Janeiro e São Paulo – não teve tanta ressonância como na Bahia (CORRÊA, 1998).

O periódico *Brazil Médico* diferenciou-se da *Gazeta Médica da Bahia* em virtude do volume, periodicidade e por representar de forma mais contundente as aspirações e agruras pelas quais passavam a medicina brasileira. Desde a sua fundação em 1887 foram diversos os números de ensaios publicados que tinham como objetivo auxiliar os colegas de profissão, ou seja, em seus primeiros anos foram diversos os textos sobre ginecologia, pediatria, clínica geral, ortopedia, casos cirúrgicos e receituários médicos que compunham a maioria das publicações. Contudo, se os casos corriqueiros eram a maior parte do material em circulação na Revista, não faltavam demonstrações de anormalidades físicas, relatos de doenças deformadoras com fotos principalmente de pacientes negros e mestiços. Uma questão delicada presente de forma constante no periódico versava sobre o “charlatanismo”, ou seja, condenava de forma veemente a atuação de curandeiros, práticos, “herbalistas” e todos que praticavam a arte de curar sem ter formação para tal. A Revista aceitava o modelo social-darwinista e até publicava artigos sobre medicina legal e alienação, mas essas teorias não inspiravam maiores interesses entre os médicos cariocas, pois nesse período a atenção dos mesmos estava voltada para a clínica médica e a divulgação da própria profissão, mas se até o final do século XIX o *Brasil Médico* não possuía uma identidade própria ou um projeto original, à partir de

então a situação modificou-se de forma significativa em virtude do fortalecimento da área de higiene pública, alterando o perfil do periódico que passou a atuar de forma intensa no combate às epidemias, bem como na divulgação de campanhas de saneamento em apoio à medicina “tropical” (SCHWARCZ, 2001).

A associação do Brasil às doenças, em especial de natureza transmissível, é de certa forma recente em nossa história, pois até a segunda metade do século XIX a ideia que prevalecia – sobretudo entre os cronistas estrangeiros – era a de um país tropical, de natureza exuberante, isento de males. Mas essa imagem se alterou a partir da incidência de várias moléstias contagiosas na então capital federal, das quais destacaram-se: a tuberculose, febre amarela, varíola, malária, cólera, beribéri, febre tifoide, sarampo, coqueluche, lepra, peste e escarlatina, que juntas representavam 42% das mortes registradas na cidade. Nesse momento, a atuação de médicos pesquisadores como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas merecem destaque. Motivados pelos avanços da medicina, passaram a propor medidas profiláticas e de saneamento através de uma intervenção direta no modo de vida, nos hábitos e costumes da população.

Em virtude dessa situação o periódico *Brasil Médico* passou a publicar no início do século XX vários artigos sobre higiene pública e saneamento, tendo como alvo: escolas, cemitérios, igrejas, residências e locais públicos em geral. A proposta era de que os hábitos fossem moralizados com vistas a controlar os costumes alimentares e higiênicos, bem como os desvios, para evitar a “degeneração”.

As práticas sexuais passaram a ser disciplinadas, e os casos de perversão, condenados. Em relação à prostituição – impossibilitada de ser abolida – passou a ser regulamentada. A sociedade passou a ser encarada como um imenso hospital, do qual os médicos eram os administradores, responsáveis por classificar os doentes e osãos, planejar reformas urbanas e administrar “remédios” – soluções para as doenças que assolavam a população – em larga escala (SCHWARCZ, 2001).

O discurso higienista e a medicalização da sociedade

A Europa do século XVIII assistiu à elaboração de uma política de saúde pública baseada na higiene. Os médicos e higienistas, partindo de teorias que relacionavam a doença com o meio ambiente, passaram a criar estratégias para a medicalização da sociedade, estabelecendo normas de comportamento, regras para a construção de hospitais, casas, cemitérios, escolas e espaços públicos. Dessa forma, os espaços considerados doentes começaram a ser medicalizados através de ações higiênicas de combate e prevenção de epidemias. No século V, antes da era cristã, o médico grego Hipócrates relacionava condições atmosféricas e localização das cidades, com a proliferação de algumas doenças. Esse conceito é retomado no século XVIII e denominado de neo-hipocratismo. É importante salientar que o neo-hipocratismo em vigor no oitocentos abrigava várias teorias, dentre as quais, a miasmática era a mais difundida. A partir dessa perspectiva, os miasmas eram todas as emanações nocivas oriundas de dejetos, lixo ou cadáveres que produziam gases pútridos, contaminando o ar e ocasionando o surgimento e disseminação de diversas doenças. A teoria miasmática, também denominada de infeccionista, evocava práticas de higiene do meio físico e social (BENCHIMOL, 2001).

No século XIX Pasteur descobriu os micróbios e iniciou uma série de estudos sobre a atuação destes em organismos vivos. Em 1873 ao se tornar membro da Academia de Medicina da França, passou a defender nesse espaço que parte das doenças contagiosas e processos infecciosos eram causados por esses micro-organismos. Suas pesquisas se articulavam em torno de identificar as bactérias causadoras de doenças e a profilaxia para combatê-las. Costa (2013) afirma que nesse período a teoria microbiana disputava com a miasmática a liderança entre as teses médicas em vigor, entretanto vale destacar que não houve um total consenso entre os médicos e ambas teorias disputavam as mesmas doenças e espaços de medicalização,

coexistindo no combate às diversas epidemias durante parte do século XIX e início do século seguinte.

As cidades portuárias brasileiras, incluindo a capital, continuaram sendo afetadas por várias enfermidades como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a febre tifoide e o cólera, resultante das condições sanitárias inapropriadas que assolava o país. Nesse contexto, médicos e higienistas passaram a ocupar importantes cargos públicos com a finalidade de criar mecanismos para o saneamento de vastas áreas do território nacional. O Estado brasileiro, nas esferas federal e estadual, começou a incorporar políticas de saúde pública e diretrizes para combater as diversas moléstias que assolavam a nação, partindo dos princípios europeus de higiene (SILVA, 2014).

Esse fenômeno ficou conhecido como “Movimento Higienista” e surgiu no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, tendo como principal tarefa modificar os hábitos da população brasileira e introduzir novos comportamentos e práticas de higiene, como forma de combater as moléstias que assolavam a população. O higienista era um médico que possuía especialização em saúde pública e na administração sanitária.

O saber médico nesse período tinha a finalidade de educar a população e introduzir novos padrões comportamentais com finalidade de reordenar os espaços públicos e privados, a partir de padrões higiênicos. Tais profissionais começaram a implementar políticas profiláticas muitas vezes de forma autoritária, organizando campanhas de erradicação de epidemias ou vacinações coletivas. Essas ações compulsórias, que partiam dos higienistas, muitas vezes, favoreceram o surgimento de situações vulnerabilidade ou de confronto com a população mais pobre. Podemos citar, como exemplo dessas ações, o chamado Bota-Abaixo³, implementado por Pereira Passos,

no Rio de Janeiro, e a Revolta da Vacina⁴, idealizada por Oswaldo Cruz, com o intuito de sanear a capital federal e erradicar a febre amarela (SILVA, 2014).

Os novos rumos da saúde pública nas páginas do jornal *Correio do Sul*

A partir da década de 1920, o discurso médico acerca da saúde começou a se transformar, principalmente por causa das reformas sanitárias propostas por Carlos Chagas e pela atuação da Liga Pró-Saneamento. Essa nova abordagem estava intimamente relacionada à disseminação de cursos de medicina no país e da sistematização do fazer médico. O discurso higienista era tema frequente nas rodas de conversa, nas escolas, faculdades, nos periódicos, enfim, estava presente no dia a dia dos brasileiros. Para demonstrar as mudanças ocorridas na percepção em relação à saúde e prevenção de doenças no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi realizada uma pesquisa no jornal *Correio do Sul* entre junho de 1928 e junho de 1929 na qual constatou-se que diariamente eram feitos anúncios de farmácias, que além de oferecerem “todo sortimento de drogas”, forneciam consultas médicas com profissionais que atuavam no município, destarte, frequentemente eram publicados artigos médicos abordando os sintomas de diversas

casas e de cortiços nos bairros centrais, desalojando os moradores que migraram para os morros cariocas, construindo barracos em bairros sem infraestrutura (PORTO, 2005). Para maiores detalhes sobre a reforma implementada por Pereira Passos, ver Benchimol (1992).

4 Em 1904, a cidade do Rio de Janeiro foi assolada por uma epidemia de varíola. O médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que assumira a Diretoria Geral de Saúde Pública, cargo equivalente ao de Ministro da Saúde, enviou ao congresso uma proposta que reiterava a necessidade de tornar a vacinação obrigatória. A lei já havia sido instituída desde 1827, mas, até então, não havia sido cumprida. Prevendo a resistência da opinião pública, idealizou a campanha aos moldes militares. As brigadas sanitárias entravam nas residências e realizavam a vacinação à força. A indignação da população fez surgir um motim popular que eclodiu no dia 11 de novembro de 1904, a chamada “Revolta da Vacina”. Nesse episódio, lojas foram saqueadas, bondes tombados e postos destruídos, o saldo foi de 23 mortos e 89 feridos. Cerca de 945 pessoas foram presas e calcula-se que metade delas foram enviadas para o Acre e submetidas a trabalhos forçados (Benchimol, 1992).

3 Em 1904, o presidente da República, Rodrigues Alves, traçou um plano de modernização do Rio de Janeiro com o intuito de combater as epidemias que assolavam a cidade e alargar as ruas, criando bulevares com uma atmosfera semelhante à de Paris. O plano foi implementado pelo prefeito Pereira Passos que, para isso, promoveu a derrubada de

moléstias, bem como a profilaxia das mesmas.

No período em estudo, eram anunciados diariamente medicamentos como: “Elixir de Nogueira”, para combater inflamações do útero, dores no peito, corrimento nos ouvidos, manchas na pele e tremores nos ossos; “Ankylol” para o combate à opilação, também descrito como amarelão; “Cafiaspirina” no combate à cólicas e demais incômodos do período menstrual; “Biotônico Fontoura”, fortificante indicado para homens, senhoras e crianças, além do suplemento alimentar “Quaker Oats”, que tinha como finalidade aumentar a disposição para o trabalho, fazendo com que o indivíduo passasse a sentir-se mais “energético”, sendo indicado para crianças, adultos, convalescentes e intelectuantes.

Havia no periódico uma sessão intitulada: “O que as mães precisam saber”, na qual eram enviadas cartas de mulheres que tinham alguma dúvida acerca de determinadas doenças, essas dúvidas eram esclarecidas por um médico, que geralmente tranquilizava as mães e fornecia informações sobre o tema. Destacamos aqui a carta de uma mulher que afirmava estar muito preocupada pois seu filho estava com diarreia em “virtude de dentição”, a mesma informou que o motivo de sua preocupação derivava do fato de uma criança da vizinhança ter tido convulsões por causa de situação similar. Outra sessão que merece destaque é o folhetim: “O Médico de si mesmo”, no qual o Dr. Luís Phillipe escrevia sobre várias doenças, como: gastrite aguda, doenças do coração, hipertensão, entre outras, destacando detalhadamente os sintomas, bem como a forma de tratamento. O informativo nunca se esgotava num único dia, trazia sempre no final da página a legenda: “continua”,



Figura 1 - Jornal Correio do Sul – 18 de abril de 1929. Fonte: Acervo pessoal da autora.

sem, contudo, indicar em que data, incentivando com isso que o leitor adquirisse o jornal diariamente caso quisesse ler a continuação. No dia 11 de abril foi publicada uma notícia informando que o prefeito Francisco Alves Athayde determinou vistoria nos quintais, chácaras e logradouros, tal fato se deu em virtude da descoberta de um caso de febre amarela em Campos. A notícia enfatiza que por haver comunicação diária de pessoas de Campos com habitantes de Cachoeiro a medida era necessária, o prefeito convocou toda a população a colocar o lixo retirado das habitações junto às calçadas para que fosse recolhido. Nos dias 06 e 20 de abril de 1929 foi publicado um informativo do médico Luís Phillipe intitulado: “O que todos devem saber sobre a Febre Amarela”, demonstrando que havia uma preocupação em relação à incidência de casos na região. Nos dias 18 e 20 de abril a Diretoria de Higiene trouxe um anúncio que tinha como título: “Guerra ao Mosquito Rajado”, descrevendo a aparência e hábitos do mosquito transmissor da febre amarela, como podemos ver **abaixo**:

A primeira página do jornal, datado de 01 de janeiro de 1929, abordou a relevância da assistência dentária infantil, destacando “ser esse um dos grandes problemas da atualidade”. O texto enfatizava a importância do “fortalecimento da nossa raça, tão aniquilada pelas endemias”.

Curioso, foi constar no periódico uma propaganda com o título: “Febre Amarela/ Coqueluche!”, que à primeira vista parecia se tratar de um informativo ou notícia sobre o tema, mas no decorrer da leitura, nos damos conta que se tratava de um informe publicitário da “Companhia Sul Américas Seguros”, afirmando que podia ajudar a combater tais doenças e convidava aos interessados a entrar em contato com o representante, Gil Mendes, sem contudo informar de que modo seria realizada a “ajuda” prometida.

Um fato bastante interessante anunciado durante vários dias no mês de maio de 1929 foi de uma pessoa que não se identificava, mas afirmava ter sofrido de reumatismo durante vários anos, tendo sido curada. Garantia que iria fornecer a receita para quem escrevesse para a mesma, revelando o remédio que a curou, mas era preciso enviar envelope selado para a resposta.

Para concluir a análise acerca da saúde no Brasil e da propagação do discurso higienista na imprensa de Cachoeiro, recorremos a um artigo de opinião publicado no dia 26 de janeiro de 1929 intitulado: “A Guerra à Saúva é Obrigatória”, do qual citaremos alguns trechos:

Hoje pode-se dizer que o Brasil é uma país saudável, apresentando de dia para dia um melhor coeficiente de saúde. As moléstias epidêmicas que de quando em quando nos assolavam, construindo um terrível instrumento de propaganda contra o país, tais como a varíola e a febre amarela, já estão quase que completamente combatidas. Mesmo o impudismo, talvez a enfermidade mais calamitosa do Brasil (...) quase não existe mais no território nacional, atingido pela obra da civilização. O Brasil de hoje deixou de ser um enorme hospital, convertendo-se em pátria vigorosa e exuberante (...) Mas quanto à formiga a frase em questão ainda continha a afirmar uma grande verdade. O Brasil é um formigueiro colossal (Jornal Correio do Sul, 26 de janeiro de 1929, p.1).

Todas as medidas profiláticas e de saneamento encampadas pelo Governo Federal e realizadas pelos médicos sanitaristas no início do século XX tiveram ressonância em várias partes do Brasil, sendo responsáveis pela mudança de hábitos da população e de uma maior veiculação de informações relacionadas à saúde e prevenção de doenças. No município de Cachoeiro de Itapemirim o jornal *Correio do Sul* publicava diariamente notícias relacionadas ao tema, que incluíam desde a propaganda de novos medicamentos a informativos relacionados aos sintomas e tratamentos de doenças que assolavam a população. Nesse contexto a medicina tornou-se porta-voz de um modelo de organização social coordenada pelos princípios higienistas.

Referências:

Documentação Primária

Jornal *Correio do Sul*. Ano I, junho de 1928 - junho de 1929. Versão microfilmada: Arquivo Público do estado do Espírito Santo, Vitória, ES.

Bibliografia de Apoio

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusp, 1998.

COSTA, Maria Cleria Lustosa. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. *Revista Mercator*. Vol. 12, nº 2., Fortaleza, set/dez 2013, p. 51-67.

EDLER, Flavio. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Revista Asclépio*. Vol. 2, nº 2, 1998, p.169-186.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NOBREGA, Terezinha Petrucia da. *O Brasil-Médico e as contribuições do pensamento médico-*

higienista para as bases científicas da educação física brasileira. *Hist. cienc. Saúde*. Manguinhos, vol.15, n.1, p. 209-219, 2008.

NOGUEIRA, Roberto Passos. *Do físico ao médico moderno: a formação social da prática médica*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

PORTO, Mayla Yara. Uma Revolta Popular contra a Vacinação. *Revista Ciência e Cultura*, vol. 55, nº 1, São Paulo, Janeiro/Março, 2005.

REZENDE, Jofre Marcondes. *O ato médico através da história*. In: REZENDE, J. M. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Unifesp, 2009, p. 111-119.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os progressos da medicina legal no Brasil*. Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, n. 1, p. 11-50, 1904.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1991.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *Escola Tropicalista Baiana: registro de uma ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)* – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC – S.P – Dissertação de mestrado – São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da Cura: a institucionalização da medicina acadêmica e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, Filipe Maciel de. *Eugenia Negativa no Brasil: Renato Kehl e suas lições de eugenia*. Universidade Federal do Paraná. Monografia. Curitiba, 2013.

Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019

Estados

Eleitor

ito Scruto

cidade do Espir

DOCUMENTO

**ELEIÇÕES NO INÍCIO DO
SÉCULO XIX: LISTA DE
VOTAÇÃO DA SEGUNDA
ELEIÇÃO DE JUIZ DE PAZ
DE ITAPEMIRIM (1832)**

Kátia Sausen da Motta

*Doutora em História (UFES). Pós-Doutoranda do
Programa de Pós-Graduação em História da Ufes.
Bolsista Capes e Apoio Financeiro Fapes.*

RESENHA

A transcrição a seguir trata-se da cópia da Lista de votação resultante da eleição de Juiz de Paz e Suplentes da vila de Itapemirim (Província do Espírito Santo), ocorrida no ano de 1832. Considerando que o processo eleitoral do magistral local foi regulado pela Lei de 1º de Outubro de 1828, o documento constituiu registro histórico do segundo sufrágio municipal daquela localidade nos primórdios do Brasil Império. O pedido, como se verá, partiu de José Tavares Brum e Silva, importante proprietário de terras da região sul da província e sogro do futuro Barão de Itapemirim, Joaquim Marcellino da Silva Lima. José Tavares fora o primeiro juiz de paz da mencionada vila, desempenhando a função entre os anos de 1829 e 1832, ano em que foi marcada nova eleição (MOTTA, 2013, p. 137-142). No pleito de 1832, José Tavares angariou o quinto lugar na votação para o cargo principal e o primeiro para a vaga de suplente. Interessante é notar a presença de seu genro na disputa pela função local.

O documento é constituído pelo Requerimento de José Tavares Brum e Silva à Câmara Municipal de Itapemirim, datado de 1833, e pela cópia da Lista de Votação de Juiz de Paz e Suplentes de 1832. Conforme informação da própria fonte, os dados foram extraídos da Lista Oficial pelo secretário da Câmara Municipal, que se encontrava na época alocada no Arquivo daquela instituição. Atualmente, não há indícios da sobrevivência do documento original. No entanto, a cópia de 1833 faz parte do acervo do Arquivo Público do Espírito Santo, estando localizada na Série Accioli.

Cabe salientar que atas e listas eleitorais são raras para a primeira metade do século XIX (NEVES, 1995; NASCIMENTO, 2010; MOTTA, 2013). O não envio dos documentos para a Câmara Municipal, conforme previa a lei, o extravio e a ação do tempo nos arquivos foram fatores que, possivelmente, contribuíram para a carência de fontes dessa natureza. Portanto, este testemunho eleitoral oferecido ao leitor da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo contribui para discutir as disputas políticas ocorridas na província capixaba sob o regime representativo e as primeiras experiências eleitorais dos novos cidadãos do país recém-independente.

TRANSCRIÇÃO

Fl.1 - Frente

Diz Jozê Tavares de Brum Silva/ do termo desta Villa que para sertos/ Requerimentos que tem a fazer precisa/ que o Secretário da Camara Municipal/ desta Villa lhe passe Certidão da apu-/ração de Vottos que obtiverão os sida/ daes desta mesma para Juis de Pas, / Suplentes que tudo hade Constar/ da Acta Lavrada pelo mesmo Co-/ legio Eleitoral tudo com a presiza cla-/ reza para tanto.

P. A. Vr. Srn. Secretario

da Camara Municipal

Seja servido passar na forma

que o Suplicante Requerente.

E. R. M.

Bento José Rodrigues Augusto, Cida-/dam Brasileiro

Fl.1 – verso

Secretario da Camara Municipal/ desta Villa de Itapemirim Comarca/ na Província do Espírito Santo/ deste Império do Brasil. [assinatura]

Certifico que revendo a Lista/ dos votos que obtiverão para juis/ de Pas desta Villa, e seo Termo, e para Suplentes do Juis de Pas da mesma/ Villa, he tudo da maneira Seguinte:

Apuração dos Votos para/Juis de Pas e seos Suplentes./

Para Juis de Pas obtiverão os votos seguintes.

O Sargento Môr Joaquim Marce-/Ilino da Silva Lima, vinte e dois/ – 22 – vottos.
O Alferes Francisco de/ Paula Gomes, vinte e dois – 22 – vottos./ José Rangel de Carvalho, dezoito/ – 18 – votos. João de Nepomuceno Gomes/ – 11 – onze vottos.
José Tavares de/ Brum e Silva sete vottos – 7 –./ O Capitão José da Silva Quin-/ taes, coatro vottos – 4 –. O Capitão/ Francisco José Alves Silva, três vottos – 3 –.

Para Suplentes

José Tavares de Brum e Silva, dezenove – 19 –/ vottos. Francisco de Paulla – 16 – dezeceis vottos. O Capitão Francisco Jose Alves Silva, dezeceis votos – 16 –.

[illegible]

Fl.2 – Frente

João Rangel de Carvalho, nove vottos/ –9 –. O Capitão Jose da Silva Quintaes,/ - 7 – sete vottos./ João de Nepomuce-/no Gomes, seis vottos – 6 –. O Reverendo/ Vigário, Joaquim de Santa Anna,/ Lamego – 4 – coatro vottos. José da/ Silva Pessanha, coato vottos – 4 –./ José Francisco de Oliveira, três vottos – 3 –/ José Manoel Alves, hum voto/ - 1 –; Francisco Moreira da Silva Lima, hum votto/ - 1 –. João Gonçalves Vianna, hum voto – 1 –.

Cuja Lista foi Remetida a Camara/ Municipal desta Villa, pella Me-/ sa Eleitoral, em dia oito de Setembro/ do anno de mil oito Centos e trinta/ e dois = José da Silva Quintaes, O Vigá-/ rio Joaquim de Santa Anna Lame-/ go, Joaquim Marcelino da Silva/ Lima, Francisco de Paulla Gomes,/ João de Nepomuceno Gomes,/ João da Silva Pessanha = E nada mais/ se continha na dita Lista, da qual eu/ Secretário Extrahi a presente Cer-/ tidão, a qual na (ilegível), que exis-/ tenho Arquivo da Camara Municipal/ Vila de Itapemirim em 23 de Janeiro/ de 1833. Bento José Rodrigues Augusto,/ Actual Secretario a escrevi e assinei.

Bento José Rodrigues Augusto

[Assinatura]

Fonte: APEES. Série Accioli, Livro 41. Cópia da Lista de Votação para Juiz de Paz e Suplente de Itapemirim, 1832.

Referências

MOTTA, Kátia Sausen da. **Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)**. 2013. 211f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **Os “homens” da administração e da Justiça no Império: eleição e perfil social dos juizes de paz em Mariana**. 2010. 194f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Las elecciones en la construcción del império brasileño: los limites de uma nueva práctica de la cultura política lusobrasileña 1820-1823. In: ANNINO, Antonio (Org.). **Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX**. Montevideo: Fondo de Cultura Económica, 1995.

RESENHA

**O DOCUMENTO
ARQUIVÍSTICO ANTE A
REALIDADE DIGITAL: UMA
REVISÃO CONCEITUAL
NECESSÁRIA**

Andre Malverdes

Doutor em Ciência da Informação. Arquivista e Historiador. Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

A publicação que ora apresentamos cumpre um importante papel na Arquivologia e na Ciência da Informação ao abordar de maneira interdisciplinar a questão do documento arquivístico digital. Esta é uma obra fundamental para quem lida com os documentos arquivísticos diante da realidade digital, sejam arquivistas, profissionais da informação em geral, ou para a sociedade como um todo. A autora consegue trazer uma obra essencial no conceito da arquivologia a partir de uma vasta bibliografia e um debate conceitual de autores de várias épocas de maneira interdisciplinar e acessível. Com isso, esse livro se torna essencial para o entendimento do documento arquivístico digital com discussões que vão além da sua área específica de conhecimento.

Um exercício epistemológico a partir do desafio de “dar nome as coisas”, nas palavras de Heredia Herrera (2005), uma ciência ou uma disciplina necessitam ter como veículo de expressão um léxico comum para conseguir um entendimento correto. É fundamental contarmos com termos claros, exatos, que correspondam a conceitos universais em matéria de arquivo. Uma saga, vislumbrando entendermos o desenvolvimento do conceito, para então pensarmos em sua consolidação na análise do documento arquivístico digital. O livro é dividido em quatro capítulos (Documento e informação: variações conceituais a partir da ciência da informação e da arquivologia; Diplomática e arquivologia: trajetória que se cruzam; documento arquivístico: o que é?; O conceito de documento arquivístico diante da realidade digital), além da introdução e considerações finais, organizados em subcapítulos, recurso que possibilita uma leitura mais objetiva.

No primeiro capítulo *Documento e informação: variações conceituais: variações a partir da ciência da informação e da arquivologia* é apresentado um paralelo entre essas duas áreas, arquivologia e ciência da informação, de forma muito interessante pelas possibilidades de diálogo, o que acaba por se tornar um lugar de encontro nas características da materialidade e funcionalidade, que tanto o documento como a infor-

mação possuem. Com o decorrer da leitura é possível perceber como o livro consegue preencher a necessidade de esclarecimento sobre as diferenças entre documento, informação, documento arquivístico e documento arquivístico digital (RONDINELLI, 2013).

No segundo capítulo intitulado *Diplomática e arquivologia: trajetória que se cruzam* é possível ampliarmos nosso entendimento da reassociação da arquivologia com a diplomática e as possibilidades no século XXI, gerando muitos frutos teóricos, metodológicos e práticos no âmbito dos documentos arquivísticos digitais. De acordo com Bautier (1961, p.210, *apud* Rondinelli, 2011, p.113) “A diplomática e a arquivologia são, ambas, ciências dos documentos de arquivos, sendo legítimo perguntar qual deveria ser a esfera de interesse de cada uma”. O próprio Bautier responde: “A arquivologia não se interessa por um documento isolado, mas por agrupamentos de documentos [...]”. Ao contrário, a diplomática se atém ao documento de arquivo por si só: primeiro à sua forma e depois à sua gênese”. Evidente que para o nosso entendimento, a reassociação da diplomática com a arquivologia constitui um importante marco na trajetória de ambas as áreas.

No terceiro capítulo da obra intitulado *Documento arquivístico, o que é?*, a autora dedica-se à inescotável tarefa de analisar o conceito de documento arquivístico desde o Manual dos Arquivistas Holandeses, no século XIX, aos estudiosos contemporâneos. O arquivista se distingue dos demais profissionais ao entender o documento arquivístico no seu todo, sendo assim, essa árdua tarefa de entendimento do conceito diante de uma vasta literatura é uma condição *sine qua non* para compreendermos a arquivologia como ciência.

O critério de seleção das obras foi o grau de contribuição dos autores e seus escritos para a consolidação do conceito. Nessa metodologia é interessante destacar que a análise dos dicionários e manuais no levantamento teórico parte da premissa de que servem para demonstrar como conceitos são percebidos e compreendidos pela comunidade pro-



RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

fissional na qual são utilizados. No que diz respeito as variações conceituais dos termos documento e informação no âmbito da ciência da informação e da arquivologia cabe destacar as palavras de Yeo, 2007 (*apud* Rondinelli, 2011, p.143): “definições podem não oferecer verdades irrefutáveis, [...] mas são úteis para demonstrar como conceitos são percebidos e compreendidos pela comunidade profissional no qual são empregados”.

Por fim, o quarto capítulo denominado *O conceito de documento arquivístico diante da realidade digital* busca um passeio pela literatura especializada do tema e na experiência da autora na Câmara Técnica

de Documentos Eletrônicos, no Conselho Nacional de Arquivos e no projeto InterPARES. A autora consegue com muita propriedade definir o documento arquivístico digital debatendo suas características segundo a diplomática, sua classificação, seu conceito de varialidade, sua credibilidade, seus ambientes digitais e seus constantes desafios inseridos no que se entende por multiproveniência diante da arquivística pós custodial.

Essa publicação tem a capacidade de orientar não somente os cientistas da informação, em especial os arquivistas, mas especialistas das mais diversas áreas. E deixa claro, que para todo arquivista é

óbvio, ou pelo menos deveria ser, que, embora todo o documento arquivístico seja um documento, nem todo documento é um documento arquivístico. E no caso do digital isso não é diferente, embora nem sempre tão evidente aos olhos da maioria dos profissionais. O grande desafio da Rosely Curi Rondinelli nessa publicação foi o de percorrer os caminhos de uma questão tão nova e contemporânea e o seu diálogo ultrapassou os limites teóricos nacionais travado com especialistas e pesquisadores de ontem e hoje de diferentes países.

As novas ferramentas têm a tarefa de converter-se em instrumentos de difusão dos arquivos e

gestão do patrimônio arquivístico brasileiro. O que podemos definir nesta leitura é que existe muito a ser feito, nesse sentido o estudo e definição de seus conceitos se torna urgente. O documento arquivístico digital da atualidade forma parte indissociável do patrimônio documental e as definições necessárias nessa tarefa necessitam urgentemente ser pensadas coletivamente visando alcançar seus objetivos maiores, como: identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o material de arquivo e assegurar que a descrição resultante seja uma representação precisa desse material para, enfim, promover o acesso e sua plena utilização.

O profissional da informação das mais diversas áreas, voltado para a questão do documento arquivístico digital, tem que pensar o mesmo como um registro que existe em duas realidades. De um lado documento arquivístico, que já nasce digital e transborda a capacidade das instituições de organizar esse acervo adequadamente por não priorizá-lo como parte de seu patrimônio documental, de outro, os processos de digitalização dos acervos e sua disponibilização em redes através da internet para os mais diversos tipos de usuários. Esse novo contexto coloca o profissional da informação diante de um conjunto de perguntas, que necessita ser pensado, e de desa-

fios impostos por essa nova realidade que se apresenta. A leitura desse livro é um pontapé inicial para que possamos compartilhar e analisar os melhores caminhos a serem seguidos.

Bibliografia:

HEREDIA HERRERA, Antonia. El nombre de las cosas o el valor de las palabras. *Revista del Archivo Nacional del Peru*, Lima, n.25, p.27-32, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária* / Rosely Curi Rondonelli -- 2011.



REPORTAGEM

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

ARQUIVO PÚBLICO RECEBE COLEÇÃO DOCUMENTAL DO MÉDICO JAYME SANTOS NEVES

Jória Scolforo

*Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Doutoranda em História - Ufes*

A História da Saúde no Espírito Santo recebeu uma nova fonte de pesquisas com a doação do acervo pessoal do médico Jayme Santos Neves ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A coleção é composta por sete diários, medalhas de homenagens, placas condecorativas, correspondências, fotografias, carteira de trabalho, entrevistas, dentre outros documentos. A entrega foi feita pela ex-funcionária do Sanatório Getúlio Vargas (SCV), Elídia Maria Franzin.

Jayme Santos Neves, nascido em Vitória, em 24 de agosto de 1909, foi médico, professor e escritor, sendo um dos pioneiros nas ações de políticas sanitárias no Estado. Os materiais doados ao APEES permitem recordar a trajetória de Jayme, não apenas nos aspectos técnicos e profissionais, mas também referentes à sua vida cotidiana, como a infância, as relações familiares e o ingresso na Universidade. Sua principal área de atuação foi o combate à tuberculose, pelo qual realizou diversos trabalhos que visavam à busca de soluções para a redução da gravidade e alcance da doença.

Ao falar da sua atuação como médico em diários que fazem parte do acervo, Jayme descreve: “mais que uma profissão, a Medicina é uma atitude frente à vida, uma entrega, uma aspiração. Se o Direito põe a lei acima de tudo, se a Engenharia sobrepõe a técnica acima de todas as coisas, a Medicina, acima das leis e das técnicas, coloca o amor, a bondade. O médico, no limiar de sua carreira promete, segundo o juramento formulado pela Organização Mundial da Saúde, consagrar a vida ao serviço da humanidade. A distância que separa a competência e a autoridade do médico da timidez e angústia do doente deve ser rapidamente percorrida através de entendimento

fácil, entre uma compreensão que se inclina e uma confiança que se eleva”, diz o relato.

Foi ele quem criou a Liga Espírito-Santense contra a Tuberculose (LESCT), em 1933. No ano de 1940, assumiu a diretoria dos Serviços Sanitários do Estado. Desempenhou ainda as funções de diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, consultor da Organização Pan-americana de Saúde, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e assessor do Ministério da Saúde para o controle do tabagismo no Brasil; tornando-se destaque em saúde pública em todo o país. Faleceu em novembro de 1998.

A Medicina e Jayme Santos Neves

A sua ligação e encanto pela medicina podem ser observadas em seus diários e entrevistas. Ao concluir o curso ginásial Jayme conta que o seu pai, o médico João Santos Neves, lhe questionou: “e agora, meu filho, o que você pretende fazer”? Rápido, respondeu “vou estudar câmbio e variação do valor das moedas”. Ele afirma que o pai, após ficar calado bastante tempo, argumentou: “você podia pensar um pouco mais, e quem sabe, a Medicina? Salvar vidas, acudir aos outros nas enfermidades, sentir-se útil na prática de cada dia, traz uma recompensa interior que dinheiro nenhum jamais lhe poderá trazer”.

Diante das observações do pai, Jayme não hesitou. “Não preciso pensar, vou fazer Medicina. Gosto de ver o senhor como médico, e já pensei muitas vezes em ser igual. Conte comigo. Vou esquecer o câmbio. Estava só brincando”. Após a decisão, prestou vestibular e seguiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. “Comecei uma vida nova. Levantava entusiasmado e lá ia bem cedinho, de bonde, para a Faculdade. Com tudo indo bem nos estudos, Getúlio Vargas empossado, tudo calmo no Rio, pude correr atrás do que mais me interessava, o Curso de Tuberculose. O início coincidia com a minha formatura e sem perder tempo garanti a inscrição” relata.

Ao abordar a sua colação de grau, Jayme descreve o emocionado encontro com os pais e o seu profun-

do interesse pela tuberculose. “A turma dos parentes e amigos ainda me cobria de abraços e beijos, quando papai pede silêncio. Então, ele pega minha mão e, com muito carinho, coloca em meu dedo o seu anel de 40 anos”. Ele comenta: “meu filho, agora é a sua vez”. “Abraçamo-nos demoradamente e choramos”.

O medo da tuberculose

Jayme também conta em seus diários que o pai receava a tuberculose, pois ele sabia que o contato constante poderia ser fatal. “Mas eu não podia ceder ao seu medo. Era o que eu queria fazer” destaca.

“Aí pedi: então o senhor me empresta o dinheiro. O aparelho custa caro e tenho que mandar vir da França. Pretendo chegar em Vitória já com ele. O senhor bem sabe que este é o único tratamento de verdade para a tuberculose. E não tem ninguém lá que faça pneumotórax”. “Está bem, mas esse dinheiro você vai me pagar tostão por tostão. Jamais lhe daria uma arma contra sua própria vida”, disse o pai.

Na escrita do diário é possível apreender os riscos e o medo provocado pela doença. Nas clínicas e consultórios, o tuberculoso não entrava.

“Se um coitado tossisse duas ou três vezes, no cinema, na igreja, no clube... era a conta de um cutucar o outro e dar um jeito de se afastar. Era impossível internar um tuberculoso num hospital geral. Os hospitais particulares, principalmente os de montanha, eram caríssimos. Os tuberculosos pobres ficavam amontoados nos pavilhões do Caju e São Sebastião, numa elevação chamada ‘colina do sofrimento’”, descreve.

Diante da presença epidêmica da doença na cidade de Vitória, foi dele a iniciativa de criar o Sanatório Getúlio Vargas, mediante pedido feito ao então Interventor Federal no Espírito Santo, João Punaro Bley. O local escolhido foi o bairro Maruípe, na capital capixaba. No período de 1942 a 1967, no qual esteve em funcionamento, a instituição foi responsável por acolher os doentes para tratá-los ou ampará-los na fase terminal da enfermidade.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2018

O presente Relatório de Gestão aborda os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial. Está organizado de modo a permitir uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito da instituição no exercício de 2018, em atendimento ao que determina o Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES é um órgão de Regime Especial da administração direta do Governo do Estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura - SECULT. É responsável pela gestão documental e guarda dos

documentos gerados pelos diversos órgãos e secretarias do Poder Executivo Estadual, classificados conforme a procedência, formando assim os fundos documentais, sendo estes preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo. A instituição guarda ainda documentos de outras origens, sejam públicas ou privadas.

Com base nessas prerrogativas o APEES tem como missão promover a política estadual de arquivos, definida pela legislação arquivística, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, a fim de garantir ao governo e à população o acesso seguro e eficaz à informação, além de incentivar e produzir conhecimento científico e cultural.

Seguem abaixo algumas das nossas principais atividades e informações administrativas do corrente ano:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
400102 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						
Acumulado até Dezembro/2018						
Anexo XII, da Lei 4.320/64						
Despesas orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	1.443.000,00	1.643.613,00	1.590.578,57	1.507.555,56	1.481.579,80	53.034,43
Pessoal e encargos sociais	912.000,00	966.500,00	938.576,62	938.386,16	938.385,72	27.923,38
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	531.000,00	677.113,00	652.001,95	569.169,40	543.194,08	25.111,05
Despesas de capital	10.000,00	1.017.465,07	202.015,19	72.572,19	72.572,19	815.449,88
Investimentos	10.000,00	1.017.465,07	202.015,19	72.572,19	72.572,19	815.449,88
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das despesas (vi)	1.453.000,00	2.661.078,07	1.792.593,76	1.580.127,75	1.554.151,99	868.484,31

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Recursos financeiros

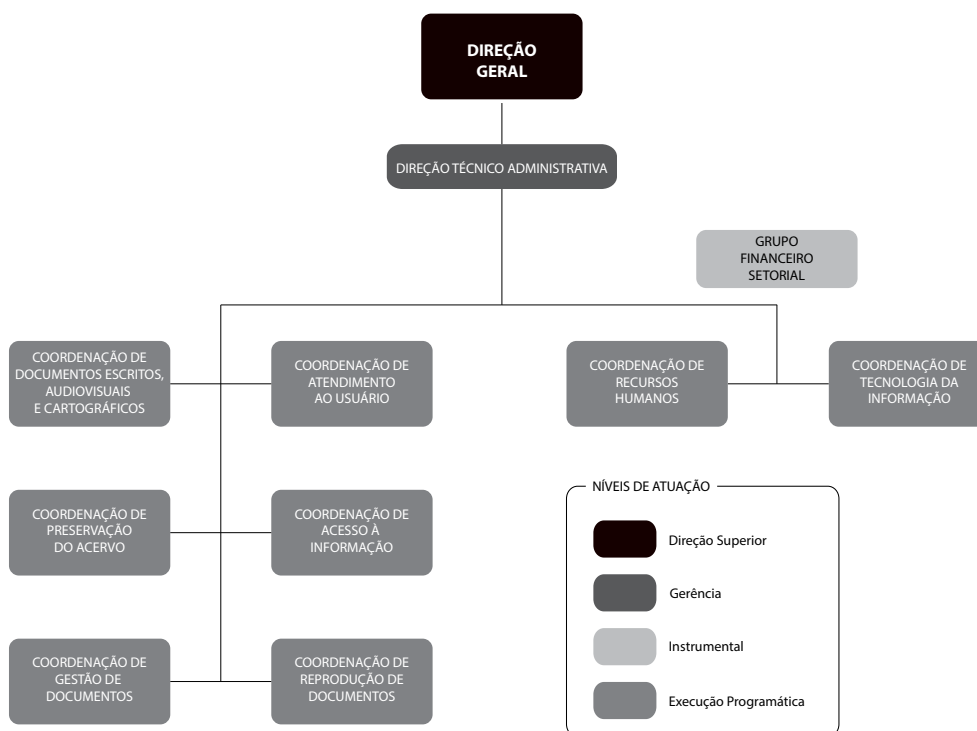
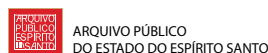
O orçamento do ano-exercício de 2018 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo obteve seus valores aprovados pela lei nº 10.784, de 18 de dezembro de 2017, cuja despesa total fixada inicialmente foi de R\$ 1.453.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil). No decorrer do exercício foram realizados Créditos Suplementares de custeio, pessoal e investimentos, que provocou um acréscimo global da despesa autorizada em 2.661.078,07 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setenta e oito reais e sete centavos).

As despesas empenhadas somaram um total de R\$ 1.792.593,76 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e seten-

ta e seis centavos), sendo R\$ 938.576,62 (novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos) com pessoal e encargos sociais; R\$ 652.001,95 (seiscentos e cinquenta e dois mil, um real e noventa e cinco centavos), com outras despesas correntes e R\$ 202.015,19 (duzentos e dois mil, quinze reais e dezenove centavos) com investimentos, o que corresponde à média de 70% do valor fixado.

Atendendo às determinações do Governo, por meio do Decreto Nº 3.755-R, de 02 de janeiro de 2015, continuamos com o racionamento das despesas com pessoal, energia elétrica, água, limpeza e conservação, dentre outras ações.

Na tabela abaixo demonstra o comparativo da despesa fixada com a despesa realizada:



Organograma do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Recursos humanos

A Coordenação de Recursos Humanos – COREH é responsável pelos registros e lançamentos dos dados de todos os servidores do APEES no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES, pela elaboração e publicação de atos no Diário Oficial, pelo processo de nomeação e exoneração, pela inscrição de cursos na Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo (Esesp), pelo controle de Suprimento de Fundos, pela frequência, censo anual dos Servidores, Vale Transportes, abonos e férias, pela Ouvidoria do APEES, pela Avaliação de Desempenho Individual e Estágio Probatório. Além dessas atribuições, a titular do cargo é respon-

sável pela fiscalização de diversos contratos, e membro de comissões internas, pregoeira da Comissão de Licitação do órgão e coordena atividades de integração entre os servidores da instituição.

Durante o ano de 2018 o APEES manteve em seu quadro 25 servidores, entre comissionados, efetivos e remanejados, além de 10 estagiários.

Atualmente os servidores estão distribuídos conforme organograma abaixo:

Além dos cargos contemplados no organograma acima, o APEES possui um Diretor Geral, um Diretor Técnico Administrativo, dois Assessores Técnicos, sete Agentes de Serviço I, oito Coordenadores, um Historiador, uma Arquivista, 1 uma Jornalista, um Engenheiro Civil, um Motorista, um Chefe de Grupo Financeiro, totalizando 25 servidores.



Programa de Gestão Documental

A gestão de documentos é uma atribuição legal do APEES desenvolvida pela Coordenação de Gestão de Documentos (COGED). Além de realizar atividades arquivísticas internas, a coordenação presta suporte técnico a todos os órgãos e secretarias do Executivo Estadual, conforme a legislação vigente, as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Programa de Gestão Documental do Governo do

Estado do Espírito Santo (PROGED). Em 2018, pode-se destacar a atuação na elaboração do sistema E-Docs e o levantamento das classes e tipos documentais produzidos e recebidos no âmbito das atividades administrativas do Governo do Estado para atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade das Atividades-Meio. A coordenação de Gestão de Documentos do APEES atende a todos os órgãos e secretarias do Poder Executivo Estadual, além de orientar sobre a criação de arquivos municipais, entre outros.

Acervo documental

Criação da Galeria dos ex-Governadores

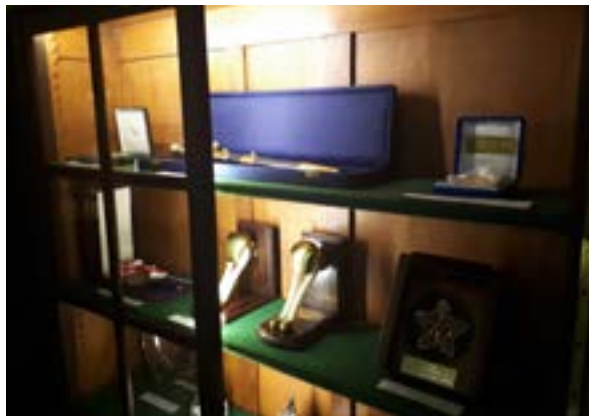
Para guardar e dar acesso aos documentos em 3D doados pelos ex-governadores do Estado, o APEES disponibilizou, em um ambiente na Sala de Consultas, cinco armários contendo em suas prateleiras diversas homenagens recebidas pelos ex-titulares do Governo Estadual. São medalhas, quadros, troféus, diplomas, faixas e demais condecorações recebidas pelos ex-governadores durante seus mandatos políticos. Os destaques são para a coleção Élcio Álvares e Vitor Buaiz.

Coleção Vitor Buaiz

Foi realizada a catalogação e a inserção do material do ex-governador Vitor Buaiz, que é composto por placas, comendas e medalhas. Essa atividade foi finalizada em abril de 2018, se juntando aos livros e vhs já catalogados. O trabalho consistiu em higienizar; fotografar; catalogar; e armazenar adequadamente cada peça.

Coleção Rubem Braga

Um acervo bibliográfico composto por livros, matérias da imprensa, fotografias e cartas do escritor capixaba Rubem Braga foi doado por familiares do escritor ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e está disponível para consultas e pesquisas. Envolto nos temas e angústias do cotidiano, o autor, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, é reconhecido como um dos mais importantes cronistas do país.



Acervo Ceasa

Uma coleção de 226 fotografias das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa) foi doada ao Arquivo Público e passou a integrar o acervo histórico da instituição. Nela, há imagens dos anos de 1974 a 1977, abrangendo o período de construção e implantação da Ceasa em frente à BR 262. Anteriormente os produtos eram comercializados na Vila Rubim, no centro de Vitória.

Acervo Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)

Grande parte da documentação histórica da ditadura civil-militar (1964-1985) no Espírito Santo encontra-se no acervo do Arquivo Público. Em 2018 foram digitalizados 1049 itens deste Fundo, que passaram a compor o acervo virtual do projeto “Memórias Reveladas”.

Reprodução de documentos

Acervo de interesse genealógico - Cooperação Técnica com os Mórmons

Um acordo de cooperação técnica entre a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), por meio da Family Search e o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foi assinado no dia 30 de outubro com o objetivo de digitalizar gratuitamente, 2,5 milhões de documentos, dentre eles listas de escravos, índios, registros da entrada de imigrantes de diversas nacionalidades, listas de navios, relações de

colonos, matrícula de lotes, recenseamentos e certidões de nascimento, casamento e óbito das décadas de 1920 a 1970.

Jornal "A Tribuna"

O setor de microfilmagem de documentos procedeu com a reprodução do acervo do jornal "A Tribuna" referente às décadas de 1950 a 1980. Esse acervo é único e estava sob a guarda do APEES e da Biblioteca Pública Estadual. Na medida em que são reproduzidos, os rolos de microfilmes são colocados à disposição para consulta pública.

Atendimento ao público

Foram atendidas diretamente na sala de consultas do APEES 2.040 pessoas. Durante o ano de 2018 o APEES recebeu 55 visitas escolares e universitárias, totalizando 859 alunos participantes. Foram feitas 182 solicitações de reprodução de documentos, somando 1.819 páginas ou imagens digitalizadas. Na sala de consultas também foi feita a doação de 489 livros, no espaço dedicado a esse fim, mantido pela instituição. Foram incorporadas 94 novas obras ao acervo da Biblioteca Maria Stella de Novaes, que funciona junto à Sala de Consultas do Arquivo Público.



Projeto Imigrantes Espírito Santo

O Projeto "Imigrantes Espírito Santo" foi criado em 1995. O banco de dados, composto por mais de 50 mil nomes, refere-se a imigrantes provenientes de diversas nacionalidades, como Itália, Alemanha, Espanha, Líbano, Portugal, Polônia, Holanda, Suíça, Áustria que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1812. Um dos produtos do Projeto é a emissão do "Registro de Entrada do Imigrante", documento que traz as informações sobre os antepassados, como idade, navio e região de procedência, dentre outros dados.



Em 2018 foram emitidos 681 Registros na sede da instituição. Foram enviados 424 pelos Correios. Outros 1.302 foram entregues nas ações do Arquivo Itinerante, que dispõe de uma van adaptada como escritório móvel para atendimento ao público. O Arquivo Itinerante percorre o interior do Estado a fim

de viabilizar o acesso àqueles que não podem pesquisar diretamente no APEES ou na web. Neste ano, o projeto esteve nos seguintes locais: Buenos Aires (Guarapari); Santa Leopoldina; Solidão (Iconha); Santa Maria de Jetibá; Araguaia (Marechal Floriano); Nova Venécia; e Vila Pavão.

Preservação e restauração do acervo

Durante o ano de 2018 a Coordenação de Preservação do Acervo (COPAC) desenvolveu suas atividades em diversas frentes de trabalho, de acordo com as necessidades da instituição, tanto para o atendimento aos usuários do acervo, como para as exigências de conservação e preservação. A coordenação é responsável pelo preparo, higienização, acondicionamento de todos os documentos solicitados pelos consulentes, de acordo com a demanda, para pesquisas na Sala de Consultas. Destacam-se em 2018 os

seguintes trabalhos: Desencadernação e restauração de códices manuscritos, totalizando 1.072 documentos; Higienização de 43 cartazes relativos a eventos culturais do ES; Limpeza e acondicionamentos de 56 negativos fotográficos com registros do Ticumbi (manifestação da cultura popular do Norte do Espírito Santo). Restauração e acondicionamento de dois mapas do Estado do Espírito Santo, datados de 1912. Parcerias para digitalização e restauração de quatro filmes raros do acervo cinematográfico do APEES.

Segurança patrimonial e sistema anti-incêndio

O edifício no qual está instalado o Arquivo Público foi reformado entre 2008 e inaugurado no final de 2011, ou seja, as instalações são praticamente novas, em espaços adaptados para acolher o acervo documental, para a realização dos serviços internos ou para o atendimento ao público.

Realizamos ações preventivas de proteção ao acervo, rotineiramente: climatização dos espaços de guarda com controle de umidade e temperatura, restauração de documentos, além da digitalização e microfilmagem para acesso e proteção ao acervo original.

Em 2018 foi instalado o sistema de videomonitoramento (interno e externo) e procedemos com a contratação de serviços para a instalação dos Sensores de Fumaça e Alarmes, que é um sistema de pre-

venção a incêndio, serviços que serão monitorados em parceria com a Casa Militar do Governo do Estado do Espírito Santo, que ocupa algumas salas do mesmo imóvel. Em dezembro foi publicado o Termo de Cooperação Técnica entre o APEES e a Casa Militar para o monitoramento das atividades de prevenção, segurança patrimonial e combate à incêndio em todo o edifício onde está instalado o APEES.

O Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPEES realizou, no fim do ano, a licitação para contratação de empresa de engenharia para dar andamento ao projeto de instalação de “Sprinklers” (aspersores de água) para serem ativados em caso de incêndio, em qualquer ambiente do APEES, dentre outras instalações hidráulicas necessárias, conforme a orientação do Corpo de Bombeiros. O APEES também procedeu com a contratação, via Ata de Registro de Preços, de empresa para a realização de serviços de reformas e manutenção predial.

Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

2º Número da Revista do Arquivo Público

A 2ª edição da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”, projeto em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, foi disponibilizada para consulta e visualização online. A publicação possui a proposta de ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia.

3º Número da Revista do Arquivo Público

O terceiro número da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foi disponibilizado online. A edição trouxe o dossiê temático “Africanidades Transatlânticas”, sob a organização do professor da Ufes,

Osvaldo Martins Oliveira. Com a proposta de ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia, a publicação possui periodicidade semestral e contém artigos acadêmicos, resenhas, reportagens, documentos e fotografias. Os artigos desse número abordaram os negros no Espírito Santo e suas vivências e práticas culturais. A entrevista foi com a professora Patrícia Gomes Rufino Andrade, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab), que pesquisa, dentre outros temas, a educação quilombola e ações pedagógicas étnico-raciais.

4º Número da Revista do Arquivo Público

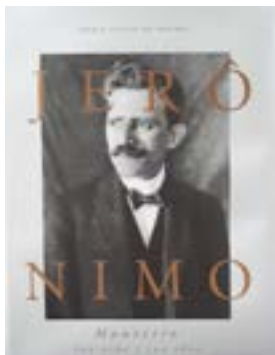
Em julho foi divulgado o Edital de chamamento de artigos para compor o quarto número da Revista do APEES.

Livros da Coleção Canaã

“Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra”

A história capixaba ganhou uma nova obra de grande relevância para estudos e pesquisas, o livro “Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra” lançado pelo Arquivo Público do Estado no dia 26 de março de 2018.

A edição, que faz parte da linha editorial Coleção Canaã do APEES, é uma versão ampliada da original, do ano de 1979, escrita pela historiadora Maria Stella de Novaes. Volume 24 da Coleção Canaã.



“Espírito Santo Indígena”

A presença dos índios na história capixaba, no período de 1798 a 1860, foi o tema do novo livro da Coleção Canaã do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, “Espírito Santo Indígena”, de Vânia Maria Losada Moreira, lançado no dia 24 de maio na Biblioteca Pública Estadual. A obra analisa a época na qual o Brasil deixou de ser colônia, provocando mudanças nas relações sociais e culturais, que impactaram profundamente a vida dos índios. Volume 25 da Coleção Canaã.



“Sobre Política Capixaba na Primeira República”

Obra da historiadora capixaba Nara Saletto. Neste trabalho, a autora desvenda as forças políticas subjacentes aos processos históricos que condicionaram ou decidiram realizações governamentais na Primeira República, de 1889 a 1930, ampliando o conhecimento sobre as interações de conjunturas políticas nacionais e estaduais. Volume 26 da Coleção Canaã.

“Viagens à Capitania do Espírito Santo”

O historiador Bruno César Nascimento preparou esta obra para comemorar os 200 anos das expedições científicas de Maximiliano Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire. O livro trata das memórias de viagens realizadas por esses cientistas em visita ao Espírito Santo logo após a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Volume 27 da Coleção Canaã.

Mediação cultural

Exposição “Mapas do Espírito Santo Colonial”

No mês de abril o Arquivo Público lançou a exposição “Mapas do Espírito Santo Colonial” com reproduções de alguns dos mais antigos mapas do Estado - feitos entre 1590 e 1670 - por cartógrafos portugueses, holandeses e italianos.



Exposição “Virgínia Tamanini: memórias de família”

No mês de outubro o Arquivo Público recebeu a Mostra “Virgínia Tamanini: memórias em família” composta por quadros, livros, fotografias, documentos pessoais, dentre outros elementos do acervo da escritora e artista plástica capixaba Virgínia Tamanini. Autodidata, ela foi romancista, musicista, teatróloga, pintora e poetisa.



Exposição “Arquitetura Afetiva”:

Um passeio turístico pela arquitetura do Centro Histórico de Vitória a partir dos bicos de Pena do Wagner Veiga foi tema da exposição “Arquitetura Afetiva”, aberta no dia 28 de novembro de 2018. O registro das fachadas de igrejas e antigos casarios do Centro de Vitória e a riqueza de suas composições e desenhos são mais que a mera representação da arquitetura em si, eles filtram os elementos da história para alimentar a nova arquitetura a partir do olhar peculiar do artista.



Conferência “Trentinos no Brasil”

No dia 26 de abril o APEES recebeu a conferência “Os Trentinos no Brasil: 40 anos de pesquisa” com a participação do sociólogo italiano Renzo M. Grosseli, autor do livro “Colônias Imperiais na Terra do Café”.

15º Caminho do Imigrante

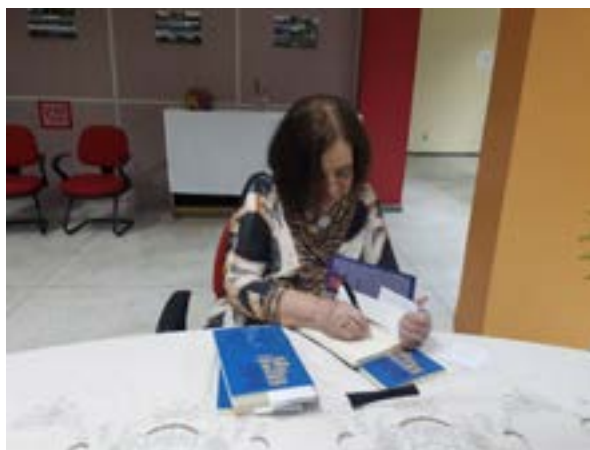
No dia 1º de maio mais de duas mil pessoas participaram do “15º Caminho do Imigrante” que rememora os trajetos percorridos pelos primeiros imigrantes no Espírito Santo em um passeio de 30 quilômetros pelas montanhas capixabas. O evento é organizado pelas prefeituras de Santa Teresa e Santa Leopoldina, com o apoio do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Lançamento do livro “Haveria muito mais para contar”

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo recebeu no dia 02 de junho o lançamento do livro “Haveria muito mais para contar”, de Iva Cortelletti. Na publicação, a autora aborda as origens e trajetórias dos seus antepassados italianos, permitindo o resgate e a valorização da memória pelos descendentes.

Semana Nacional de Arquivos

O Arquivo Público, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a Prefeitura Municipal de Vitória, promoveu a “Semana Nacional de Arquivos” com uma série de palestras e atividades culturais que envolveram as três instituições nos dias 06 a 08 de junho. Foram realizadas as mesas-redondas “Democracia Eletrônica (e-Dem) e Arquivos Digitais” e “Da produção ao recolhimento: interlocuções entre os atores da cadeia de custódia do documento arquivístico» e a palestra “Organize-se para uma vida saudável”. Também ocorreu o “Cineclube Afoxé” com a exibição de curtas-metragens, apresentações de dança da turma de qualificação de dança afro do Museu Capixaba do Negro e do projeto “Versando tambores e congos”.



Referências das Imagens

Capa: Vista de uma parte lateral do palácio, vendo-se a colocação de andaimes para remodelação [Detalhe]; 1908-1912; Vitória; Coleção Jerônimo de Souza Monteiro – Acervo APEES, Referência: JM020.

Página 03: O Penedo – desenhos do artista Carybé [Detalhe]; 1953; Livro “Uma viagem capixaba de Carybé e Rubem Braga”, Edição de 1981, Rio de Janeiro.

Página 07: Oposicionista que esperavam Torquato Moreira em Argolas, Estação de Leopoldina [Detalhe]; 1912; Vila Velha; Coleção Jerônimo de Souza Monteiro – Acervo APEES

Páginas 8-9: Pautas de notícia do DEIP para o serviço de telégrafos da Agência Nacional na cidade do Rio de Janeiro com notícias relacionadas ao Estado do Espírito Santo [Detalhe]; 10/10/1944; Espírito Santo; Fundo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Acervo APEES, Referência: BR.APEES.DEIP.DIR.1310.

Páginas 22-23: Registro de carta de liberdade [Detalhe]; 09/01/1879; Vitória; Fundo Juízo da Comarca de Direito – Acervo APEES, Referência: Caixa 04.

Página 35: Sala de Recepção da Sede do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, localizado à Rua Pedro Palácios [Detalhe]; 2005; Vitória; Fotografia: Cilmar Cesconetto Francischetto; Fundo APEES.

Páginas 36-37: Decreto Nº 57 que cria o município de Cariacica; 25/11/1890; Vitória; Acervo de Leis e Decretos da Biblioteca Maria Stella de Noves – APEES.

Página 51: Governador Gerson Camata [esquerda – Detalhe]; 1983; Vitória; Coleção Instituto Jones dos Santos Neves – Acervo APEES; Referência: 2070.

Páginas 52-53: Acervo Fundo Governadoria, Série 751 [Detalhe]; 02/12/2005; Vitória; Fotografia: Cilmar Cesconetto Francischetto; Fundo APEES, Série Pedro Palácios – Acervo APEES,

Página 67: Governador Albuíno Cunha de Azeredo em atuação parlamentar; 1991; Vitória; Coleção Albuíno Azeredo – Acervo APEES, Referência: BR ESAPEES ALB.4.20.

Páginas 68-69: Trem no Porto de Vitória, durante inauguração do ramal da estrada de ferro Vitória-Minas [Detalhe]; 1940-1941; Vitória; Fotografia: Mazzei; Coleção Punaro Bley – Acervo APEES, Referência: BR ESAPEES JPB.4.12.

Página 79: Primeiro embarque de minério pelo Porto de Vitória [Detalhe]; 1940; Vitória; Coleção João Punaro Bley – Acervo APEES, Referência: BR ESAPEES JPB 45

Páginas 80-81: Vista parcial de Colatina, mostrando partes da Estação Ferroviária [Detalhe]; Sem data; Colatina; Fundo Instituto Jones dos Santos Neves – Acervo APEES, Referência: 1933.

Páginas 106-107: Abertura de evento da amostras de grãos de café, com a presença do Interventor João Punaro Bley [Detalhe]; 1934; Coleção João Punaro Bley – Acervo APEES, Referência: BR ESAPEES JPB.2.19.

Páginas 120 – 121: Porto de Vitória [Detalhe]; 1940-1941; Vitória; Coleção João Punaro Bley – Acervo APEES, Referência: BR ESAPEES JPB 6

Páginas 122-123: Vista de Vitória, com o respectivo porto e outra de uma ponte da Leopoldina, onde se vê ancorado um navio; 1909; Vitória-Vila

Velha; Coleção Jerônimo de Souza Monteiro – Acervo APEES, Referência: JM 109.

Páginas 140-141: Anúncio do Jornal “O Cachoeirano” [Detalhe]; 1920; Coleção Imprensa Capixaba – Acervo APEES, Referência: Edição Número 02, página 04.

Páginas 152-153: Título de Eleitor [Detalhe]; 1905; Fundo Justiça Eleitoral – Acervo APEES; Referência: Caixa 26.

Páginas 160-161: Acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Detalhe]; Sem data; Acervo APEES.

Páginas 166-167: Documentos e objetos “Acervo Jayme Santos Neves”; Vitória; Fevereiro/2019; Fotografia: Erika Piskac; Acervo APEES.

Página 169: Jayme Santos Neves trabalhando [Detalhe]; Coleção Jayme Santos Neves – Acervo APEES.

Página 173: Historiadora Katiane Dutra em atividade de pesquisa; 2019; Vitória; Fotografia: Erika Piskac.